



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

VICTOR RÉGIO DA SILVA BENTO

**EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO
BRANCO - ACRE**

**FORTALEZA – CEARÁ
2017**

VICTOR RÉGIO DA SILVA BENTO

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
EM RIO BRANCO - ACRE

Tese apresentada à coordenação do curso de Pós-graduação em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Estrutura Dinâmica do Espaço Regional, Urbano e Rural.

Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto

FORTALEZA – CEARÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Bento, Victor Régio da Silva.

Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco - Acre [recurso eletrônico] / Victor Régio da Silva Bento. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ⅝ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 367 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Geografia humana.

Orientação: Prof. Dr. José Meneleu Neto.

1. Segregação. 2. Expansão Urbana. 3. Habitação.
4. Rio Branco. I. Título.

VICTOR RÉGIO DA SILVA BENTO

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO - ACRE.

Tese apresentada à Coordenação do Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Aprovado em: 13 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA



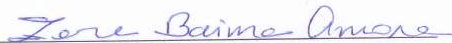
Prof. Dr. José Meneleu Neto (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dr.ª Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA



Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Moraes
Universidade Federal do Acre – UFAC



Prof. Dr.ª Zenilde Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dr.ª Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Maria Sousa da Silva, *in memorian*, por sua referência materna e eterno amor. Dedico este trabalho à Maria do Socorro e Maria de Fátima, pela representação maternal em minha vida familiar, contribuindo em todas as etapas do meu processo de formação com afeto e dedicação.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico – FUNCAP, que me auxiliou com bolsa de pesquisa no período anterior a minha mudança para terras acreanas. À Universidade Estadual do Ceará, que foi a instituição essencial na minha trajetória acadêmica desde à graduação, até o mestrado, a presente especialização e o doutorado em andamento. Esta instituição também contribuiu valiosamente em minha formação profissional como professor substituto no campus da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte.

À Universidade Federal do Acre – UFAC, pelo ambiente profissional que está contribuído grandemente com o meu desenvolvimento humano e intelectual. Aos amigos de trabalho, em especial à Maria de Jesus, por sua riquíssima atuação em meu trabalho, assim como sua participação em minha qualificação e defesa. À José Bairral, Karina Ponte, Lucilene Almeida, pelo carinho, compreensão e riqueza dos momentos profissionais e pessoais. À Joelon Mendes Júnior, Ruberval Ferreira, Evanilde Ramos e Albaniza pela presença significativa em minha vida, apoio e verdadeira amizade.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará – PROPGEO/UECE, em especial ao professor José Meneleu Neto, pela orientação e apoio no momento de finalização da tese. Às professoras Adelita Carleial e Ana Matos que me inspiraram profissionalmente pela forma humana, atenciosa e competente de suas atuações.

Agradeço às professoras Zenilde Baima e Clélia Lustosa pela participação em minha banca de defesa de doutorado, trazendo enriquecimento teórico e profissional. À professora Virgínia Holanda, pela participação valiosa e dedicada na minha trajetória acadêmica na pós-graduação tanto no mestrado, quanto no doutorado, em bancas de qualificação, seminário de tese e defesa.

Quanto mais Leônia expele, mais coisas acumula; as escamas do seu passado se solidificam numa couraça impossível de se tirar; renovando-se todos os dias, a cidade conserva-se integralmente em sua única forma definitiva: a do lixo de ontem que se junta ao lixo de anteontem e de todos os dias e anos e lustros. (ÍTALO CALVINO, Cidades Invisíveis)

RESUMO

A cidade de Rio Branco em seu processo de expansão urbana vem apresentando intensas modificações socioespaciais que ampliam a percepção sobre o fenômeno da segregação dos grupos humanos em seu território. A entrada de capitais financeiros exógenos à cidade e a reestruturação do seu espaço urbano, promovida pela ação do Estado associado aos promotores imobiliários repercutem na intensificação da conversão do solo em mercadoria assim como na divisão social da população de acordo com sua capacidade de pagar por uma parcela fundiária. Nessa dinâmica do mercado de imóveis e das obras públicas observa-se a valorização diferencial das diversas localizações da capital acreana, assim como formação de novas tipologias habitacionais com a construção de torres residenciais, condomínios e loteamentos fechados. Em contrapartida há a ação estatal na construção de conjuntos habitacionais em porções cada vez mais periféricas e desvalorizadas da cidade, contribuindo ainda mais para a exclusão da população. Mediante ao que foi exposto o trabalho em questão visa compreender e interpretar o processo segregação socioespacial em Rio Branco tendo como base a ação do Estado e do mercado imobiliário em sua contrastante expansão urbana. Para tanto, recorre-se à uma ampla análise sobre o fenômeno segregativo em seus diversos vieses, entendendo esta abordagem conceitual em sua multiplicidade conceitual e metodológica. Verifica-se o papel de Rio Branco em sua lógica de fragmentação do tecido urbano em uma análise multiescalar que relaciona essa cidade com a Amazônia e o Brasil. Entende-se que as modificações que ocorrem no território e sociedade rio-branquense estão vinculadas às transformações do modo de produção capitalista que implica em mudanças na forma de morar, consumir e produzir esta cidade, criando um mosaico diversificado que representa visivelmente a segregação.

Palavras-chave: Segregação. Expansão Urbana. Habitação. Rio Branco

ABSTRACT

The urban expansion process in the city of Rio Branco has been undergoing massive social and spatial changes which enlarge the perception on the phenomenon of human groups segregation throughout its territory. The introduction of external financial capital along with the restructuring of its urban space, promoted by the action of the State associated with property developers, reflect on an intense conversion of the soil into a commodity, as well as on the social division of the population according to their capacity to afford a land portion. Such dynamics of property markets and public contracts reveals a differential valuation of several areas of the state capital in addition to the development of new housing typologies by building residential towers, condos, and closed complexes. In contrast, the state action in the construction of housing projects at increasingly more peripheral and undervalued regions of the city has contributed to an even stronger population exclusion. In this context, this study seeks to understand and interpret the social and spatial segregation process in Rio Branco based on the state action as well as on the real estate market regarding its contrasting urban expansion. For this purpose, we rely on a wide analysis on the segregation phenomenon and its many biases by perceiving such conceptual approach regarding its conceptual and methodological multiplicity. We analyze the role of Rio Branco in the perspective of its urban fabric fragmentation logic through a multi-scale analysis which relates the city to the Amazon and Brazil. We understand that the changes occurring in both the city territory and society are linked to a transformation on the capitalist production mode, which implies changes in the ways of living, consuming and producing in the context of the city, generating a diversified mosaic notably representing such segregation.

Keywords: Segregation. Urban Expansion. Housing. Rio Branco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Quadro síntese dos conceitos norteadores da pesquisa.	28
Figura 2 –	Relação entre cidade e produção espacial em Lefebvre.	33
Figura 3 –	Esquema do conceito de segregação.	45
Figura 4 –	Modelo das Zonas concêntricas de Burgess	54
Figura 5 –	Divisão da rede urbana brasileira em frações	85
Figura 6 –	Macrozoneamento da Amazônia Legal.	101
Figura 7 –	Vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Belém e cidade de Manaus, 2009.	108
Figura 8 –	Percentual de domicílios atendidos por redes de saneamento. Regiões Metropolitanas, 2010.	109
Figura 9 –	Bairros de maior renda e menor renda em Belém, 2010.	112
Figura 10 –	Bairros de maior renda e menor renda de Manaus, 2010.	114
Figura 11 –	Segregação em Boa Vista e Porto Velho.	115
Figura 12 –	Zona litigiosa e território brasileiro do Acre.	117
Figura 13 –	Configuração urbana de Rio Branco na primeira metade do Século XX.	125
Figura 14 –	Antigo aeroporto de Rio Branco.	136
Figura 15 –	Sede da fazenda Sobral em 1953.	136
Figura 16 –	Crescimento Populacional. Acre e Rio Branco, 1920-1970.	142
Figura 17 –	Evolução populacional de Rio Branco, 1970-2010.	140
Figura 18 –	Evolução da Mancha urbana de Rio Branco	142
Figura 19 –	Aglomerados subnormais em capitais regionais	149
Figura 20 –	Aglomerados subnormais de Rio Branco.	150
Figura 21 –	Aglomerado subnormal Seis de Agosto	152
Figura 22 –	Aglomerado subnormal Baixada da HABITASA	152
Figura 23 –	Percentual de acesso aos serviços de saneamento básico. Aglomerados subnormais, Rio Branco. 2010	154
Figura 24 –	Conjuntos Habitacionais da COHAB, Rio Branco.	163

Figura 25 – Casas do Conjunto Xavier Maia.	165
Figura 26 – Apartamentos do Conjunto Manoel Julião.	165
Figura 27 – Área total dos principais conjuntos da COHAB-AC.	166
Figura 28 – Anúncio da construção do Conjunto Habitacional Bela Vista.	168
Figura 29 – Planta baixa dos Conjuntos Tucumã e Universitário.	169
Figura 30 – Assentamentos informais em Rio Branco, 2011.	178
Figura 31 – Urbanização do Loteamento Santa Inês – ZAP 5.	183
Figura 32 – Localização das ZAPS e dos conjuntos habitacionais Pró-Moradia. Rio Branco, 2017	187
Figura 33 – Localização dos conjuntos MCMV I e II. Rio Branco, 2017	194
Figura 34 – Proposta de ampliação do Perímetro Urbano de Rio Branco.	195
Figura 35 – Evolução urbana da Cidade do Povo 2012-2016.	197
Figura 36 – Aspectos do ambiente construído na Cidade do Povo, 2016.	200
Figura 37 – Síntese da produção habitacional popular. Rio Branco, 1970 – 2017	202
Figura 38 – Intervenções urbanísticas no centro histórico de Rio Branco.	208
Figura 39 – Zoneamento do centro histórico de Rio Branco, PDDU 2006-2016.	215
Figura 40 – Atuação do BNDES na infraestrutura urbana de Rio Branco.	221
Figura 41 – Obras do Anel Viário da Via Verde e Requalificação da Estrada do Calafate.	224
Figura 42 – Equipamentos públicos e privados no entorno da Via Verde	226
Figura 43 – Distribuição de pessoal ocupado nos setores de atividades em Rio Branco, 2006.	243
Figura 44 – Evolução dos estabelecimentos da construção civil e de atividades imobiliárias. Acre e Rio Branco, 1996-2006.	244
Figura 45 – Espacialização das moradias tipo apartamento no Brasil	246

Figura 46 –	Moradias tipo apartamento em Rio Branco, 2000-2010	248
Figura 47	Cronologia e tipologia das superfícies residenciais fechadas de Rio Branco	251
Figura 48 –	Tipos de superfícies residenciais fechadas. Rio Branco	252
Figura 49 –	Distribuição dos enclaves fortificados. Regionais de Rio Branco, 1991-2017.	253
Figura 50 –	Verticalização no Bairro Morada do Sol.	254
Figura 51 –	Verticalização nos Bairros Village e Nova Estação.	255
Figura 52 –	Verticalização nas proximidades da Via Verde.	256
Figura 53 –	Verticalização na Regional Floresta.	256
Figura 54 –	Residencial Ibiza.	257
Figura 55 –	Reserva do Bosque.	257
Figura 56 –	Condomínio Green em construção	258
Figura 57 –	Fachada do Residencial Green Garden	258
Figura 58 –	Condomínio Villacre	258
Figura 59 –	Vila Militar da Aeronáutica	258
Figura 60 –	Macrozoneamento de Rio Branco – 2006/2016.	259
Figura 61 –	Produção de loteamentos abertos e fechados do grupo Ipê Empreendimentos	264
Figura 62 –	Localização e tipos de loteamentos fechados em Rio Branco. 2017	267
Figura 63 –	Portaria do condomínio fechado de lotes Recanto Verde.	269
Figura 64 –	Folder de divulgação do condomínio Alta Vista II.	270
Figura 65 –	Folder de divulgação do condomínio Ecoville Residence.	271
Figura 66 –	Canteiro de obras do Ecoville Residence.	272
Figura 67 –	Stand do Terras Alphaville no Via Verde Shopping.	276
Figura 68 –	Anúncio do Swiss Park na Estrada do Calafate.	277
Figura 69 –	Inserção de Rio Branco nas redes de loteamentos fechados	279
Figura 70 –	Compilação de anúncios dos loteamentos fechados de Rio Branco.	284

Figura 71 –	Delimitação de um enclave de exclusão em Rio Branco.	288
Figura 72 –	Participação das faixas salariais no total rendimento e da população em Rio Branco.	293
Figura 73 –	Famílias (acima de 20 salários mínimos). Rio Branco, 2010.	295
Figura 74 –	Famílias (menos de 1 salário mínimo/sem rendimento). Rio Branco, 2010.	297
Figura 75 –	Índice de Dissimilaridade por renda em Rio Branco	302
Figura 76 –	Índice de Isolamento as famílias com alto rendimento em Rio Branco	306
Figura 77 –	Índice de Isolamento as famílias com baixo rendimento em Rio Branco	307
Figura 78 –	Correlação entre Índice de Dissimilaridade e Isolamento das famílias de alto rendimento	310
Figura 79 –	Correlação entre Índice de Dissimilaridade e Isolamento das famílias de baixo rendimento	311
Figura 80 –	Percentual de famílias de maior e menor rendimento nos setores mais segregados em Rio Branco.	312
Figura 81 –	Relação entre dissimilaridade e isolamento por renda em Rio Branco	313
Figura 82 –	Caracterização do setor censitário 120040105000290.	318
Figura 83 –	Caracterização do setor censitário 120040105000040.	320
Figura 84 –	Caracterização do setor censitário 120040105000168.	321
Figura 85 –	Caracterização do setor censitário 120040105000341.	324
Figura 86 –	Caracterização do setor censitário 120040105000048.	326
Figura 87 –	Caracterização do setor censitário 120040105000120.	330
Figura 88 –	Caracterização do setor censitário 120040105000317.	332
Figura 89 –	Caracterização do setor censitário 120040105000191.	333
Figura 90 –	Caracterização do setor censitário 120040105000129.	335
Figura 91 –	Caracterização do setor censitário 120040105000244.	336

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução populacional de Belém e Manaus, 1872-2010.	103
Tabela 2 –	Evolução do número de municípios da Amazônia Legal por classes populacionais, 1970-2010.	105
Tabela 3 –	Evolução da população urbana da Amazônia Legal, 1970-2010,	106
Tabela 4 –	População do território do Acre e Rio Branco, 1920-1940.	129
Tabela 5 –	Divisão do núcleo do Seringal Empreza, 1951.	138
Tabela 6 –	Características dos domicílios, Rio Branco e aglomerados subnormais, 2010.	153
Tabela 7 –	Conjuntos Habitacionais da COHAB. Rio Branco 1971-1996.	161
Tabela 8 –	Faixas de renda de conjuntos habitacionais da COHAB.	164
Tabela 9 –	Condição dos domicílios de Rio Branco, 2000-2010.	175
Tabela 10 –	Classes de rendimento domiciliar. Rio Branco 2000-2010.	175
Tabela 11 –	Perfil da população residente nas ZAPs	180
Tabela 12 –	Conjuntos Habitacionais ZAPS e Pró-moradia, Rio Branco.	186
Tabela 13 –	Conjuntos habitacionais do PMCMV I. Rio Branco, 2009-2010	190
Tabela 14 –	Especificações do PMCMV II em Rio Branco, 2011-2015.	191
Tabela 15 –	Total de unidades habitacionais do PMCMV em Rio Branco, 2009/2014.	192
Tabela 16 –	Etapas da Cidade do Povo contratadas no PMCMV II, 2013.	197
Tabela 17 –	Evolução das atividades imobiliárias – Acre, 1996-2006.	244
Tabela 18 –	População residente em apartamentos. Norte, Acre e Rio Branco (2000-2010)	245
Tabela 19 –	Loteamentos abertos do grupo Ipê Empreendimentos	263
Tabela 20 –	Caracterização dos loteamentos fechados de Rio Branco.	268
Tabela 21 –	Maiores valores do Índice de Dissimilaridade em Rio Branco.	301

Tabela 22 –	Maiores valores do Índice de Isolamento das famílias de alto rendimento.	303
Tabela 23 –	Maiores valores do Índice de Isolamento das famílias de baixo rendimento.	305
Tabela 24 –	Indicadores sociodemográficos. Setores censitários segregados de alto rendimento em Rio Branco.	315
Tabela 25 –	Indicadores sociodemográficos. Setores censitários segregados de baixo rendimento em Rio Branco.	327

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Programa Minha Morada. Eixo Habitação Popular.	185
Quadro 2 –	Empreendimentos PMCMV (Faixa 2 e 3) em Rio Branco.	193
Quadro 3 –	Especificações para ocupação do centro de Rio Branco.	215
Quadro 4 –	Divulgação do Empresarial Via Towers, 2015.	230
Quadro 5 –	Diferenças entre condomínio, loteamento aberto e loteamento fechado.	240
Quadro 6 –	Superfícies residenciais fechadas em Rio Branco, 1988-2017.	250
Quadro 7 –	Especificações do macrozoneamento de Rio Branco, PDDU 2006-2016.	261
Quadro 8 –	Distribuição dos empreendimentos Alphaville.	274
Quadro 9 –	Marketing verde nos loteamentos fechados de Rio Branco.	285
Quadro 10 –	Etapas de análise dos Índices de Segregação.	290
Quadro 11 –	Dimensões e índices de segregação	299

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS – AGLOMERADO SUBNORMAL

BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

CBD – CENTRAL BUSINESS DISTRICT

CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO

ENID – EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

FMHIS – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

FUNTAC – FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIADO ACRE

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ID – ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

LEPOP – LABORATÓRIO DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ

MBES – MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E DO BEM-ESTAR SOCIAL

MCMV – MINHA CASA, MINHA VIDA

PAD – PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO

PAE – PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTAS

PAR – PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO

PDDU – PLANO DIRETOR D DESENVOLVIMENTO URBANO

PMHIS – PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PNH – POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

PPA – PLANO PLURIANUAL

RM – REGIÃO METROPOLITANA

SERFHAU – SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO

SFH – SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

UC – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

ZAP – ZONADE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

ZEAS – ZONEAMENTO ECONÔMICO, AMBIENTAL, SOCIAL E CULTURAL DE
RIO BRANCO

ZEE – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO.....	29
2.1	A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO.....	29
2.2	ABORDAGENS SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	42
2.2.1	Áreas naturais e abordagem ecológica da segregação.....	51
2.2.2	Áreas sociais e análise fatorial da segregação.....	59
2.2.3	Segregação na perspectiva dialética.....	65
2.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS.....	73
2.3.1	A cidade média e a segregação.....	81
3	ANÁLISE MULTIESCALAR DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA...	90
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO.....	90
3.2	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES AMAZÔNICAS.....	107
4	RIO BRANCO: FORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA.....	116
4.1	RIO BRANCO EM SUA FORMAÇÃO URBANA INICIAL.....	116
4.2	EQUIPAMENTOS URBANOS E COLÔNIAS AGRÍCOLAS: O INÍCIO DE UMA EXPANSÃO URBANA.....	131
4.3	CRESCIMENTO URBANO DESEORDENADO E PERIFERIZAÇÃO.....	139
4.4	OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS RIO-BRANQUENSES.....	146
5	A PRODUÇÃO ESTATAL DA MORADIA POPULAR EM RIO BRANCO.....	158
5.1	O PERÍODO 1970-1990 E A AÇÃO DA COHAB-AC.....	159
5.2	A CONSTRUÇÃO DA MORADIA POPULAR PÓS-COHAB/AC.....	172
5.2.1	As ZAPs e o Pró Moradia.....	178
5.3	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM RIO BRANCO....	189
5	INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DE RIO BRANCO.....	204
6.1.	O GOVERNO DA FRENTE POPULAR E AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO RIO-BRANQUENSE.....	205

6.2	EIXOS VIÁRIOS E PARQUES URBANOS COMO ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM RIO-BRANQUENSE.....	216
6.2.1	A Via Verde como intervenção segregativa em Rio Branco....	222
7	NOVAS LÓGICAS DE CONSUMO DO ESPAÇO URBANO E AUTOSSEGREGAÇÃO EM RIO BRANCO.....	234
7.1	CONDOMÍNIOS, LOTEAMENTOS E LOTEAMENTOS FECHADOS.....	235
7.2	TRANSFORMAÇÕES DOS USOS RESIDENCIAIS EM RIO BRANCO.....	242
7.3	A PRODUÇÃO DE LOTEAMENTOS FECHADOS EM RIO BRANCO.....	262
7.3.1	Marketing dos loteamentos fechados rio-branquenses.....	280
8	OS ÍNDICES DE SEGREGAÇÃO E A HABITAÇÃO EM RIO BRANCO.....	289
8.1	SELEÇÃO DOS GRUPOS PARA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO EM RIO BRANCO.....	292
8.2	APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE E DO ÍNDICE DE ISOLAMENTO.....	298
8.3	SÍNTESE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO.....	308
8.4	ANÁLISE DOS SETORES SEGREGADOS.....	314
8.4.1	Setores segregados para famílias de alto rendimento.....	314
8.4.1.1	Setor Censitário 120040105000290.....	316
8.4.1.2	Setor Censitário 120040105000040.....	319
8.4.1.3	Setor Censitário 120040105000341.....	321
8.4.1.4	Setor Censitário 120040105000168.....	323
8.4.1.5	Setor Censitário 120040105000048.....	325
8.4.2	Setores segregados para a população de baixo rendimento...	327
8.4.2.1	Setor censitário 120040150000120.....	329
8.4.2.2	Setor censitário 120040105000317.....	331
8.4.2.3	Setor Censitário 120040105000191.....	333
8.4.2.4	Setor Censitário 120040105000129.....	334
8.4.2.5	Setor Censitário 120040105000244.....	335

9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	338
	REFERÊNCIAS.....	343
	APÊNDICES.....	359
	APÊNDICE A – Índice de Dissimilaridade e Índice de Isolamento.	
	Setores Censitários de Rio Branco, 2010.....	360

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno segregativo evidencia as disparidades sociais expressas pela substituição do valor do uso fundiário por seu valor de troca. A uniformidade dessas áreas deriva de variados aspectos que podem ser representados pelo rendimento, tipo de ocupação, cultura e etnia. Apesar desses atributos mencionados, o processo segregativo condiciona-se essencialmente pela capacidade que a população possui em pagar por uma parcela do solo urbano. Como reflexo do poder aquisitivo ocorre uma complexa morfologia das zonas residenciais onde se observa diferenças na qualidade das habitações, infraestruturas de serviços básicos e usos do espaço público.

Ao traçar um percurso histórico de formação da cidade de Rio Branco, é perceptível a separação dos grupos sociais em seu desenvolvimento urbano. Sendo o núcleo populacional e econômico mais importante do Acre, essa cidade expandiu-se horizontalmente de forma acelerada durante o século XX. Inicialmente, a sua importância era mantida pela função de centro escoador da produção extrativista do látex e irradiador das modernidades trazidas das demais regiões do país para sua área de influência.

Já em meados de 1910, com sua transformação em capital territorial do Acre, esta cidade demonstra o contraste entre as comunidades que compõem sua estrutura interna. A paisagem desse período exibia as diferenças existentes entre o bairro comercial, com a efervescência dos armazéns e do porto em oposição ao bairro África, que se constituía como um espaço residencial segregado, com moradias precárias na margem do rio.

Com a efetivação do Plano Urbanístico de Penápolis, assim como pela construção das principais edificações institucionais e administrativas na margem esquerda do Rio Acre é iniciada a diferenciação social entre os dois distritos na qual atualmente está dividida a capital acreana. O Primeiro Distrito é caracterizado pela melhor infraestrutura e se consolidou pelo adensamento das atividades econômicas. Em contraposição, o Segundo Distrito se transformou em um território alijado do desenvolvimento, devido às vulnerabilidades ambientais representadas pela presença de áreas inundáveis e impróprias para edificação.

O constante fluxo migratório oriundo do interior acreano devido à decadência da economia gumífera posterior à Segunda Guerra Mundial e da

expansão da fronteira agropecuária que se intensificou na década de 1970 contribuiu para o contínuo crescimento e periferação de Rio Branco. Esta população expropriada do campo teve como alternativa se direcionar dos seringais para as sedes de cidades e vilas, especialmente para a capital.

Logo, o migrante camponês foi estabelecendo bairros e comunidades as quais foram constituídas predominantemente por ocupações irregulares. Estas se situam de forma majoritária em áreas suscetíveis às alagações¹, desmoronamentos ou clandestinas, no que concerne à ocupação de propriedades de domínio estatal ou de terceiros. Em consequência desse crescimento urbano intenso e sem planejamento, a capital acreana exibe um acentuado contraste entre as poucas localizações de melhor infraestrutura de serviços básicos e a grande maioria de seu perímetro urbano marcado pela irregularidade e clandestinidade da habitação.

Essas reflexões suscitaram algumas questões norteadoras para o desenvolvimento desta pesquisa: como ocorre o processo de segregação socioespacial em Rio Branco? De que forma a ação do Estado interfere sobre o fenômeno segregativo nessa cidade? Em quais aspectos o mercado imobiliário se beneficia dos contratos entre os grupos sociais fomentando a segregação? Como delimitar os territórios segregados em Rio Branco?

Fundamentando-se nesse objeto de investigação, este estudo tem como objetivo geral compreender e interpretar a segregação socioespacial em Rio Branco considerando sua expansão urbana mediante a ação do Estado e dos promotores imobiliários.

Especificamente busca-se observar como a segregação veio se desencadeando ao longo do crescimento urbano rio-branquense; verificar como a produção da moradia popular repercute sobre as desigualdades socioespaciais em seu território; compreender o papel das intervenções estatais na valorização imobiliária e fundiária dessa cidade; entender a ação do mercado imobiliário na construção de espaços residenciais para os grupos de maior poder aquisitivo e; analisar a formação de territórios de segregação induzida e de autosegregação em Rio Branco.

¹ Sobre o uso de denominação alagação em substituição à inundação, Almeida Neto (2015, p. 54) afirma que: “o termo ‘alagação’, usado historicamente pelos acrianos (sic.) para caracterizar as ‘inundações’ provocadas pelos rios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Acre, é recorrente até hoje em meio aos moradores dos territórios inundáveis, como também pelos moradores em geral e, até mesmo, pelo próprio corpo técnico que lida com esse fenômeno socionatural, como se ambos os termos fossem sinônimos”

As perspectivas sobre o objeto de estudo e os objetivos do presente trabalho foram se alterando tendo como base os estudos, pesquisas de campo e mapeamentos realizados no Laboratório de Estudos Populacionais da Universidade Estadual do Ceará (LEPOP-Propgeo/UECE). Inicialmente objetivava-se compreender a relação entre centro e periferia nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza mediante as desigualdades no provimento dos serviços de saneamento básico e analisando o recorte temporal 1991-2010.

Com uma posterior mudança para as terras acreanas essa proposta de partida foi redimensionada. Por conseguinte, surgiu a necessidade de verificar como ocorre a diferenciação dos grupos de rendimento em Rio Branco, tendo vista o processo de segregação socioespacial. Tal anseio foi motivado pelas observações preliminares de caráter empírico e bibliográfico conduzindo o autor a elaborar a hipótese que a capital do Acre apresenta uma expressiva fragmentação de seu tecido urbano, marcado pela horizontalidade desmensurada, descontinuidade da malha viária e áreas ambientalmente vulneráveis. Esses atributos geram imensos vazios propícios à ação do Estado e dos promotores imobiliários, incidindo sobre as demandas dos diferentes grupos populacionais por habitação. Consequentemente, entende-se o desenvolvimento segregação nessa cidade como resultado de uma inter-relação desigual entre a tríade composta por Estado-mercado-população.

Tal trabalho é justificável dada à carência de estudos urbanos que tratam acerca da temática de segregação socioespacial em cidades da Amazônia Brasileira. Sabendo que a ocupação do território nacional assim como a sua urbanização apresenta diversidades inter-regionais torna-se fundamental a compreensão de como os processos espaciais que ocorrem em cidades amazônicas. Justifica-se também pelo destaque Rio Branco possui na rede de cidades da Amazônia Ocidental, o qual se posiciona como o terceiro maior aglomerado populacional dessa porção territorial, estendendo sua influência pelos vinte e dois municípios acreanos e quatro amazonenses. Soma-se a esta justificativa o fato da capital do Acre está recebendo contínuos investimentos infraestruturais de oriundos de orçamentos públicos e privados, contribuindo para modificar seu ambiente construído e, portanto, refletindo nas relações entre os grupos sociais.

Como ponto de partida empírico se fez necessário observar a distribuição espaço-temporal das diversas formas de ocupação do tecido urbano: loteamentos abertos oficializados, irregulares e clandestinos; aglomerados subnormais, conjuntos

habitacionais, vazios urbanos, condomínios e loteamentos fechados. Essa caracterização forneceu uma base para entender a mercantilização do solo nessa cidade e a intervenção dos diversos agentes produtores do espaço.

A rápida modificação do perímetro urbano mediante a incorporação de áreas rurais adjacentes é uma característica marcante em Rio Branco. A mescla de atividades em sua franja periurbana faz o pesquisador pensar acerca da verdadeira dimensão da urbanização nessa cidade e a rápida mutabilidade dos processos de periferização e segregação socioespacial.

A interpretação deste trabalho está apoiada em uma visão sobre a cidade como uma construção coletiva que deve satisfazer às necessidades de todos os seus habitantes, superando as marcas das desigualdades, onde uma minoria detém um bem-estar propiciado pela oferta de condições dignas de moradia. Essa visão corresponde à percepção de Henri Lefebvre (2000, 2008) sobre a “produção social do espaço urbano” e do “direito à cidade”, pois o acesso à moradia e aos bens e serviços urbanos é patrimônio coletivo. Logo estes devem ser ofertados igualitariamente, a todos os seus habitantes, rompendo a segregação socioespacial. Para a interpretação desse fenômeno é fundamental realizar um movimento regressivo-progressivo da análise lefebvriana, identificando suas origens e contradições.

Considerando as proposições teóricas neomarxistas de Henri Lefebvre, recorre-se a utilização do método regressivo-progressivo como instrumento de análise espacial. “Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existe o tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim...)” (LEFEBVRE, 2008, p.31).

Apesar do direcionamento da pesquisa tender para as concepções do materialismo histórico-dialético, esta utiliza de métodos estatísticos (índices e indicadores) e análises empíricas como subsídio para o embasamento crítico sobre a produção social do espaço urbano. Suertegaray (2005, p. 38), afirma que produção geográfica após a década de 1990 é caracterizada pela convergência de diferentes tendências, desde as neopositivistas, às marxistas, culturais, fenomenológicas, humanistas e anarquistas: “As geografias atuais são múltiplas, adotam múltiplos métodos, constroem múltiplas visões/leituras, valorizam as singularidades, as identidades”. Nesse sentido, não se pode afirmar que uma única

direção será capaz de entender toda a realidade da imbricação das escalas local e global. Logo: “O exame puramente materialista e histórico do espaço, assim como a ação sobre ele, não consegue abarcar a complexidade de fenômenos e condições que nele atuam” (SUERTEGARAY, 2005, p. 39).

Metodologicamente, a pesquisa se ampara na revisão bibliográfica entendendo a produção social do espaço urbano (GOTTDIENER, 1997; LEFEBVRE, 1999, 2000, 2001, 2008). Posteriormente compreendem-se as percepções teóricas da segregação desde sua abordagem ecológica, expoentes na Escola de Chicago (PARK, 1916, BURGESS; MACKENZIE 1925; HOYT, 1939). Áreas sociais (COWGILL e COWGILL, 1951; BELL, 1953; CORRÊA, 2016) e dos índices que caracterizam a segregação na sua análise fatorial (DUNCAN e DUNCAN, 1955; MORRIS, 1973; SCHIWIRIAN, 1983).

As transformações sociais e espaciais contemporâneas são entendidas na percepção neomarxista, especialmente nas obras de Lefebvre (1999, 2000, 2001, 2008) e a visão sobre a pós-modernidade (AUGÉ, 1994; JAMENSON, 1996; AMENDOLA, 2000; BAUMAN, 2009a, 2009b; HARVEY, 2014). Destas concepções dialéticas derivam vários conceitos: *gatted communities* (LE GOIX, 2006; BAUMAN, 2004); enclaves fortificados (CALDEIRA), *hiperguetto* (Wacquant, 2001); segregação induzida e autosegregação (CORRÊA, 1989, 1997). Autores da literatura brasileira auxiliam em uma visão ampla sobre segregação (ROLNIK, 2004; MARICATO, 1996, 2003; SANTOS, 2005; VILLAÇA, 1991; SOUZA; 2011), especialmente para entender Rio Branco no contexto das cidades médias (SPOSITO, 2001, 2006, 2013; SORBAZO, 2007; MATOS, 2017; GUERRA, 2003; SPOSITO E GOES; 2013).

Uma análise multiescalar é fundamental em trabalhos geográfico, entendendo como a segregação ocorre na dimensão nacional e regional. Para tanto se fez necessário buscar referenciais teóricos processos de formação territorial e econômica da Amazônia (CORRÊA, 1987; BECKER, 2005; PICOLI, 2006; GONÇALVES, 2008; SILVA, 2008), do Acre (GUERRA, 1951 e 1954) e de Rio Branco (RANZI, 2006; PENHA, 1996; MORAIS, 2000, 2008 e 2013).

Documentos governamentais foram utilizados para embasar a pesquisa, na qual foram recorridas leis municipais, estaduais e federais: propriedade condominial (Lei federal nº 4.591/64); COHAB Acre (Lei estadual nº 61, de 17 de dezembro de 1965); formas de parcelamento do solo urbano (Lei federal nº

6.766/790; PDDU Rio Branco (2006; 2016); regularização fundiária (Lei municipal 1.752/2009); loteamentos fechados (Lei municipal nº 1993 de 19/07/2013)

Documentos sobre políticas habitacionais foram extraídos da FUNTAC (1998, 2002), Pesquisa no sítio eletrônico da Secretaria de Habitação do Acre – SEHAB, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Rio Branco – PMHIS-RB (RIO BRANCO, 2011); Zoneamento Ecológico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco – ZEAS (RIO BRANCO, 2008) e Zoneamento Ecológico Econômico do Acre – ZEE (ACRE, 2010b).

Fontes hemerográficas são essenciais para a realização de um resgate histórico e fundamentar as análises empíricas e conceituais. Para tanto foram consultadas revistas e jornais dispostos em meio físico e virtual dentre as quais: Folha do Acre, Gazeta do Acre, Revista Varadouro, AC24horas, O Rio Branco; Notícias do Acre. Consulta aos acervos de bibliotecas públicas dentre as quais a Biblioteca da Floresta, Central e da Universidade Federal do Acre contribuíram juntamente com a utilização de jornais e demais periódicos locais fornecendo notícias atualizadas sobre Rio Branco.

Dados sobre os condomínios e loteamentos fechados tiveram o apoio de pesquisas no diário oficial do Acre, verificação do CNPJ em meio virtual e consultas nos sítios eletrônicos de imobiliárias e construtoras. Todas essas informações possibilitaram traçar a cronologia de construção da habitação para os grupos de médio e alto rendimento, além de favorecer na espacialização dos empreendimentos em softwares de mapeamento.

Em um estudo geográfico se torna indispensável à utilização de recursos cartográficos. Para a confecção de mapas e sua posterior análise foram obtidas as malhas estaduais, municipais e de setores censitários disponíveis no endereço eletrônico do IBGE, assim como as planilhas referentes aos agregados de setores censitários. Estes recursos foram analisados e especializados por meio do software de geoprocessamento Quantum Gis 1.7.4.

A tese encontra-se estruturada em sete capítulos. O primeiro capítulo é intitulado de Produção social do espaço urbano e segregação. Inicialmente são debatidos os fundamentos teóricos acerca do fenômeno segregativo como elemento de uma produção histórica e social em suas abordagens ecológicas, fatorias e dialéticas. Segue essa discussão com as especificidades da urbanização brasileira,

destacando o papel das cidades médias em suas formações urbanas desiguais quanto a localização dos grupos populacionais e das atividades econômicas.

O segundo capítulo traz apontamentos sobre a ocupação do território amazônico demonstrando o crescimento urbano e as desigualdades sociais e econômicas desse processo. Segue explanando sobre a segregação socioespacial em seus núcleos populacionais, tanto nas duas maiores regiões metropolitanas, como em suas cidades médias.

O terceiro capítulo explana a respeito do surgimento urbano dessa cidade e os indícios que propiciaram a separação dos grupos sociais. Em seguida, verifica-se o crescimento desordenado rio-branquense oriundo do decréscimo econômico do extrativismo da borracha no interior do Acre assim como a consequente ocupação das cidades e formação de colônias agrícolas. Posteriormente, demonstra a luta da população migrante por acesso a terra e aos serviços públicos e analisa a produção dos aglomerados subnormais como produto dessa exclusão social.

No capítulo 4 estão expostas as políticas de habitação popular pós-década de 1960, oriundas do Banco Nacional de Habitação – BNH. Essa ação surgiu como uma forma de atenuar o déficit de moradias na capital acreana. No entanto, resultou na intensificação das desigualdades entre os grupos sociais. Também trata das políticas atuais de moradia popular estabelecidas na década de 2000, com a criação do Ministério das Cidades e como estas agem sobre Rio Branco. Analisa também, a produção da moradia em programas como Pró-Moradia, urbanização das Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs, Programa de Arrendamento Residencial – PAR e Minha Casa Minha Vida.

O capítulo 5 demonstra a atuação do Governo da Frente Popular no remodelamento da capital acreana, abrindo perspectivas para a valorização do patrimônio histórico-cultural e intervenções urbanísticas representadas pela construção de parques lineares e eixos rodoviários. Dentre essas obras, enfatiza a Via Verde como lócus da modernidade e de reprodução de uma nova lógica de apropriação fundiária na cidade na qual surgem modalidades de comércio e serviços que antes eram alheias à população rio-branquense: shopping center, edifício empresarial, comércio atacadista, condomínios e loteamentos fechados.

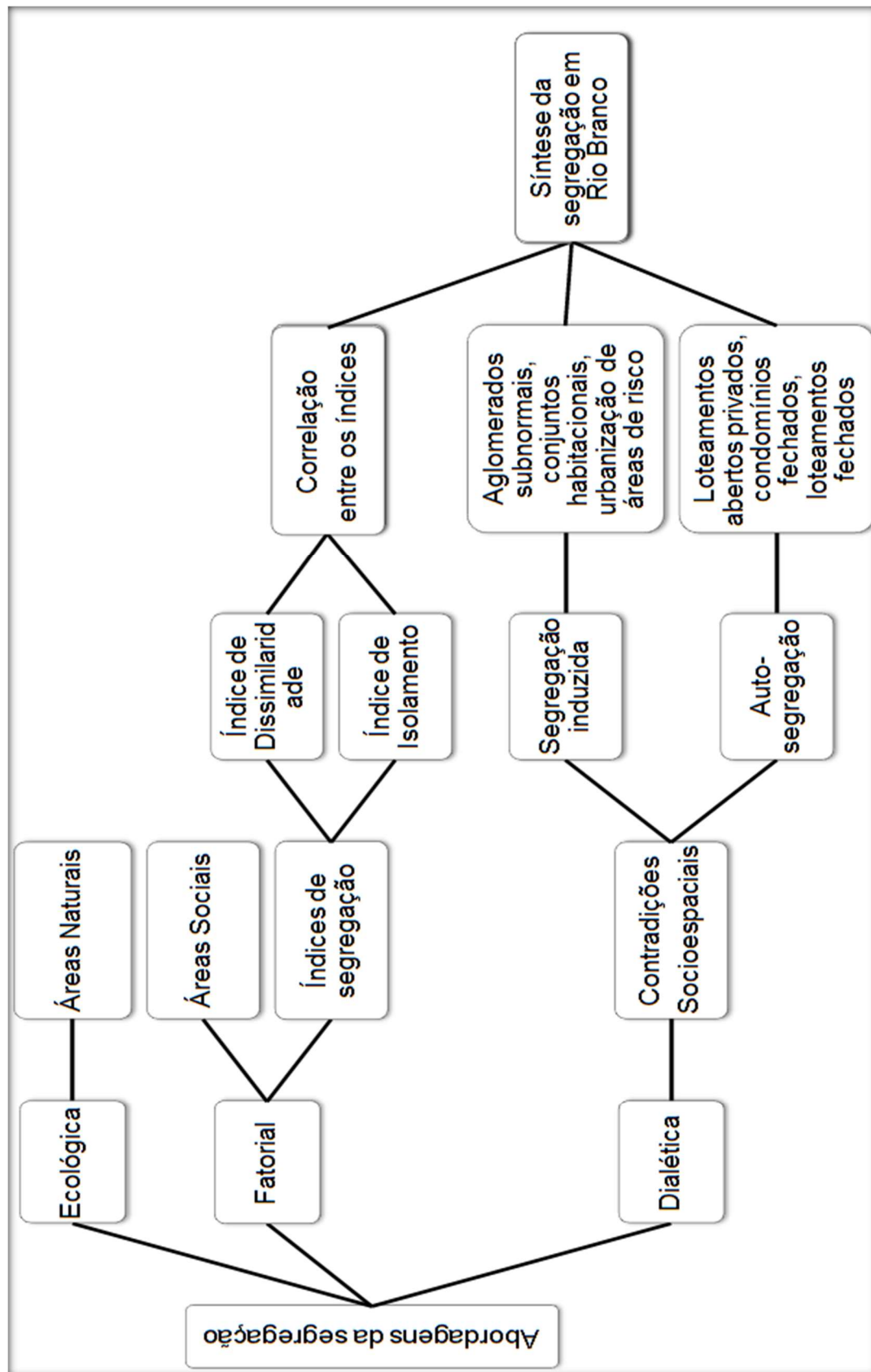
O capítulo 6 observa as diferenciações existentes entre as denominações: condomínio fechado, loteamento aberto e loteamento fechado. Em seguida, aborda a cronologia de implantação da moradia enclausurada em Rio Branco,

demonstrando os contrastes existentes entre as suas tipologias, localização e mercado consumidor. Em um terceiro momento destaca a atuação do marketing imobiliário na divulgação desses empreendimentos, especialmente no uso da natureza como estratégia de venda e criação de necessidades para a população.

O capítulo 7 realiza uma análise da segregação socioespacial em Rio Branco baseando-se nos dados censitários do IBGE sobre rendimento, e tendo como medidas de interpretação o Índice de Dissimilaridade (1955) e Índice de Isolamento de Lieberman (MASSEY; DENTON, 1988). A correlação entre os dois índices gerou uma análise sobre os extremos do fenômeno segregativo na capital acreana, apontando os setores segregados de predominância dos grupos de alta e baixa renda.

Essa exposição teórica e metodológica possibilitou a formação de um quadro síntese do percurso traçado na tese para o entendimento da segregação socioespacial em Rio Branco.

Figura 1 – Quadro síntese dos conceitos norteadores da pesquisa.



Fonte: Elaborado por BENTO, V. R. S.

2 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO

2.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

Os homens, no sentido amplo e restrito, produzem suas vidas e suas consciências no espaço. Nessa concepção, nada há de histórico ou social que não tenha sido espacializado, inclusive a noção de natureza tal como se apresenta à vida em comunidade e aos órgãos sensoriais. Da percepção ampla sobre produção espacial derivam formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas. No sentido restrito, o conceito de produção espacial parte para aceção econômica, resultado maior do trabalho físico e menor da capacidade imaginativa.

Lefebvre (2008a, p. 140) demonstra que a produção do espaço não é uma manifestação da atualidade, pois, os grupos humanos sempre produziram recortes espaciais particulares, desde as civilizações antigas, nas primeiras intervenções na natureza. “O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam”.

Como produto das interações humanas, a produção do espaço não pode ser desvinculada das mudanças sociais e econômicas, pois estas são elementos basilares para a compreensão de sua dinâmica. Soja (1993) salienta que a crescente importância do capital monopolista, sua expansão em escala global e sua dependência cada vez maior da administração e do planejamento estatais introduzem novas condições históricas e espaciais para a interpretação da sociedade capitalista. Tais condições derivam em interpretações sobre a cidade e a urbanização para além do papel da indústria, entendendo-os agora pelo viés da força de trabalho, das trocas, do cotidiano, dos padrões de consumo e lazer.

Em relação à produção social do espaço urbano, Lefebvre (2000) realiza uma crítica à separação entre espaço e sociedade. Tem como viés de análise a formação da ciência econômica na qual a divisão conceitual para a classificação, organização e separação dos produtos (objetos, coisas), fomentou análises fragmentadas. Essa tendência dominante repercute na forma com cada ciência estuda o espaço, considerando como um espaço passivo (arquitetural, econômico, geográfico) e “excluindo às relações sociais implicadas nos espaços (aí incluídas as relações de classe) no lugar de se voltar para a produção do espaço e para as relações sociais inerentes a essa produção” (p. 135).

Na medida em que as ciências iam se parcelando, o conceito de espaço também se repartia em simplificações metodológicas de acordo com postulados geográficos, sociológicos, históricos etc. Sendo assim, tinha-se uma visão espacial como um receptáculo, indiferente ao seu conteúdo e focado apenas em sua dimensão, seja esta absoluta, ótico-geométrica, euclidiana-cartesiana-newtoniana. Já a proposição lefbvriana de espaço visa descobrir uma unidade teórica entre as diversas concepções espaciais através do espaço social.

O espaço não pode ser concebido como passivo e vazio, ou então como mero objeto, que deve ser trocado, comprado ou consumido. Pois enquanto compêndio de uma complexa interação entre elementos sociais e econômicos ele torna-se um produto responsável por sua produção “o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos” (LEFEBVRE, 2000, p. 7). Nesse contexto, o espaço se dialetiza, sendo produto e produtor de relações econômicas e sociais, porém não de forma vazia, estática, pois este agrega o tempo social, conferindo-lhe um caráter dinâmico.

Santos (1991) segue esse mesmo pensamento quando demonstra que o espaço por si só, em sua representação material, não é suficientemente capaz de explicar a realidade e nem ficar em segundo plano em relação à dimensão temporal, como se fosse um simples depósito abstrato. O espaço também não pode ser tratado como se os objetos que o compõem fossem autoexplicativos. Seguir uma metodologia baseada nesse ponto de vista seria “adotar uma metodologia puramente formal, espacialista, ignorando os processos que ocasionaram as formas” (p. 58).

O espaço social é polivalente, abrangendo desde as relações de propriedade dos mais variados bens (especificamente a fundiária), às forças produtivas que promovem o parcelamento do solo, incluindo o seu papel como meio de produção por redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que o recorta e que são por ele determinados. Essas relações não podem ser separadas da divisão do trabalho que o modela, da natureza que se transforma por sua ação, do Estado e das superestruturas.

O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio da *produção* e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação “produção-consumo”

aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. Uma unidade se entrevê entre os níveis frequentemente separados de análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado) (LEFEBVRE, 2000, p. 129).

O espaço social só pode ser interpretado por seu conjunto de relações que se compenetraram e se superpõem. As fronteiras visíveis neste espaço fazem nascer uma aparente separação, ao mesmo tempo confusa e contínua. Apesar de distintos por essas separações (muros, cercas), os fragmentos do espaço social são indissociáveis, superpostos entre pequenos e grandes movimentos interescalares e temporais. O “lugar social” – cada ponto do espaço produzido socialmente – só pode ser compreendido em uma dupla determinação que o rompe, o conduz e o interfere: pelos grandes movimentos (global) e em contraposição pela sua posição em pequenos movimentos dentro de uma rede de menor amplitude escalar (local).

Seja como for, os *lugares* não se justapõem somente no espaço social, em contraste com aqueles do espaço-natureza. Eles se interpõem; se compõem, eles se superpõem e às vezes se chocam. O resultado é que o local (o “pontual”, determinado por tal ou tal “ponto”) não desaparece, absorvido pelo regional, pelo nacional, pelo próprio mundial. [...] O espaço social começa a aparecer em sua hiper-complexidade: unidades individuais e particulares, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas uns se compenetraram, outros se afrontam etc. (LEFEBVRE, 2000 p. 133)

Como produto e produtor, o espaço tende a ampliar continuamente as relações entre seus elementos no terreno, ou seja, num espaço social produzido. A formulação dessa premissa direciona-se a uma constatação: se ações espaciais são realizadas e projetadas num espaço social anteriormente produzido, então, esta produção do espaço envolve não apenas a produção, mas também a reprodução das relações sociais.

A importância da abordagem dita produção social do espaço é que ela procura unificar os vários campos da análise urbana através da observação de que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados com os problemas de natureza espacial. (GOTTDIENER, 1997, p. 23).

O espaço social, na teorização marxista pode ser considerado uma superestrutura, resultado de um conjunto de forças produtivas, de estruturas, de relações de propriedade etc. Se o espaço entra nas forças produtivas, por meio da divisão do trabalho, então ele possui vinculações com a propriedade, com as

instituições, com a cultura, com o saber. Assim, ele se vende e se compra, possuindo valor de troca e valor de uso e, ultrapassa a classificação “base-estrutura-superestrutura” (LEFEBVRE, 2000).

Tendo em vista essa afirmação, o pensamento lefebvriano, não abandona as ideias de cunho marxistas, mas busca reorientá-las. Nas suas teorizações, ele demonstra que o espaço intervém por vezes, em um desses níveis de classificação: no trabalho ou nas relações de dominação (de propriedade), e em outros momentos, no funcionamento das superestruturas (instituições).

Reencontrar a gênese do espaço através do e pelo espaço produzido, da sociedade atual se faz realizando um estudo “para trás” e posteriormente um retorno para o tempo atual. Este é o fundamento do método **regressivo-progressivo** de Lefebvre, assim permitindo entrever o possível e o futuro, inserindo os estudos locais na análise global. As implicações e interligações decorrentes desse percurso não excluem os conflitos, as lutas e as contradições.

O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita no tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato. De modo que a produção e o produto se apresentam como dois lados inseparáveis, e não como duas representações separáveis (LEFEBVRE, 2000, p. 65).

A retomada cronológica da produção social espaço conduziria ao tempo em que cessa a predominância do antropológico direcionando-se no percurso histórico até a concepção do espaço como produto da sociedade industrial: onde a racionalização, mecanização e a reprodução das relações sociais sobrepujam deliberadamente a obra, ou seja, a reprodução natural.

A primeira vista paradoxal, essa *démarche* rapidamente se aproxima do bom sentido: como compreender uma gênese, a do presente, e suas condições, e seu processo, sem partir desse presente, sem ir do atual ao passado e inversamente? Não seria a *démarche* inevitável do historiador, do economista, do sociólogo, por isso que esses especialistas tenham uma metodologia. (LEFEBVRE, 2000, p. 104)

Debord (2003, p. 102) atenta para a transformação no tempo natural no tempo antrópico. A passagem do tempo inicialmente cíclico visto de forma estática, dado pelos vínculos imediatos com a natureza transforma-se em tempo hierarquizado por meio da organização individualizada dos lugares e da apropriação social. “A tempo-realização do homem, tal como ela se efetua pela mediação de

uma sociedade, é igual a humanização do tempo. O movimento inconsciente do tempo manifesta-se e torna-se verdadeiro na consciência histórica”.

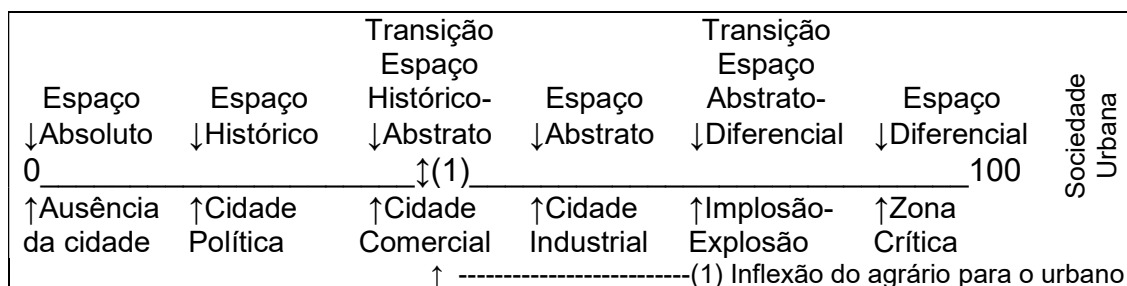
O espaço social intervém e é modificado pelos modos de produção. Logo, a cidade como materialização da produção do espaço pela sociedade apresentará características específicas em cada contexto histórico. “ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se se quiser exprimir assim. Portanto, há uma história do espaço” (LEFEBVRE, 2000, p. 06).

O percurso entre a gênese da produção espacial até a atualidade passa por sua transformação em quatro fases distintas e acumulativas: absoluto → histórico → abstrato → diferencial (LEFEBVRE, 2000). A sociedade pós-industrial é o resultado da somatória das contradições sociais e materiais decorrentes da formação histórica do espaço.

Na mesma linha de pensamento histórico, Lefebvre (2008a) demonstra as transformações da cidade e sua inter-relação com a sociedade urbana. Ao traçar o eixo cronológico **0 → 100%** o teórico parte da ausência da cidade à uma sociedade totalmente urbana como virtualidade, ou seja, como possibilidade futura.

Associando as obras *A produção do espaço* (2000) e *A revolução urbana* (2008a), se estabelece o seguinte eixo histórico da evolução do conceito de espaço social e de produção da cidade (Figura 2).

Figura 2 – Relação entre cidade e produção espacial em Lefebvre.



Elaborado por: BENTO, V. R. S., 2017.

Em uma fase pré-histórica a natureza domina o espaço social e, mediante o processo crescente de materialização das relações sociais, o espaço-natureza (físico) se distancia irreversivelmente. Com certeza ele foi e permanece terreno

comum de partida: a origem, o original do processo social, talvez a base de toda “originalidade” (DEBORD, 2003).

Assim, inicia-se pela concepção do *espaço absoluto*. Sua procedência advém da percepção da natureza, configurando toponímias aos lugares em alusão ao natural (caverna, cume, fonte, rio). A dominação do meio ambiente pelo homem decorreu da seleção de alguns gêneros propícios para a sua sobrevivência e sedentarização. Este passo inicial possibilitou a acumulação primitiva tendo como base a produção de excedentes.

No início o que há? Populações destacadas pela etnologia, pela antropologia. Em torno desse zero inicial, os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) marcaram e nomearam o espaço; eles o exploraram balizando-o. Indicaram os lugares nomeados, as topias fundamentais (LEFEBVRE, 2008, p. 18)

Na cronologia, o espaço absoluto é sucedido pelo espaço histórico que também é político. No entanto, a primeira prática espacial não desaparece, só é modificada em sua funcionalidade: “ele persiste como camada ou sedimento do espaço histórico, suporte de espaços de representação (simbolismos religiosos, mágicos, poético)” (LEFEBVRE, 2000, p. 81). ~

Assim, o espaço histórico é caracterizado pela transferência das relações sociais do campo para a cidade política. Essa separação: “toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho [...] conforme sexo e idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os instrumentos e as habilidades (divisão técnica)” (LEFEBVRE, 2001, p. 36).

A divisão de classes e a separação entre o trabalho – camponeses e artesãos – e o não trabalho – sacerdotes, guerreiros, escribas e reis – bem como o surgimento de funções administrativas e militares também caracterizam essa estrutura espacial. A criação de vazios tanto interiores quanto exteriores dos palácios, catedrais, largas avenidas e amplas praças são reproduções do poder adquirido pela ruptura com a naturalidade. Logo, este é o “espaço da representação”.

A totalidade se divide; instauram-se as separações entre *práxis* (ação sobre os grupos humanos), *poiésis* (criação de obras), *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos). O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do

ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão. (LEFEBVRE, 2001, p. 36)

Na Idade Média há um declínio da importância da cidade política e a valorização da propriedade rural. O poder é transferido da cidade para o campo na figura do senhor feudal. “A propriedade feudal sai de um duplo processo: a decomposição do império romano (que não deixa depois dele menos que uma extensão da agricultura e vastos espaços já unidos por laços comerciais e políticos)” (LEFEBVRE, 1999, p. 40).

Posteriormente, com o renascimento das cidades ocorre a dissolução das relações feudais e desenvolvimento do capitalismo comercial onde, de forma simultânea, a cidade é responsável pela destruição da estrutura feudal e: “a incorpora, transformando-a. À propriedade feudal da terra (propriedade fundiária: comunidade camponesa dominada pela hierarquia dos senhores) correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa” (LEFEBVRE, 1999, p. 41).

Essa é a fase de inflexão do agrário para o urbano onde: “O racionalismo que culmina com Descartes acompanha a inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana” (LEFEBVRE, 2008a, p. 22). O espaço abstrato suplanta o espaço histórico/político. Como consequência, o Estado ergue-se como superestrutura mediante a criação signos para organização urbana e pela utilização das perspectivas lineares, afluindo no urbanismo.

A filosofia da cidade respondia às questões colocadas pela prática social nas sociedades pré-capitalistas (ou pré-industriais, se preferir essa terminologia). O urbanismo como técnica e como ideologia, responde às demandas oriundas dessa vasta crise, já assinalada, da cidade, crise esta que se anuncia desde a aurora do capitalismo concorrencial (LEFEBVRE, 2001, p. 51)

A abstração espacial evidencia a complexidade e as contradições adquiridas ao longo do tempo. Este é o espaço do capitalismo, caracterizado pela “representação do espaço”. Anteriormente ao modo de produção capitalista, os níveis da reprodução biológica (família) e da produção socioeconômica (divisão do trabalho) se entremeavam. Com a preponderância gradual desse sistema, um terceiro nível se imbrica, o da **reprodução das relações sociais de produção**, que interfere diretamente nesses outros dois níveis.

O espaço social contém, ao mesmo tempo, os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações

biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Essas dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se apoia; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! (LEFEBVRE, 2000, p. 58).

A sociedade sobre movimento do modo de produção capitalista apropria e organiza o espaço preexistente, modelando-o continuamente. O adapta às suas finalidades, permeando as espacialidades já consolidadas de forma lenta ou intensa, dependendo de seus interesses. Consequentemente, as estruturas que desempenhavam certa utilidade em um modo de produção anterior – feudal, escravista, asiático – ou em uma determinada fase desse sistema – mercantilista, industrial, financeiro – se desintegram e a fase vigente do atual modo de produção, que incorpora para si os resultados dessa desintegração.

Nesse remodelamento, o pontual e o global se premeiam. Na esfera do local – da forma – a organização espacial centralizada e concentrada aperfeiçoam a produção material e a ação do poder político. No âmbito mundial – da estrutura – ocorrem integrações e desintegrações que afetam as múltiplas escalas no processo de divisão territorial e social do trabalho em escala global pelo ensejo de ordem mundial mais racional (HARVEY, 2014).

O espaço abstrato é o da modernidade, caracterizado pela tríade homogeneidade-fragmentação-hierarquização. É homogêneo para exercer a gestão, dominação, vigilância, comunicação e fabricação de materiais; é fragmentado, pois se desmembra em parcelas que expressam diferenciações espaciais e sociais e; é hierarquizado em espaços de poder, controle e circulação. “Essa abstração concreta se desenvolve no pensamento como se desenvolveu no tempo e no espaço, até à prática social: a moeda, o dinheiro, o trabalho e suas determinações” (LEFEBVRE, 2000, p. 148).

A produção espacial moderna revela o que seria a crise das proposições teóricas até então dominantes, as quais valorizavam a cidade como obra, lugar privilegiado do pensamento e da invenção. A urbe como construção coletiva depende do valor de uso. A generalização da mercadoria pela industrialização a transforma em produto condicionado pelo valor de troca. Esse processo demonstra

uma transformação histórica da Cidade-Estado pela cidade industrial, submetida à divisão do espacial do trabalho de forma hierárquica e dispersa.

Na cidade antiga, o uso e o valor de uso ainda definem o emprego do tempo. Nas formas tradicionais da cidade, a troca e o valor de troca ainda não romperam todas as barreiras, nem se apoderaram de todas as modalidades do uso. É nesse sentido que as cidades antigas são e permanecem obras, e não produtos (LEFEBVRE, 2008b, p. 83).

A consolidação da atividade industrial anuncia um período de ressignificação da cidade com movimento de implosão-explosão. A industrialização impulsiona a urbanização da sociedade modifica a estrutura das cidades existentes além da formação de novos núcleos populacionais. “Nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica. Sentido de pertencer, imagem enaltecadora, espaço demarcado” (LEFEBVRE, 2008a, p. 23).

A mundialização da produção e do consumo expande a problemática urbana para a escala mundial e a cidade afasta-se cada vez mais do seu conceito inicial, das motivações que a originou.

A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anticidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão-de-obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as (LEFEBVRE, 2008b, p. 83).

Em seguida, na fase pós-industrial conceituada nas proposições lefebvrianas de “fase crítica”, a produção do espaço abstrato cede vez para o *espaço diferencial*. As cidades e a urbanização deixam de ser produzidos apenas pela industrialização. A atividade industrial como realidade dominadora e motivadora da formação de cidades, transforma-se em realidade dominada. “O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição a uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 84).

A construção da sociedade pós-industrial revela novas práticas espaciais em uma etapa conceituada por Lefebvre (2000, p. 65) de neo-capitalismo ou capitalismo de organizações. A prática social dessa nova fase: “associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a

realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres)”.

Nessa nova fase ampliam-se as diferenciações entre os fragmentos, pois além da manufatura, as cidades funcionalizam em serviços, lazer, especialização agrícola e administração. Como resultado, o espaço diferencial “só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 2000, p. 84).

Para Soja (1993) a cidade sob o capitalismo industrial funcionava como uma máquina de produção, e, por conseguinte expressava-se espacialmente para atender essa produção racional e segmentada. O pós-Segunda Guerra Mundial evidencia a intensificação do capitalismo financeiro nas economias industriais avançadas demandando uma concentração monetária que propiciou melhorias na infraestrutura, habitação e serviços básicos.

A intervenção na organização espacial urbana visando à acumulação de capitais e gestão dos problemas sociais tornou-se necessária nessa nova etapa do modo de produção em questão. Consequentemente, essas mudanças implicaram na forma de como as cidades se organizavam saindo de uma concepção administrativa para um empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006).

A recessão de 1973, expressa dificuldades nas economias capitalistas quanto à desindustrialização, desemprego e austeridade fiscal, fortalecendo a passagem do administrativismo para o empreendedorismo baseado na privatização e na racionalidade do mercado. Outro fator decorre da crescente incapacidade das nações de regular os fluxos de capitais das empresas multinacionais. Logo, tal regulação passa a ser dada pela negociação entre o global e o local, através da maximização da atratividade dos lugares como forma de promoção de investimentos capitalistas. Nesse sentido, os investimentos governamentais passam a ser direcionados para as ações globais como tentativa de solucionar os problemas locais (HARVEY, 2006).

Deve-se considerar que atividades do urbano são instáveis e estão em constante transformação devido à interação dos agentes produtores do espaço, os quais contribuem para a ruptura da unidade urbana a partir da dissolução em espaços cada vez mais fragmentados em zonas e comunidades específicas (CORRÊA, 1989). Portanto, é necessário reconhecer os efeitos que o reflexo da transição administrativa para a empreendedora causa sobre as instituições e sobre o

ambiente construído. Na sociedade urbana em formação, tem que se estabelecer uma noção de verticalidade entre o nível local e global, considerando a inter-relação ente essas duas esferas.

O nível global é representado pelo poder do Estado que age no espaço mediante uma concepção política, ideologicamente justificada. Essa ação é constituída por estratégias e lógicas de classe, compostas de um aparato técnico e burocrático que se expressam pelo neoliberalismo e o neodirigismo (LEFEBVRE, 2008a).

O neoliberalismo tem em vista a participação da iniciativa privada, onde promotores imobiliários e instituições bancárias se responsabilizam pela prática do urbanismo. O neodirigismo acentua a planificação urbana, utilizando-se de especialistas, tecnocratas e dos recursos financeiros do Estado. Ambos, neoliberalismo e neodirigismo se interpenetram e, nesse sentido, não se pode conceber a ação do Estado sem propiciar benefícios à iniciativa privada.

A ação neoliberal reserva parcelas de solo ao setor público assim como o neodirigismo apodera-se de algumas estratégias do setor privado nos mais diversos setores: ação do Estado sobre a agricultura de commodities; intervenção do capital privado em projetos imobiliários estatais; planificação estatal na indústria, por meio da configuração de distritos industriais etc.

As implicações do neodirigismo sobre o espaço urbano supõe um sistema de ações explícitas, que são conduzidas de forma sistemática, florescendo no *urbanismo institucional*. A tendência de divisão espacial do trabalho é levada em prática por essa forma de urbanismo, que ocorre pelo do zoneamento de atividades. Este “*zoning*” planeja ao mesmo tempo a – centralização – por meio do fortalecimento dos centros de decisão e a – descentralização – separando zonas destinadas à preservação e à homogeneidade. Em suma, esse nível: “reflete a projeção das relações sociais no solo, oriundas da mercadoria e do mercado, dos contratos ou quase-contratos entre os ‘agentes’ à escala global” (LEFEBVRE, 2000, p. 83).

Para Harvey (2006) a mudança para o empreendedorismo não foi completa na escala mundial, pois alguns governos não conseguiram se adaptar às novas possibilidades de interação com a iniciativa privada tal como exemplificado em algumas cidades britânicas e norte-americanas, as quais continuaram dependentes da intervenção governamental em suas questões urbanas.

Mesmo assim, parece um consenso que as parcerias entre público e privado tornam-se vantajosas para o Estado, uma vez que este se exime de algumas obrigações. “Então, mesmo os governantes municipais socialistas mais resolutos e vanguardistas farão, no fim, o jogo capitalista, desempenhando o papel de agentes disciplinadores em relação aos próprios processos que estão tentando resistir”. (HARVEY, 2006, p. 169).

A atuação do empreendedorismo urbano abre possibilidades para a competitividade entre as cidades que agem como chamarizes para a atração de investimentos privados. Essa mudança da postura governamental é ainda mais prejudicial nos países emergentes e subdesenvolvidos, uma vez que a fragilidade das economias e a concentração de capital em poucos centros urbanos intensificam as desigualdades sociais, principalmente no que se refere ao deslocamento de recursos de áreas essenciais (saúde, educação e saneamento), para ações que beneficiem investidores capitalistas.

A intervenção do capital financeiro sob os centros urbanos torna-se mais evidente e reorienta as posturas governamentais dos países de capitalismo avançado em relação aos investimentos feitos em suas urbes. Tal mudança foi o reflexo da ação administrativa e centralizada no Estado quanto ao desenvolvimento econômico, manutenção de empregos e solução dos problemas urbanos, passa a ser substituída pela atuação da esfera privada. O esvaziamento das políticas sociais e a progressiva adoção da postura de Estado mínimo quanto ao bem-estar da população, possibilitou mudanças no cenário governamental que passou a subsidiar as iniciativas empresariais por meio incentivos, empréstimos e infraestrutura. “Essa coalizão entre o capital e o Estado funcionou eficazmente, replanejando a cidade como uma máquina de consumo” (SOJA, 1993, p. 126).

No nível local, a atuação do global modifica o cotidiano público e privado da sociedade influenciando diretamente no habitat e no habitar. Concomitantemente as particularidades do local vão sendo absorvidas e modificadas pelo neodirigismo global. O mundial não revoga o local. Não se trata de uma consequência da lei do desenvolvimento desigual, mas de uma lei própria. A implicação dos espaços sociais é uma lei (LEFEBVRE, 2000, p. 124).

Carlos (2007a, p. 22) afirma que, apesar da crescente troca entre a ordem próxima e distante, cada lugar mantém as suas particularidades, não sendo totalmente anuladas com as intervenções globais, assim: “o lugar enquanto

construção social abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”.

Para Lefebvre (1978, p. 89) a cotidianidade é povoada por signos e sinais. “Os sinais dirigem e condicionam os comportamentos. Os signos são mais vagos e complexos; constituem sistemas abertos” **tradução nossa**. A vida cotidiana transita entre a miséria das trivialidades, da repetição das palavras e dos gestos e riqueza de possibilidades oferecidas aos indivíduos nos encontros, nas ambições, nos aprendizados a serem adquiridos.

Se nos exigem uma definição precisa do cotidiano, começamos por defini-lo negativamente. Se tirarmos as atividades delimitadas e especializadas (técnicas, trabalho parcelado, cultura, ética) e os valores admitidos, o que nos resta?” (LEFEBVRE, 1978, p. 88, tradução nossa).

Verifica-se em Carlos (2007a) que a sociedade contemporânea é uma sociedade urbana que se generalizou no espaço global pelos fluxos de mercadoria e de informações, contornou as fronteiras nacionais e camuflou as relações de dominação e subordinação. “O urbano não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar” p. 35.

Na dimensão do lugar, a esfera privada envolve a moradia nas cidades, em um conflito entre o “habitar” e o “habitat” (LEFEBVRE, 2000). O habitar é o termo que designa um envolvimento entre o indivíduo, o espaço e a sociedade. É composto por suas relações de proximidade com agentes sociais e econômicos, tais como os familiares, os vizinhos, o local de trabalho, de compras, de lazer etc. O habitar permite a criatividade, o encontro de diferenças e a troca de experiências.

Já o habitat corresponde a uma simplificação do habitar, restringindo o indivíduo aos seus atos funcionais: beber, comer, dormir e reproduzir-se. Influenciado pela atuação da esfera global sobre o local, o habitat torna-se padronizado, suprimindo o habitar e dificultando a vida cotidiana. Ideologicamente, o habitat é imposto pelo urbanismo como um espaço homogêneo, encerrando o espaço vivido em “máquinas de habitar”. Essa separação entre o habitar e o habitat repercute na perda da identidade do indivíduo com o lugar. A segmentação do cotidiano em fragmentos de passagem e de vivência, dando origem ao não-lugar.

Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p. 36)

A destruição das identidades sociais e familiares visando a produção de não-lugares que aceleram o tempo-espço aprofunda a segregação e aniquila os elementos definidores da consciência e memória dos habitantes assim como apaga as suas referências de pertencimento à comunidade. Nessa perspectiva, “a cidade se reduz ao seu quadro físico, passível de intervenção, calando o cidadão e transformando-o em usuário de meios de consumo coletivos” (CARLOS, 2007b, p. 89).

Considerando o que foi exposto, pode-se apontar que a produção do social do espaço urbano revela os conflitos decorrentes das mudanças globais e locais promovidas pela fase atual do modo de produção capitalista. Estas modificações exibidas na forma, no cotidiano e no consumo das cidades interferem diretamente na produção do ambiente construído e no cotidiano da população. Assim, entende-se a segregação torna-se um produto das contradições socioeconômicas em constante readaptação. Para tanto se faz necessário analisar como a análise desse conceito veio se modificando e acompanhando as transformações da sociedade, tal como exposto nos tópicos seguintes.

2.2 ABORDAGENS SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação dos grupos sociais indica as formas de inter-relacionamento da população com espaço urbano. Tal fenômeno demonstra características diferenciadas na medida em que a cidade vai se expandindo e os grupos sociais vão ocupando fragmentos cada vez mais homogêneos. Nesse sentido, concorda-se com Caldeira (2011, p. 211) “As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente”. Partindo dessa afirmação, observa-se que a cidade pequena tende a evidenciar a concentração dos grupos sociais com mais clareza que a grande metrópole, na qual o aumento das distâncias espaciais promove a separação dos grupos que antes coabitavam o mesmo recorte espacial.

Na medida em que a cidade se expande, mais se complexificam as relações do habitar. De forma que em um recorte histórico, pode-se afirmar que a cidade em seu estado embrionário possui a capacidade social e espacial para um grupo humano apropriar-se de sua condição de existência, dando total sentido ao espaço vivido. Na metrópole, é observável a fragmentação do cotidiano e a perda do sentido de apropriação espacial.

Ao estudo espacial-temporal da organização interna das cidades não pode ser aplicada a mesma metodologia utilizada para apreender as modificações ocorridas no espaço regional uma vez que os fatores preponderantes na modificação do intra-urbano não são os mesmos ou não agem com a mesma intensidade nas escalas de maior territorialidade e vice-versa.

Para Villaça (1998), a metodologia que envolve os estudos intra-urbanos é destinada a interpretação da estrutura interna das cidades, buscando compreender sua gênese e evolução. Dentre os processos desencadeados da expansão das urbes destacam-se a dicotomia entre centro e periferia assim como a distribuição desigual das atividades econômicas, das riquezas e dos grupos humanos, exibindo zoneamento, centralidade, especialização e segregação. Em estudos acerca do espaço intra-urbano, é indispensável considerar as relações de determinada localização (um bairro, por exemplo), com todas as demais localizações do espaço urbano.

Quanto à segregação, Sposito (2013) evidencia a pluralidade teórica e as muitas possibilidades de análise desse conceito. Seu caráter polissêmico deriva tanto processo histórico de formação conceitual, dos diversos métodos de abordagem – ecológico, funcionalista, marxista – além das diferenças expressas nas formações socioespaciais, sítio urbano, dimensão e importância das cidades que compõem a rede urbana de uma determinada região.

A segregação, no plano conceitual, tem de ser compreendida em sua complexidade. [...]. No entanto, neste caso, as possibilidades são ainda maiores, quase sendo possível afirmar que há tantas segregações, de fato e em potencial, quantas cidades e situações urbanas com as quais nos deparamos (p. 64)

Logo, articulando com as proposições de LEFEBVRE (2001, p. 97), constata-se a segregação sendo promovida e modificada socialmente e espacialmente por um conjunto de atributos. Este conceito deve ser entendido “com

seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)”. Mais adiante o autor ressalta que:

O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: *ecológico* (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), *formais* (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocação de seus elementos arquitetônicos), *sociológico* (níveis de renda, modos de vida, etnias, culturas, subculturas etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

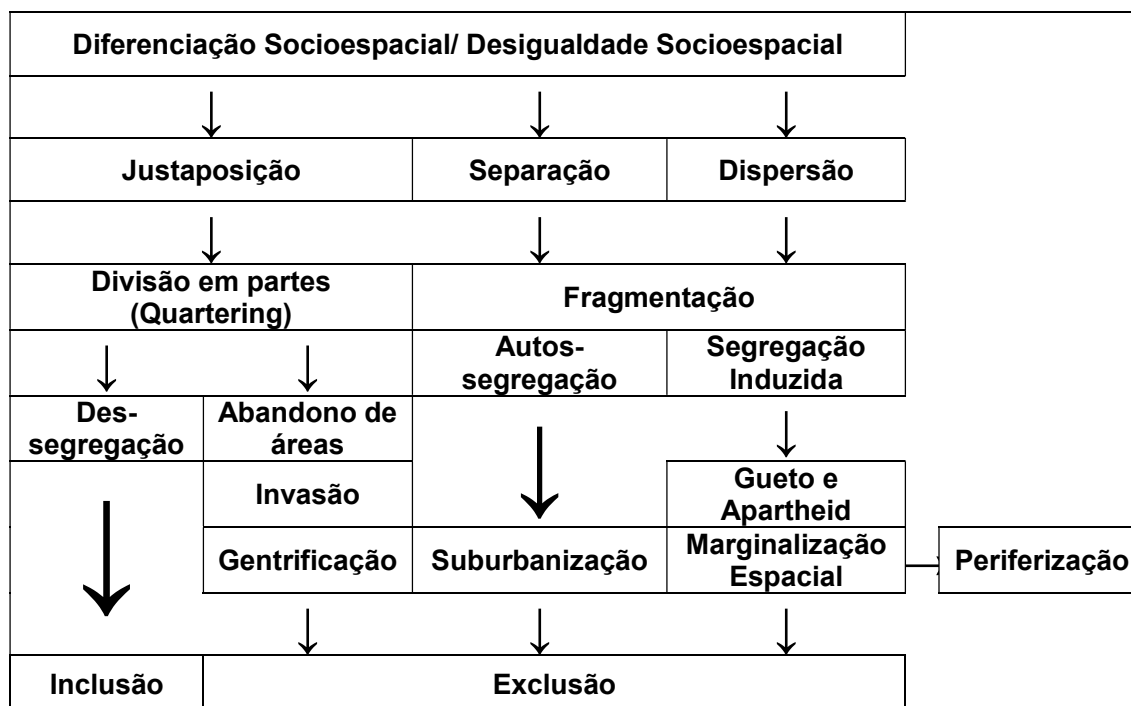
Castells (2009, p. 250) aponta que a segregação é originada da conjunção entre fatores econômicos, políticos e ideológicos responsáveis pela composição do espaço residencial. Esse fenômeno é reforçado pelas modificações nas formas de ocupação, da luta de classes pela utilização simbólica da cidade, o pelo fortalecimento das fronteiras ecológicas de cada comunidade. “entendemos por segregação à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas”.

Interpretando Vasconcelos (2013), elabora-se um esquema (Figura 3) como forma de compreender a diversidade de conceituações que se referem ao fenômeno da segregação.

Inicialmente é importante considerar a diferenciação e a desigualdade socioespacial como marcos ordenadores dos demais conceitos. A diferenciação está relacionada às estruturas espaciais, ao visível. Evidencia contrastes da arquitetura e da configuração urbana entre as diversas porções da cidade. Ela expressa as formas de ocupação ou um recorte histórico demonstrando bairros coloniais, de minorias étnicas ou religiosas, favelas, periferias e bairros antigos deteriorados em oposição às novas localizações modernizadas: “A diferenciação socioespacial aparece, portanto, em contextos variados e é resultante de vários processos, como o de colonização, ou de desigualdades originárias do passado escravista” (VASCONCELOS, 2013, p. 18).

Ao contrário, a desigualdade tem um aspecto mais social do que espacial podendo passar despercebida e estando escondida na diferenciação espacial. São exemplos os guetos estadunidenses, ou mesmo a pobreza existente nas cidades britânicas no período industrial.

Figura 3 – Esquema do conceito de segregação.



Elaborado por: BENTO, V. R. S. Adaptado de: VASCONCELOS, 2013.

Em seguida, a tríade justaposição-separação-dispersão também indica os níveis de segregação quanto aos atributos espaciais. A justaposição revela a proximidade espacial das desigualdades sociais. Essa é uma característica muito presente em cidades brasileiras na presença de pequenas vilas, bicos e favelas situadas entre edifícios luxuosos. Apesar de conflitos existentes pela coexistência de classes antagônicas, esta funciona como uma simbiose onde os serviços prestados pela população pobre beneficiam os moradores de maior poder aquisitivo, pois: “essa proximidade espacial evita os custos de transporte para os trabalhadores domésticos e de serviços que exercem suas atividades nos bairros de alta renda”. (VASCONCELOS, op. cit., p. 18).

Já a separação é uma medida radical de divisão dos grupos sociais, utilizando obstáculos como muros e cercas as quais seccionam bairros de grupos étnicos, religiosos ou com rendas diferentes. São exemplos: grandes loteamentos fechados dentro do perímetro urbano; a construção de barreiras separando favelas de bairros elitizados no Rio de Janeiro ou, em escala territorial mais ampla o isolamento de cidades ou países. “A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano” (LEFEBVRE, 2008a, p. 121).

Por último, a dispersão corresponde à exclusão social decorrente do espraiamento para fora das áreas de adensamento urbano com formação de subúrbios, novas áreas comerciais, industriais e loteamentos fechados de grande dimensão (VASCONCELOS, op. cit.).

A justaposição dá base para o entendimento da divisão das cidades em partes, ou *quartering*. Esta remete a uma cidade coesa, com a contiguidade de bairros, mesmo estes sendo diferentes tanto nos aspectos sociais quanto estruturais (VASCONCELOS, 2005).

Já a separação e a dispersão caminham para o conceito de fragmentação, ou seja, a perda da funcionalidade da cidade como um todo assim como o enfraquecimento interligação entre as suas diversas porções. Esses fragmentos passam a atuar independentes uns dos outros com usos diferenciados pelas classes sociais. Sobre a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, Souza (2010, p. 500) descreve:

O que está em foco, sob esse rótulo, é um processo em que, de uma parte, espaços segregados, notadamente favelas, passam a ser objeto de territorialização por parte de quadrilhas e "organizações" de traficantes de drogas, e, de outra parte, cada vez mais como reação escapista à crescente sensação de insegurança em seus bairros tradicionais, elites e parte da classe média se autossegregam, buscando refúgio nas cidadelas fortificadas que são os condomínios exclusivos.

Da percepção de *quartering*, podem derivar quatro processos: dessegregação, gentrificação, abandono de áreas e invasão.

A dessegregação é uma situação ideal e contrária à segregação das cidades, impulsionada por políticas públicas que impulsionem a população a usufruir dos espaços comunitários, incentivam a mobilidade e a acessibilidade dos diversos grupos humanos, revalorize as áreas centrais e demais pontos de aglomeração populacional.

Este conceito é essencial para entender e favorecer a inclusão social. A dessegregação é utilizada como uma "geografia da oportunidade" na avaliação os impactos promovidos pela inserção de moradias públicas em bairros com predomínio de estratos da classe média e com altas taxas de segregação, tendo a experiência de Yonkers, em Nova Iorque (BRIGGS; DARDEN; AIDALA, 1999).

A gentrificação possui um caráter de valorização de áreas anteriormente degradadas voltada principalmente para apropriação da população de maior poder

aquisitivo ou mesmo para o fomento de atividades turísticas envolvendo um empreendedorismo urbano. Por vezes há o remanejamento de grupos desfavorecidos ou mesmo a mudança dos usos de uma determinada parte da cidade, propiciando a especulação imobiliária e dificultando o acesso da população excluída desse processo. Amendola (2000, p. 29) define este conceito na seguinte passagem:

Os velhos edifícios são reabilitados, restaurados e lançados no mercado para um público dotado de capital financeiro e cultural adequado a uma rediência e serviço de tipo superior. Não se recupera somente casas individualmente, áreas inteiras são objeto das intervenções de recuperação e valorização. É a gentrificação, termo que indica a transferência da população de uma área mediante a introdução de grupos sociais superiores (tradução nossa).

Para Schwirian (1983) a gentrificação é um reassentamento em áreas degradadas mais antigas por pessoas de classe média que habitam outros bairros da cidade. O apelo arquitetônico de habitação antiga afeta grandemente na medida em que uma área mais antiga é gentrificada. Esse processo é frequentemente associado com os conflitos sociais e, é difícil obter uma imagem completa de sua extensão, uma vez que é estimulado preferencialmente pelo investimento privado.

A invasão aparece como um processo contrário a gentrificação, pois é entendido como um processo de ocupação de áreas anteriormente ocupadas por uma classe social geralmente de maior status ou mesmo com atividades comerciais e industriais que foram deslocadas para outros espaços no decorrer da expansão urbana. É uma forma de garantir o acesso à áreas relegadas pelo poder público e mercado imobiliário. A relação invasão-sucessão é referente à abordagem ecológica que predominou nos estudos de Ecologia Humana da Escola de Chicago. Burgess (1925, p. 74), conceitua esse processo demonstrando que:

Certas formas especializadas de utilidades e usos não aparecem na comunidade humana até que uma determinada fase de desenvolvimento tenha sido atingida [...]. Assim como nas comunidades de plantas as sucessões são produtos de invasão também é na comunidade humana as formações, segregações, E associações que aparecem constituem o resultado de uma série de invasões (BURGESS, 1925, p. 74, tradução nossa).

O abandono de áreas está relacionado os processos de invasão e gentrificação. São as localizações da cidade preteridas tanto pelo poder público

quanto pelas intervenções da iniciativa privada. Amendola (2000, p. 309) realiza o paralelo entre a cidade desejada por todos e a cidade escondida, porém real. Ambas vivem em dualidade “Se não existisse a segunda cidade, por outra parte, a cidade recriada e otimizada não teria razão de existir”.

Como desdobramentos do conceito de fragmentação pode-se entender os processos de autosegregação e segregação induzida, como visto em Corrêa (1989, p. 69) “Em realidade pode-se falar em autosegregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”. Estes, por sua vez, servem de apoio para compreender a suburbanização, o gueto, o apartheid e a periferização como materializações da exclusão social.

A suburbanização, conforme exposto em Soja (1993) é resultado das estratégias do Estado e do capital para eliminar o conflito de classes, deslocando as problemáticas sociais para o consumo e promovendo a ruptura da unidade cidade mediante a homogeneização de áreas residenciais e da dispersão das atividades urbanas. O crescimento dessa “fronteira de grama” das casas suburbanas também intensificou a segregação residencial, a fragmentação social e a segmentação ocupacional da classe trabalhadora (SOJA, 1993, p. 126).

A suburbanização constitui na dissolução da cidade na medida em que a industrialização se desconcentra, e consecutivamente dispersa os trabalhadores. A saída de outras atividades da área central como o comércio e os serviços impulsionou esse processo.

A fuga da cidade espalhou-se muito mais para fora, à medida que os administradores, supervisores e profissionais liberais juntaram-se à antiga burguesia industrial, num surto de suburbanização que transpôs as fronteiras administrativas anteriores da cidade. A multiplicação de áreas de municípios separados incorporados substituiu a anexação como padrão principal de expansão territorial urbana, criando um grau de fragmentação política metropolitana de que nunca se chegara perto no passado (SOJA, op. cit. P. 217)

O gueto forma uma área concentrada espacialmente com o intuito de separar e limitar de forma involuntária um determinado grupo, considerado inferior pelo grupo dominante. Ele é entendido pelo conjunto de três elementos: separação espacial, inferioridade e definição involuntária de identidade, geralmente como racial. Como forma não pejorativa, deriva a denominação enclave, referindo-se as áreas onde os imigrantes e outros grupos étnicos se agruparam (MARCUSE, 1997).

Wacquant (2001) enfatiza que o gueto negro da atualidade é consideravelmente diferente de sua forma clássica, que era compacta e confinada. A partir dos anos 1980, tornou-se um território marginalizado onde seus residentes são excluídos da vida econômica, social e política da cidade. No mesmo pensamento, apresenta a denominação *hyperguetto* para essa nova configuração da exclusão de grupos étnicos e raciais nas cidades norte-americanas, marcada pela perda da consciência coletiva da população estigmatizada e mais por uma separação social – dos modos de vida – do que física.

O apartheid é uma manifestação mais intensa do gueto, que além do controle espacial, inviabiliza o contato com a cultura e a língua entre os grupos separados. “A ‘guetização’ é ainda mais aguda no contexto das “cidades de casta” construídas pelo poder colonial para demarcar o espaço da organização étnica hierárquica de suas posses transoceânicas” (WACQUANT, 2004, p. 158). A intervenção do Estado é fortemente destacada nessa modalidade de segregação, como no caso de Rabat, a capital marroquina sob o domínio francês, ou em cidades da África do Sul com a ação do *Group Areas Act*.

Sobre a marginalidade espacial, Wacquant (2001) expõe a diversidade de denominações atribuídas para as comunidades estigmatizadas pelos problemas sociais à exemplo da favela brasileira, da *poblacione* chilena, do *banlieue* francês e do *gueto* norte-americano. Apesar dessa variedade de terminologias, este conceito não é o mesmo em todos os lugares, pois: “seus mecanismos genéricos e suas *formas específicas* tornam-se inteligíveis se estiverem firmemente ligados à matriz histórica da classe, do Estado e do sistema hierárquico característicos de cada sociedade” p. 07.

Este pesquisador também demonstra que conceito de marginalidade apresenta diferentes pontos de vista quando confrontadas as percepções dos administradores públicos, das autoridades urbanas e da população residentes em zonas excluídas. Outro fator a ser considerado é o grau e a forma de intervenção das instituições estatais dentro dessas comunidades relegadas, especialmente na segurança pública e na habitação. Nesse sentido, os territórios considerados como favela podem conter uma diversidade de situações “áreas estáveis que continuam sendo abrigo sólido da classe trabalhadora dentro da cidade, zonas nas quais as vítimas da desindustrialização regressivas são entregues ao próprio destino [...] e enclaves marginais” (WACQUANT, op. cit, p. 11).

Para Perlman (2005) o conceito de marginalidade foi desconstruído, descartado e depois reconstruído nas últimas décadas. Para a teórica, o mito da marginalidade foi criado no contexto histórico de imigração da pobreza para as cidades. Em sua percepção, as favelas não podem ser totalmente definidas pela ilegalidade, já que parte dos moradores tem titularidade de suas propriedades. Tampouco devem ser definidas pela falta de serviços urbanos, uma vez que o acesso a água, eletricidade e a coleta de esgoto tem se expandido gradualmente.

Elas não podem mais ser definidas pela rusticidade dos materiais utilizados para a construção habitacional, visto que a maioria da população reside em casas de alvenaria. A expansão do mercado imobiliário com aluguel e venda faz parte de algumas dessas áreas, principalmente na Zona Sul carioca. Elas não podem ser consideradas homogêneas socialmente, pois há contrastes entre classes sociais e diferenças de bem-estar nesses territórios.

A noção de marginalização/marginalidade foi sendo substituído pelo conceito de periferização. Rolnik e Bonduki (1982) explicam a periferia pela baixa renda diferencial do solo que se fundamenta nas diferenças de condição física e localização dos terrenos. Não se traduz primordialmente na distância espacial e sim no somatório de outras características, dentre as quais: carência de equipamentos públicos, local por excelência de habitação dos trabalhadores e predomínio da autoconstrução.

Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitana e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação” p. 147

Mediante a esses apontamentos, é reconhecível a complexidade de análise da segregação, pois, as especificidades mencionadas podem estar imbricadas, tornando mais complexa a definição desse fenômeno. Como exemplo afirma-se que duas cidades surgidas em um mesmo período, sob uma determinada atividade econômica, podem exibir espaços segregados diferentes, devido o grau de importância na hierarquia urbana, distribuição das atividades, extensão territorial, configuração do sítio urbano e pela forma de crescimento espontâneo ou planejado.

Tendo em vista a produção do espaço social na percepção dialética, é necessária realizar uma retomada do processo de segregação presente nas abordagens ecológica, fatorial e dialética.

2.2.1 Áreas naturais e abordagem ecológica da segregação

A análise tradicional dos estudos urbanos abrange teorias que versam sobre o equilíbrio entre as partes do sistema urbano, dando ênfase aos aspectos ecológicos e econômicos como determinantes na distribuição funcionalmente diferenciada dos usos do solo. As proposições baseadas nesta forma de compreender o urbano ressaltam a importância do centro como elemento de organização das estruturas externas e internas da cidade (GOTTDIENER, 1997).

As teorizações desse ponto de vista tradicional analisavam a cidade por modelos sociais e espaciais, representando-os em diagnósticos quantitativos e funcionais nos quais se entendiam a espacialidade “como um meio de discutir problemas urbanos, mas de outro lado, por uma relutância em debater a maneira pela qual esses padrões sócio-espaciais (sic.) são produzidos pelas ações combinadas de forças sistêmicas na sociedade” (GOTTDIENER, 1997, p. 23).

Os estudos que envolvem o arranjo externo das cidades abordam a concepção de hierarquia urbana tendo como expoente as teorias de Christaller, (ABLAS, 1982). Já, a respeito dos estudos relacionados à questão da segregação em uma escala intra-urbana têm-se como exemplo as abordagens ecológicas da Escola de Chicago de Sociologia Urbana, realizadas entre 1915 e 1940, as quais objetivavam explicar a complexidade das inter-relações entre os grupos humanos e descobrir padrões de regularidade social (EUFRÁSIO, 1999).

Dentre estes estudos, visualiza-se o pioneirismo da análise da segregação na obra de Park (1915), publicado no *“The american jornal of sociology”*. Este demonstra que a cidade possui uma organização moral e uma organização física, trabalhando em mutualidade. A modificação em uma dessas duas propriedades decorrerá em transformações na outra. O autor americano afirma a importância do “city plan” como instrumento de organização espacial e social, definindo as localizações de atuação da iniciativa privada e dos espaços públicos, bem como nos usos pela população.

Os aspectos geográficos, vantagens naturais e os meios de transporte, determinam os planos urbanos e, com o crescimento populacional, acirram a disputas por localização. Na esfera privada, negócios e indústrias usam as vantagens locacionais e constroem no entorno de determinada população,

aumentando o valor do solo e contribuindo com a segmentação dos grupos sociais. Logo:

Surgem residências de status, as quais as classes mais pobres são excluídas por causa do aumento do valor da terra. Em seguida, crescem os cortiços que são habitados por grande número de classes mais pobres, incapazes de se defenderem da associação com o delito e o vício (PARK, 1915, p. 579, tradução nossa).

Essas teorizações de Park foram base para fundamentação da Ecologia Humana amplamente discutida durante o período de vigência da Escola de Chicago. Em 1925 foi reproduzida a obra *The City*, em colaboração com Burgess e McKenzie na qual esses teóricos explanam a cidade como algo mais que o agrupamento de homens individuais e de conveniências sociais. Não se deve considerá-la como um simples mecanismo ou uma construção artificial onde estão agrupados dispositivos administrativos e institucionais, pois sua formação está envolvida no conjunto de tradições, costumes, sentimentos e atitudes organizadas. Assim, a cidade é um produto natural e, particularmente, da natureza humana.

Há forças no trabalho dentro dos limites da comunidade – na verdade, dentro dos limites de qualquer área natural de habitação humana – que tendem a trazer um ordenado e típico agrupamento de sua população e instituições. A ciência que busca isolar esses fatores e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições que a cooperação dessas forças produz, é o que chamamos de humano, diferentemente da ecologia vegetal e animal (PARK, 1925, p. 02, tradução nossa)

A Ecologia Humana utiliza a denominação "área natural" para compreender os agrupamentos populacionais de acordo com critérios econômicos e sociais associados aos atributos naturais. Os valores fundiários são um índice importante para definir os limites ecológicos, porém, elementos impressos na paisagem como ruas, rios, ferrovias, linhas de bonde e outras marcas ou barreiras distinguem e servem como divisor entre as áreas naturais dentro da cidade. Mais adiante, McKenzie salienta a delimitação das áreas naturais, pelas diferenças nos valores de terra, que serão capazes de construir a relação conceitual entre centro e periferia.

Estas áreas ou formações naturais podem ser definidas em termos de valores de terra, 'o ponto de maior valor de terra representando o Centro formação (não necessariamente a área geográfica, mas o centro econômico ou cultural), enquanto que os pontos de menor valor de terra representam a

periferia da formação ou limite entre duas formações adjacentes (McKenzie, 1925, p. 78, tradução nossa).

Um aspecto a ser considerado sobre a segregação no ponto de vista ecológico é a estratificação dos espaços residenciais, tanto pela distância do centro, quanto pela diferenciação dos grupos sociais por renda, etnia e cultura. Tais constatações fomentavam a análise da expansão urbana sob um viés predominantemente funcional que diferenciava o centro e os subúrbios, dominante até a década de 1960.

Em consequência, emergiu um quadro da ordem social metropolitana, segundo o qual os suburbanitas eram considerados muito mais como classe média, afluentes, conservadores, centrados na família, brancos, com um emprego profissional e politicamente ativos, do que os moradores da cidade central. Por sua vez, as populações da cidade central se caracterizavam por abrangerem as maiores proporções de minorias, etnias, pessoas de baixa renda, a classe operária e liberais (GOTTDIENER 1997, p. 22).

Segundo Eufrásio (1999), a abordagem ecológica da Escola de Chicago possui três formulações que discutem acerca dos conceitos de centro, centralidade e segregação: a Teoria das Zonas Concêntricas, de Ernest Burgess (1929), a Teoria dos Setores, de Homer Hoyt (1939) e a Teoria dos Núcleos Múltiplos, elaborada por Harris e Ullman (1945).

Burgess baseou-se na teoria do Estado Isolado de 1926, de autoria do economista Von Thunen, aplicando esta teoria à organização interna das cidades e estabelecendo zonas concêntricas onde estariam distribuídos de uma forma homogênea os grupos sociais e as atividades econômicas. Em seu modelo gravitacional, o crescimento da cidade se realizava de forma concêntrica e isotrópica, onde não haveria mescla entre os grupos humanos.

Dentre suas proposições teóricas Burgess afirma que o crescimento da cidade ocorre em zonas sucessivas de extensão urbana considerando que toda a cidade apresenta a tendência a crescer radialmente para fora a partir de seu centro, em uma série de zonas que se expandem.

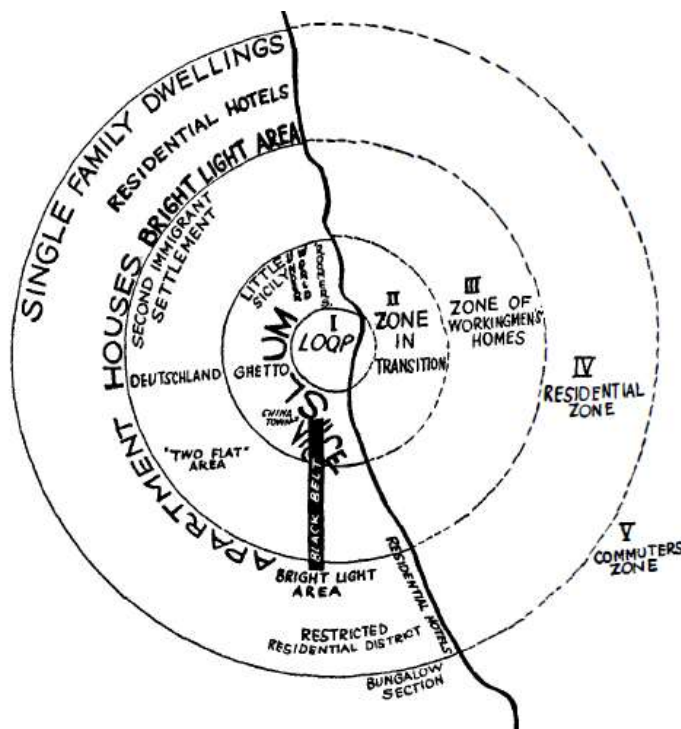
Seu objetivo, em suma, é o de apresentar, na primeira parte, a organização espacial da cidade como uma estrutura em expansão, em termos dos processos de extensão, de invasão, de sucessão e de concentração e descentralização; e na segunda parte, mostrar como essa expansão afeta o metabolismo da cidade e caracterizar a mobilidade como uma medida

quantificável ou indicador da expansão e do metabolismo urbanos. (EUFRASIO, 1999, p. 79)

Nessa visão behaviorista de Burgess, a separação dos grupos sociais e atividades nas cidades, tinha-se a percepção da segregação tendo como base a formação de zonas concêntricas. Os padrões residenciais, a degradação dos bairros e a densidade populacional eram diretamente relacionados ao status financeiro e social dos agrupamentos humanos. Para Corrêa (2013, p. 47):

A lógica desse modelo residia, segundo os economistas urbanos neoclássicos, na substituição ou troca (*trade off*) de atributos: os pobres trocavam a acessibilidade ao mercado de trabalho no centro pelas altas densidades e habitações precárias, enquanto que aqueles que detinham renda elevada viviam em áreas de baixas densidades e em residências confortáveis, não se incomodando com a distância ao centro, já que eram dotados de grande mobilidade.

Figura 4 – Modelo das Zonas concêntricas de Burgess



Fonte: Burgess, 1925

A divisão concêntrica era composta de cinco anéis. O Anel central corresponde à zona mais interna da cidade é denominado de CDB o “*Central Business District*”. Este, é caracterizado pelo adensamento de atividades de

comércio e serviços e apresenta arranha-céus de escritórios, lojas de departamentos, estações ferroviárias, grandes hotéis e equipamentos culturais e administrativos. É o núcleo onde se realiza a vida econômica, política e cultural da cidade.

O segundo anel que circunda o CDB é denominado “Twilight Zone” ou Zona de Decadência. É uma área de transição onde há um crescimento do comércio e da indústria leve, sendo marcada por acentuada degradação e pela presença de indústrias antigas, galpões e armazéns abandonados, além de habitações do tipo cortiço.

Essa segunda zona significativa para a verificação dos grupos segregados em cidades estadunidenses, especialmente pela formação de colônias étnico-raciais a exemplo da Little Sicily, das Chinatowns e dos “Ghettos”, as localizações com predominância de afroamericanos. Paradoxalmente, é uma zona de recuperação, com a chegadas de grupos que buscam essa localização para residência. O autor mostra uma visão teórica repleta de moralidade na descrição dessa área.

Uma área em deterioração são os distritos das casas de alojamento, ou “almas perdidas.” Perto está o Bairro Latino, onde residem os criativos e espíritos rebeldes. As favelas também estão lotadas de transbordar com as colônias de imigrantes - o Gueto, a Pequena Sicília, a Cidade Grega, Chinatown - combinando fascinante herança do Velho Mundo e adaptações americanas. Deslizando-se daqui está o Black Belt, com sua vida livre e desordenada. A área de deterioração, enquanto essencialmente de decaimento, de população estacionária ou decrescente é também um de regeneração, como missões bíblicas, o assentamento da colônia de artistas, todos obcecados com a visão de um Mundo novo e melhor (BURGESS, 1925, p. 5, tradução nossa).

A zona três é de predomínio da baixa classe residencial. Considerada uma área de habitação de má qualidade, apesar de evidenciar melhores condições de moradia que a zona anterior. É habitada por trabalhadores das indústrias que fogem da área de degradação, mas que necessitam residir nas proximidades do emprego. As zonas dois e três são habitadas por imigrantes recentes que constituem grupos separados pela diferenciação de etnias. É nesta zona onde se encontram o bairro negro, o bairro latino e a *Chinatown* como exemplos.

O quarto anel é representado pelas habitações destinadas a classe média. É composto por apartamentos e residências geminadas. Burgess assinala que nessa zona surgem os “*loops-satélites*” que são centros comerciais destinados a atender a população desta zona.

A última zona corresponde aos subúrbios dominados pelas classes de maior rendimento. É caracterizada pelo elevado custo da habitação na periferia da cidade e denota a tendência de afastamento dos grupos populacionais do núcleo central em direção aos espaços mais amplos, facilitada pelas auto-estradas e pelo uso do automóvel.

O segundo modelo foi desenvolvido por Hoyt em 1939 e recebeu a denominação de Modelo dos Setores, o “Sectors Model”. Este autor observou que a expansão das zonas partindo do centro da cidade, não se estabelecia de forma concêntrica como foi proposto na proposta de Burgess.

Ele destaca o papel da topografia e das redes de transportes na configuração das cidades norte-americanas, partindo para um determinismo ambiental na formação urbana: “A cidade é uma agregação de estruturas cuja forma e densidade são influenciadas pela natureza do terreno em que se edificam” (HOYT, 1939, p. 09, tradução nossa). Analisando os planos urbanos de diversas cidades norte-americanas, este teórico verificou revela não apenas os limites das áreas de intensivo adensamento nestas cidades, mas também os vazios presentes em sua estrutura interna, os quais aumentam consideravelmente do centro para a periferia.

Na teoria de Hoyt, a distribuição das atividades urbanas e dos grupos populacionais ocorria de acordo com a disponibilidade dos transportes. Esse desenvolvimento se apresentava em forma de setores que irradiam do CBD, centrados em rotas de transporte principal. Assim a cidade se desenvolvia ao longo de linhas de bonde elétrico, ferrovias, rodovias dentre outros eixos de transporte (EUFRÁSIO, 1999).

O principal questionamento de Hoyt em *The structure and growth of residential neighborhoods in american cities* é desvendar os que fatores determinam o ponto de origem, a direção e o de padrão crescimento futuro dos setores de habitação e de aluguel destinados ao alto rendimento. A resposta que o autor obteve para todas as cidades estudadas é que estas áreas tiveram seu ponto de origem nos locais de trabalho desse grupo populacional sendo o ponto mais distante possível do lado da cidade onde há concentração de indústrias ou armazéns com a combinação das seguintes de atributos naturais, econômicos, transporte e tempo de consolidação desses setores.

Quanto aos aspectos físicos, os locais de moradia de alta renda tendem a crescer em direção às localizações da cidade que tem amplos espaços livres e longe

de "becos sem saída" onde as barreiras naturais ou artificiais a expansão. A presença de campos abertos, campos de golfe, clubes rurais e fazendas de país atuam como um chamariz para desenvolvimento de áreas residenciais elitizadas. Estas zonas progridem em direção a um terreno alto, livre do risco de inundações e espalhadas ao longo das margens de lagos, baías, rios e oceanos, em localizações onde as águas não são usadas para a indústria.

No que concerne aos aspectos econômicos observa a tendência de movimento de edifícios de escritórios, bancos e lojas assim como os bairros residenciais mais caros na mesma direção geral. As lojas, escritórios e bancos no distrito empresarial central geralmente se movimentam na direção das áreas de alto rendimento em vez de conduzir o movimento do bairro de alta renda. Há a propensão de crescimento dessas áreas residenciais em direção às casas dos líderes da comunidade.

Na questão dos meios de locomoção Hoyt (op. cit.) afirma que as áreas residenciais de maior status tendem a se desenvolver ao longo das linhas de transporte existentes mais rápidas. A expansão dos bairros ricos está predisposta a progredir a partir de um dado ponto de origem, ao longo de linhas estabelecidas de viagem ou em direção a outro núcleo existente de edifícios ou centros de negócios.

Quanto à cronologia o crescimento de bairros de alta renda continua na mesma direção por um longo período de tempo. Como exemplo, o teórico cita que na cidade de Nova Iorque, a expansão das áreas nobres continuou até a Quinta Avenida, de Washington Square para o Central Park por mais de um século.

Hoyt não elimina o papel do centro enquanto difusor da segregação na cidade, considerado o CBD como um elemento organizador e referencial na expansão urbana. Os espaços residenciais das camadas de maior rendimento direcionam-se para os setores da cidade onde podem garantir maior qualidade de vida por meio das amenidades. As classes médias buscam se estabelecer nas proximidades do grupo de maior *status*. Na direção oposta à classe de maior rendimento encontra-se o setor habitado pela população de menor rendimento, nas proximidades das zonas industriais.

Certamente, "as vizinhanças de rendas altas, baixas e intermediárias" não ocuparam sempre essas localizações no sítio urbano: "suas posições no presente são pontos alcançados no curso de um movimento que ocorreu durante certo período de tempo". Não é diretamente "um movimento de construções, mas uma alteração e uma mudança no caráter dos ocupantes"

das construções já existentes [o que] produz uma mudança das vizinhanças. Novos padrões de áreas de classes de rendas se formam à medida em que a cidade cresce e se acrescentam novas construções tanto por expansão vertical como por expansão horizontal. (EUFRÁSIO, 1999, p. 215)

O último modelo, elaborado em 1945, é de autoria de Harris e Ullman e foi denominado de Modelo dos Núcleos Múltiplos, o *“Multiple Nuclei Model”*. Estes pesquisadores se basearam na concepção do aumento de mobilidade adquirida pela população devido à aquisição do automóvel. O aumento das possibilidades de circulação na cidade reduziu a primazia do CDB e permitiu o surgimento e especialização de núcleos diversificados que podem ser exemplificados pela construção de parques empresariais, centros comerciais, e distritos administrativos em localizações diferenciadas do centro principal.

Harris e Ullman assinalam que em muitas cidades, o padrão de uso do solo se desenvolve entorno de diversos núcleos separados e não apenas em torno de um único centro. E que o núcleo inicial da cidade pode ser representado tanto pela zona de comércio varejista, quanto por instalações portuárias ou ferroviárias, se a especialização da cidade for à transferência de cargas; ou se desenvolve tendo como referência uma usina, se a cidade tiver função especializada na extração e beneficiamento de minérios. “O número de núcleos que resulta do desenvolvimento histórico e da operação das forças de localização varia grandemente de cidade para cidade. Quanto maior é a cidade, mais numerosos e especializados são os núcleos”. (EUFRÁSIO, 1999, p. 232).

Ao observar estes três modelos da Escola de Chicago, pode-se considerar que elaborações de padrões excluem a historicidade, específica de cada cidade, em sua expansão urbana e na formação de zonas residenciais específicas. Essa visão demonstra a segregação não como um processo, mas como um produto em si, derivado da mera separação entre os grupos populacionais. Assim, nota-se a ausência do componente humano em sua dinâmica nos estudos urbanos.

Essa carência do componente dialético entre espaço e sociedade continuará permeando os estudos urbanos após a Segunda Guerra Mundial, mas agora não mais motivados pela análise ecológica e sim pela racionalidade do planejamento tanto na escala nacional, quanto na visão sobre a organização interna das cidades.

2.2.2 Áreas sociais e análise fatorial da segregação

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial anuncia a substituição dos modelos de Ecologia Social com suas análises em setores pela elaboração de fórmulas, matrizes e dados estatísticos como métodos de análise da cidade e do urbano.

A primeira constitui o modo como a Escola de Chicago anterior à Segunda Guerra Mundial aborda a teoria, o qual se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos para explicar os padrões espaciais; a segunda, a perspectiva do pós-guerra, localizada em vários lugares, que enfatiza uma visão sistêmica daqueles ajuntamentos da sociedade ao meio ambiente que são uma consequência de forças sociais básicas, como a competição econômica (GOTTDIENER, 1997, p. 37).

Para Harvey (2014) o pós-guerra promove a entrada em uma etapa universal do modernismo, com a reestruturação dos sistemas de poder internacional, visando estabilização política e econômica. A base na industrialização e organização territorial resultou em um modernismo tecnocêntrico e positivista, onde: “a crença ‘no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais’ sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte” p. 42.

Com a recuperação das economias europeias e a afirmação dos estados Unidos como potência mundial, veem-se os esforços para reconstruir as cidades impactadas pela guerra, assim como reorganizar as infraestruturas de transportes e serviços básicos. Para tanto, desenvolve-se uma análise espacial centrada na perspectiva econômica realizando a retomada de teorias sob um viés Neopositivista dentre estas: Polos de Crescimento, Lugares Centrais, hierarquia urbana e modelos centro-periferia.

Os pressupostos desta nova Epistemologia, reconhecida posteriormente por Neopositivismo parte da valorização da experiência, dos dados, da realidade empírica como princípio do conhecimento, propõe o abandono da relação causal e indica a substituição da função (relação de causa e efeito) pela probabilidade. Além disto, questiona a indução como processo único. Propõe a linguagem objetiva na produção do conhecimento, dando ênfase à matemática e à lógica formal na construção científica (SUERTEGARAY, 2005, p. 20).

Quanto às mudanças no ambiente construído das cidades é notória a produção massificada e padronizada das cidades derivando processos de desconcentração em zonas específicas (zoning), devido ao abandono de atividades outrora centrais. Uma forma de destruição criativa visando implantar o projeto modernista na qual “a deterioração do centro das cidades provocada pela saída de empregos e pessoas, gerou então uma forte, e, mais uma vez, subsidiada pelo governo, estratégia de renovação urbana, através da demolição e reconstrução” (HARVEY, 2014, p. 72).

A expansão fragmentada decorrente da urbanização acelerada contribuiu para a ressignificação do subúrbio norte-americano que antes era definido principalmente pelo aspecto residencial e cede lugar ao planejamento em torno do consumo. Consequentemente, a expansão demográfica, passa a ser acompanhada pelo provimento de bens e serviços voltados para atender as necessidades habitacionais: recreativa, educacional, emprego etc. “O que mais surpreende a um observador desse fenômeno é a maneira pela qual, no tempo, o subúrbio enquanto forma de espaço de assentamento evoluiu mais depressa do que o conceito que temos dele” (GOTTDIENER, 1997, p. 19).

O fortalecimento da indústria automobilística em conjunto com o anseio da população em se deslocar para localizações mais amenas, distantes dos pontos negativos propiciados pela economia de aglomeração motivou a formação de subúrbios cada vez maiores e mais afastados dos núcleos centrais das cidades. “É a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com a difusão massiva do automóvel, que esta expansão se verifica mais intensamente” (CORRÊA, 2013, p. 48).

As mudanças que ocorreram na estrutura das cidades e áreas urbanas propiciaram uma diversidade de estudos sobre a segregação étnica e racial como um fenômeno social importante, especialmente na visão de teóricos norte-americanos. Logo, foram elaboradas medidas para estimativa do impacto da segregação na educação, habitação e mercado de trabalho em cidades e regiões metropolitanas ianques (ECHENIQUE; FRYER JR, 2005).

O censo demográfico de 1940 foi a primeira pesquisa demográfica a fornecer informações sobre o quantitativo de famílias brancas e *nonwhites* (afro-americanos, latinos, asiáticos etc.) em setores e distritos das cidades norte-americanas. Em consequência desse recenseamento surgiram diversos estudos destinados a avaliar a desigualdade racial e a localização residencial dos grupos

étnicos em cidades e regiões metropolitanas. No final dessa mesma década, as áreas sociais e os índices de segregação começar a ser amplamente estudadas (SORENSEN; et al, 1974).

Corrêa (2016) aponta o conceito de áreas sociais como importante recurso para entender as reflexões teóricas da Geografia e a Sociologia entre 1950 e 1975 em substituição as abordagens ecológicas. “o conceito de áreas naturais irá ser substituído pelo de áreas sociais, um conceito mais elaborado e liberado da visão darwinista da cidade” p. 13. SCHWIRIAN (1983, p. 86) contribui para o entendimento das áreas sociais afirmando que os analistas desse conceito visualizam muitas subáreas altamente diferenciadas em diferentes combinações de status, forma familiar e especialização étnica.

Uma área social não é considerada uma vizinhança no mesmo sentido da área natural. Uma área social é constituída por todas as subáreas urbanas Combinações de características sociais semelhantes dos moradores como status, família e etnia. As subáreas não precisam ser contíguas. Sua semelhança surge da semelhança social e não da proximidade física do residente (tradução nossa).

Em 1949, Skevky e Willians aparecem como pioneiros na utilização de áreas sociais como método analítico de dados populacionais e da forma urbana em Los Angeles. Eles especificaram nove tipos de “*social areas*” correlacionando-as com quatro tipos de perfis etários e com a razão de sexo (BLUEMENFELD, 1949).

Por conseguinte, Bell (1953), baseou-se na metodologia de Skevky e Willians e analisou 243 subdivisões censitárias na região da Baía de São Francisco elaborando índices para as seguintes variáveis: classificação social, urbanização e segregação. Em seguida, especificou tipos de *social areas* pelo agrupamento dos setores censitários que apresentaram escores de valores semelhantes.

Para o índice de classificação social o pesquisador considerou como medidas: a ocupação, a educação e a renda. No índice de urbanização compilou as taxas de fertilidade, a presença feminina na força de trabalho e a porcentagem de unidades familiares ocupadas. Finalmente, no índice do fator de segregação interpretou quantitativo de membros do grupo segregado para cada cem pessoas por setor censitário, onde a alta pontuação dessa fórmula indica um alto isolamento nos setores em relação toda a área urbana (BELL, 1953).

Cowgill e Cowgill (1951) estipularam um índice de segregação baseado em blocos estatísticos como crítica às metodologias de setores censitários para as

áreas sociais. Assim, utilizaram a delimitação de zonas como forma de reduzir os erros na aplicação e interpretação das análises de unidades de censo.

Operacionalmente este índice define o grau de segregação como a razão entre o número de blocos urbanos habitados por população “não branca” e o número de blocos que seriam habitados por “não brancos” após condições de segregação total em contrapartida ao número de blocos que seriam habitados por não brancos perante a falta de segregação (p. 828, tradução nossa).

A aplicação da análise fatorial foi tão expressiva nos estudos sobre áreas sociais que estes foram progressivamente denominados de estudos de ecologia fatorial. Morris (1973, p.5) afirma que esse termo é empregado para assinalar “estudos concernentes à aplicação da análise fatorial a estudos ecológicos. Uma matriz de dados é analisada contendo medidas de m variáveis para cada uma das n unidades de observação (zonas, censitários, bairros)”. Corrêa (2016, p. 14) demonstra que:

A análise fatorial constitui uma estatística multivariada de natureza descritiva. O ponto de partida é uma matriz de informações na qual nas linhas estão as unidades observacionais, setores censitários no caso dos estudos sobre áreas sociais, e nas colunas informações expressas em variáveis, no caso relativas aos indicadores associados aos índices de posição social, urbanização e segregação.

Morris (1973) catalogou aproximadamente cinquenta e quatro ecologias fatoriais em cidades nos mais diversos países. A maioria em cidades estadunidenses (com 37 análises), três australianas, onze em países europeus e cinco no Canadá, além de estudos no Egito e Índia. É de sua autoria, a primeira abordagem fatorial da América do Sul com o estudo de setenta e quatro zonas e circunscrições da cidade do Rio de Janeiro.

No caso das áreas sociais cariocas, Morris (op. cit.) encontrou características bem diferentes das cidades norte-americanas. Os atributos socioeconômicos, familiar e étnico na realidade ianque são mais homogêneos que na diversidade brasileira, principalmente quanto a constituição racial da população, pois: “na elaboração do censo, a classificação quanto à cor é dada pelo próprio recenseado. E isto, em si, em virtude do status social melhorado, faz com que muitos se declarem brancos apesar de outros assim não os considerarem” p. 57.

Sabatini (2003, p. 6-7) esclarece as diferenças existentes entre a composição racial dos Estados Unidos e do Brasil e sua repercussão nos aspectos segregacionistas.

Em comparação com os Estados Unidos, onde a segregação residencial segundo condição étnica e racial é muito marcada, as cidades latino-americanas apresentariam um panorama distinto [...] a segregação étnica da população de origem africana nas cidades brasileiras é significativamente menor que nas estadunidenses (SABATINI, 2003, p. 5-6, tradução nossa).

Essa perspectiva multivariada das áreas sociais não foi a única forma de entender esse a segregação durante o período de vigência da ecologia fatorial. Existiram outros estudos voltados para a construção de índices que, forma mais simplificada, buscavam entender as disparidades existentes entre um ou dois grupos sociais em relação ao total da população tanto na estrutura interna quanto no conjunto de cidades e regiões metropolitanas.

Duncan e Duncan (1955) em artigo publicado na revista *American Sociological Review* expuseram o Índice de Segregação² como uma medida utilizada para analisar a dispersão de um grupo em relação ao total da população: “ele mede a proporção da população no grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional fosse homogênea” (IWATA et al, 2011, p. 09). Posteriormente, esses teóricos construíram o Índice de Dissimilaridade³, cuja fórmula bastante utilizada para comparar a dispersão entre dois grupos distintos.

Como exemplo de utilização do índice de dissimilaridade, pode-se apontar a pesquisa de Taueber e Taueber (1965) intitulada: *Negroes in cities: residential segregation and neighborhood Change*. Estes autores aplicaram a fórmula de Duncan e Duncan para avaliar os padrões de segregação entre brancos e negros em 207 cidades estadunidenses.

Na mesma perspectiva, Sorensen (*Et al*, 1974) realizou um comparativo da dissimilaridade entre dois grupos: brancos versus negros e brancos versus *nonwhites* (incluindo todos os outros grupos raciais). A medida de segregação foi aplicada em 109 centros urbanos norte-americanos com população superior a 50 mil

² Fórmula do Índice de Segregação: $IS = \frac{1}{2} \sum \left[\frac{x_i}{X} - \frac{t_i - x_i}{T - X} \right]$ Onde: x_i = população do grupo X na unidade i ; X = é o total da população no grupo X; t_i = população total da unidade i ; T = é o total da população. Fonte: IWATA, 2011.

³ As discussões acerca do Índice de Dissimilaridade e sua aplicação como medida de análise da segregação serão vistas com mais profundidade no capítulo 6 da presente pesquisa.

habitantes, baseado nos censos demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Logo, esta pesquisa de abrangência nacional promoveu um detalhamento sistemático das disparidades raciais desse país.

Kain (1968) investigou a relação entre a segregação do mercado imobiliário metropolitano com a distribuição e o nível de emprego da população negra. Especificamente, este autor buscou entender como a localização habitacional afeta a distribuição e a empregabilidade do grupo racial afro-americano tendo em vista a formação de guettos negros nas áreas metropolitanas de Chicago e Detroit. Para tanto, utilizou equações para a medição do grau de ocupação desse grupo populacional nas atividades econômicas de manufatura, administração pública, finança, profissionais liberais, dentre outros.

A análise convencional de segregação vista nos estudos urbanos ecológicos e fatoriais deixam a margem os problemas sociais e a sua relação com o desenvolvimento diferencial das localizações que compõem a cidade. Essa concepção de análise urbana: “não reconhece a existência de conflito ou o seu papel em realizar mudanças. É uma posição familiar, adotada pela ciência social convencional em geral, como um meio de evitar considerações levantadas pela análise marxista” (GOTTDIENER, 1997, p. 54).

Verificar o papel dos sujeitos sociais no desencadeamento desses processos é uma forma de superar as limitações das visões ecológicas e teórico-quantitativa sobre segregação. Essa afirmação parte da necessidade de superar a análise clássica sobre este conceito que exclui o papel da dinâmica social mediante a abordagem dialética.

2.2.3 Segregação na perspectiva dialética

A década de 1970 evidencia uma nova fase de reflexão nos estudos urbanos, buscando romper com os modelos descritivos sobre a cidade e o espaço urbano até então vigentes. Os conceitos quantitativistas adotados pela Geografia e Economia Urbana, como tamanho dos núcleos populacionais, função e organização espacial não eram suficientes para explicar a urbanização e as modificações socioespaciais.

Isso decorre de uma transição da sociedade industrial para pós-industrial, atribuída pela aceleração do processo de acumulação flexível, desencadeado pela

globalização, especialização espacial, maior acesso às tecnologias de informação e mobilidade geográfica. Outras contribuições para entender essa transição advêm do avanço da esfera privada sob a pública, juntamente com o processo de acumulação flexível.

A onda mais recente de confusão e incerteza que começou no final da década de 1960 pode ser atribuída a outra aceleração da taxa de mudança à medida que a globalização, a especialização e a mobilidade da geografia continuaram o espaço. Outras contribuições para o sentimento peculiarmente pós-moderno de insegurança incluem o eclipse virtual do reino público, a crescente invasão do mercado e do Estado no domínio privado, a mudança da acumulação flexível, a crescente distância entre ricos e pobres, Tecnologias da informação (ELLNN, 1997, p.25, tradução nossa)

Edward Soja (1993) aponta que ocorreram mudanças importantes nos estudos que envolvem a estrutura espacial interna da cidade capitalista, gerando investigações sobre o processo de segregação nas cidades. Essas modificações ocorreram especialmente após a crise mundial de 1973, fator que motivou uma reestruturação produtiva e urbana em escala mundial.

Decorreu dessa reestruturação a transformação nas atividades manufatureiras. A diminuição das plantas industriais, juntamente com a separação territorial entre a produção fabril e as atividades de gestão permitiu que houvesse uma flexibilidade quanto à localização e o uso dos espaços por essas atividades. Esses fatores, juntamente com a expansão dos sistemas de transporte da infraestrutura de serviços urbanos (saneamento básico e eletricidade, por exemplo) propiciaram a saída das indústrias dos adensamentos urbanos, direcionando-se para localizações periféricas ao centro das metrópoles.

Com a saída das indústrias das proximidades de localizações com adensamento populacional, as atividades do setor de comércio e serviços passam a dominar os centros urbanos. O setor terciário se diversificou com o aumento da produção industrial e com as descobertas de novas tecnologias, o que propiciou a comercialização de novos bens e serviços.

Lojkine (1981) aponta as implicações sociais e espaciais do Estado capitalista mediante o zoneamento urbano. “Ora, é a nova divisão social e espacial das funções nos grupos monopolistas que está dando origem às principais formas de segregação urbana” p. 328. Para esse autor o fenômeno segregativo ocorre pelos contratos existentes entre grupos populacionais e setores econômicos,

exibindo-se em três formas distintas: a primeira entre atividades distintas, submetidas às valorizações diferentes do solo como indústrias versus escritórios; em segundo lugar, na disputa entre as áreas residenciais e econômicas; por último, têm-se a diferenciação dentro das áreas residenciais, evidenciada pelo acesso diferenciado aos bens de consumo coletivo.

A transição para a acumulação flexível realizada através das mudanças organizacionais e tecnológicas redimensionaram as atividades produtivas no tempo e no espaço. Dentre os processos resultantes dessa nova etapa encontra-se a redução dos estoques industriais “just in time”, aceleração do tempo de produção, aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e de fluxo informacional. Consequentemente, estas ações repercutiram em impactos na experiência cotidiana coletiva e individual, promovendo a aceleração do ritmo de consumo, criação de novos estilos de vida, aumento do consumo de serviços (recreação, turismo, esportes, espetáculos etc) em relação ao consumo de bens (HARVEY, 2014).

Acentuou-se a volatilidade e efemeridade da moda, dos produtos, das técnicas de produção, de ideias e dos valores, assim como a prevalência da instantaneidade e da descartabilidade. Logo, dificultou-se qualquer planejamento de longo prazo “São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc” (HARVEY, 2014, p. 117).

Lefebvre (1991) demonstra a transformação da sociedade industrial e sociedade do lazer e do consumo. A valorização do tempo livre em detrimento ao tempo produtivo ocorrerá de forma gradativa em cada geração mediante o sacrifício das gerações presentes e as mudanças de visão sobre o trabalho “A grande mudança, a transição hoje a caminho, não seria tanto a passagem da escassez para a abundância quanto a passagem do trabalho para o lazer. Trocaríamos de era, de ‘valores’ dominantes” p. 60.

Sobre a passagem para uma sociedade do consumo, a produção é orientada para satisfazer os desejos dos consumidores, diferente do início do capitalismo industrial onde as necessidades da população não designavam a produtividade e eram negligenciadas pelos empresários, pois eles: “produziam ao acaso, lançando suas mercadorias no mercado [...] Hoje aqueles que organizam a produção afirma conhecer o mercado, não apenas a demanda solvente, mas os desejos e as necessidades dos consumidores” (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

Jameson (1996) considera o conjunto dessas mudanças em escala mundial como anunciantes da entrada do pós-modernismo. Este termo é compreendido a partir do capitalismo multinacional, sendo o terceiro estágio do sistema capitalista, que sucedeu as etapas mercantilista e imperialista. É o domínio tanto da natureza (com a destruição das antigas formas de produção agrícola) como do inconsciente (manipulado pela mídia e propaganda). Assim, a cultura assume um papel importante para essa etapa.

O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a "cultura" se tornou uma verdadeira "segunda natureza" (p. 13, tradução nossa).

A cultura é entendida uma forma de identificar a passagem do moderno para o pós-moderno. Enquanto no pós-modernismo existiam alguns resíduos da "natureza" e do "ser" ainda a serem reformados e considerados arcaicos, no pós-modernismo o processo de modernização se completa.

Assim, na cultura pós-moderna, a própria "cultura" se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo (JAMESON, 1996, p. 14, tradução nossa).

Entendendo Debord (2003) se pensa o pós-modernismo em suas mudanças temporais e espaciais, que refletem no cotidiano humano e na vida nas cidades. A venda do tempo como mercadoria, decorrente da expansão do setor de serviços, do aproveitamento de parcelas temporais (férias, espetáculos, consumo cultural etc.) ganhou mais força com a modernização das vendas a crédito. Para ele, a transformação da vida individual em pseudo-acontecimentos desconexos entre si e substituídos a cada pulsão espetacular, transforma o cotidiano humano em uma falsa consciência de tempo.

Augé (1994, p. 31) contribui com o conceito de supermodernidade caracterizando-o como a abundância temporal e espacial que caracterizam a era pós-moderna.

Da supermodernidade, poder-se-ia dizer que é o lado "cara" de uma moeda da qual a pós-modernidade só nos apresenta o lado "coroa" - o positivo de um negativo. Do ponto de vista da supermodernidade, a dificuldade de pensar o tempo tem a ver com a superabundância factual do mundo contemporâneo

A transformação do tempo entre o modernismo e o pós-modernismo é acompanhada de uma alienação espacial. “Nesta alienação espacial, a sociedade que separa na raiz o sujeito e a atividade que ela lhe furta, separa-o antes de tudo do seu próprio tempo” (DEBORD, 2003, p. 128).

Lefebvre (1991, p. 61) verifica que a passagem para a sociedade de lazer promove estratificações temporais: “O *tempo obrigatório* (o do trabalho profissional), o *tempo livre* (dos lazes), o *tempo imposto* (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades etc.)”. É crescente a valorização dos negócios voltados ao entretenimento, distração e descanso que são enaltecidos pelos signos da publicidade, alterando a linguagem e o imaginário da coletividade.

Augé (1994) afirma que a transformação acelerada dos lugares na contemporaneidade também é traduzida pelo excesso de espaço. Essa demasia é ocasionada pelas mudanças de escala tanto na conquista espacial e informações transmitidas por satélites, quanto na apropriação da Terra pelos meios de transporte rápido. As inovações acarretam no encolhimento das distâncias físicas e virtuais entre os lugares. “Essa superabundância espacial funciona como uma isca, mas uma isca cujo manipulado teríamos dificuldade em identificar (tudo não passa de uma miragem)” p. 34.

Sob as modificações espaciais pós-modernistas, Debord (op. cit, p. 131) afirma que:

Tornando-se cada vez mais idêntico a si mesmo, e aproximando-se o máximo possível da monotonia imóvel, o espaço livre da mercadoria é a cada instante modificado e reconstruído. Essa sociedade que suprime a distância geográfica, amplia a distância interior, na forma de uma separação espetacular (DEBORD, 2003, p. 131).

Para Amendola (2000) o conceito de pós-moderno tem se tornado em um dos principais instrumentos para refletir sobre as grandes transformações sociais e culturais da contemporaneidade. Sua grande utilidade está permitindo relacionar significativamente as alterações no espaço construído da cidade e da experiência urbana como superação da modernidade. Hiper-realidade, cultura superficial,

sobrecarga de estímulos, estetização do cotidiano são utilizados para definir as realidades inéditas desse novo ponto de vista.

Nos aspectos da vida cotidiana, têm-se a priorização da rua como ponto de passagem em detrimento aos encontros. Esta modificação trouxe consequências negativas para a urbanidade como a funcionalização da existência humana em espaços zoneados, como afirma Rolnik (2004, p. 51): “A história da segregação espacial se liga a história do confinamento da família na intimidade do lar, que por sua vez, tem a ver com a história da morte do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas, como espaço de socialização”.

Bauman (2009b) expõe que a flexibilidade e a fragmentação são fatores que desencadearam o aumento da insegurança. A flexibilidade proporciona a perda da segurança, principalmente quando aplicada ao mercado de trabalho. A substituição progressiva da estabilidade por contratos temporários, atinge a base necessária para a manutenção da existência na sociedade de consumo. A fragmentação da vida elimina o convívio em sociedade, inclusive com a crescente demanda de atividades individuais que absorvem o tempo disponível para a interação social e secciona o cotidiano em eventos desconectados.

Consequentemente, a falta de segurança reforça a desconfiança entre os indivíduos e a fragilidade entre dos laços sociais em uma mistura que envolve a “insegurança de posição, titularidade e sustento, de incerteza quanto à continuação e à estabilidade futura, e uma falta de segurança do próprio corpo, do próprio ser e de suas extensões - possessões, vizinhança, comunidade”. (BAUMAN, 2009b, p.195).

Ellin (1997) demonstra que o medo moderno foi construído juntamente com o urbanismo moderno. A separação entre os diferentes aspectos da vida (trabalho, lazer, compras) bem como a organização do saber acadêmico e a profissionalização de diversas áreas do conhecimento contribuíram para a organização das pessoas e dos objetos para o melhor controle.

Logo, o sentimento de insegurança da sociedade pós-industrial é decorrente das rápidas transformações, sendo impulsionado principalmente pela cultura da imagem e da intensa recombinação das ideias existentes, resultando em mudanças temporais e espaciais na escala da cidade. Para Ellin, o impulso nostálgico emerge em um “novo urbanismo” no qual as necessidades individuais associadas ao apelo tradicional (retomada e reformulação de valores sociais,

culturais e arquitetônicos), substituem os “masterplans” por intervenções locais, na esfera comunitária.

O pensamento dessa autora coaduna com a passagem de Harvey (2014, p. 69):

No campo da arquitetura e do projeto urbano, considero o pós-modernismo no sentido amplo, como uma ruptura com a ideia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentra-se em *planos* urbanos de larga escala de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (as superfícies “funcionalistas” austeras do modernismo de “estilo internacional”).

Esse apelo nostálgico que envolve a vida segura em comunidade, o retorno à natureza foi fortemente apropriado pelo mercado imobiliário, que consequentemente gerou novas formas de utilização do espaço urbano, indicado pela formação de enclaves socialmente padronizados os quais Le Goix (2006) analisa como *gated communities*.

Estes enclaves consistem em bairros residenciais onde o acesso é controlado, restringindo a entrada de pessoas não autorizadas. É um fenômeno imobiliário que se desenvolve massivamente depois da década de 1970, tornando-se um símbolo de colapso social das cidades norte-americanas. Ainda segundo este autor, as comunidades fechadas chegam a representar até 30% dos novos loteamentos em algumas localizações dos Estados Unidos. É a manifestação de uma ruptura da cidade em coletividades homogêneas, as quais são dotadas de uma governança voltada para interesses particulares e uma autonomia em sua gestão (LE GOIX, 2006).

A forma de gestão desses empreendimentos visa substituir a governança pública, estabelecendo diretrizes para o uso dos espaços de convivência, padrões arquitetônicos das residências e regras para a vida coletiva, com o intuito de proteger os investimentos realizados e garantir a exclusividade.

As *gated communities* são o reflexo das mutações da sociedade pós-industrial. Sendo caracterizadas pela fragmentação, individualismo e um falso comunitarismo. O processo de encarceramento voluntário está associado a uma acentuação da exclusão social fortalecido pela ideologia de segurança amplamente utilizada por agentes políticos e econômicos. Estes são estruturados sobre a forma de produtos destinados principalmente ao consumo das classes média e alta (LE GOIX, 2006).

Para Caldeira (2011), a forma espacial dada pela coexistência segregada de grupos socialmente distintos expressa-se pelo auto encarceramento dos mais ricos mediante o surgimento de “enclaves fortificados”.

Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres (p. 211).

Os denominados enclaves fortificados consistem num conjunto de novas formas de utilizar a cidade de forma segregada, sendo caracterizados por um conjunto de fatores: 1 – favorecer a homogeneidade dos grupos sociais; 2 – enfatizar o valor do privado como símbolo de status; 3 – suas estruturas são voltadas para o interno e não em direção ao espaço público; 4 – possuem controle social por meio da utilização de sistemas de segurança; 5 – são autônomos em relação ao seu entorno, podendo ser localizados em qualquer lugar, inclusive na vizinhança de regiões com grandes desníveis sociais; 6 – estão conectados mais ao global do que ao local; 7 – são espaços dominados pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Tal pensamento é concordante com Henrique (2009), pois ele afirma que estes empreendimentos negam na cidade o local de contato entre os grupos sociais, dificultando o convívio dos bairros e comunidades, e eliminando o sentimento de pertencimento do que estão “dentro dos muros” em relação aos que estão “fora dos muros”.

Bauman (2009a) trata que os “guetos voluntários” reforçam o papel da segregação. Construídos como com a função de autossegregar voluntariamente a população rica dos *underclass*, ou seja, os excluídos que não se inserem em nenhuma classe social e que não podem partilhar da sociedade de consumo. A cultura do medo, disseminada pelos instrumentos de comunicação transforma a convivência nos espaços públicos como sinônimo de insegurança e desprestígio. Logo a mídia contribui com esse encarceramento, onde a homogeneidade social sobrepõe a heterogeneidade.

No interior dos condomínios fechados poder-se-ia identificar uma não separação física da casa com a rua por muros e grades. Já que a homogeneidade presume um mútuo conhecimento e uma convivência entra iguais. A exaltação à convivência e às relações familiares é atributo comumente encontrado nos anúncios

destes condomínios. Contraditoriamente, essa tentativa de convivência homogênea acentua a não existência das relações de vizinhança ou ainda de comunidade (BAUMAN, 2004). O retorno ao modo de vida encontrado nas cidades pequenas não tem ocorrido no interior destes enclaves, pois, nestes espaços as relações face-a-face se dão muito superficialmente e pontualmente, sob os ensejos da privacidade e respeito.

Este teórico observa o embate existente entre a aproximação ou separação das alteridades existentes nas urbes. Do desejo de se separar, advêm a **mixofobia**, esta: “não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas” (BAUMAN, 2004, p. 25). O anseio em construir comunidades fortificadas é um é resultante do desejo de se isolar das alteridades (migrantes, grupos excluídos etc.). Mais adiante, o mesmo conceitua a **mixofilia** como sendo um conceito contrário ao anterior: “um forte interesse, uma propensão, um desejo de misturar-se com as diferenças, com os que são diferentes de nós” (p. 52).

Bauman (2009a) salienta a importância dos planejadores urbanos como forma de atenuar essa tendência, favorecendo o crescimento da mixofilia por meio do contato interpessoal dos mais diferentes grupos. Porém, o que ocorre é o fortalecimento da mixofobia, tendo a segregação como solução amplamente utilizada pelo Estado e pelo mercado imobiliário.

Se a segregação é oferecida e entendida como um remédio radical para o perigo representado pelos estrangeiros, a coabitação com os estrangeiros irá se tornar cada dia mais difícil. Tornar os bairros residenciais uniformes para depois reduzir ao mínimo as atividades comerciais e as comunicações entre um bairro e outro é uma receita infalível para manter e tornar mais forte a tendência a excluir, a segregar. (p.29)

Quando associada à espaços públicos, a segregação modifica as funções de integração dos grupos sociais, aliando-se à arquitetura e ao urbanismo. As barreiras podem ser claramente vistas nas edificações comerciais, empresariais e de lazer sendo marcadas pela negação do lugar enquanto urbanidade e acolhimento das diferenças. São exemplos dessa ação: a construção de avenidas e praças não arborizadas e sem bancos, assim como os sistemas que impedem a acessibilidade

(gramados com sensores hidráulicos, calçadas com pedras pontiagudas). Logo, origina-se uma arquitetura que incentiva o medo e a intimidação. Bauman (2009a).

As mudanças existentes da sociedade industrial para a pós-moderna ampliam a percepção sobre o fenômeno da segregação no espaço urbano em escala mundial. Porém, é importante adentrar nas transformações que ocorrem na sociedade brasileira, uma vez que suas regiões metropolitanas e cidades médias apresentam peculiaridades sociais, culturais e espaciais que contribuem para enriquecer essa discussão teórica.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

Verificando o que foi contemplando na contextualização histórica sobre o conceito de segregação, fica evidente que todos os modelos da Escola de Chicago foram baseados na realidade urbana das cidades norte-americanas. A aplicabilidade dessas teorias nas metrópoles brasileiras se depara com grandes diferenciações de rendimento, as atividades econômicas preponderantes, as peculiaridades regionais e a disponibilidade dos serviços públicos entre os centros que compõem sua complexa rede urbana. Souza (2011, p. 69) corrobora com a assertiva anterior quando afirma que: “As diferenças entre a segregação em uma cidade norte-americana contemporânea e em uma grande cidade brasileira são, todavia, enormes, apesar de serem ambas, produtos de um modelo social capitalista”.

A organização do arranjo interno das cidades brasileiras não segue a lógica racional, onde há uma distribuição de setores. Apesar de haver a tendência de certos grupos se segmentarem em algumas localizações de suas cidades, essa possibilidade não exclui a convivência de grupos de rendimento antagônicos. O contraste entre as classes sociais nas urbes do Brasil reflete um mosaico diversificado na paisagem urbana, onde podemos encontrar grandes condomínios de luxo cercados de comunidades carentes.

A literatura clássica sobre segregação residencial, que é principalmente norte-americana, tende a apresentar a segregação, por conseguinte, como um problema de grupos minoritários. No Brasil, diversamente, a segregação afeta uma enorme parcela, não raro, a maioria da população de uma cidade, a qual mora em favelas, em loteamentos de periferia ou em cortiços (SOUZA, 2011, p. 69).

Rolnik (2004) aponta que a segregação nas cidades brasileiras é observável desde o início do século XIX, especialmente em Rio de Janeiro e São Paulo. A concentração da elite comercial e da sede poder imperial no município carioca já evidenciava diferenciações sociais entre o bairro nobre do Paço de São Cristóvão e a zona portuária, de habitação popular. Já a elite cafeeira paulistana também edificava bairros como Campos Elísios, Higienópolis e o entorno da Avenida Paulista em contraposição às localizações residenciais do operariado industrial e imigrante na Barra Funda, Brás e Lapa.

Este fenômeno se intensificou com o rápido processo de migração campo-cidade que aconteceu no Brasil no decorrer do século XX. A predominância da população rural declina aceleradamente com a proliferação de aglomerações urbanas que abrangem cifras milionárias de residentes “Entre 1960 e 1980, a população das cidades conhece aumento espetacular: cerca de novos 50 milhões de habitantes, isso é um número quase igual à população do país em 1950” (SANTOS, 2005, p. 30).

Maricato (1996, p. 51) contribui para a reflexão sobre esse crescimento populacional. Entre as décadas de 1940-1960, a cidade era sinônimo de modernidade, exaltação do período denominado desenvolvimentista. Posteriormente, nos anos 1980, as urbes se reduziram a um panorama caótico de concentração espacial da pobreza com: “um aprofundamento da ‘periferização’ das grandes metrópoles, ou seja, maior aumento populacional nos municípios da franja metropolitana, reproduzindo forma de favelas e cortiços também na periferia”.

As políticas habitacionais e o provimento da infraestrutura de serviços públicos não acompanharam o mesmo ritmo do crescimento populacional urbano e as desigualdades dos locais de moradias resultantes da expansão horizontal desmensurada revelando o paradoxo existente entre as reduzidas áreas centrais bem servidas e as extensas periferias desassistidas. Logo, percebe-se claramente a segregação entre os grupos populacionais como um fenômeno que faz parte do cotidiano das cidades brasileiras.

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas

áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização (MARICATO, 2003, p. 152).

Para entender a formação de espaços segregados na estrutura interna das cidades recorre-se a Corrêa (1989) quando este teoriza sobre os agentes produtores do espaço como o conjunto de sujeitos que atuam remodelando a cidade de acordo com seus interesses individuais ou conjuntos. Estes são representados por: proprietários dos meios de produção, proprietários de terra, Estado, promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção modelam o espaço urbano por meio da construção de áreas industriais, superfícies comerciais e de serviços usufruindo das vantagens de localização as quais facilitarão os fluxos de matéria-prima, escoamento dos produtos e direcionamento da força de trabalho. Em consequência da atuação desses interventores acontece a valorização diferencial das parcelas fundiárias ao redor dos empreendimentos, fator que repercute na formação de áreas habitacionais distintas. Ou seja, a implantação das atividades fabris conduz a formação de bairros proletários em suas imediações enquanto galerias comerciais, shoppings e grandes equipamentos institucionais funcionam como atrativo para os grupos de maior poder aquisitivo.

Tendo em vista esta inserção dos equipamentos urbanos, observa-se que o processo de formação de novas áreas centrais para o setor de comércio e serviços acompanha a segregação dos grupos sociais nas cidades. “O conceito é útil tanto para a análise dos bairros residenciais produzidos pelas e para as burguesias, como também das áreas comerciais que elas igualmente produzem, também para si” (VILLAÇA, 1998 p. 141). Observa-se nessa passagem, que a segregação está diretamente relacionada com a centralidade.

Os proprietários de terra agem na aquisição de glebas, principalmente nas franjas periurbanas onde as lógicas do campo e da cidade se entremeiam. Estes possuem interesse na transformação fundiária rural em urbana, com o intuito de adquirirem lucros pela transformação do valor de uso em valor de troca. Com a expansão horizontal das cidades, redefinição dos perímetros urbanos e aumento pela demanda por habitação, estas propriedades retidas vão sendo parceladas e incorporadas à malha viária, originando bairros destinados à grupos distintos, de

acordo com o direcionamento das atividades econômicas e da influência do mercado imobiliário.

Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor para empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares, ou condomínios de alto status, dependendo de sua localização (SOUZA, 2011, p. 28)

A retenção de terrenos muitas vezes cria grandes vazios urbanos promovendo uma “urbanização em saltos” que conduz a formação de periferias para porções cada vez mais distantes e dificulta a universalização das infraestruturas de serviços públicos. Este ciclo de criação de áreas periféricas em condições piores a outras já estabelecidas também é uma forma de especular os terrenos por meio da formação de “novas piores localizações” e, “dessa forma, os terrenos chamados “de engorda” ficam vazios, à espera de que o desenvolvimento da cidade se encarregue de valorizá-los, sem que nenhum investimento tenha sido feito pelo proprietário” (SABOYA, 2008, p. 01).

O Estado é visto como um dos agentes mais importantes na produção do espaço urbano, tendo o papel de intermediador entre grupos sociais excluídos e os demais agentes. Ele age como um interventor não neutro visando prioritariamente os interesses dos proprietários dos meios de produção, donos de terras e promotores imobiliários.

O Estado, tradicional promotor da segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de colocar os “pobres em seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã” (SOUZA, 2011, p. 90)

Quanto ao fornecimento de infraestrutura pela ação governamental, esta contribui para a valorização/especulação fundiária e imobiliária. Ao dotar áreas menos servidas por bens de consumo coletivo (saneamento, pavimentação, equipamentos públicos, eletricidade etc.) o Estado propicia mudanças nos padrões de ocupação intra-urbana.

A capacidade de agregar valor ao solo propiciado pelo fornecimento da infraestrutura e serviços públicos modifica os usos urbanos existentes em uma determinada localização da cidade. Sendo assim, pode-se considerar que o provimento de serviços básicos está relacionado com o processo de segregação, uma vez que estes potencializam a concentração de mais investimentos públicos e privados. Observando a passagem de Singer (1982, 34), percebe-se que a distribuição desigual desses serviços na cidade determina demandas diferenciadas nos preços e usos do solo ocasionando mobilidade populacional e das atividades urbanas:

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e de moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais.

A valorização desigual da terra urbana entre localizações mais e menos servidas de infraestrutura promove disparidades de acesso à população. O Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais na cidade quando dispõe os serviços urbanos em função das localizações mais centrais quanto à concentração de atividades econômicas, em que predominam os grupos de médio e alto rendimento. Enquanto isso, conforme exposto em Singer (1982, p. 27), a população de menor rendimento, deixada à margem do mercado imobiliário, passa a ocupar os terrenos menos valorizados:

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação a demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização de poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de rendimento mais elevada. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas.

O Estado age a partir do plano diretor, legislações ambientais e códigos de obras e posturas, promovendo ou inviabilizando a ocupação de determinadas

áreas da cidade, indicando o gabarito das construções, definindo localizações de interesse paisagístico ou de proteção ambiental, permitindo o adensamento populacional e a ocupação de usos diferentes do residencial, assim como redefinido o perímetro urbano.

Em relação à mobilidade dos grupos sociais, constata-se que segregação socioespacial não é um processo que ocorre de forma acelerada, pois acompanha a expansão urbana e é constantemente redefinida. “A nova configuração, contudo, depende em grande parte da intensidade e duração de forças de transformação, assim como nos interesses locais em permanecer ou alterar a configuração espacial” (CORRÊA, 2013, p. 49). Esses deslocamentos são oriundos principalmente da população de média e alta renda, que pode permutar com maior dinamicidade entre as diversas localizações das urbes. Contudo, não significa que os grupos sociais de menor poder aquisitivo não se deslocam no espaço urbano, porém as possibilidades destes são mais limitadas, devido ao preço da terra urbana.

O parcelamento e venda do solo urbano como mercadoria, exclui parte significativa da população, direcionando-a para localizações mais distantes dos espaços economicamente dinâmicos, ou mesmo para as áreas vulneráveis existentes dentro dos sítios mais valorizados: “É evidente, que no caso da segregação induzida, as pessoas não ‘escolhem’ viver aqui e não ali, sendo forçadas a isso” (SOUZA, 2011 p. 70).

Mais adiante, o mesmo autor versa sobre a separação social, nota-se dos grupos mais favorecidos: “diferentemente, no caso da autosegregação são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade” (op. cit, p. 70). Este apartheid gera espaços residenciais caracterizados principalmente pela presença de condomínios fechados, como no caso da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, ou do Complexo Alphaville, em São Paulo.

O mercado imobiliário se apropria do espaço enquanto raridade, criando padrões de consumo e vendendo a terra urbana beneficiada pela ação estatal pela infraestrutura e acessibilidade, além de recorrer ao apelo publicitário coisificando sensações que foram perdidas com o crescimento da cidade tais como: segurança, tranquilidade, lazer e convívio social. As decisões das corporações imobiliárias, assim como dos proprietários dos meios de produção associam-se ao poder estatal, contribuindo para valorizar e especular parcelas da cidade (CORRÊA, 1997).

Mudanças nos padrões habitacionais, a busca por amenidades e a incorporação de novos usos comerciais e de serviços potencializa a mobilidade dos estratos sociais na cidade. Nesse sentido os de agentes produtores do espaço, principalmente a figura dos promotores imobiliários aponta as localizações mais atraentes para a ocupação de determinado grupo social. “Estimuladas pelos interesses imobiliários, nossas elites urbanas estão constantemente produzindo novos bairros e deixando outros para trás” (VILLAÇA, 1998, p. 188).

Ao estudar a segregação na cidade de São Paulo, Caldeira (2011) demonstra a existência histórica de três padrões de organização socioespacial, associada ao processo de crescimento e mobilidade nesta cidade. Ocorre até o final do século XIX na capital paulista, uma aglutinação espacial dos diversos estratos sociais, decorrente da dimensão reduzida de seu núcleo inicial, ou seja, produziu-se inicialmente uma “cidade concentrada”.

Em seguida, dado o rápido e desordenado crescimento populacional, ocorre a diferenciação dos grupos pela relação entre centro privilegiado (local de habitação dos médios e altos estratos de rendimento) versus periferia pobre e marginalizada. O terceiro momento, posterior a década de 1980 e ainda em configuração, é caracterizado pelo deslocamento da população rica para localizações menos adensadas se autosegregando de seu entorno por barreiras físicas e ideológicas.

Para Sposito (2013), é importante reconhecer as especificidades da segregação em relação às características do sítio e situação urbana, assim como compreender que as desigualdades sócio-políticas-econômicas contribuem para a diversificação da análise desse processo. Assim é preciso verificar as disparidades econômicas inter-regionais das cidades brasileiras, assim como no papel destas cidades em suas redes urbanas.

Não se pode desprezar os fatores de localização geográfica: sua situação (litorânea, interiorana, no cruzamento de eixos viários) e seu sítio urbano (dunar, montanhoso, pantanoso, lacustre, de várzea), desvendando como estes implicarão na conformação urbana, limitando ou favorecendo a sua expansão. Exemplificando, tem-se a exploração das zonas costeiras como atrativo para o mercado imobiliário redefinindo os locais de moradia dos diferentes grupos de rendimento.

As orlas estão sendo crescentemente ocupadas pelas camadas de mais alta-renda: Balneário Camboriú, Santos-São Vicente-Guarujá, Rio-Niterói, Vitória, Recife, Fortaleza, etc. Esse processo de ocupação não se deu de modo simultâneo em todas as nossas metrópoles. Ocorreu primeiramente no Rio de Janeiro e em Santos – No final do século XIX e no início do século XX – e só na sua segunda metade se difundiu nas metrópoles nordestinas (VILLAÇA, 1998, p. 157).

A ausência do atrativo litorâneo faz com que as cidades situadas no interior recebam outras estratégias imobiliárias, na busca ou na criação de amenidades e no afastamento do adensamento urbano e de suas deseconomias de aglomeração (poluição, engarrafamento, violência). Parte principalmente em direção aos grandes eixos rodoviários, se beneficiando da acessibilidade ou mesmo para as localizações montanhosas, na busca de atributos naturais.

Não havendo praia (ou em épocas anteriores à difusão de seu uso), as elites procuraram sítios altos, mais saudáveis, com vista panorâmica, ou mais aprazíveis, como o vale do Capibaribe, no Recife; em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, procuraram os sítios mais elevados, dentre os mais acessíveis ao centro. (VILLAÇA, 1998, p. 188).

Mas não são apenas as regiões metropolitanas que presenciam os efeitos da segregação socioespacial. As cidades médias estão vivenciando esse fenômeno mediante a interiorização e dispersão das atividades econômicas e das novas formas de habitar, contribuindo para a diversificação do espaço urbano e acentuando os conflitos entre os grupos sociais.

2.3.1 A cidade média e a segregação

Existe uma vasta literatura sobre a cidade média e sua multiplicidade conceitual. Soares (2006) ressalta que são utilizados diversos sinônimos para definir esses os núcleos populacionais podendo ser apontada as seguintes denominações: cidade intermediária, cidade regional, centro regional⁴ ou mesmo cidade de porte médio. Já em Sposito (2010, p. 52) verifica-se diferenças entre os conceitos aplicados:

⁴ Já concepção de Centro Regional ou Capital Regional está vinculada aos estudos do IBGE (2007, p. 11) sobre as regiões de influência das cidades e sendo classificado metodologicamente como os centros urbanos: “Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios”.

A expressão “cidades médias” como aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito de sistemas urbanos simples ou complexos, o que as distingue das “cidades de porte médio” que são aquelas, assim classificadas, em função de um dado tamanho demográfico, que, num determinado país, é considerado como médio segundo esta ou aquela classificação ou tipologia.

Corrêa (2007) discorre sobre três dificuldades para a conceituação de cidade média: o tamanho demográfico absoluto que varia entre os países e regiões; a escala espacial de referência que, quando modificada, faz perder o sentido de uma cidade como dimensão média em relação às demais; e a dimensão temporal que interfere tanto na importância das cifras populacionais ao longo das décadas, quanto na importância dinâmica de uma cidade em relação à sua região.

Essa parte da pesquisa não objetiva aprofundar sobre a diversidade de termos utilizados para denominar estes núcleos populacionais intermediários da hierarquia urbana brasileira, sequer adentrar nos questionamentos sobre quantitativo demográfico ou importância econômica, utilizados para a classificação dessas urbes⁵. Porém, se enfatiza a relevância que estas possuem como eixos sociais e econômicos, principalmente na escala regional sendo: “elos importantes de articulação econômica entre os grandes centros metropolitanos e as pequenas cidades, em hierarquias que se estruturam redes urbanas continuamente mais complexas” (SPOSITO, 2001, p. 39).

Santos (2005) aponta o processo de macrourbanização decorrente da continuidade de crescimento das maiores regiões metropolitanas do país acompanhado por uma dissolução da urbanização na qual se proliferam os núcleos populacionais situados entre 20.000 e 500.000 habitantes. “O efeito do tamanho tem papel na divisão interurbana e também na divisão intra-urbana do trabalho, quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais externa de atividades” p. 121.

⁵ Sposito (2001, p. 239) aponta a seguinte teorização: “Mais do que parâmetros populacionais, deveríamos considerar os papéis desempenhados pelas cidades em uma divisão de trabalho interurbana e suas formas de expansão e aglomeração urbanas como indicadores de sua caracterização”.

Santos (2005, p. 70-71) contribui com este posicionamento: “Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes. Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação”.

Assim, o conjunto de centros urbanos considerados médios por sua influência econômica e articulação regional estão apresentando um rápido crescimento populacional, sendo receptores dos fluxos migratórios que se deslocavam anteriormente de forma prioritária para as grandes cidades. Além da diversidade econômica, estas cidades possuem redes de transporte, comunicação e informação modernas, sendo pontos difusores da inovação em sua hinterlândia “são caracterizadas por altas taxas de crescimento, tanto populacional, como econômico; por sua geração de empregos que absorvem números expressivos da força de trabalho” (SOARES, 1999, p. 56).

Por vezes a cidade média adquire importância econômica acompanhada de um vultoso crescimento horizontal e se espraia para além de seus limites territoriais constituindo com um ou mais municípios vizinhos uma aglomeração urbana, como exemplificado em Souza (2011) entre Volta Redonda-Barra Mansa (RJ), São José dos Campos-Caçapava-Jacareí (SP), Cuiabá-Várzea Grande (MT), Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo (MG), Juazeiro do Norte-Crato-Brabalha (CE). Assim, o minissistema composto pelo agrupamento de cidades compartilha as implicações sociais, ambientais e políticas da expansão desordenada e separação dos grupos populacionais.

Sposito (2006, p. 179) reconhece que as cidades médias apresentam similaridades na dinâmica de produção espacial quando comparadas às metrópoles: “Trata-se do fato que o mundo urbano está fortemente associado aos ideais de moderno e novo e esses, por sua vez, têm sido vinculados à vida metropolitana”. Dentre as características em comum observa-se a demolição de edificações antigas para a assimilação de novos usos imobiliários, a construção de superfícies residências fechadas e a implantação de grandes espaços de consumo consumptivo e lazer.

A atratividade desses centros urbanos para edificação de novos padrões construtivos residenciais e comerciais advém do baixo preço da terra disponível e bem localizada quando comparadas às grandes cidades. Outro fator decorre da extensão territorial das cidades médias, pois estas de perímetro mais reduzido quando comparada à das metrópoles. Esta característica evita grandes deslocamentos e facilita a fragmentação do tecido urbano sem grandes problemas quanto a distância e mesmo em relação aos gastos para implantação das infraestruturas (SPOSITO, 2006).

Sorbazo (2007) demonstra que as transformações do espaço público que das cidades médias estão relacionadas à três níveis de análise: a dominação política, reprodução do capital e realização da vida. Quanto ao domínio da esfera governamental verifica-se uma forte interação entre os grupos de poder e a administração municipal com o favorecimento da concentração de investimentos e modificações nas leis de zoneamento. No que se refere à reprodução das atividades econômicas e do consumo é verificável uma crescente depreciação de bairros e estilos de vida, propiciados pela chegada de novos produtos imobiliários e esvaziamento dos espaços públicos. Quanto à realização da vida é notória as mudanças dos hábitos e do cotidiano de seus habitantes:

No âmbito intra-urbano das cidades médias, as análises da apropriação dos espaços públicos permitem uma leitura da segmentação das práticas socioespaciais, já que a separação dos diferentes grupos sociais, já que a separação dos diferentes grupos sociais nos bairros de residência e nos seus locais de consumo e lazer demonstra uma divisão que aprofunda a segregação por meio do afastamento das diferenças. (SORBAZO, 2007, p. 169)

A segregação nos núcleos populacionais de tamanho médio está intrinsicamente relacionada com as modificações da centralidade intra-urbana. O surgimento do shopping center resulta em aumento na mobilidade, descontinuidades territoriais e especializações funcionais onde novos fragmentos da cidade são incorporados e inseridos na dinâmica de produção do capital. Por conseguinte, a estrutura monocêntrica é gradativamente substituída pela policentralidade (SPOSITO, 2001, p. 251).

As cidades brasileiras de porte médio vêm conhecendo uma dinâmica acentuada de descentralização de suas atividades comerciais e de serviços, que não se dá através de uma dispersão territorial dessas atividades, mas de suas recentralização. Essa tendência pode ser notada através do aumento e diversificação de áreas centrais. O que tínhamos até a década de 1970, era a ocorrência de um centro principal e, no máximo, um ou dois subcentros.

O consumo que era exclusivamente destinado à área central da cidade ou aos subcentros de comércio e serviços que se formaram em alguns bairros passa a compartilhar os destinos para as compras, lazer, trabalho e prestação de serviços com essas estruturas comerciais concentradas. Nessa reflexão, concorda-se com

Sposito (2001, p. 251) quando a autora se refere às dinâmicas das atividades comerciais associadas a centralidade como processo múltiplo.

O que se verifica atualmente é a existência de eixos de desdobramento do centro principal nas vias de fácil circulação e o aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços – os shopping centers, associados muitas vezes a instalação de hipermercados. Esse aumento e diversificação de áreas centrais permitem constatar a ocorrência de uma centralidade múltipla.

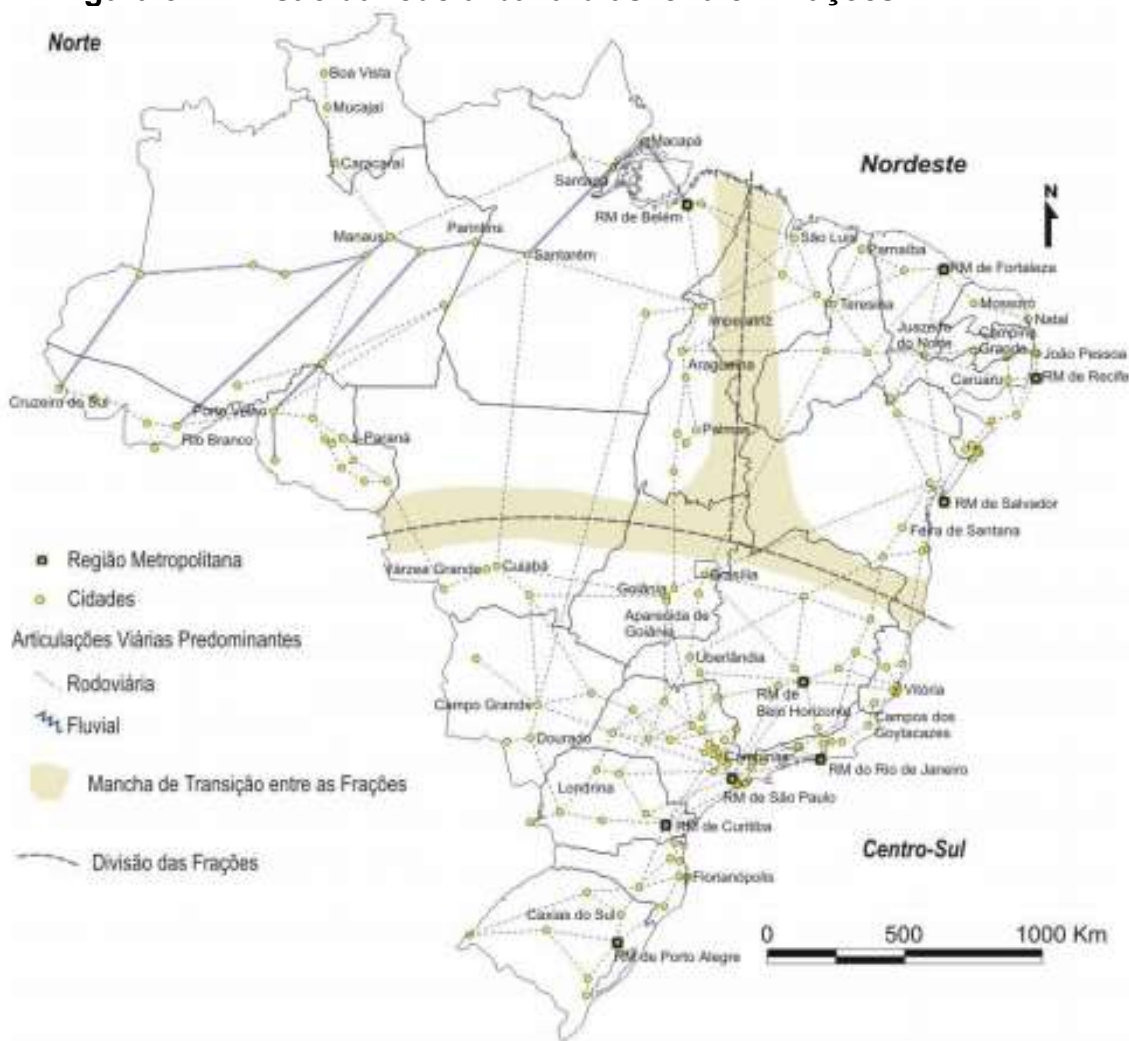
Contribui para esta reflexão uma análise regional da rede urbana brasileira, tendo em vista o papel das cidades médias. Nessa perspectiva, adota-se as teorizações de Matos (2003) quando este trata do sistema urbano brasileiro dividido em três frações: Centro-Sul, Nordeste e Norte (Figura 5).

A Fração Centro-Sul continua aumentando sua significância no cenário urbano nacional, direcionando seu crescimento para as grandes extensões interioranas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Com sete grandes áreas urbanas com mais de um milhão de residentes e 91 cidades situadas entre 100 e 500 mil habitantes este fragmento de maior concentração populacional já evidencia sinais de declínio onde apenas 30,3% das cidades apresenta crescimento de população urbana superior à média nacional.

Alguns fatores são importantes para observar as dinâmicas existentes na rede urbana da fração Centro-Sul. A elevada concentração de população urbana que veio se estabelecendo há várias décadas é uma limitação para a continuidade do crescimento das cidades em taxas superiores à média nacional. A saturação das áreas urbanizáveis em alguns municípios, associada à elevação do preço dos imóveis impulsiona uma rurbanização, ou seja, a ocupação dos espaços rurais com atividades consideradas urbanas. Consequentemente há uma expulsão do já reduzido contingente populacional rural dessa região, inclusive em suas bordas (MATOS, 2003).

Essas transformações na escala da rede urbana estão interligadas com as mudanças existentes no espaço intra-urbano das urbes do Centro-Sul, especialmente com as cidades médias, as quais passam por aceleradas transformações. Logo, as temáticas que buscam compreender a segregação socioespacial são crescentes nos trabalhos acadêmicos produzidos nessa porção do território brasileiro.

Figura 5 – Divisão da rede urbana brasileira em frações.



Fonte: Matos, 2003.

Primeiramente, pontua-se as mudanças existentes na segregação em municípios da Região Metropolitana de São Paulo os quais eram considerados até a década de 1960 como uma extensão da periferia paulistana. Os anos 1970 exibem uma nova conjuntura onde as antigas relações com o centro metropolitano foram modificadas. O dinamismo econômico desta aglomeração começa a ser visto em cidades do eixo noroeste e oeste como Barueri, Cajamar e Santana do Parnaíba as quais passam a exibir níveis de riqueza antes existentes nos distritos centrais paulistanos (CALDEIRA, 2011).

Esse é o ponto de partida para entender a interiorização do fenômeno segregativo, pois o extravasamento econômico para municípios metropolitanos indica a transferência de atividades comerciais, industriais e novas formas de

moradia para os eixos rodoviários que se direcionam para Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José dos Campos.

Como exemplo dessa tendência aponta-se o pioneirismo do grupo Alphaville Urbanismo com a instalação de seu primeiro loteamento fechado em Barueri, no ano de 1973. A escolha dessa cidade decorrente da procura de novas áreas para a expansão industrial para além do ABC paulista, associada à disponibilidade de terrenos com preços acessíveis e a proximidade dos eixos rodoviários, o que facilita o deslocamento ao núcleo metropolitano. Inicialmente foram disponibilizados 253 lotes para edificação de indústrias não poluentes e, após 1979 passaram a construir bairros residenciais. O sucesso dessa modalidade de urbanização planejada é verificado pela dimensão do projeto que abrigava em 2013 um quantitativo populacional de 75.000 habitantes e uma população flutuante de 180 mil pessoas, com 2.500 empresas e unidade de comerciais instaladas (GUERRA, 2013).

A expansão de condomínios e loteamentos fechados para as cidades médias do interior de São Paulo é crescente na década de 1990. Este processo é resultante do desenvolvimento econômico experimentado pelos centros urbanos do interior paulista, dentre os quais Campinas, São José dos Campos, Araraquara, São Carlos, Franca, Marília e Presidente Prudente. Com o enriquecimento dessas cidades, ocorrem desdobramentos da violência urbana e do narcotráfico para fora da metrópole paulistana (SPOSITO, GOES, 2013).

Ao analisar cidades médias do interior paulista, as autoras Sposito e Goes (op. cit.) encontram alguns pontos em comum. São cidades com uma rápida expansão do tecido urbano nas quais são presentes discontinuidades territoriais. Essas autoras destacam que o uso dos elementos topográficos e naturais surge como estratégia de autosegregação nessas cidades médias como exemplo a implantação de condomínios fechados na cidade de Marília, onde, além da utilização de muros e cercas elétricas ocorre o isolamento social propiciado pelo relevo acidentado das *cuestas basálticas* (denominadas de itaimbés), funcionando como barreira praticamente intransponível.

Na Região Sul verifica-se o trabalho de Silva (2006a) destacando a as diferenças na estrutura do espaço intra-urbano de duas cidades médias paranaenses, enfocando na inserção de novos empreendimentos e no fluxo dos consumidores como forma de entender o fenômeno segregativo. Para este autor:

“Londrina, poli(multi)cêntrica – e Maringá – de reforço monocêntrico – constituem diferenças na produção dos arranjos espaciais, porém, ambos promovem processos de diferenciação e de segregação” p. 126.

Soares e Ueda (2007) realizam um panorama sobre as cidades médias e modernização do território no Rio Grande, indicando as recentes transformações inter-regionais e intra-urbanas decorrentes da produção imobiliária e das políticas públicas. Verifica a formação de aglomerações urbanas em Caxias do Sul e Pelotas-Rio Grande como resultado do crescimento dessas cidades.

Na última década, verificou-se também o dinamismo socioespacial das aglomerações urbanas formadas no entorno de cidades médias do interior do país as quais emergem com o novo papel de centros industriais, de serviços e de atração das migrações internas. A nova configuração é verificada principalmente nas regiões Sudeste e Sul (p. 387)

Entendendo a rede urbana da Fração Nordeste, Matos (2003) caracteriza esse subespaço pelo predomínio de taxas de crescimento demográfico inferiores à média nacional com o adensamento populacional na faixa litorânea, evidenciando as heranças históricas de ocupação territorial. Demonstra a interconexão das capitais e regiões metropolitanas com cidades médias do agreste e do sertão como Feira de Santana Aracaju, Petrolina-Juazeiro, Campina Grande, Caruaru, Vitória da Conquista Juazeiro do Norte, Barreiras e Garanhuns.

Sobre a dinâmica das cidades médias nordestinas, têm-se como leitura o trabalho de Cardoso e Maia (2007) no qual eles abordam a importância das feiras como elementos de fundamentais no processo de ocupação assim como na centralização de atividades em municípios como Feira de Santana, Patos, Campina Grande e Caruaru. A inserção de atividades econômicas industriais e de serviços, além do crescimento demográfico contribui para acentuar as desigualdades socioespaciais nessas cidades. “A consolidação do ritmo ‘moderno’ para as cidades médias e o aumento gradativo das problemáticas urbanas têm ensejado esforços daqueles que se preocupam com essa realidade social” p. 545.

Tratando das cidades médias cearenses, Amora e Lustosa (2007) apontam que a divisão territorial e social do trabalho incide diretamente no papel desses núcleos populacionais. Nesse sentido, deve-se observar como os diferentes ciclos econômicos são capazes de modificar a área de influência e a estrutura intra-urbana. A passagem do Ceará de uma economia agrário-exportadora, seguindo

para um impulso industrial e chegando ao final do século XX numa fase de reestruturação produtiva, imprimiu novas configurações espaciais onde:

o espaço intra-urbano das cidades médias alterou-se diante dos novos papéis e relações espaciais assumidos, seja com a região, o país ou mundo. Apresenta-se atualmente mais diversificado, com comodidades e atrativos antes disponíveis apenas nos grandes centros (p. 371).

As autoras notam mudanças no ambiente construído das cidades médias com o processo de verticalização, favelização, aumento da violência e diferenciação socioespacial com a construção de condomínios fechados e conjuntos habitacionais: “o espaço intra-urbano torna-se mais complexo e segregado com a formação de bairros que se diferenciam de acordo com o poder aquisitivo da população. Para atender à classe média, são construídos shopping-centers” (AMORA; LUSTOSA, 2007, p. 372). Há também a diversificação do comércio e serviços impulsionados pelo crescimento demográfico com a instalação de filiais de redes regionais e nacionais de supermercados, farmácias, franquias, revendedoras de automóveis, a expansão da hotelaria, escritórios de profissionais liberais além de equipamentos de saúde e educação.

A fração Norte, corresponde a terceira divisão territorial das redes de cidades brasileiras e “coincide em grande medida com a chamada Amazônia Legal brasileira, reunindo integralmente a Grande Região Norte e parte do Centro Oeste” (MATOS, 2003, p. 318).

Para este pesquisador, Belém e Manaus continuam sendo as principais áreas de convergência dos fluxos populacionais e econômicos da região além de serem as únicas com contingente demográfico superior a um milhão de habitantes. Entretanto, é crescente o reforço das cidades médias na Amazônia exibindo uma função articuladora na rede regional. “Dignas de nota são as 16 cidades com populações variando entre 50 e 250 mil habitantes, embora centros com menos de 50 mil habitantes (18) ostentem importância na estrutura espacial da Região” (MATOS, op. cit., p. 319). Dentre estas cidades, são destacadas: Castanhal, Araguaína, Imperatriz, Marabá e Palmas – no vetor da Transbrasiliana e; Santarém, Ji-Paraná, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista, pela importância funcional e as três últimas como capitais estaduais.

Essa análise teórica sobre a segregação em múltiplos recortes históricos e territoriais além de sua interpretação na realidade brasileira serve como

embasamento para compreender como esse fenômeno ocorre no cenário regional e intra-urbano das cidades amazônicas.

Os capítulos seguintes buscam esmiuçar a segregação socioespacial de forma mais empírica objetivando interpretar esse processo no cenário urbano amazônico e especificamente na capital acreana.

3 ANÁLISE MULTIESCALAR DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA

A formação da cidade de Rio Branco enquanto núcleo populacional na Amazônia Ocidental articula-se com os processos existentes em outras escalas geográficas, sejam estas a nacional, regional ou estadual. Nesse sentido, para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais que ocorrem em sua estrutura intaurbana se faz necessário analisar os processos em uma abordagem multiescalar.

Ao considerar a diversidade de escalas como uma forma de compreender a manifestação do processo da urbanização face ao processo de segregação socioespacial, observam-se as similaridades e as peculiaridades dos aspectos intra-regionais e inter-regionais. Quanto à dinâmica temporal e espacial da análise multiescalar concorda-se com SPOSITO (2006) quando esta aponta a necessidade de avançar na “abordagem de processos, dinâmicas e fenômenos de caráter geográfico, a partir da consideração do tempo e do espaço, de suas múltiplas articulações e da apreensão das escalas geográficas, que se configuram por meio dessas articulações”. (p. 143)

Exemplificando esta análise entre escalas, pretendeu-se primordialmente, verificar a como a ocupação da Amazônia repercutiu na organização interna de suas cidades. Entender o processo histórico de formação territorial dessa região surge como base para o entendimento da evolução de seus núcleos populacionais e o desencadear de fenômenos em suas respectivas estruturas urbanas.

Para compreender as discrepâncias existentes da segregação no espaço urbano rio-branquense, deve-se recorrer à análise de como esse processo ocorre a partir da inter-relação do objeto níveis escalares de maior dimensão.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Sobre a configuração da rede urbana brasileira, Corrêa (1997) estabelece três padrões diferenciados sistemas de cidades. O primeiro pode ser caracterizado como um sistema concentrado, típico do interior nordestino, onde há concentração de riquezas em poucos núcleos populacionais polarizadores de extensas áreas de influência ocasionando a macrocefalia da cidade principal. O

segundo é representado por uma rede urbana articulada, evidente no centro-sul brasileiro, onde os centros de maior expressividade estão economicamente associados aos de menor porte. O terceiro padrão é denominado de dendrítico, predominante no território amazônico, no qual as cidades se desenvolvem ao longo dos rios, com a presença de poucos centros urbanos de maior dimensão que polarizam núcleos populacionais pulverizados pela extensa rede hidrográfica.

Em visão teórica similar à Corrêa, Trindade Júnior (2011) admite a existência da rede urbana na Amazônia a partir de três atributos. Primeiro, por haver uma economia de mercado que dinamizou seus núcleos de povoamento, havendo trocas com economias que não são produzidas nessa região. Em segundo lugar, há uma rede, a qual se consiste pela conformação de pontos fixos no território onde são realizadas as trocas, concentrando também outras atividades como o controle político-administrativo e ideológico. Finalmente, a rede urbana amazônica se faz pela existência de uma articulação das cidades que a compõe.

Para Trindade Junior (2011), o padrão dendrítico de formação da rede de cidades amazônicas é caracterizado pela prática de atividades econômicas tradicionais, de forte relação com a floresta. A circulação é primordialmente fluvial, mas teve a formação de uma rede ferroviária. Havia pouca diferenciação entre as cidades quanto os aspectos sociais e econômicos. O pouco destaque às cidades intermediárias cria uma concentração econômica na cidade primaz (no caso, Belém e Manaus)

No segmento histórico, Corrêa (1987), delimita sete períodos específicos de formação da rede urbana amazônica. O primeiro período representa a conquista territorial dessa região, a partir da fundação de Belém. O segundo recorte histórico é caracterizado pela construção de fortificações e aldeias jesuítas. No terceiro recorte cronológico houve o impulso econômico decorrente do estabelecimento da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, deu vigor à vida urbana, entre 1750 e 1780. O quarto período, entre o final do Século XVIII e a metade do Século XIX é marcado pela estagnação econômica. Em seguida, quinta fase marca o *boom* da borracha até o final da Segunda Guerra Mundial que foi sucedida pela sexta fase, com ao declínio econômico até a década de 1960. O sétimo e último período se estende de 1960 até os dias atuais, com intensas mudanças urbanas e das atividades produtivas.

A ocupação do território amazônico ocorreu paralelamente à exploração da faixa litorânea brasileira. Antes mesmo da fixação portuguesa, as terras

amazônicas já vinham sendo visitadas por outros exploradores, majoritariamente de origem espanhola (Américo Vespúcio, Vicente Pínzon, Diego Lepe, Juan de la Costa, Francisco Orellana e Frei Gaspar de Carvajal). O processo de povoamento dessa fronteira verde aconteceu de dinamicamente a partir dos sucessivos ciclos econômicos que se estabeleceram no território nacional. Nessa expansão territorial, a produção agrária foi uma importante base de manutenção da população. (SILVA, 2008).

Contudo, a exploração territorial tendo a formação de uma base produtiva a partir do uso da terra (extrativista ou agropecuário) só se fez presente no final do século XVI, sobretudo nas áreas próximas a foz do Rio Amazonas, em terras paraenses. Nessa região desenvolveu-se principalmente a produção agrícola com base no latifúndio para a criação bovina e monocultura canavieira. Já o extrativismo era praticado principalmente pelas populações nativas que ocupavam as margens ribeirinhas (CORRÊA, 1987).

A intensificação do povoamento da região amazônica ocorreu na primeira metade do Século XVII, de onde data a implantação dos primeiros núcleos urbanos dessa região. A iniciativa do império português em ocupar o interior da Bacia Amazônica permitiu a formação de núcleos de povoamento tendo como ponto de partida duas frentes de ocupação: a militar e a jesuítica.

Com o intuito de proteger a região das invasões holandesas, francesas e inglesas foram edificadas fortes e feitorias que indicavam a presença portuguesa em suas possessões. A fortificação militar em pontos estratégicos objetivava o controle da entrada e da saída da região, já que o rio se mantinha como única via de acesso. Como exemplos de núcleos populacionais surgidos das estratégias militares têm-se a formação de Belém, Bragança e Cametá. Sobre a importância e localização do sítio urbano belenense, Corrêa (1987, p. 44) explana:

A criação de uma cidade, destinada a desempenhar funções de proteção e de ponto de partida para a conquista de um território, implica na escolha de uma posição e um sítio condizentes com essas funções. No caso de Belém, sua localização nas proximidades de embocadura secundária e meridional do Amazonas, simultaneamente protegida do oceano e distante do estuário norte, conhecido pela violência das águas e dos ventos que perturbam a navegação, confere-lhe uma excelente posição, garantindo-lhe o acesso e o controle do litoral e do vale amazônico. Essa posição de porta de entrada e de saída da Amazônia seria incorporada à sua história, assegurando-lhe uma proeminência ímpar em toda a região.

As missões de catequização religiosa objetivavam difundir a fé e os valores culturais dos colonizadores. Nesse processo, a coroa portuguesa estendia suas possessões cada vez mais para o oeste, subindo o curso dos rios e dominando as tribos indígenas. Uma vez catequizados, os nativos substituíam a vida tribal pelo convívio em povoados com a prática de pequenas criações e plantações associadas à caça, a pesca e coleta de produtos florestais. Surgiram alguns núcleos de povoamento na calha do Rio Amazonas, na confluência com seus principais tributários as seguintes vilas: Óbidos, na foz do Rio Trombetas; Santarém, na foz do Rio Tapajós; Tefé, na desembocadura do Rio Japurá. Outras povoações oriundas de aldeias missionárias são representadas pela fundação de Alenquer, Faro, Monte Alegre, Porto de Moz, Silves, Itacoatiara, Coaria e Barcelos (CORRÊA, op. cit.)

A partir expulsão dos missionários religiosos no século XVIII, consolidou-se uma base sociocultural mestiça entre as práticas indígenas e a colonização luso-cristã. Essa miscigenação fomentou a formação da sociedade cabocla dos baixos rio amazônicos, que constituiu um espaço agrário para sua autossustentação além da produção de excedentes que eram comercializados. Logo, aumentava a participação econômica da Região Amazônica a partir de trocas comerciais (basicamente o escambo) tendo como base a busca das drogas do sertão, que consistiam em produtos regionais como a castanha, o cacau, as sementes e as peles de animais. (SILVA, 2008)

O fortalecimento comercial na Bacia Amazônica promove a figura social e econômica representada pelo regatão (marreteiro). Este desempenha importante papel no contato entre os agrupamentos humanos isolados e os núcleos de povoamento maiores. No início do século XIX, com a consolidação da Revolução Industrial, a extração de látex para o uso na indústria automobilística e em outras finalidades iria afetar as formas de uso e ocupação da Região Amazônica, sobretudo nas terras situadas nos afluentes da margem direita do Rio Amazonas.

A utilização da borracha natural já era praticada no Brasil Império, por volta de 1830. Entretanto, com a descoberta da vulcanização em 1839, ocorria uma maior demanda dessa matéria-prima pelo mercado internacional. Inicialmente, a exploração gumífera se mantinha em pequenas unidades produtivas com produção de mão-de-obra local, recebendo a denominação de “seringais caboclos” (GONÇALVES 2008).

A extração rudimentar do látex proveniente das seringueiras existentes no baixo curso do Rio Amazonas, ocasionou o decréscimo da produção desse insumo e promoveu a abertura de novas frentes de exploração das seringueiras no médio e alto curso dos rios da bacia Amazônica, como Juruá, Purus e Madeira. Essas regiões eram ricas em um tipo de seringueira mais produtiva, a *Hevea brasiliensis*. A extração nas novas regiões exploradas, principalmente na Amazônia Ocidental, ocorreu de forma diferenciada do início desse processo. Se antes o modelo caboclo de extrativismo dos seringais era tradicional e com policultura, posteriormente, com a formação de seringais do tipo empresa, houve a extração e comercialização do látex em um caráter empresarial e de monocultura (GONÇALVES, 2008).

Latifundiários na figura dos seringalistas constituíam a base da organização social na economia extrativa do látex. Elos intermediários entre as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, eles controlavam a produção dos seringueiros que adentravam a mata para a busca do recurso vegetal e os inviabilizavam de produzirem para subsistência. Ocorria então uma troca comercial entre gêneros alimentícios provenientes dos grandes comerciantes que subiam o rio e a borracha oriunda dos seringalistas que descia o rio em direção dos dois principais centros urbanos amazônicos (GONÇALVES, 2008).

Essa exploração do látex em grande escala necessitou de uma organização em caráter empresarial. Tal fato incidiu na busca por locais onde haveria grande potencial produtivo. Nessa procura, elencou-se o médio e alto curso dos afluentes da margem direita do Rio Amazonas como locais para o extrativismo corporativo. Substituiu-se a extração tradicional por uma estrutura produtiva latifundiária e hierárquica, sob o domínio da mobilidade de capital e trabalho. A mão-de-obra cabocla foi preterida pelo trabalho migrante oriundo do Nordeste brasileiro (PICOLI, 2006).

Nessa nova fase de exploração, intensificou-se a ocupação populacional do ocidente amazônico, principalmente pelas levas de migrantes nordestinos, assolados pelas sucessivas secas e pela crise da produção algodoeira posterior à Guerra de Secessão.

O Brasil, possuidor da maior reserva mundial de seringueiras nativas, verá assim abrir-se mais uma perspectiva econômica de vulto. A exportação da borracha vem em contínuo aumento desde 1827, quando se registra um primeiro e modesto embarque de 31 to-neladas, e atinge em 1880 cerca de 7.000. A partir de então o crescimento se acelera. É que a produção contará

agora com uma larga disponibilidade de mão-de-obra que até então representara a grande dificuldade nesta região escassamente povoada da floresta amazônica. Em consequência da grande seca no interior nordestino que durou de 1877 a 1880, estabelece-se uma forte corrente migra-tória daí para o Amazonas (PRADO JR, 1981, p. 178).

O comércio da borracha também possibilitou o avanço do domínio português por terras ainda não exploradas, agregando novos territórios ao Brasil. Assim, a riqueza garantida pelo extrativismo do látex, incentivou a ocupação do Acre, que até então se enquadrava como “*Tierras non descubiertas*” ou “Terras do Uáquiri”, (Rio dos Jacarés, no dialeto indígena Apurinã), que era o nome dado por esse povo ao atual Rio Acre. As excursões pelo alto curso dos afluentes amazônicos entre 1850 e 1864, revelaram que as terras acreanas possuíam o maior potencial produtivo da borracha natural. (SILVA, 2008).

Socialmente o reflexo da estrutura empresarial na monocultura de seringueiras demonstra-se a partir da divisão entre seringal e colocação. O seringal é representado pela figura do seringalista, que representava a presença do capital monopolista internacional na escala local. Sua responsabilidade era administrar o seringal colhendo o máximo de lucros nas suas terras. Como a riqueza dependia da quantidade de árvores produtivas os seringais eram caracterizados por suas extensas dimensões, originando latifúndios na floresta.

A sede do seringal era composta pelo barracão e suas subdivisões em unidades produtivas recebiam a denominação de colocação. Esta unidade correspondia a área explorada pelo seringueiro, com a maior parte de sua extensão composta por florestas entrecortadas por estradas de seringa que davam acesso as áreas exploradas (RANZI, 2008).

A forma de povoamento decorrente desse extrativismo ocorria linearmente ao longo das margens dos rios, e em alguns pontos se caracterizava pela formação de núcleos no entorno dos barracões. O barracão representava o núcleo social do seringal, originando posteriormente vilas e cidades, pois concentrava a população que não era seringueira como o guarda-livros (responsável pela movimentação financeira e por catalogar as dívidas dos extratores), os comboieiros, o capataz, o mateiro, o piqueiro, o caçador e pescador (MORAIS, 2000).

Demograficamente observa-se a relevância da exploração da borracha na transformação urbana dos núcleos populacionais que haviam sido estabelecidos nos

períodos anteriores. O desenvolvimento da atividade comercial baseada no extrativismo trouxe riquezas e inovações tecnológicas, especialmente para Manaus e Belém, principais pontos de contato entre a extensa e dispersa ocupação humana na Amazônia com as demais porções do território brasileiro e com o exterior.

A grande riqueza veiculada pela exploração da borracha nos seus tempos áureos transformara completamente a Amazônia. Sua população subiu de 337.000 habitantes em 1872, para 476.000 em 1890, e 1.100.000 em 1906. Em plena selva erguera-se uma cidade moderna, Manaus, capital do Estado do Amazonas que orçava, no momento da crise, por 70.000 habitantes. Belém, capital do Pará e porto internacional da exportação da borracha, velha, mas modesta cidade colonial atingira então 170.000 habitantes. E o longínquo território do Acre, entranhado 5.000 km no continente, e deserto até os primeiros anos do século atual, reunirá em menos de um decênio para mais de 50.000 habitantes (PRADO JR, 1981, p. 181).

O período áureo de povoamento e comercialização na Amazônia, propiciado pelo ciclo da borracha entra em declínio com o advento da biopirataria de sementes de seringueira. Em consequência desse tráfico, ocorreu a implantação do sistema de cultivo intensivo da *Hevea* nas colônias britânicas situadas no sudeste asiático “As sementes tinham sido levadas para Londres, e de lá as mudas foram transplantadas no Ceilão e depois em Cingapura e na Malásia” (PICOLI, 2006, p. 29). Por conseguinte, a partir da década de 1910, inicia-se a decadência da produção natural na Amazônia, uma vez que esta não tinha condições de competir igualitariamente com a forma racional da produção inglesa.

No final da década de 1930, houve a tentativa de implantar o sistema racional e corporativo da produção de látex no Brasil a partir da iniciativa de Henri Ford. Este empresário instalou um projeto de colonização no interior do denominado Fordlândia, visando assim competir com a produção inglesa e criar a monocultura de seringueiras (PICOLI, 2006). Porém o declínio econômico da região amazônica já tinha se estabelecido, pela concorrência mundial do produto e pela crescente substituição da borracha pelos derivados do petróleo.

No período correspondente à Segunda Guerra Mundial, a situação de decadência estabelecida nos seringais dá lugar à retomada da produção de látex em um segundo ciclo da borracha na Amazônia. As estratégias de guerra reergueram a monocultura empresarial, porém em um curto período, já que em 1947, os acordos entre Estados Unidos e Brasil são desfeitos e novamente observa-se a decadência a

que foram submetidos todos os envolvidos na produção local desse recurso (GONÇALVES, 2008).

Em termos de importância estratégica e política, ocorreu no início da década de 1940 o desmembramento dos estados do Amazonas e Pará, originando os territórios fronteiriços de Roraima, Amapá e Guaporé (atual Rondônia), somados ao já criado território do Acre. As capitais dessas novas unidades de federação receberam um afluxo populacional, contribuindo para a ocupação das porções mais periféricas da Amazônia. Geopoliticamente, essas unidades federativas auxiliaram na defesa das fronteiras através da formação de novos núcleos de povoamento. A elevação de vilas e povoados à categoria de cidade promoveu um intenso desmembramento político-administrativo, abrindo novas correntes migratórias uma vez que os novos municípios necessitavam da instalação de infraestruturas básicas para a sua manutenção e crescimento.

Razões de ordem político-estratégica fizeram com que no início da década de 40 parte da periferia da Amazônia fosse desmembrada [...]. Isto por sua vez, implicava em um crescimento significativo de Macapá, Boa Vista e Porto Velho, capitais dos territórios. De fatos, estas cidades, às quais se acrescenta Rio Branco, capital do Território do Acre, apresentaram um crescimento demográfico muito significativo (CORREA, 1987, p. 54-55).

O final da Segunda Guerra Mundial desencadeou a rearticulação do território nacional. As migrações inter-regionais, a integração territorial a partir da abertura de rodovias, a criação de superintendências de desenvolvimento regional visando atenuar as disparidades entre as regiões e a realocação da capital federal mediante a construção de Brasília promoveram transformações tanto na totalidade do país quanto na organização interna de suas unidades de federação. A periodização da Amazônia ocorreu de forma desigual no surgimento de sua rede de cidades, fazendo surgir duas estruturas diferenciadas, uma antiga, composta pelo conjunto de cidades que floresceram de aldeamentos ribeirinhos e outra recente, que surgiu à margem dos eixos rodoviários (CORREIA, 1987, p. 58).

Tais transformações referem-se ao aparecimento, em escala mais ampla, de outros modelos de gênese de cidades e de novas funções urbanas, a dependência da rede urbana de um maior número de produtos, e às alterações no tipo de sítio, de paisagem urbana e no padrão espacial da rede de cidades: a localização no “centro”, em áreas de “terra-firme”, em detrimento da “beira”, em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam, simultaneamente, a

valorização de um outro sítio e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana.

Trindade Júnior (2010, p. 118) demonstra que a formação dos núcleos de povoamento amazônicos está diretamente relacionada aos diferentes modos de ocupação territorial, sejam estes promovidos pela ação do Estado (colônias agrícolas, direcionamento de fluxos migratórios por via econômica), colonização dirigida por empresas privadas, implantação de grandes projetos de infraestrutura (rodovias, usinas hidrelétricas), assim como pela urbanização tradicional, formadora de cidades ribeirinhas e com pouca atuação das frentes econômicas. Nessa concepção, é válido diferenciar as “cidades da floresta” das “cidades na floresta”.

As “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. [...] As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação.

A transferência hegemônica do capital comercial para o capital financeiro e industrial redimensionou o modelo de ocupação da bacia amazônica, saindo dos eixos fluviais para os vetores rodoviários e implicando em profundas transformações nessa região. A ruptura com o *modus vivendi* natural do caboclo que tinha sua subsistência baseada na utilização dos recursos florestais é substituído pela racionalização dos espaços propiciados pela lógica da estrada e pela entrada de capitais estrangeiros. A inserção de rodovias representa a entrada abrupta das relações capitalistas de produção, suplantando as formas socioeconômicas pré-capitalistas. A floresta não é mais vista em sua heterogeneidade, mas sim como um imenso território de reserva que estava à espera de ser apropriado para outras atividades (GONÇALVES, 2008).

As melhorias em outros meios de circulação emergiram num fator importante para reforçar a relevância de alguns centros urbanos amazônicos. Para Becker (2005, p. 73) “Não se trata apenas das estradas, elementos que contribuíram para depredação dos recursos e da sociedade, mas sim, sobretudo, das telecomunicações na Amazônia”, sabendo que estas permitiam a integração interna da região, assim como articulações do local com o nacional e global.

Com a abertura de eixos viários, atividades exógenas passam a reconfigurar o cenário socioeconômico amazônico, dentre as quais o agronegócio, a pecuária extensiva, a mineração, a industrialização e as grandes obras públicas representadas principalmente pelas rodovias e usinas hidrelétricas. Estas são a base para o ascendente processo de povoamento e para a ampliação dos conflitos sociais.

No que concerne às políticas de ocupação do vazio demográfico amazônico, é notório a intervenção do Estado com a criação de frentes de trabalho voltadas para a integração dessa extensa porção do território brasileiro as demais regiões. A ação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), antecessora da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM assim como a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, serviram como apoio para a implementação de projetos de colonização, distritos industriais, áreas para uso agropecuário, dentre outros planos que fomentaram o acréscimo populacional nessa região (GONÇALVES, 2008).

A seletividade espacial na implantação desses projetos refletiu na diferenciação interna no território amazônico no qual: “a diversificação interna começa a se tornar sensível a partir de 1970, quando, impulsionada do exterior, verifica-se a penetração desigual do capital e de correntes migratórias”. (CORRÊA, 2000, p. 24).

Algumas regiões foram mais impactadas por um tipo de atividade do que outras. Exemplifica-se pela atividade mineradora no Amapá e sudeste do Pará; expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso, sul do Pará e nos lavrados roraimenses; industrialização pontual no entorno de Manaus e práticas de florestania em território acreano (BECKER, 2005). Nesse sentido a ocupação capitalista do espaço amazônico não ocorre de forma homogênea entre os estados que a compõe, variam de acordo com a intervenção das lideranças governamentais como atores fundamentais na implementação de políticas públicas.

A reestruturação do espaço regional amazônico pelos projetos de integração pós-1960 incide diretamente na primazia metropolitana de Belém e no surgimento das novas metrópoles regionais de Manaus e São Luís. A metrópole amazonense emerge como um centro industrial na Amazônia Ocidental, devido a implantação da Zona Franca de Manaus, reconfigurando os fluxos nessa porção da região. Já a dinamização econômica da capital maranhense é decorrente da

instalação de estruturas de apoio ao Projeto Carajás, dentre os quais o porto, a ferrovia e unidades de produção (TRINDADE JR; BARBOSA, 2016).

A abertura de rodovias e a presença de grandes projetos econômicos dispersos na Amazônia também tendem a reduzir a participação de Belém como principal ponto de penetração na região, dada o compartilhamento do transporte fluvial com outros meios de escoamento dos fluxos econômicos e populacionais. Além disso, o enfraquecimento do domínio belenense é explicado pela ascensão de novas lideranças políticas no interior do Pará que, com a expansão das frentes de modernização agropecuária e extrativista mineral, especialmente nas regiões de Tapajós e de Carajás, lideradas pelos municípios de Santarém e Marabá, respectivamente. “As tentativas de emancipação política do sul-sudeste e do oeste paraense revelam também, supostamente, a situação de fragilidade de Belém, em termos relativos, do ponto de vista político” (TRINDADE JR; BARBOSA, 2016, p. 354).

BECKER (2010a) demonstra o impacto dos Eixos de Integração e Desenvolvimento – ENIDs ao utilizar o potencial amazônico com estratégias de desenvolvimento territorial, sendo estas destinadas principalmente para a rede de transportes e logística. A formação de extensos corredores com meios de transporte multimodais para escoamento dos produtos agropecuários proveniente dos cerrados com a criação de eixos prioritários como o Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins e Br-364 (Eixo Oeste) trazem como consequências: a substituição da base econômica florestal, a desconsideração com as especificidades internas da região e não incorpora a Amazônia em sua unidade.

O acréscimo populacional foi possibilitado pela abertura de três frentes de ocupação distintas que retalharam o território amazônico, ocasionado uma descontinuidade da massa florestal. Becker (2005) classifica a divisão amazônica em três macrorregiões a partir da intensidade de seu povoamento, a saber: Arco do Povoamento – Amazônia Oriental e Meridional, Amazônia Central e Amazônia Ocidental (Figura 6).

Figura 6 – Macrozoneamento da Amazônia Legal.



Fonte: BECKER, 2001. Adaptado por: BENTO, V. R. S.

A primeira área é denominada de Arco do Povoamento consolidado, onde a concentração demográfica, econômica e a interligação rodoviária são mais intensas. O território composto pela Amazônia Ocidental e Meridional: “a rigor, esta unidade não deveria mais integrar a Amazônia Legal, uma construção geopolítica que não corresponde à presença dos ecossistemas florestais” (BECKER, 2001, p. 22).

Denominada pela Embrapa de “margem da floresta”, detém apenas 50% das florestas originais, já destruídas em 50%. Nela se encontra atualmente a fronteira móvel agropecuária que continua derrubando a floresta e daí avança em frentes ativas no coração florestal, sendo urgente a sua contenção. Dotada de eixos rodoviários e cidades bem melhor equipadas do que as do coração florestal, algumas delas sendo capitais estaduais, a área de mata aberta oferece condições para implantar uma indústria madeireira de ponta – incrivelmente inexistente na região até hoje, quando no mundo se obtém etanol de segunda geração a partir da celulose – para atender à própria área e ao coração florestal com habitações e construções necessárias ao equipamento urbano e embarcações para circulação fluvial (BECKER, 2010b, p. 13).

As ações governamentais nessa faixa de transição entre a massa florestal e demais biomas devem ser direcionadas para a recuperação de áreas ambientalmente degradadas em consonância com o fortalecimento das áreas

dinamicamente produtivas e urbanizadas. Outra preocupação encontra-se na regularização fundiária de pequenos produtores rurais, evitando a expulsão dessa população mediante a expansão das monoculturas de soja e milho. Sobre esta região de intenso desflorestamento e conflito de terras.

A segunda seria a Amazônia Central, que corresponde à partes dos estados do Pará e Rondônia, além da totalidade do Amapá. A vulnerabilidade do bioma amazônico é característica marcante desse recorte central devido pelo fato desta ser dividida por duas frentes de expansão, os eixos rodoviários da Transamazônica e Cuiabá-Santarém. É a parte da floresta cortada por maior número de ENIDs, onde está ocorrendo a expansão da agricultura capitalizada, especialmente nas margens das rodovias e no entorno de núcleos populacionais

A Amazônia Central possui importância no cenário hidrelétrico nacional, com construção de usinas ao longo do Rio Madeira e Tapajós. A grande quantidade de terras indígenas e de Unidades de Conservação indica o aumento de conflitos entre a conservação ambiental e os interesses privados. Nesse sentido as políticas públicas para esse recorte amazônico: “deve focalizar, portanto, aceleração a viabilização de políticas conservacionistas para compensar o impacto dos ENIDs, envolvendo o ZEE ao longo dos eixos, a demarcação das terras indígenas e UCs” (BECKER, 2010b, p. 22).

A terceira divisão corresponde à Amazônia Ocidental, com concentração econômica e demográfica pontual representada por Manaus, fator que favoreceu uma preservação maior da floresta que nas outras duas macrorregiões.

A margem dos grandes projetos e as estradas que marcaram a ocupação da Amazônia na década de 1970 e 80 – exceto a Zona Franca de Manaus e a exploração de gás em Urucu, que não impactaram a floresta – o coração florestal persiste como extensa zona que adquire novo valor no contexto mundial impulsionado pela C,T&I. Sua organização pode e deve ser efetuada a partir da inovação e da criatividade constituindo-se como uma fronteira de novo tipo, do capital natural e do conhecimento. (BECKER, 2010b, p. 11).

Sobre a industrialização na Região Amazônica, verifica-se a implantação da Zona Franca de Manaus como “um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte, em pleno ambiente extrativista tradicional” (BECKER, 2005, p. 73). O desenvolvimento de atividades industriais exógenas à cadeia produtiva local fortaleceu os fluxos entre a capital amazonense e as demais regiões

do país, impulsionando o seu crescimento urbano e sua primazia polarizadora dos estados da Amazônia Ocidental.

Observando a Tabela 1, pode-se afirmar a primazia inicial de Belém sobre Manaus. A partir da década de 1970, o ritmo de crescimento da capital do Amazonas supera o crescimento da metrópole paraense, até que, na década de 1990, Manaus figura como o centro urbano de maior concentração populacional da Amazônia. Assim, as localizações antes consideradas distantes passam a serem incluídas na divisão territorial do trabalho em escala nacional. “O caso de Manaus é significativo das novas possibilidades do território. Entre 1958 e 1976 o número de indústrias cresce 515,48% e o pessoal ocupado aumenta em 760,11%”. (SANTOS, 2005, p. 47)

Tabela 1 - Evolução populacional de Belém e Manaus, 1872-2010.

Censos Demográficos	Belém	Manaus
1872	61.997	29.334
1890	50.064	38.720
1900	96.560	50.300
1920	236.406	75.701
1940	164.673	66.854
1970	602.829	283.673
1980	824.405	611.843
1991	849.187	1.006.585
2000	1.272.354	1.396.768
2010	1.381.475	1.792.881

Fonte: IBGE, 2010.

A descentralização das atividades produtivas na Amazônia Oriental é mais expressiva que na porção ocidental, onde ocorre concentração fabril na capital amazonense. A estruturação da malha viária assim como os incentivos fiscais no interior paraense faz com que Belém passe por modificações em sua conjuntura econômica transformando-se em uma metrópole informacional, com predomínio das atividades comerciais e de serviços. Ao contrário, Manaus apresentou estímulo para o seu crescimento tendo como base o setor industrial. (TRINDADE JR, 2006).

Essa distribuição espacial das atividades produtivas em território amazônico repercute em diferenciações de concentração populacional em seus núcleos urbanos. No caso do cenário amazonense, observa-se a aglomeração de aproximadamente metade de população estadual em Manaus e municípios circunvizinhos. Em relação à população urbana a concentração ainda é maior, pois a

capital abriga 66,28% dos habitantes urbanos do estado, enquanto as outras cinco maiores cidades concentram em torno de 12% (TRINDADE JR, 2006).

A urbanização da Amazônia não ocorreu apenas em função da industrialização. A expansão da monocultura agrícola e da pecuária extensiva repercutiu na ascensão econômica e criação de cidades como base de apoio para essas atividades. Essa marcha da fronteira agropecuária aconteceu com maior intensidade no Norte de Mato Grosso, Rondônia e Sudeste do Pará fazendo emergir diversos exemplos de cidades oriundas do agronegócio, pecuária assim como pelo extrativismo mineral.

São exemplo da inserção dessas atividades no espaço amazônico as cidades de Sinop, Confreza, Vera, Cláudia, Sorriso e Lucas do Rio Verde em território mato-grossense; o eixo da Br-364 com a fundação Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes e Cacoal, dentre outras cidades rondonienses; além de cidades paraenses como Novo Progresso, Xinguara, Redenção e Rio Maria. Além da origem de novos núcleos de povoamento, houve a dinamização das cidades surgidas nos períodos anteriores:

O avanço da fronteira agrícola dos anos 1970 contou de forma expressiva com as cidades já existentes localizadas nas margens dos cursos d'água. Entre outras, aquelas às margens do rio Tocantins (Tucuruí, Marabá, Imperatriz), do rio Xingu (Altamira, Vitória do Xingu, São Félix do Xingu) do rio Tapajós (Santarém e Itaituba) e do rio Madeira (Porto Velho e Humaitá). Mesmo pequenas, desempenharam papel importante na economia e na sociedade regional, referência para a população do entorno. (CASTRO, 2008, p. 27)

As cidades do agronegócio são responsáveis por articular a cadeia produtiva regional, estabelecendo elos entre a agricultura, indústria, comércio e serviços, pois: “o consumo produtivo agrícola gera demandas heterogêneas segundo as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial. Assim como durante as diferentes etapas do processo produtivo” (ELIAS 2006, p. 296).

Dentre as consequências da inserção do meio técnico-científico-informacional na Amazônia pelo agronegócio pode-se destacar: o deslocamento de estabelecimentos industriais como frigoríficos, abatedouros de aves, processamento de frutos e piscicultura para cidades médias e pequenas; desenvolvimento do comércio especializado em sementes, tratores, insumos agrícolas; formação de eventos e exposições agropecuárias com a consequente expansão da rede hoteleira

e entretenimento; interiorização de cursos técnicos e superiores voltados para a formação de mão-de-obra qualificada (agrônomos, veterinários, engenheiros, agrimensores); além da migração inter-regional e interurbana na direção desses municípios, buscando oportunidades de emprego e qualidade de vida.

Compreendendo Santos (2005), pode-se afirmar que no Brasil contemporâneo há o aumento da mobilidade das pessoas não apenas e direção às metrópoles, mas em um ritmo cada vez maior para as cidades médias. Este fator é resultante da intensificação da divisão social do trabalho entre os estados e regiões motivado pela formação de novos núcleos populacionais em zonas de produção agrícola, desconcentração industrial, crescimento do setor de serviços e ampliação das redes de transporte.

O surgimento de cidades decorrente da integração da Região Amazônica ao restante do país mudou o perfil regional, antes de predominância extrativista. A ampliação das atividades industriais, logísticas e de consumo consumptivo modificou a hierarquia urbana regional, fazendo ascender o número de municípios com tamanho populacional superior a 50 mil habitantes, que se transformaram em núcleos de polarização de suas respectivas microrregiões e mesorregiões. A Tabela 2 mostra o aumento do número de municípios Amazônia Legal.

Tabela 2 – Evolução do número de municípios da Amazônia Legal por classes populacionais, 1970-2010.

População residente	1970	1980	1991	2000	2010
Até 5 000	30	19	38	136	127
De 5.001 até 10.000	78	64	105	169	141
De 10.001 até 20.000	130	136	157	221	227
De 20.001 até 50.000	73	100	140	165	187
De 50 001 até 100.000	15	31	43	44	58
De 100.001 até 500.000	4	10	15	18	27
Acima de 500.000	1	2	3	3	4
Total de municípios	331	362	501	756	771

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1970-2010.

A maior importância das cidades médias no contexto regional é muito recente quando comparada com outras regiões do país, visto que antes da década de 1960, os centros urbanos inseridos nessa categoria eram quase inexistentes. Esses crescem prioritariamente no contingente demográfico do que nas atividades

econômicas, resultando no empobrecimento populacional e precariedade da qualidade de vida e habitação.

Diferentemente, entretanto, do restante do País, onde esse nível de cidade reclama hoje muito mais trabalho qualificado e abriga cada vez mais uma população de classe média, na Amazônia as cidades médias acompanham em muito a precária qualidade de vida das grandes cidades (TRINDADE JR, 2006, p. 09).

Pode-se observar na Tabela 3, a importância que as cidades situadas no patamar populacional entre 100 e 500 mil habitantes possuem na rede de cidades da Região Norte. O crescimento desses centros urbanos destaca o papel que as capitais regionais e centros sub-regionais vêm adquirindo nas últimas décadas como elos de articulação interna na Amazônia.

Tabela 3 - Evolução da população urbana da Amazônia Legal, 1970-2010.

População residente	1970	1980	1991	2000	2010
Até 5 000	473.092	508.208	625.682	964.800	851.681
De 5 001 até 10 000	289.281	551.802	838.207	1.161.882	1.249.420
De 10 001 até 20 000	346.006	604.855	1.148.178	1.605.358	2.110.581
De 20 001 até 50 000	218.776	765.620	1.681.749	2.031.410	2.743.519
De 50 001 até 100 000	204.588	372.234	779.996	1.512.188	2.258.899
De 100 001 até 500 000	489.185	771.067	2.075.436	3.093.076	3.772.784
Acima de 500.000	602.829	1.436.248	1.855.772	3.506.706	4.673.715
Total populacional	2.623.757	5.010.034	9.005.020	13.875.420	17.660.599

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010.

Assim, como resultado da urbanização amazônica, Belém e Manaus passaram a compartilhar os fluxos regionais com novos centros urbanos, especificamente as capitais dos demais estados e as cidades médias: Macapá. Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Santarém, Marabá, Araguaína, Palmas, dentre outras. As duas metrópoles reduziram o papel polarizador regional, uma vez que as emergentes Capitais Regionais passam a estabelecer vínculos empresariais com o Centro-Sul, especialmente com São Paulo, Brasília e Goiânia.

A periodização da rede urbana da Amazônia que ora evidencia crescimento, expansão, ora evidencia estagnação econômica na região revela o fortalecimento e a representatividade de determinados núcleos urbanos que

não podem ser considerados grandes nem pequenos, mas sim como cidades médias (SCHOR; MARINHO, 2013, p. 231).

O crescimento urbano e econômico das metrópoles e cidades médias da Amazônia não trouxe apenas benefícios para o relacionamento desses centros em escala intra-regional em suas estruturas espaciais intra-urbanas. Estas agora presenciam problemáticas típicas das regiões mais urbanizadas com o aumento da violência, expansão horizontal sem o devido planejamento, carência de infraestrutura de serviços básicos, violência e o acirramento decorrente da divisão dos grupos sociais, evidenciando o processo de segregação socioespacial.

3.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES AMAZÔNICAS.

A Amazônia Legal adentra o Século XXI sendo marcada pelo acelerado crescimento demográfico de suas unidades de federação. Tal acréscimo se deve tanto pelo crescimento vegetativo, decorrente da manutenção das mais altas taxas de fecundidade entre os estados brasileiros: Acre (2,95), Amazonas (2,59), Maranhão (2,56), Pará (2,50) e Amapá (2,48) quanto pelo movimento migratório em direção a essa porção do território nacional.

O Censo demográfico de 2010 aponta que as maiores Taxas Geométricas de Crescimento anual (TGC) encontram-se nos estados e capitais do Norte e Centro-Oeste. Das 27 unidades federativas brasileiras, as dez que tiveram a maior taxa de acréscimo populacional estão nessas duas regiões, sendo que esse indicador foi mais expressivo no Amapá (3,44%), seguido por Roraima (3,36%), Acre (2,77%), Distrito Federal (2,2%) e Amazonas (2,15%).

Esse acréscimo demográfico ocorre com mais intensidade nos principais centros urbanos desses estados. Logo, entre 2013 e 2014 as maiores TGC ocorreram em capitais amazônicas e no Distrito Federal: Palmas (2,91%) foi a que registrou o maior crescimento, seguida por Brasília (2,25%), Macapá (2,17%), Manaus (1,92%), Boa Vista (1,91%), Rio Branco (1,89%) e Porto Velho (1,86%), (IBGE, 2014).

Portanto, o crescimento populacional amazônico ocorre predominantemente em direção às áreas urbanas, principalmente no Amapá, Mato

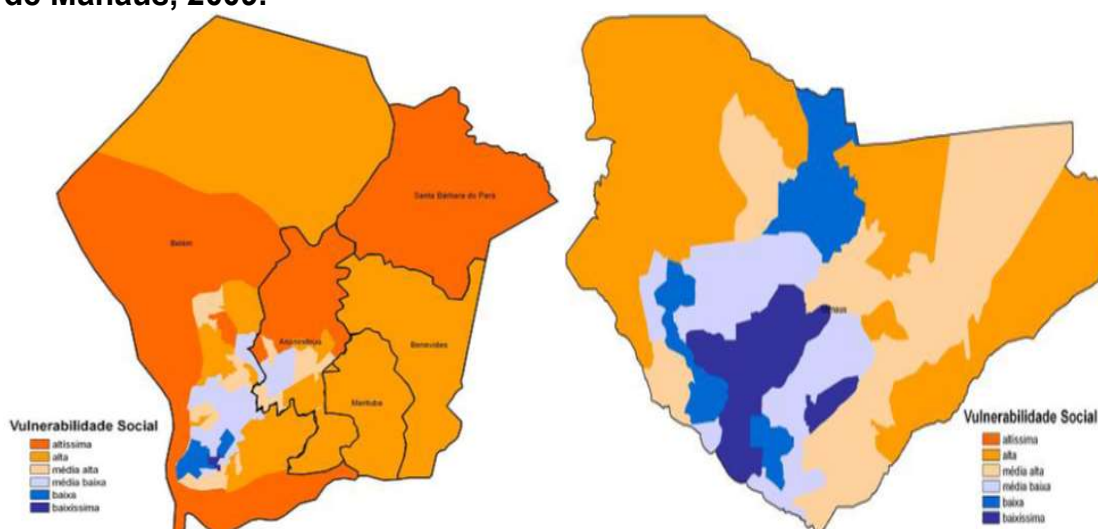
Grosso e Amazonas, estados que exibem os maiores percentuais de urbanização da Amazônia Legal, com 89,81%, 81,90% e 79,17%, respectivamente.

O aumento populacional nos centros urbanos amazônicos não vem acompanhado diretamente da melhoria de infraestrutura urbana e da qualidade de vida dos seus habitantes. O Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira (SANTOS *et. al*, 2014) revela que os cidadãos desta região padecem de enormes carências em quase todos os componentes sociais: “há dificuldades dramáticas de acesso à água limpa e saneamento básico; problemas na qualidade da educação básica; informação e meios de comunicação deficientes; e a maioria ainda tem pouca oportunidade de chegar ao ensino superior” (p. 05).

Em decorrência dessas desigualdades sociais, dos 772 municípios que compõem os nove estados da Amazônia brasileira, 98,5% possuem progresso social com pontuação inferior à média nacional. Tal vulnerabilidade é ainda maior no cenário metropolitano regional, onde as disparidades no acesso à infraestrutura e condições de moradia são bastante assimétricas entre os grupos populacionais.

Ao observar a pesquisa do Observatório das Metrópoles (DESCHAMPS, 2009), confirma-se que Belém e Manaus possuem um padrão semelhante de exclusão dos grupos mais carentes, fortemente caracterizado pelas disparidades entre centro e periferia. As áreas de ocupação mais antiga e de localização dos grupos de maior rendimento dessas duas aglomerações são as que detêm os mais baixos índices de vulnerabilidade social entre as metrópoles pesquisadas (Figura 7).

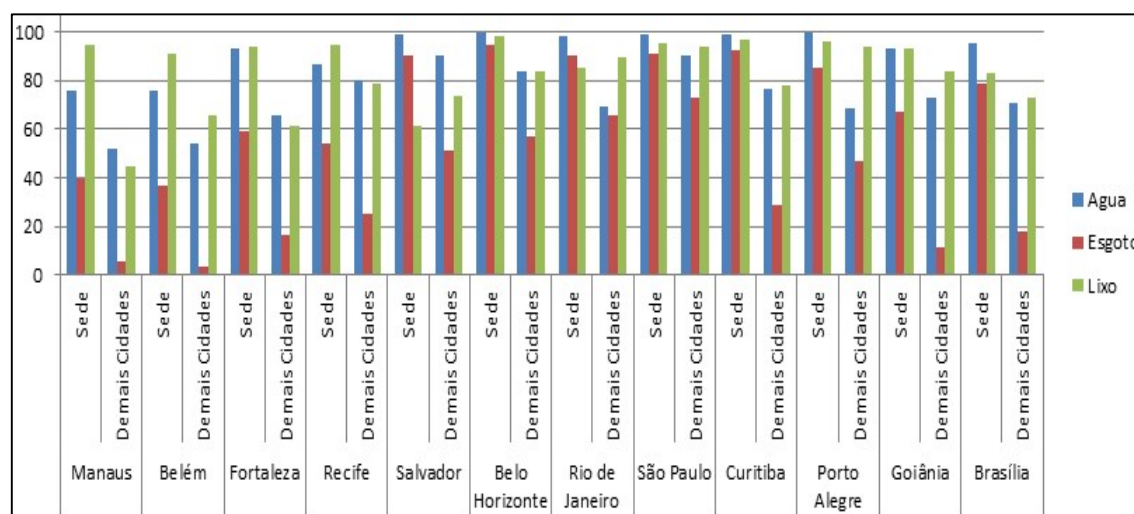
Figura 7 – Vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Belém e cidade de Manaus, 2009.



Fonte: Observatório das Metrópoles, 2009.

Em termos socioambientais o estudo em questão assinalou que Manaus e a RM de Belém são às aglomerações urbanas de maior risco ambiental decorrentes da precariedade na infraestrutura de saneamento. Os dados que seguem na Figura 8 ratificam essa afirmação, ao comparar as condições de provimento adequado do abastecimento de água, captação de esgoto e coleta de resíduos sólidos nas principais metrópoles brasileiras.

Figura 8 – Percentual de domicílios atendidos por redes de saneamento. Regiões Metropolitanas, 2010.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Elaborado por BENTO, V. R. S..

No tocante ao provimento de água via rede geral de abastecimento percebe-se que os núcleos de todas as doze metrópoles pesquisadas, apresentam um maior quantitativo de domicílios atendidos por esse serviço quando comparados ao somatório dos demais municípios que compõem suas regiões metropolitanas. As RMs de Manaus e Belém são as que demonstram um quadro mais crítico quanto ao abastecimento de água, pois suas sedes ainda possuem mais de um quarto dos domicílios utilizando outras formas de acesso à água. A situação se agrava nos demais municípios componentes dessas duas metrópoles, onde quase metade dos domicílios não possui água encanada.

No que concerne à captação de esgoto, verifica-se que as metrópoles do Norte e Nordeste, exceto a RM de Salvador, possuem níveis de coleta de efluentes domésticos inferiores às RMs do Sudeste e do Sul brasileiro. Porém, em todas as metrópoles elencadas, comprova-se a desproporção no atendimento da sede quando relacionado aos demais municípios que as constituem. A rede de esgoto é

inexpressiva no entorno de Manaus, Belém, Fortaleza e, mesmo cidades planejadas como Brasília e Goiânia a rede de esgotamento sanitário é praticamente ausente.

Analisando a condição de informalidade domiciliar, ou seja, a população residente em áreas consideradas impróprias para a habitação por fatores ambientais ou clandestinidade na ocupação, o NADALIN (et al, 2013), verificou que a precariedade habitacional em Manaus se concentra no município-núcleo, com um quantitativo de 295 mil pessoas em condições subnormais, o equivalente a 16,53% da população total desse município. Essa problemática em Belém é ainda mais notória, pois este município possui a terceira maior população do Brasil vivendo na informalidade, 758 mil pessoas ou 54,95% do total do município. A situação se agrava em dois municípios da metrópole paraense, Ananindeua e Marituba. Neles, a moradia em áreas informais encontra-se entre as mais altas do Brasil (61,35% e 77,64%, respectivamente).

A desigualdade no provimento de infraestruturas essenciais para a população, associada ao déficit habitacional corroboram no processo de segregação na estrutura interna das duas metrópoles amazônicas, as quais promovem um consecutivo fenômeno de exclusão social dos grupos de menor rendimento.

Analisando a dinâmica espacial do processo de segregação em Belém, a obra de Lima e Moysés (2009) afirma que o crescimento dessa metrópole ocorreu com a transformação de terra rural em terra urbana por meio de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos, contribuindo para a periferação dos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. Em Belém e Ananindeua, cidades integralmente conurbadas, observa-se uma melhor situação da população mais pobre que usufrui da infraestrutura implantada, inclusive nos bairros que compõem a periferia inicial da aglomeração, situados nas margens do Rio Guamá e Baía do Guajará. Logo, a ocupação desse espaço urbano evidencia duas periferias, uma integrada ao núcleo e outra onde predomina a separação das classes sociais:

Percebida no interior do núcleo urbano da RMB, conhecida por Primeira Léguas Patrimonial é manifestada através da mistura de várias classes sociais desfrutando de um continuum de infra-estrutura, de tal modo que poderíamos designar de uma segregação pouco explícita, uma vez que ocorre freqüentemente uma compensação pelas piores localizações. [...] O mesmo não pode ser dito do processo de segregação nos demais espaços metropolitanos, onde a precariedade na prestação de serviços infra-estruturais, aliados ao baixo desempenho ou inexistência de políticas

sociais, acaba por revelar de forma conspícua uma segregação que se faz tanto pela proximidade e fechamento de barreiras na forma de condomínios de luxo ou pela separação imposta pelos padrões de acessibilidade reduzida pelo deficiente transporte público incapaz de consolidar as áreas de crescimento urbano (p. 65).

Trindade Junior (1998) comprova a tendência de valorização das áreas de baixada que, apesar serem historicamente constituídas como espaços de moradia da população mais pobre em Belém, estas possuem localização privilegiada frente às novas ocupações que se formam nos municípios metropolitanos situados ao longo da BR-316. “A forma compacta do espaço metropolitano vem sendo substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos, indicando um processo de reestruturação socioespacial” (p. 41).

Percebe-se o processo de segregação dos grupos de baixa renda, sendo estes expropriados em função dos interesses imobiliários que se instalam nas áreas de melhor infraestrutura e acessibilidade em uma contínua formação de áreas periféricas distantes e desassistidas pelo poder público: “de baixadas, centralmente localizadas, os espaços de assentamento de baixa renda passam, então, a ser direcionados para novos vetores de expansão, caracterizando um segundo momento do processo de metropolização” (p. 42).

Ao realizar a distribuição espacial dos dez bairros mais ricos e mais pobres de Belém de acordo com rendimento médio dos chefes de família (Figura 9), consegue-se observar a separação dos grupos sociais em localizações diferentes.

Os grupos de maior rendimento estão concentrados em uma mancha que se estende sobre a parte mais antiga e melhor estruturada da cidade, na denominada Primeira Léguas Patrimonial, e nos demais bairros que fazem parte do Distrito Administrativo de Belém – DABEL. São estes: Reduto (R\$ 9.022,21), Nazaré (R\$ 8.882,84), Batista Campos (R\$ 7.546,77), Umarizal (R\$ 6.315,28), São Brás (R\$ 6.114,28), Campina (R\$ 5.504,95), Cidade Velha (R\$ 4.345,77) e Marco (R\$ 4.248,30). Dessa forma, considera-se que a elite residente na capital paraense está enraizada ao processo de formação histórica dessa cidade, valorizando os bairros mais centrais.

Na área peninsular, onde estão Belém e Icoaraci, os bairros mais pobres estão situados em áreas ribeirinhas: Universitário (R\$ 956,01); de expansão metropolitana: Águas Lindas (R\$ 1.019,44) e Aruá (R\$ 1.007,50); e de ocupação institucional como no caso do São Clemente (R\$ 889,81), no entorno do aeroporto.

No caso de Manaus, a segregação por classes de rendimento segue uma dinâmica similar à observada na capital paraense (Figura 3). A concentração dos bairros mais ricos da cidade nas localizações de ocupação mais antiga, de melhor infraestrutura e acessibilidade formam um bloco coeso nas zonas Centro-Sul e Centro-Oeste, onde estão oito das dez unidades administrativas mais ricas: Aleixo (R\$ 10.037,57), Adrianópolis (R\$ 9.188,29), Nossa Senhora das Graças (R\$ 7.086,96), Parque Dez de Novembro (R\$ 6.102,21), Chapada (R\$ 5.467,57), Planalto (R\$ 5.251,69), Dom Pedro I (R\$ 5.143,19) e Flores (R\$ 4.238,65).

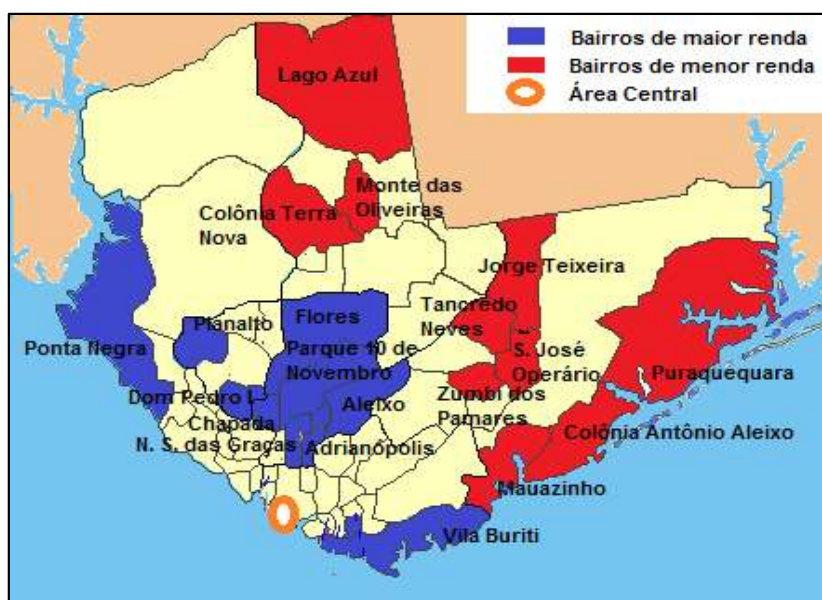
Há também um isolamento dos grupos mais abastados a partir da ação do mercado imobiliário que procura terras baratas e de melhor acessibilidade para constituir novas áreas de expansão dos empreendimentos voltados para essa camada da população. Estes se concentram principalmente no Bairro de Ponta Negra, onde ocorre a formação de condomínios fechados de alto padrão. Tal concentração reflete no poder econômico do bairro, visto que este é o que possui o maior rendimento médio nominal mensal dos chefes de família da capital amazonense (R\$ 17.281,59).

Sobre a segregação espacial na metrópole manauara, Bartoli (2009) indica o deslocamento dos grupos privilegiados financeiramente para áreas menos adensadas, constituindo novos espaços autosssegados, porém com acessibilidade às localizações de urbanização consolidada. Nessa visão: “as elites se afastam desses setores de círculo e se direcionam para áreas mais distantes, buscando amenidades físicas, porém, com vias rápidas que ainda lhe garantam acesso ao centro como ocorre na Zona Oeste em direção à Ponta Negra e Tarumã” (p. 15). Dentre as motivações há o anseio em construir residências mais amplas, fugir da densidade populacional, violência, poluição e engarrafamentos além de buscar um maior contato com a natureza.

Em contraposição, as Zonas Leste e Norte possuem a concentração dos grupos de rendimento mais baixo em uma evidente separação social entre classes ricas e pobres em Manaus (Figura 10). É nessas duas zonas onde estão localizados os bairros com menor renda média por habitante: Tancredo Neves (R\$ 1.172,46),

Jorge Teixeira (R\$ 1.158,46) Colônia Terra Nova (R\$ 1.158,46) Colônia Antônio Aleixo (R\$ 1.105,18) e Puraquequara (R\$ 1.103,84).

Figura 10 - Bairros de maior renda e menor renda de Manaus, 2010.



Fonte: Dados do Censo demográfico IBGE, 2010. Elaborado por BENTO, V. R. S.

Entender como ocorre a segregação socioespacial nos dois maiores aglomerados urbanos da Região Norte é fundamental para verificar como esse fenômeno se traduz nos centros urbanos de menor dimensão na hierarquia urbana regional. O crescimento das cidades locais e centros regionais tanto demograficamente quanto e economicamente em uma velocidade superior à das regiões metropolitana é consequência das mudanças no mercado de trabalho e de consumo em escala nacional e regional. O acréscimo populacional reflete na expansão territorial do perímetro urbano dessas cidades, com a aceleração de processos como descentralização, periferização e segregação. Nas cidades médias da Amazônia Ocidental, essa tendência é observada em Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco.

No caso da capital roraimense existe a permanência de um padrão concêntrico onde a população de maior rendimento reside nos bairros circunvizinhos ao Centro Cívico direcionando-se para a porção nordeste dessa cidade (MUSSATO, 2011). Nesta parte segregada de Boa Vista encontram os três bairros com maior rendimento médio nominal mensal dos chefes de família: Caçari (R\$ 9.402,89), Cinco de Outubro (R\$ 8.402,87) e Paraviana (R\$ 7.738,26) (Figura 11). Estes

formam uma região de expansão dos empreendimentos imobiliários, comerciais e de serviços destinados à população de maior rendimento representado por investimentos como o Roraima Garden Shopping, condomínios e loteamentos fechados.

Em relação à concentração de famílias com baixo rendimento em Boa Vista, é observável a formação de dois assentamentos precários. O primeiro é denominado Monte das Oliveiras e consiste e uma comunidade situada em área aeroportuária. Territorialmente é caracterizado como um grande vazio demográfico que está sendo ocupado por domicílios informais em uma gleba de propriedade particular (MUSSATO, 2011). O segundo assentamento precário está situado na zona sul de Boa Vista, no bairro São Bento. Esta unidade administrativa é a de menor renda familiar na capital roraimense (R\$ 813,96) e é caracterizada pela vulnerabilidade socioambiental por encontrar-se em área ocupada pelo antigo lixo da cidade e pela lagoa de estabilização.

Figura 11 – Segregação em Boa Vista e Porto Velho



Fonte: Agregados de setores censitários do IBGE. Elaborado por: BENTO, V. R. S.

Porto Velho possui um padrão de segregação socioespacial semelhante à Manaus apresentando uma periferização dos aglomerados subnormais em áreas de ocupação recente (Figura 10). Já os bairros mais ricos estão localizados próximos da área central, como visto em Olaria, com um rendimento familiar de R\$ 6.679,95 (IBGE, 2010) ou mesmo em áreas de recente valorização imobiliária como os bairros Rio Madeira e Industrial. Sobre o processo de segregação em Rio Branco, uma análise mais detalhada ocorrerá nos capítulos consecutivos.

4 RIO BRANCO: FORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA

A cidade de Rio Branco possui um contexto histórico recente em comparação a outros núcleos de povoamento que se estabeleceram no nos domínios da colônia portuguesa, assim como na Região Amazônica. Sua origem demonstra a relevância que a definição dos limites territoriais brasileiros e ciclos econômicos tiveram na configuração atual brasileira.

O objetivo desse capítulo é contextualizar o processo de crescimento urbano de Rio Branco desde sua origem como seringal, passando pela rápida expansão urbana que ocorreu a partir do declínio dos ciclos econômicos da borracha. O último tópico complementa a análise observando as áreas onde estão concentrados os assentamentos informais denominados pelo IBGE de aglomerados subnormais, desmistificando a sua homogeneidade no tocante às condições de moradia e de infraestrutura.

4.1 RIO BRANCO EM SUA FORMAÇÃO URBANA INICIAL

A história da origem e expansão da cidade de Rio Branco está primordialmente vinculada à conquista territorial do Acre e aos ciclos econômicos de extrativismo do látex que ocorreram entre século XIX e a segunda metade do século XX. Estes dois atributos contribuíram de forma significativa para o processo de ocupação demográfica da Amazônia Ocidental e, como consequência, na formação de núcleos de povoamento, principalmente pelo crescente afluxo de imigrantes.

Observando Guerra (2004), confirma-se que o território o qual compõe a atual unidade federativa do Acre não era totalmente conhecido, no período correspondente à transição dos dois últimos séculos. Sua visibilidade decorre do aumento da fixação de brasileiros em terras bolivianas uma vez que a busca por seringueiras ultrapassava as fronteiras nacionais. Essa ocupação ocorreu com maior intensidade a partir da seca de 1877, que assolou a Região Nordeste⁶.

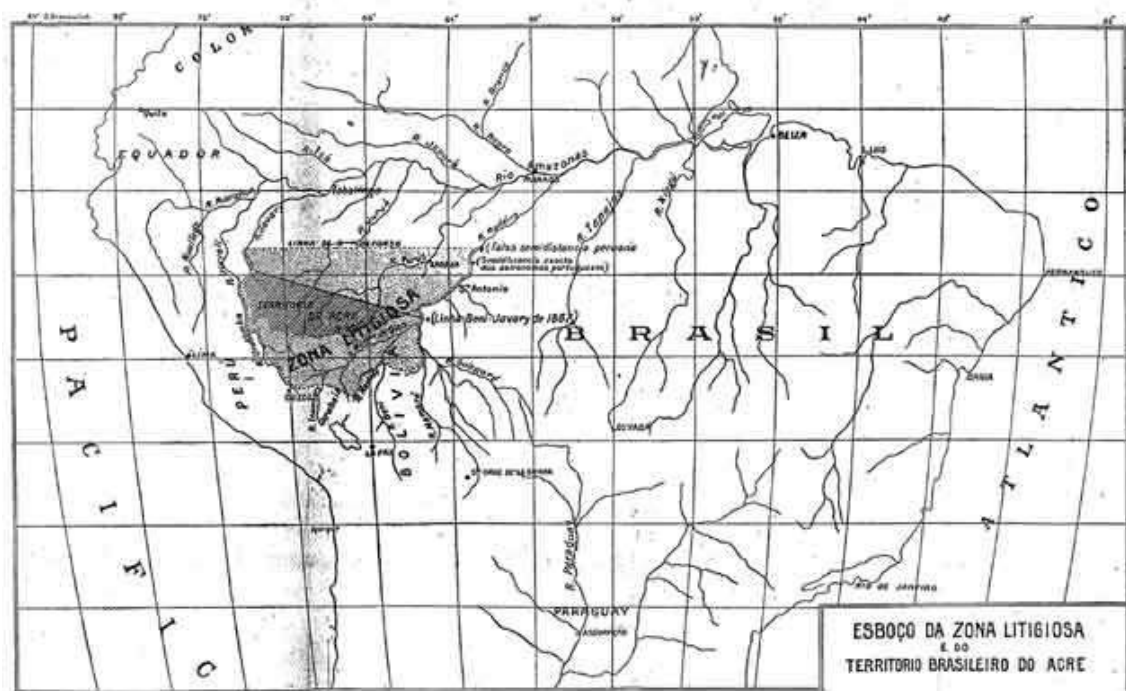
Ranzi (2008) aponta algumas motivações que atraíram um contingente populacional significativo para o alto curso dos rios da margem direita do Amazonas:

⁶ Verificando o recenseamento de 1950, Mesquita Junior (2004) analisou composição da população acreana de acordo com o local de nascimento. Esse estudo demonstrou a importância da imigração nordestina, principalmente de origem cearense, a qual corresponde ao quantitativo de 14.221 migrantes, do total de 19.744 habitantes oriundos dessa região.

a abundância de seringueiras na região associada ao estímulo no aumento da na produção de borracha; o acesso à Manaus e Belém através do transporte fluvial; e a necessidade de ocupar novos territórios relacionados à dificuldade de obtenção de terras em áreas mais povoadas nos baixos cursos dos rios.

O território do Acre encontrava-se encravado nas terras questionadas por Brasil, Peru e Bolívia (Figura 12). Assim, as nações litigantes em sucessivos embates e tratados que ocorreram desde até 1903 disputaram o domínio desse amplo recorte da Amazônia Ocidental (CUNHA, 1909).

Figura 12 – Zona litigiosa e território brasileiro do Acre



Fonte: CUNHA, 1909.

O domínio do território pela Bolívia culminou na “questão acreana”, ou seja, movimentos diplomáticos e revolucionários que ocorreram entre 1896 e 1903 para conquista dessa porção da Amazônia. Os embates gerados para integração do Acre à nação brasileira cessaram mediante a assinatura do Tratado de Petrópolis. A partir desse acordo de compra dessa porção do território da Bolívia resolveu-se o litígio fronteiriço.

Algo, no entanto, se verificou de novo na divisão territorial do país (sic.), com a formação do Território do Acre, por efeito do tratado com a Bolívia, assinado em Petrópolis aos 17 de novembro de 1903 e ratificado pelo dect. n.º 5.161, de 10 de março de 1904 (FERREIRA, 1936, p. 503).

Durante essa questão fronteira e do ciclo da borracha alguns dos núcleos de povoamento que se iniciavam no Acre passaram a se destacar não mais apenas como pontos de comercialização da borracha, “por ingentes esforços, conquistados a floresta secular, surgiram logo e como por encanto, florescentes populações, Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Cruzeiro do Sul, Seabra, constituídas dentro de planos previamente traçados” (FERREIRA, 1936, p. 507). O fragmento textual de Ranzi (2008, p. 49), confirma a importância política da formação de aglomerados populacionais no Acre:

Os núcleos urbanos do Acre surgiram de maneira artificial, explicada em parte pela necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar, em termos definitivos, o território que, militar, política e diplomaticamente havia sido conquistado. O processo de organização desses núcleos regionais acreanos, resultou, portanto, de determinações políticas ditadas pelo presidente de república, sendo a administração exercida por prefeitos de confiança, nomeados pelo governo central, com poderes amplos dentro dos limites de sua jurisdição.

Assim as iniciativas governamentais tiveram fundamental importância na consolidação dessas nascentes cidades com criação de três departamentos: Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul; Alto Acre; com sede em Rio Branco; e Alto Purus; sediado em Sena Madureira, sendo este último subdividido em 1912 no departamento de Alto Tarauacá, com sede na Vila Seabra (FERREIRA, 1936).s departamentos eram governados por um prefeito militar, nomeado pelo presidente da República e em cada uma destas subdivisões foi implantada uma comarca. Dentre as incumbências desses administradores existia a mobilização da força pública para manter a ordem, a segurança e a integridade departamental; elaboração do recenseamento populacional; conservação dos meios de viação e demais infraestruturas; fiscalização da arrecadação dos impostos e taxas; representação política nas relações oficiais com a União e os Estados, dentre outras (FERREIRA, 1936).

Essa divisão política estabeleceu as bases para uma ocupação mais prolongada do que os ciclos extrativistas da *Hevea Brasiliensis*. Entretanto, movimentos autonomistas impulsionaram a unificação dos departamentos, constituindo o Território do Acre.

O sentimento de autonomia fiscal e territorial representado por aqueles que defendiam a estadualização do Acre conjuminada, por sua vez, com os interesses do estado do Amazonas que pleiteava a anexação da parte

setentrional do Acre, mais precisamente a bacia do alto rio Juruá. Tal situação conduziu Cruzeiro do Sul, em 1910, a centralizar o movimento autonomista que se espalhara por todo vale do rio. Branco (MENDES; FERNANDES, 2005, p. 02).

Em princípio, Sena Madureira foi eleita como sede do território acreano, e em 1908, esta recebeu o Tribunal de Apelação e a sede da justiça federal. Entre 1912-1914, essa cidade florescia como uma capital, concentrando diversos órgãos públicos, casas comerciais, hospital, cinema, bondes, dentre outros estabelecimentos. Por conseguinte, o governo federal atuou na reorganização do sistema político objetivando enfraquecer os movimentos autonomistas e centralizar as atividades em Rio Branco, que em 1920 substituiu o município de Sena Madureira como sede do governo. A nova capital cresceu e assumiu a liderança na convergência da produção e do comércio da borracha, firmando-se politicamente devido à sua posição geográfica mais favorável (MENDES; FERNANDES, 2005).

Assim, essa necessidade de unificar as subdivisões em um único território foi pensada também por questões econômicas durante o período áureo da borracha, pois o Acre era terceira entidade federativa que mais produziu lucros ao país, sendo superado apenas por São Paulo e Minas Gerais (CALIXTO et. al, 1985). A citação a seguir demonstra a importância acreana no cenário extrativista gumífero.

O Território do Acre começará a contribuir com algum vulto para a produção brasileira de borracha em 1904, quando o volume exportado ultrapassa 2.000 toneladas. Já no ano seguinte alcançará 8.000; e em 1907, com mais de 11.000, coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do Brasil. Tanto o Pará como o Amazonas ficarão ligeiramente abaixo destes 11.000; os demais Estados (Mato Grosso e outros de produção insignificante) contribuirão com pouco mais de 3.000 (PRADO JR, 1981, p. 179).

A unificação territorial teve algumas implicações negativas para o Acre. Primeiramente, o formato do território que se delineava no sentido Leste-Oeste era contrário ao fluxo dos cursos fluviais que se destinavam primordialmente no sentido nordeste. Como nesse período os rios eram as vias essenciais para estabelecer contato entre os diversos pontos do território acreano e da bacia Amazônica, a unificação dessa unidade de federação acarretou sérios problemas de comunicação entre os seus aglomerados populacionais. “Concentrou-se, assim a vida em um dos estreitos pontos do Território, enquanto que as demais partes desse vastíssimo

organismo vão sendo aos poucos e lentamente invadidos pelo frio da morte” (FERREIRA, 1936, p. 508).

Como impacto na unificação dos quatro departamentos tem-se a quase inviabilização do contato entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Estas se encontravam distanciadas por uma escala temporal de cinquenta dias de transporte fluvial, subindo e descendo os Rios Juruá, Solimões, Purus e Acre. Assim, era mais viável para a população cruzeirense estabelecer vínculos diretos com Manaus do que com a capital acreana. Outro aspecto negativo foi a concentração excessiva da burocracia governamental e da infraestrutura em rio Branco, estagnando o crescimento das até então crescentes vilas que eram antigas sedes departamentais (FERREIRA, 1936).

Apesar de sua consolidação como principal centro urbano depois a unificação departamental, o povoamento de Rio Branco data de período anterior. Sua gênese inicia-se como um varadouro⁷ que interligava dois seringais – o Catuaba e o Empresa – permitindo a passagem do fluxo de pessoas e mercadorias, principalmente a borracha. Já em seu início, o seringal Empresa apresentava especificidades que o diferenciava dos demais seringais existentes ao longo dos cursos ribeirinhos que perpassam o território do atual estado do Acre. Isso se deve a movimentação comercial e as revoluções que tiveram como palco este seringal. (SOUZA; NEVES, 1996).

O núcleo de povoamento Seringal Empresa foi fundado 1882 pelo cearense Neutel Maia. Em 22 de agosto de 1904, essa povoação foi elevada à condição de vila recebendo a toponímia de Volta da Empresa. Somente no dia 07 de setembro de 1904, a vila passou a categoria de sede provisória departamental do Alto Acre, recebendo a denominação de Rio Branco (GUERRA, 2004).

Num estudo do aparecimento das primeiras instalações da Villa Rio Branco, observa-se que sua origem foi simples, demonstrando a importância que os elementos naturais tiveram, tanto na sua configuração espacial como nas relações sociais impressas nessa nascente cidade. O padrão de construção residencial desse nascente núcleo de povoamento era constituído em sua totalidade por edificações de madeira com coberturas de palha, folhas de palmeira, dentre outros elementos

⁷ Estreitos e tortuosos, lamacentos na época das chuvas, os varadouros são pequenas estradas, abertas a machado e terçado. Ligam o barracão às colocações entre si, um seringal a outro e os seringais às sedes municipais (CALIXTO *et al.*, 1985, p. 76)

naturais. Tal morfologia urbana é justificável pelo relativo isolamento que a cidade apresentava, associada à presença abundante de recursos florestais que poderiam ser utilizados. Assim: “naturalmente os primeiros povoadores procuraram lançar mão do material mais fácil de ser encontrado. É, portanto, natural que se encontre certo predomínio das construções de madeira em relação às de alvenaria” (GUERRA, 1951, p. 37).

Em relação à forma urbana, o traçado irregular das ruas acompanhava o curso do Rio Acre, escoadouro das riquezas produzidas na floresta e receptor das novidades oriundas do exterior. Essa fase inicial de evolução da cidade delimita-se pelo período decorrente desde a fundação do seringal Emprêsa até o ano de 1909. Verificou-se um desenvolvimento muito lento na construção das habitações, alinhadas em frente ao seringal Emprêsa na margem direita do rio Acre (RIO BRANCO, 2008).

A expansão da vila ocorria predominantemente na margem direita do Rio Acre e sediava as atividades econômicas, culturais e a concentração populacional do Departamento do Alto Acre. Os primeiros estabelecimentos comerciais da vila foram edificadas nas margens de seu principal manancial. “Inicialmente, foi a Casa Nemaia e Cia., situada diante da enorme gameleira, que assinalava o porto da Volta da Empreza, e serviu como referência para a construção de uma série de outros prédios seguindo o traçado da margem do rio”. (RIO BRANCO, 2008)

A Villa Rio Branco já contava com uma divisão embrionária em três bairros: O bairro Comercial, o bairro Canudos e o Bairro África, cada um com suas características específicas. Na margem direita começava a se estruturar o bairro Penápolis, além de existir três colônias agrícolas, que posteriormente se converteriam em vetores de expansão de Rio Branco. Destaca-se o crescimento do comércio na Rua Eduardo Assmar (em frente ao rio) assim como na Rua Seis de Agosto, que já iniciava uma vocação para as atividades comerciais, pois possuía restaurantes, bares, consultórios de dentistas, médicos e advogados (SOUSA; NEVES 1996).

Ainda existe historicamente a formação outro bairro nesta povoação que surgiu durante a ocupação militar de tropas federais em 1903. Para tanto, foi escolhida uma área relativamente afastada do núcleo populacional, devido o fato que a proximidade do batalhão poderia trazer problemas para os moradores. A

presença das tropas atraiu comerciantes e habitantes, constituindo o Bairro Quinze, o qual a denominação permanece até os dias atuais (GUERRA, 1951).

Em 1912, um levantamento do número de moradias existentes na Villa Rio Branco divulgado no jornal local⁸, confirmou que esta possuía 245 casas distribuídas em seus logradouros: Na rua General Olympio de Oliveira, 80; na rua Monsenhor Távora, 21; na rua Plácido de Castro, 22; na rua Seis de Agosto, 48; No Bairro África 41; na travessa Novo Progresso, 07; na Travessa da Matriz, 02 e no bairro Quinze, 24. Sobre a formação da Villa Rio Branco destaca-se a passagem de Leite (2010, p. 19) a qual retrata as diferenciações existentes na estrutura interna desse povoado tendo em vista a formação dos quatro bairros mencionados, com suas respectivas características sociais e espaciais.

Logo após a criação do Território Federal do Acre em 1904 e a elevação a categoria de vila, o povoado Empreza, agora então Villa Rio Branco, já possuía a configuração de um primeiro ordenamento espacial urbano, refletido na organização social com bairros diferenciados: o bairro do Comércio, formado pelo primeiro arruamento onde se estabeleceram hotéis, restaurantes e casas comerciais, construídos com madeiras que era abundante na região; uma outra pequena área residencial de trabalhadores que ocupavam terras da volta do rio Acre, denominado Canudos; um pequeno bairro de trabalhadores na extensão da única rua da cidade em direção ao igarapé da Judia, formado por precárias casas de palha, denominado bairro África, por abrigar os negros habitantes da cidade; e por ultimo, o bairro 15, nascido a partir do acampamento do 15º Batalhão de Infantaria do Exército.

Vale ressaltar na passagem anterior, a formação do Bairro África como o primeiro indicativo do processo de segregação socioespacial na capital acreana que irá tornar-se mais evidente nas décadas consecutivas. Tal comunidade formou-se nas margens do Rio Acre e tinha em sua composição social a predominância de trabalhadores negros, fato esse que fez a localidade receber a denominação do continente africano. Morfologicamente o bairro era apartado da vila, pois seguia em direção igarapé da Judia, deslocando-se do núcleo de povoamento.

O bairro África e era formado, quase que exclusivamente, por precárias casas de palha. Os seus moradores viviam em constante apreensão pela perda dos imóveis, dada às pressões exercidas pelos governos departamentais em embelezar a cidade. Inclusive exibia-se a precariedade da comunidade em notícias veiculadas nos meios impressos: “Art. 13. Fica o intendente autorizado [...] Parag. 13, A mandar

⁸ Disponível no Jornal Folha do Acre. 21 de abril de 1912, ano II, nº 76. pag. 05.

demolir as barracas levantadas nos terrenos que marginam o rio Acre, no bairro denominado África, nesta cidade”⁹. Outra notícia explica:

A demolição das barracas situadas no bairro África, num perímetro de servidão pública surge como indefectível necessidade visto que é do programma [sic.] da nossa administração municipal nelle [sic.] abrir uma longa avenida adaptando as margens do rio nessas imediações, ao atracamento de embarcações, por ser ali o local mais apropriado para a construção do nosso porto¹⁰.

Esse bairro sofreu intervenções ao longo do desenvolvimento da cidade, devido à instalação de uma colônia portuguesa em Rio Branco. A migração lusitana promoveu a mudança de denominação da principal via bairro para rua Portugal e, posteriormente para Primeiro de Maio. Posteriormente, ocorreu a desapropriação em trechos desse logradouro o qual em parte foi transformado no Calçadão da Gameleira (FERNANDES, 2012).

As modificações observadas nos primeiros bairros e comunidades que surgiram na Villa Rio Branco, assim como a construção de seus prédios comerciais, institucionais e residenciais foram fundamentais para a formação do patrimônio histórico e cultural que caracterizam o atual Segundo Distrito dessa capital:

Ou seja, ao longo deste primeiro período de formação da área urbana de Rio Branco, podemos identificar não só sua consolidação - um espaço diferenciado em relação aos seringais da região - como também a configuração de um primeiro ordenamento espacial que refletia a organização da própria sociedade, com bairros diferenciados para os trabalhadores ou para os “negros” da cidade. Este espaço territorial deixou, em sua paisagem cultural, diversos objetos (patrimônios) que refletia o agenciamento desses sujeitos no seu espaço, como forma de transformação e de preservação de suas memórias sociais, que foram sendo adequados, reorganizados e ressignificados de acordo com os usos feitos pelos sujeitos que os circunda. Este espaço, atualmente, é conhecido como sítio histórico do Segundo Distrito (RIO BRANCO, 2008)

Sabendo que a sede da Villa Rio Branco foi estabelecida provisoriamente na margem direita do Rio Acre, teve-se a consciência do seu limiar de crescimento, pois seu traçado urbano demonstrava empecilhos para sua expansão espacial, devido à presença de muitos terrenos baixos, alagadiços e de áreas particulares ocupadas por pastos. As constantes inundações que a afetavam, também foram

⁹ Folha do Acre. 4 de maio de 1913, ano III, nº 109. pag. 04.

¹⁰ Folha do Acre, 25 de outubro de 1910, ano I, nº 7, p. 01

uma motivação para fomentar a escolha de um novo local para a sede do departamento.

Para tanto, Gabino Besouro elencou parte das terras da margem esquerda do Rio Acre que estavam nos domínios do Seringal Empresa. O terreno mais elevado e menos sujeito a alagações permitia um melhor acesso a outros pontos do território com a construção de estradas. Além disso, garantia menor dispêndio em seu planejamento, pois estava localizada em frente à sede provisória em Volta da Empresa, onde poderia absorver a infraestrutura, comércio e população residente. Logo, em 31 de dezembro de 1908 foi regulamentada a concessão de lotes e as condições em que seriam feitas as edificações. Declarou-se permanentemente a sede do Departamento do Alto Acre sob a denominação de Penápolis, em homenagem ao presidente da república no período vigente, Afonso Pena. (Guerra, 2004).

Inicialmente, houve uma tentativa de transformar a nova sede departamental em uma cidade independente da Villa Rio Branco. No entanto, as relações com a Volta da Empresa, que crescia na margem oposta e possuía relevância social e comercial fez com que a fundação da cidade fosse substituída pela constituição de um novo bairro na capital. (Guerra, 1951). Então, se constata a formação de uma urbe dividida em dois distritos interdependentes e conectados por via fluvial.

O deslocamento da administração municipal para o atual Primeiro Distrito (Penápolis) foi caracterizado pelo processo de formação do traçado urbano regular das ruas de Rio Branco com a abertura de um sistema viário planejado e que atualmente compreendem a área central da cidade. As primeiras vias abertas foram as ruas Epaminondas Jácome e Benjamim Constant, ambas paralelas ao Rio Acre e as ruas Marechal Deodoro e Getúlio Vargas ambas perpendiculares às anteriores. Ao longo desses logradouros foram estabelecidos os primeiros serviços administrativos, comércios e residências da margem direita do Rio Acre (GUERRA, 1951).

A figura 13 ilustra a expansão urbana de Rio Branco nas décadas iniciais do século XX, mostrando os principais arruamentos que foram os vetores iniciais de expansão da cidade em seus dois Distritos. Essa a sua planta evidencia as disparidades entre o traçado da cidade planejada em contraposição ao crescimento espontâneo que caracterizou o seu núcleo primário de formação.

Figura 13 – Configuração urbana de Rio Branco na primeira metade do Século XX.



Fonte: Guerra: 1951. Adaptado por BENTO, V. R. S.

A evolução inicial de Penápolis demonstra a divisão funcional de Rio Branco em duas partes, com atividades claramente distintas. A margem esquerda apresenta a função administrativa enquanto a margem direita concentra o comércio e o lazer da cidade. Guerra (1951) afirma que as casas comerciais da Villa Rio Branco/Segundo Distrito realizavam diversas transações de quase todo o comércio varejista e atacadista da cidade. Destaca a importância comercial para a manutenção da exploração do látex, abastecendo os barracões seringalistas. A seguinte passagem ilustra tanto a morfologia e funções desempenhadas nas duas localidades quanto o intercâmbio existente entre elas

Estudando a vida funcional da cidade analisaremos em primeiro lugar o bairro de Penápolis (margem esquerda) que constitui praticamente o centro político e administrativo do Território. Aí estão todas as instalações oficiais da administração federal do Território e também muitas residências sendo um bairro administrativo e residencial. No bairro de Empresa (margem direita) estão as casas de comércio misto. Estudando-se a estrutura urbana desse bairro, observa-se que ele tem a forma alongada, procurando, porém, se afastar pouco do rio. O crescimento desse bairro comercial, se verifica aproximadamente em direção do SSW, ligando-se com o bairro d Quinze (residencial). (p. 41)

O comércio a varejo fortalecia as inter-relações dos dois distritos, pois havia a troca constante de mercadorias através de embarcações – as catraias. Conforme Guerra (2004), esse meio de transporte fluvial levava a população da Vila Penápolis para as casas comerciais da Villa Rio Branco e no sentido contrário, destinava o fluxo para o Mercado Municipal situado na margem direita. Nos finais de semana o comércio se fortalecia com o movimento de colonos oriundos da zona rural e seringais, que traziam seus produtos para a comercialização na sede da vila.

Inicialmente, o crescimento do Primeiro Distrito não inviabilizou a progressiva ocupação que ainda ocorria no Segundo Distrito, pois novas vias como as ruas Cearense e Pio Nazário e edificações, dentre as quais a União Operária, a serraria Rochelano Brígido, as escolas Barbosa Lima e Sete de Setembro continuavam sendo implantadas nessa porção da cidade (SOUSA; NEVES, 1996).

Essa diferenciação aconteceu mais notoriamente com a inserção de diversas obras públicas no bairro Penápolis, a partir do final da década de 1920. Deste modo, a estrutura dos dois distritos passou a se diferenciar devido à edificação das primeiras construções de alvenaria, por iniciativa governamental. Foram construídos edifícios destinados a abrigar instituições e serviços públicos, dentre estes o Mercado Municipal, o Palácio do Governo e o Quartel da Força Militar.

Inicialmente, o uso da alvenaria nas edificações causou apreensão na população devido ao pensamento de que o solo onde estava assentada a cidade não possuía condições de suportar o peso de construções pesadas durante o período de chuvas. Além disso, a fabricação de tijolos e telhas não apresentava tanta importância no Acre até 1938. Porém, nos anos seguintes, começaram a ser instaladas olarias na cidade, impulsionando o uso desse material. “A partir de 1946 a iniciativa oficial se fez novamente sentir, criando-se um forte entusiasmo pelas construções de alvenaria na parte central da cidade” (GUERRA, 1951, p. 137).

Para Moraes (2013), as obras públicas iniciadas no governo de Hugo Carneiro entre 1927 e 1930 visavam transformar Rio Branco em uma capital moderna e civilizada uma vez que este assentamento se tornou o principal núcleo urbano após a unificação dos departamentos que compunham o território no Acre. Além das construções, a referida cidade passou por um processo de adoção de modelos higienistas com a reformulação do Código de Posturas, efetivada em 1928.

Segue esse mesmo pensamento a análise de Souza (2001), autor que destaca a importância do Mercado Público como ícone higienista-sanitarista e do quartel, na representação do poder militar no Acre: “a construção do novo Mercado Municipal, importante representação do espaço asséptico em que Rio Branco deveria ser transformado; O quartel da força policial, referencial da força de um estado intervencionista” (p.30). A construção do Palácio surge como elemento suntuoso de pilares e alvenaria que se destoa na paisagem da cidade, na qual havia a predominância de construções com materiais rústicos “Essa perspectiva demonstra como Hugo Carneiro procurou normatizar o território e sua população, estabelecendo normas e regras rígidas, sob pena de severas punições e da exclusão social” (p. 31).

O conjunto desses elementos construtivos e jurídicos marca a transição de Rio Branco de uma simples vila para o *status* de capital territorial. Eis que:

Em pouco tempo estamos vendo a invicta Empreza deixar seus trajes acanhados de matuta atrasada pra apparecer [sic.] uma Rio Branco florescente e moderna. [...] Já o Município de Rio Branco vai entrando numa phase [sic.] de ordem, concorrendo a nossa população com a contribuição devida a essa empreitada de engrandecimento local; já também o nosso commercio se mostra convencido de que cumpre o dever contrahido [sic.] diante da terra em que honestamente moireja¹¹.

As reportagens da Folha do Acre, jornal impresso que circulava na cidade no começo do século XX, enfatizam a ação do movimento sanitarista como forma de ordenamento espacial e disciplinamento de práticas consideradas prejudiciais à higiene urbana e pessoal. Como exemplo de coerção dos moradores:

O tenente Pedro Aguiar, auxiliado pelo funcionário da prefeitura Geminiano Teixeira, tem feito visitas domicilliaras [sic.] em todas as ruas, avenidas e subúrbios da cidade, obrigando os respectivos moradores a trazerem limpos os quintaos [sic.] das casas onde habitam. Essa medida tem ocorrido para melhorar o nosso estado sanitário, pois amontoavam-se nos quintaos [sic.] de certas casas, imundícies [sic.] de toda a espécie exalando [sic.] uma fedentina horrível¹².

Este aparente progresso econômico e remodelamento de rio Branco, durante o primeiro ciclo da borracha camufla o verdadeiro destino das riquezas adquiridas da extração desse recurso natural. Verdadeiramente, o então território do

¹¹ Folha do Acre, 25 de outubro de 1910, ano I, nº 7, p. 01

¹² Folha do Acre, 29 de julho de 1913, ano III, nº 120, p. 01

Acre pouco se beneficiou dos lucros obtidos nas transações comerciais da borracha, pois esta exploração promoveu o enriquecimento dos grandes centros urbanos regionais amazônicos, representados por Belém e Manaus, assim como garantiu o processo de organização urbana e embelezamento do Rio de Janeiro, que nesse período era a capital federal.

A tentativa de transformar a capital acreana em uma cidade planejada a partir da formação do bairro não foi suficiente para conter o seu crescimento espontâneo. A contínua chegada de imigrantes passou a ocupar espontaneamente as terras da margem esquerda, constituindo bairros com predominância de grupos populacionais de baixo rendimento.

Por vezes, a ocupação de moradias improvisadas se instalava dentro do perímetro planejado de Penápolis, ocasionando impactos na paisagem urbana que visava ser embelezada e organizada pelas autoridades locais. Remoções ocorriam como forma de disciplinar os espaços, numa evidente segregação da população mais pobre.

Sabemos que vão ser condenados a demolição diversas barracas e velhos pardieiros que se encontram ao lado do edifício da prefeitura afeiando o bairro Pennapolis. Por esta forma ficará aquele edifício completamente a vista dos vapores que navegam o nosso rio e do bairro Rio Branco que lhe fica fronteiro¹³.

Como forma de crescimento espontâneo no Primeiro Distrito exemplifica-se o surgimento do bairro Papouco. Este apesar de situar-se nas imediações do então estruturado bairro Penápolis, exibia o contraste entre a cidade formal e planificada, com a cidade de expansão desordenada.

Sobre a configuração socioespacial do Papouco, Guerra (op. cit., p. 39) ressalta que esta comunidade apresentava todas as suas residências construídas com elementos simples, de origem natural, bem como abrigava uma população carente: “todas as casas de madeira com cobertura de palmeira de ouricuri, zinco ou cavacos. A única construção de alvenaria existente é uma casa de comércio. Este bairro é habitado por indivíduos humildes e suas instalações são muito primitivas”.

O Papouco transformou-se em um ambiente segregado para o Primeiro Distrito, assim como a Rua África era para o Segundo Distrito. Ambos demonstram a tendência de ocupação das áreas ribeirinhas e alagadiças que viria se formar mais

¹³ Folha do Acre, 25 de outubro de 1910, ano I, nº 7, p. 03

intensamente no decorrer do crescimento demográfico de Rio Branco nas décadas seguintes.

A pauperização de Rio Branco evidencia o declínio do ciclo econômico da borracha decorrente da biopirataria de sementes de seringueira e da implantação do sistema de heveicultura intensiva nas colônias britânicas situadas no sudeste asiático. Consequentemente, a partir da década de 1910, inicia-se a decadência da produção natural do látex na Amazônia, uma vez que esta não tinha condições de competir igualitariamente com a forma racional da produção inglesa.

O declínio econômico que a Acre e sua capital presenciaram devido o enfraquecimento progressivo do extrativismo da borracha refletiu no decréscimo populacional (Tabela 4), pois, parte dos migrantes nordestinos abandonaram os seringais e retornaram para sua região.

Tabela 4 - População do território do Acre e Rio Branco, 1920-1940.

Unidade territorial	Censos demográficos	
	1920	1940
Rio Branco	19 930	16 038
Acre	92.379	79.768
Proporção capital/estado	21.6%	20.1%

IBGE, Censos demográficos 1920 e 1940.

Essa situação irá enfraquecimento da economia irá se reverter na fase correspondente à Segunda Guerra Mundial, onde ocorre a retomada da produção de látex. Desenvolve-se assim um segundo ciclo da borracha na Amazônia acreana. As estratégias bélicas reergueram a monocultura empresarial, porém em um curto período, já que em 1947, os acordos entre Estados Unidos e Brasil são desfeitos e novamente observa-se a decadência a que foram submetidos todos os envolvidos na produção local desse recurso.

Com o término do segundo ciclo da borracha, ocorre uma maior mobilidade populacional no território acreano, que resultou no processo de migração de parte dos trabalhadores rurais para as sedes de cidades e povoados apesar de que parcela da população permaneceu no campo vivenciando as práticas agrícolas (SILVA 2008).

De acordo com o autor supracitado, o declínio econômico pelo qual passaram os seringais acreanos, desestruturou a produção empresarial, mas

contribuiu para o desenvolvimento dos cultivos de subsistência de diversos itens agrícolas pelos seringueiros que permaneciam nas colocações. A crise que se estabelecia na economia empresarial do seringal permitiu melhoria na qualidade de vida dos seringueiros que optaram por ficar na floresta. Esses trabalhadores agora na figura de posseiros passaram a controlar sua força produtiva e seus meios de produção, ganhando autonomia pela redução da força opressora do patrão seringalista.

Em consequência da independência dos seringueiros, os marreteiros ganham espaço na comercialização direta estes novos posseiros, substituindo os padrões seringalistas nas transações de aviamento. Por conseguinte, os seringueiros continuaram a ser explorados nas trocas de mercadorias, apesar da autonomia adquirida na colocação. Então, houve o fortalecimento das atividades comerciais em Rio Branco, as quais em parte eram dominadas por imigrantes de origem Turca e Sírio-Libanesa.

A atuação de sírios e libaneses no processo de formação e desenvolvimento do Acre se fez presente por sua trajetória como mercadores de produtos diversos que, aqui chegados por iniciativa e com recursos próprios, exerceram uma atividade comercial importante ao longo dos rios no interior da Amazônia. Esses negociantes ambulantes eram conhecidos como regatões e representavam para os seringueiros embrenhados no interior da floresta e sob dominação do patrão seringalista, rara oportunidade de adquirir alguma mercadoria (RANZI, 2008, p. 110)

Essa fase de desenvolvimento da agricultura possibilitou a formação do modo de vida camponês na Amazônia acreana, no qual a forma de preparo da terra para a plantação, os hábitos alimentares e as tradições dos imigrantes nordestinos foram se fortalecendo. Ocorreu a mistura modo de vida trazido do Nordeste com as práticas socioculturais indígenas, desenvolvendo a identidade dos povos da floresta.

Já o cenário urbano de Rio Branco em evidente decréscimo de sua prosperidade social e econômica, passa por novas transformações através das frentes de serviço para o erguimento de obras públicas e a formação de núcleos coloniais para o abastecimento de seu mercado consumidor.

4.2 EQUIPAMENTOS URBANOS E COLÔNIAS AGRÍCOLAS: O INÍCIO DE UMA EXPANSÃO URBANA

Depois do declínio populacional e estagnação econômica vivenciado entre 1920 e 1940, Rio Branco passa por uma nova fase de expansão urbana que será contínua e progressiva desse período em diante. Ao analisar a estrutura urbana dessa capital, Guerra (1951) verifica que em sua parte norte começa a ocorrer um desenvolvimento espontâneo a partir de 1937 com a construção residencial e demais infraestruturas na área denominada de Zona Ampliada. Essa zona é constituída por terras pertencentes a proprietários particulares e que foram compradas e anexadas ao patrimônio da União em 1942.

O pós-guerra também incentivou os governos territoriais no Acre a implantarem políticas de reassentamento familiar expandindo a formação de colônias agrícolas. Estes assentamentos eram localizados tanto nos seringais loteados para tal fim, quanto nas proximidades das cidades. As colônias agrícolas absorviam a força de trabalho, amenizavam os problemas agrários, continham os deslocamentos populacionais para as cidades e propiciavam o aumento da produção de excedentes agrícolas. Os colonos que habitavam essas unidades foram os primeiros a adquirirem os documentos legais de ocupação e de propriedade da terra no Acre. (SILVA 2008).

A formação das colônias agrícolas tem como cerne a diferenciação entre o trabalhador do seringal e o agricultor de subsistência que veio ganhando expressividade na medida em que a economia do látex entrou em declínio. Desde o final do século XIX, mediante os conflitos territoriais com a Bolívia havia o recrutamento de seringueiros para as batalhas. Por conseguinte, esses recrutados teriam a possibilidade de romperem com as amarras da produção nos seringais. Dada a necessidade de produção alimentos durante o período revolucionário, surge a alternativa de isentar seringueiros das forças armadas para destiná-los aos cultivos alimentícios. Dessa forma surge a representação social dos trabalhadores da lavoura, denominados de colonheiros ou colonos, responsáveis pela manutenção de núcleos de autossustentação familiar. (SILVA, 2008).

Analisando Guerra (1954), visualiza-se que as colônias agrícolas em quase sua totalidade não possuem organização interna e as atividades praticadas em seus territórios não se resumem as atividades agropastoris. Os habitantes

desses núcleos se dedicam muito mais a indústria extrativa vegetal e a caça do que mesmo a agricultura e pecuária. A conclusão desse teórico pode estar vinculada às práticas do colono que na condição de habitante da floresta estava muito mais interessado em explorar os recursos extraídos da natureza do que se dedicar às atividades estipuladas no núcleo colonial.

As características de núcleo de povoamento com a manutenção de práticas agrícolas e extrativistas fizeram que algumas colônias emergissem como vilas e cidades. A colônia Vila Epitácio em Brasiléia, ganhou autonomia e atualmente constitui o município de Epitaciolândia. A colônia agrícola Rodrigues Alves originou o município homônimo que se desmembrou de Cruzeiro do Sul assim como a colônia Vila Japim, que é o atual município de Mâncio Lima.

No caso de Rio Branco, dado o processo de crescimento urbano, as colônias mais próximas foram incorporadas à capital, dando origem à novas comunidades e bairros. Essa ocupação urbana ocorreu no Primeiro Distrito, mediante a progressiva incorporação de terras da área denominada de Zona Ampliada com a fundação assentamentos para o desenvolvimento de atividades agroextrativistas.

A partir de 1942 o governador Oscar Passos tomou a primeira iniciativa para a realização efetiva do plano de colonizar a região nos arredores da cidade de Rio Branco, comprando as terras do seringal Empresa, e incumbindo o agrônomo Pimentel Gomes de organizar o plano dessa colonização. As terras do seringal Empresa foram adquiridas em 1941 para serem divididas em vários núcleos, porém somente a partir de 1943 começaram a se estabelecer os primeiros lotes. (RIO BRANCO, 2008).

O fortalecimento das colônias ocorreu com mais notoriedade no governo de Guimard Santos. A formação de equipamentos urbanos descentralizados e a criação de frentes de serviço para auxiliar nas obras públicas e na subsistência da população local incentivou o a implantação de estabelecimentos destinados não apenas a produção agrícola, mais também em obras públicas. No final da década de 1940, a abertura de diversas colônias agrícolas nas imediações da capital, possibilitou a ocupação de extensas áreas do antigo Seringal “Empresa”, contribuindo para o crescimento do atual Primeiro Distrito em detrimento do Segundo Distrito.

O núcleo do Seringal “Empresa” foi dividido em oito colônias e consiste em três zonas: Florestal, Urbana e Agrícola. A Zona Florestal é a de menor

quantidade de lotes e de população residente. Seus habitantes dedicavam-se principalmente as atividades agroextrativistas. A Zona Urbana compreendia a maior parte da população que se estabelecia nas terras do seringal. Esta zona consiste no extravasamento do crescimento populacional da sede municipal contiguamente à Avenida Ceará. A população residente “Hoje este núcleo já constitui uma área de continuidade da cidade de Rio Branco, existindo mesmo um projeto para sua incorporação ao núcleo urbano, como mais um bairro da cidade” (GUERRA, 1951, p.569).

A Zona agrícola corresponde aos núcleos coloniais que foram progressivamente sendo incorporados à cidade a partir da expansão da Zona Urbana. Esta porção foi dividida em 427 lotes onde residiam 1.506 habitantes. O recenseamento feito em junho de 1951 nessa parte da cidade demonstrou a seguinte composição, conforme exposto na Tabela 5.

Tabela 5 - Divisão do núcleo do Seringal Empreza, 1951.

Composição das Zonas	Número de Lotes	População total
Zona Florestal	103	531
Zona Urbana	338	1931
Zona Agrícola:		
Colônia São Francisco	68	331
Colônia Juarez Távora	79	338
Colônia Apolônio Sales	56	256
Colônia Alberto Tôres	68	133
Colônia Mâncio Lima	49	40
Colônia Dias Martins	75	211
Colônia Cecília Parente	23	155
Colônia Sousa Ramos	9	42
Total	868	3968

Fonte: Guerra, 1951

Para implementar e desenvolver a funcionalidade das várias colônias agrícolas surgidas na paisagem cultural da capital acreana, foi essencial a estruturação inicial de alguns desses núcleos, que foram classificados por funções específicas. Inicialmente, existiam três tipos de assentamentos.

O primeiro era caracterizado por colônias destinadas ao amortecimento do êxodo populacional do campo para as sedes municipais, propiciando a expansão territorial da capital e povoando o seu território. As colônias agrícolas São Francisco e Apolônio Sales, iniciaram esse processo de desenvolvimento e tiveram relevância

na ocupação de extensas áreas que formam o atual perímetro urbano rio-branquense.

É merecido destacar a formação da Colônia São Francisco, pois esta foi modelo para a implantação de outros loteamentos destinados a produção agrícola. Apesar de ter sido planejada para conter o crescimento populacional de Rio Branco, esta se tonou referência econômica, adquirindo inclusive um núcleo mecanizado para beneficiamento de produtos. Sua formação propiciou a inserção de instituições de uso social como escolas e igrejas e atualmente é compõe uma das dez regionais da capital acreana, subdividia em vários bairros e comunidades. Apesar do desenvolvimento urbano que foi se estabelecendo, ainda se observa a existência de hortas, responsáveis pelo sustento de diversas famílias. (RIO BRANCO, 2008).

O segundo tipo de assentamento era formado por colônias voltadas para o beneficiamento e o desenvolvimento agrícola, além de escoar a produção no mercado local. E finalmente, haviam as colônias agrícolas destinadas a fomentar e subsidiar o desenvolvimento das demais colônias, por meios de insumos para plantio, matrizes animais e implementação de técnicas agropastoris. Nessa última tipologia se enquadram os núcleos Dias Martins e Estação Experimental

Analisando a ocupação territorial para além do bairro Penápolis, confirmou-se a importância das colônias agrícolas estabelecidas nas imediações da cidade como vetores para o crescimento urbano. Entretanto, não se pode desconsiderar a relevância que a construção de equipamentos públicos teve como referência para formação de novas comunidades e promover a expansão horizontal da cidade. O impulso que começou a se estabelecer em meados da década de 1920, com a fundação do Estádio José de Melo, anuncia a expansão da cidade para além da Avenida Ceará. Este eixo viário definia os limites entre a urbe e sua Zona Ampliada. Outro equipamento de referência é o Cacimbão da Capoeira, que foi fundado em 1927, sendo responsável pelo abastecimento da capital durante 30 anos¹⁴. Atualmente esse patrimônio tornou referência para o bairro homônimo.

Durante o governo de Guiomar Santos foram erguidas diversas edificações públicas, dentre estas se destacam: o Aeroporto Salgado Filho – “Aeroporto Velho” (Figura 14), a Maternidade Bárbara Heliodora e o colégio Eurico

¹⁴ <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/4525-angelim-entrega-revitalizacao-do-cacimbao-da-capoeira.html>

Dutra, além da conclusão das obras do Palácio Rio Branco e da reforma do prédio da antiga penitenciária, que foi transformada no Hotel Chui¹⁵.

O erguimento dessas obras públicas demandou a implantação de infraestruturas voltadas para a produção de materiais e estabelecimentos destinados à produção de gêneros alimentares para abastecer crescente população da capital. Para tanto, fundou-se a Cerâmica oficial que produzia telhas, tijolos e pisos para a construção civil, a Estação Experimental, que produzia mudas e repassava técnicas de cultivo, o Aviário que produzia e distribuía aves, suínos e até abelhas para os colonos (RIO BRANCO, 2015).

Como exemplo dessas colônias voltadas para produção de insumos, a Estação Experimental se destaca por sua importância uma vez que esta constituiu numa verdadeira vila com relativa autossuficiência em relação ao centro da capital. A movimentação populacional oriunda do contato entre Rio Branco e o interior do estado possibilitou a formação de um centro comercial nessa colônia, demonstrando a sua peculiaridade quando comparada à outros assentamentos.

Atualmente com a expansão da cidade, o isolamento entre esta colônia agrícola e a zona urbana da capital foi rompido. Porém a relativa independência adquirida pela Estação Experimental em relação ao centro de Rio Branco evidencia-se na conformação de um subcentro de comércio e serviços contendo várias instituições públicas, agências bancárias, supermercados, farmácias e tantos outros estabelecimentos movimentam a economia desse bairro e adjacências¹⁶.

Outro equipamento urbano construído fora da área central foi o Educandário Santa Margarida. Fundado em 1942, este prédio é uma instituição filantrópica, cultural e de Assistência Social, criada originalmente como Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a hanseníase em Rio Branco¹⁷. No entorno dessa edificação originou-se o bairro Preventório, um dos mais carentes da cidade em termos de condições de moradia e infraestrutura.

O governo territorial também adquiriu em 1943 a Fazenda Sobral, situada à margem esquerda do Rio Acre, a sete quilômetros da sede municipal (Figura 15). Essa propriedade possuía gado leiteiro cuja produção era destinada para o hospital

¹⁵ <https://riobrancoemnumeros.wordpress.com/tag/historia-2/>

¹⁶ Extraído de: <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/5500-esta%C3%A7%C3%A3o-experimental-primeiro-bairro-a-ter-todas-as-ruas-recuperadas-na-a%C3%A7%C3%A3o-de-ver%C3%A3o-da-prefeitura-de-rio-branco.html>

¹⁷ Extraído de <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/4588-marcus-alexandre-visita-educandario-santa-margarida.html>

de Rio Branco (Galvão, 1957). Atualmente, a região onde se localizava essa fazenda foi incorporada a malha urbana da cidade dando origem ao conjunto de bairros que compõe a Baixada da Sobral

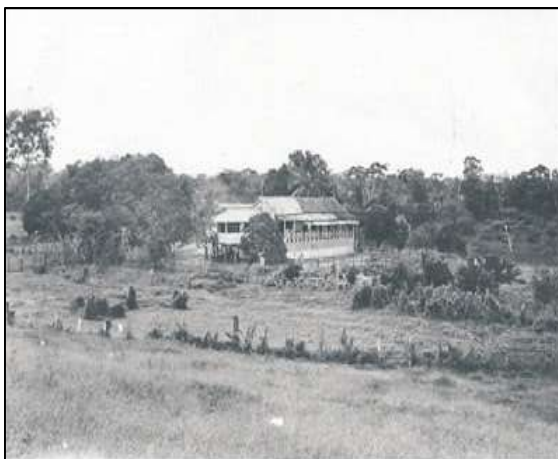
Os equipamentos instalados pelo governo territorial e as colônias agrícolas serviram como novos pontos de atração e fixação urbana. A Cerâmica, o Aviário, a Estação Experimental, o Aeroporto Velho, a colônia São Francisco, a Fazenda Sobral, a colônia Apolônio Sales, entre outros, deram origem a alguns dos atuais bairros da cidade, revelando boa parte dos fluxos e processos sociais a que a cidade esteve submetida desde então. (RIO BRANCO, 2015)

Figura 14 - Antigo aeroporto de Rio Branco.



Fonte: RIO BRANCO, 2008

Figura 15 - Sede da fazenda Sobral em 1953.



Fonte: GUERRA, 2004.

Na transição entre as décadas de 1950 e 1960 ocorreram profundas modificações sociais e econômicas no Brasil dentre esta: as migrações inter-regionais, a integração territorial a partir da abertura de rodovias, a criação de superintendências de desenvolvimento regional visando atenuar as disparidades entre as regiões e a realocação da capital federal mediante a construção de Brasília promoveram transformações tanto na totalidade do país quanto na organização interna de suas unidades de federação.

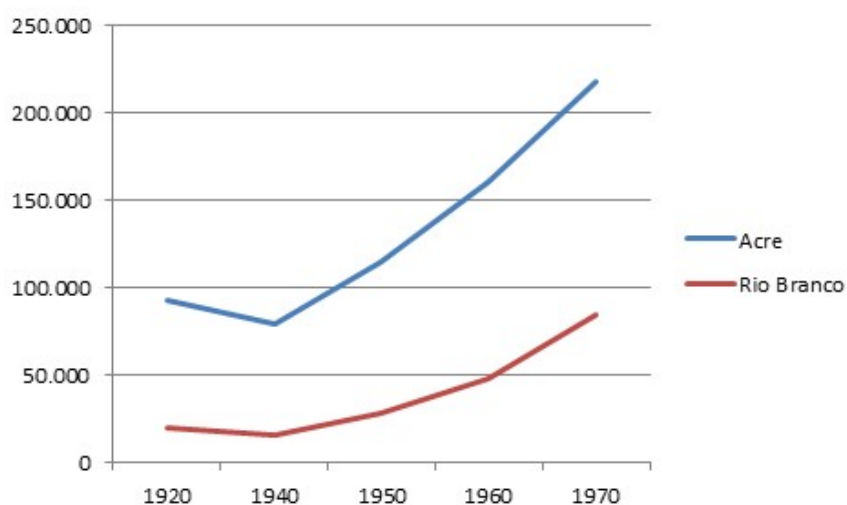
No caso do Acre, as modificações mais relevantes para a sua reorganização interna decorreram com sua transformação de território federal para estado em 1962, a ligação rodoviária com o Centro-Sul do país no fim da década de 1960 e as mudanças na política estatal de crédito da borracha, assim como a concorrência com a borracha sintética produzida no Sul do país.

A partir da década de 1960 que o governo federal impulsiona a política de integração da Região Amazônica ao restante do país. Para tanto, são implantados quatro grandes eixos rodoviários de vital importância neste processo: as rodovias Belém – Brasília, Cuiabá - Porto Velho, Cuiabá-Santarém e Transamazônica, constituindo-se como fator de grande importância no aumento das relações de ocupação e de aceleração que se verifica no processo de mudanças estruturais na Amazônia. (PICOLI, 2006). Posteriormente o eixo rodoviário que partia da capital mato-grossense à Rondônia estende-se ao Acre, quebrando o seu isolamento terrestre.

A ligação terrestre entre o Acre e o restante do país fomentou a atração de especuladores e investidores em atividades agropecuárias, especialmente nos municípios situados na mesorregião do Vale do Acre, que devido à proximidade com a BR-364 se tornaram preferenciais na implantação de fazendas de gado bovino. Os municípios da mesorregião do Vale do Juruá, por se encontrarem relativamente isolados até a década de 2000, tiveram seus latifúndios resguardados como reserva de valor para uma futura especulação (SILVA, 2008).

A partir de 1960, tanto Rio Branco quanto o estado do Acre retomam o crescimento populacional que se mantinha estagnado durante as três décadas anteriores (Figura 16).

Figura 16 – Crescimento Populacional. Acre e Rio Branco, 1920-1970.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1920-1970. Elaborado por BENTO, V.R. S.

Desse período em diante aumenta a representação da capital em relação ao contingente populacional do estado, elevando-se de 24,6% para 38,9% do total de habitantes entre 1950-1970. Esse acréscimo demográfico resulta não apenas do

crescimento vegetativo, mas do expressivo número de migrantes que vinha se estabelecendo em terras acreanas decorrente da expansão da fronteira agropecuária.

As mudanças sociais e econômicas foram percebidas com maior intensidade no final da década de 1960 e durante o governo estadual de Francisco Wanderlei Dantas (1971-1975). Com a intenção de mudar a base produtiva do Acre do extrativismo vegetal para a pecuária extensiva, sua administração estimulou o fluxo de fazendeiros que, atraídos pelo valor irrisório das terras e pelos incentivos fiscais, compraram extensas glebas.

O Estado do Acre não ficou imune aos avanços nas frentes de expansão e a outros fenômenos ligados à dinâmica da economia brasileira. Por exemplo, ao final da década de 1960, configurou-se um contexto de valorização do mercado de terras, em consequência da concretização das condições prévias para a expansão da produção agropecuária no país (ACRE, 2006, p. 19).

Em 1974 inicia-se uma nova leva de migrantes que compraram as terras dos latifúndios já loteados pelos primeiros desbravadores. Na década de 1980, houve um terceiro movimento migratório, preponderantemente composto por pequenos camponeses paranaenses (SILVA, 2008). Além da colonização privada fomentada pelos especuladores de terra, existiu o fluxo populacional de microempreendedores rurais, trabalhadores sem-terra, atingidos por barragens e brasiguaios destinando-se principalmente para os projetos de colonização do INCRA. Esses movimentos demonstra um extravasamento dos processos de expansão de fronteira agrícola que já ocorria com maior intensidade em Rondônia.

Eles começaram a chegar em 1972. Preposto de grupos nacionais ou estrangeiros, especuladores de terras, grileiros ou simples aventureiros. Vinham de braços dados com seus jagunços e aqui encontravam outros aliados: o então governador Wanderley Dantas, os chefes de cartório, alguns juízes e a polícia (CALIXTO *et. al*, 1985, p. 210).

Diversos projetos de colonização e assentamento foram criados no Acre no período correspondente a 1977 e 1990. Estes surgem com o objetivo de atenuar os conflitos no campo e regularizar a situação dos posseiros tendo em vista a desapropriação de algumas áreas de seringais para a implantação de Projetos de Assentamento Dirigido – PADs e Projetos de Assentamento Extrativistas – PAEs. Nas áreas com presença de posseiros foram criados Projetos de Assentamento

Rápido (PAR). Estes foram desenvolvidos pelo INCRA com o objetivo de regularizar a situação fundiária das famílias assentadas e a ocupação ordenada dos posseiros (CALIXTO *et. al.*, 1985)

Em relação a convivência dos seringueiros nos PADs ocorreu a inviabilidade da atividade extrativa. Para que eles se mantivessem nos assentamentos tinham que praticar a agricultura na forma dos colonos que imigraram do Centro-Sul (SILVA, 2008). A carência de políticas públicas voltadas para a fixação dos seringueiros tornou-os mais propensos a venderem suas propriedades e se deslocarem para as cidades, contribuindo para o crescimento periférico, especialmente da capital acreana.

4.3 CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO E PERIFERIZAÇÃO.

A modificação no espaço agrário acreano na passagem entre a economia extrativa do látex e a expansão da frente agropecuária promoveu a compra e desmantelamento de seringais. Consequentemente os habitantes da zona rural dentre os quais os camponeses, seringueiros e ribeirinhos praticantes de culturas florestais e tradicionais tiveram que se adaptar a outros ambientes, desde as colônias agrícolas até a ocupação das zonas urbanas em forma de ocupações irregulares. Essas transformações socioeconômicas do campo repercutiram no acentuado crescimento da cidade Rio Branco após a década de 1960 à atualidade.

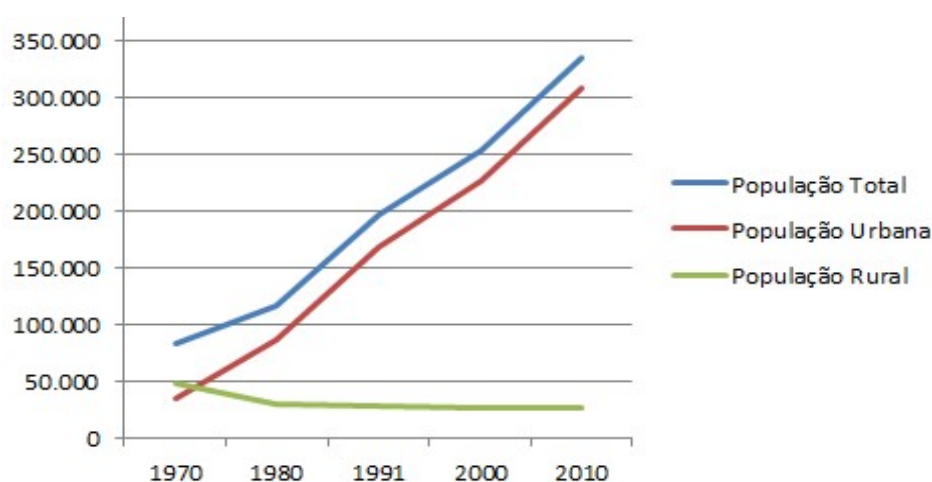
A proliferação da pobreza em Rio Branco tornou-se mais acentuada a partir de 1970. Nessa década ampliou-se processo de migração campo-cidade decorrente da expropriação fundiária de pequenos produtores rurais que habitavam o campo na condição de posseiros. Estes abandonaram suas terras sob a pressão dos latifundiários oriundos do Centro-Sul, os denominados “paulistas”. Por conseguinte, houve uma transferência da pobreza do campo para a cidade, fomentando as desigualdades socioespaciais, nas quais a elite urbana ocupa as melhores localizações enquanto a população marginalizada se adensa em aglomerados sem qualquer infraestrutura.

No caso dos bairros periféricos de Rio Branco, sabe-se que eles foram formados quase que exclusivamente por seringueiros que foram expulsos de suas ‘colocações’ (expulsos a força ou por atração da cidade) e parecem demais com grandes ‘acampamentos’, onde a pobreza e a marginalização

atingem índices incompressíveis, enquanto as terras do Estado vão se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos empresários e as áreas mais 'nobres' da cidade são possuídas pela pequena burguesia local. (VARADOURO, 1978, p.5).

O processo de migração rural-urbana mostra que a taxa de crescimento da população urbana dessa cidade cresce rapidamente, de forma paralela ao acréscimo da população total, enquanto o número de habitantes rurais tem um rápido decréscimo e uma posterior estagnação (Figura 17).

Figura 17 - Evolução populacional de Rio Branco, 1970-2010.



Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970-2010.

Sobre o reflexo da expansão urbana Moraes (2000), salienta que até 1970 havia em Rio Branco cerca de 23 bairros e uma população de 34.474 habitantes e em 1996 essa cidade já possui 133 bairros e 201.347 habitantes. A maior parte dessas comunidades desenvolvia-se sem qualquer infraestrutura e acesso aos serviços básico. Para a autora:

Estes bairros pobres, habitados pela população expulsa das áreas rurais, revelam uma tendência no crescimento e espraiamento do espaço urbano. Ou seja, esta população passa a instalar-se em áreas periféricas de Rio Branco, formando aglomerados de habitação com características de favelas, em lugares impróprios e desprovidos das mínimas condições de habitabilidade (como água, luz, saúde, lazer, drenagem), o que mostra o padrão de vida a que foi relegada esta população no processo produtivo regional (p. 99).

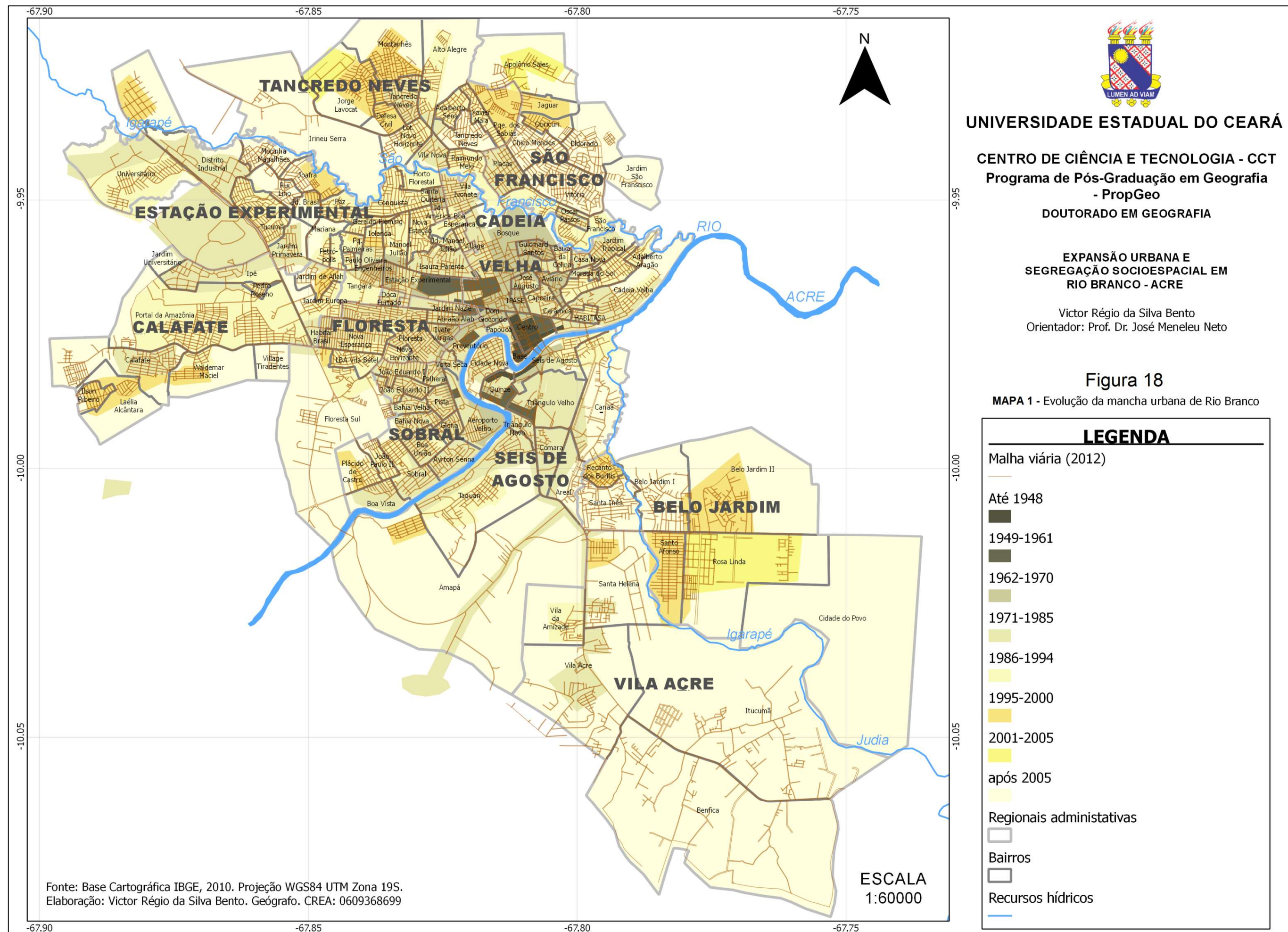
Até a década de 1970 a capital do Acre era constituída por uma mancha urbana contínua que se expandiu a partir do centro histórico, ocupando a Zona Ampliada e seguindo pela Avenida Ceará em direção do bairro Estação

Experimental. Possuía a formação de núcleos de adensamento populacional no entorno da Colônia Agrícola São Francisco e da Vila Calafate, a nordeste e oeste da capital, respectivamente. Entre 1970 e 1980 a cidade continua mantendo o crescimento contíguo à mancha urbana mais consolidada. Percebe-se o início da descontinuidade da cidade a partir da construção do Distrito Industrial na BR-364, o qual possibilitou a abertura de loteamentos e conjuntos habitacionais no seu entorno (Figura 18).

Após a década de 1980 intensifica-se o espraiamento urbano da capital acreana em todas as direções. Nesse período ocorre a expansão da malha viária e formação de novos bairros no território que compreende as atuais Regionais Floresta e Estação Experimental. O adensamento ultrapassa o Igarapé São Francisco, situado a norte do centro histórico. Outro aspecto a ser considerado é o crescimento da cidade no Segundo Distrito, primordialmente constituído por habitações irregulares em áreas suscetíveis à alagação. Surge nessa época, bairros como Taquari, Triângulo, Areial e Belo Jardim, todos situados às margens dos mananciais que perpassam Rio Branco. Ampliam-se as ocupações precárias sendo que:

Esta fixação que assim ocorre, dá-se sempre em uma, desses três tipos mais comuns de áreas: *nas áreas de terras da marinha* (os barrancos do Rio Acre); *em áreas sujeitas às inundações periódicas* ocasionadas pelo transbordamento do rio Acre (a planície de inundação da bacia do vale do Acre), como é o caso de parte dos Bairros: Base, Cidade Nova; e *nas áreas de várzea ou as áreas pantanosas*, a exemplo: Bairros Taquari, Cidade Nova, Santa Terezinha (final do Bairro 06 de Agosto) e Bairro Baixada da Habitasa. (PENHA, 1996, p.86)

Sobre a situação de periferização na capital do Acre, constatam-se como ocorreu esse processo, a partir das matérias noticiadas no jornal impresso “Varadouro” na transição entres as décadas de 70 e 80. Muitas dessas ocupações foram reprimidas pela ação do Estado e parte das famílias foi realocada para conjuntos habitacionais.



Matérias jornalísticas retratam as dificuldades que vivenciaram os moradores nos períodos de chuva pelas dificuldades de acesso aos bairros sejam estes antigos ou de recente formação. A carência de infraestrutura inviabilizava o tráfego em algumas localizações, inclusive a passagem do transporte coletivo, tal como visto no: “Bairro Cadeia Velha, um dos mais antigos de Rio Branco, é outro que a ‘cidade não quer ver’ ao menos, algumas de suas áreas menos nobres, onde não reside ‘doutor’” (VARADOURO, 1977, p. 19). A Cidade Nova, assim como a Cadeia Velha é um bairro próximo da área central de Rio Branco que sofre historicamente com o processo de ocupação desordenada e as alagações. Muitas das famílias residentes nesse bairro são originadas das áreas rurais e de outros bairros da capital acreana.

O Bairro Cidade Nova, localizado em Rio Branco, não abriga somente como de início, as famílias de colonos e seringueiros que ali se instalaram nas décadas de 1970 e 1980. As alagações provocadas pelas chuvas típicas de período novembro-maio geraram relativa mobilidade espacial – o que por sua vez, contribuiu para uma expressiva variação populacional (CARDIA, 2010, p. 53).

Além dos bairros situados mais próximos do centro da cidade e de ocupação mais antiga, os problemas relativos à rápida expansão da capital acreana são percebidos nas novas ocupações que se espalham por sua periferia, fazendo surgir várias comunidades com precárias condições de habitação e de infraestrutura urbana.

No Bairro Bahia, situado na Baixada da Sobral, a falta água potável era uma das maiores reivindicações da população, que tinha que percorrer as ruas da comunidade na busca de poços para o seu abastecimento. O rápido crescimento da cidade dificultou a extensão imediata das linhas de ônibus para essas novas localidades fazendo com que os trabalhadores e consumidores tivessem que percorrer até dois quilômetros de distância para obter transporte em direção ao centro. A energia elétrica que era racionalizada na cidade, só chegava duas vezes por semana no Bahia. (VARADOURO, 1978)

Em tal situação se encontram os habitantes do conjunto Tangará, localizado no bairro Estação Experimental, no qual a precariedade das residências demonstra o crescimento desordenado pelo qual Rio Branco vinha passando após o desmantelamento da economia da borracha. Esta localidade, assim como as outras que foram destacadas, tem a presença de ex-

seringueiros que sem condições de sustento no campo se viram obrigados a partir para os centros urbanos do Acre na perspectiva de melhores condições de vida. Muitos desses trabalhadores se viam submetidos à empregos de baixa remuneração e incipiente qualificação profissional, ou mesmo encontravam-se desempregados, contribuindo para agravar mais ainda suas condições de moradia e sustento familiar.

O casarão ou cortiço do Tangará não é outra coisa senão também a expressão mais viva da marginalização em que se encontra grande parte da população acreana. Ali mora biscateiros, engraxates, empregadas domésticas, oleiros, serventes, diaristas e outras categorias. Tem entre si grandes afinidades. Quanto à origem, por exemplo: geralmente são famílias que vieram dos seringais ou porque a área foi vendida, ou porque as condições às quais estavam sujeitas não permitam mais que permanecessem nas suas posses, sob o risco de morrer à míngua. Quanto ao trabalho, formam uma espécie de 'reservatório'. De todas as pessoas entrevistadas, duas apenas ganham o salário mínimo e tem carteira assinada. Os demais vivem de empregos temporários, estão desempregados e trabalham por menos do salário. (VARADOURO, 1978, p. 15).

O resultado da concentração de terras e da baixa expectativa de manutenção do homem no campo repercutiu no inchaço populacional em Rio Branco, desenvolvendo um verdadeiro “cinturão de miséria” que alimentava a especulação de terras urbanas e o aluguel de imóveis. O ascendente fluxo migratório promoveu a fragmentação fundiária dos vazios existentes no entorno da capital, fazendo surgir as expressões – posseiros urbanos e invasores – “para caracterizar aquelas famílias que, pressionadas por uma série de fatores, não tiveram outra alternativa senão a de ocupar compulsoriamente alguns terrenos baldios de particulares ou do Estado” (VARADOURO, 1979, p. 9).

Seriam estes migrantes denominados posseiros pela forma como ocupavam a terra, limpando o terreno e demarcando lotes. Na medida em que os primeiros moradores se estabeleciam nas localidades, a notícia se espalhava e outros habitantes iam chegando e edificando suas moradias em pequenos fragmentos de terra, de tamanho não mais suficiente do que para a construção de um pequeno barraco. Construídas rapidamente em regime de mutirão, essas habitações aproveitavam qualquer material que fosse útil para levantar as paredes e a cobertura. Essa descrição remete ao processo de ocupação nas imediações do bairro Triângulo, situado no Segundo Distrito da

capital e que exemplifica o surgimento espontâneo das comunidades (VARADOURO, 1979).

Os habitantes dessas aglomerações periféricas viviam apreensivos no que se refere à perda da moradia. Geralmente edificadas em terrenos particulares ou de interesse do Estado, tais comunidades eram destruídas sob a força de militares fazendo a população se deslocar constantemente na busca de novas localizações para efetivarem a sua moradia. Por conseguinte, o campesino recém-chegado do campo sofria uma segunda expropriação, agora em terras urbanas.

A ocupação de terrenos também evidencia a luta dos moradores mais pobres para obterem sua moradia. Terrenos particulares que se encontravam em situação de aparente abandono eram invadidos na esperança futura de que o Estado regularizasse a situação de seus ocupantes. Como exemplo dessa ocupação verifica-se a formação de uma comunidade em um terreno particular situado entre os bairros Bahia, Aeroporto Velho e Palheiral, na Baixada da Sobral.

Para a ocupação desse vazio urbano, os moradores se organizaram e formaram uma comissão para demarcar e distribuir os lotes. O processo de demarcação incluía a abertura de ruas e a formação de quadras com o intuito de evitar o crescimento desordenado da comunidade. Em pouco tempo essa gleba já estava ocupada por mais de mil famílias.

Não tardou para os proprietários reclamarem a área demarcada. No entanto o expressivo número de famílias já abrigadas propiciou a negociação do terreno entre o governo e seus donos. Apesar disso, o processo de organização desse novo bairro foi marcado por irregularidades relacionadas a interesses contrários dentro da comissão organizadora, pois estava havendo a venda de lotes.

Consequentemente, os constantes embates culminaram no assassinato de Joao Eduardo, um dos moradores que se desentendia com os interesses dessa comissão. A morte desse morador gerou revolta na comunidade, que organizou protestos e passeatas contra a ineficiência governamental em resolver os problemas relativos à habitação. Como homenagem o bairro recebeu sua toponímia em homenagem ao cidadão que

representou a luta pela habitação na periferia rio-branquense (VARADOURO, 1981).

Santos (2005) confirma a gravidade evidenciada pelo processo de transição rural-urbana que ocorreu no território brasileiro a partir da segunda metade do século XX. O intenso êxodo populacional do campo para a cidade promoveu a intervenção de Estado na tentativa de resolver a demanda por moradias principalmente nas grandes cidades e capitais de estado onde o afluxo demográfico era mais expressivo.

O processo de ocupação informal de Rio Branco irá se acentuar a partir da década de 1990, pois a expansão territorial da cidade assim como seu crescimento populacional apresenta contínuo crescimento. Por conseguinte, a demanda fundiária para a construção de habitações agravou a separação dos grupos sociais pelas condições financeiras de aquisição de parcelas do solo urbano além da parcela da população que não possui condições de adquirir legalmente a habitação. Estas últimas irão fomentar o adensamento em áreas dominadas pelo risco socioambiental, originando a concepção atual dos aglomerados subnormais.

4.4 OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS RIO-BRANQUENSES.

A produção de um espaço urbano desigual exclui parte significativa da população através das dificuldades de acessibilidade, pela distância que são impostas a percorrer do local de residência ao trabalho e lazer assim como pela desigualdade na distribuição da infraestrutura.

Ao mesmo tempo em que a cidade é parcelada entre as corporações imobiliárias para atender à população que pode pagar pelos terrenos e imóveis, as populações de menor rendimento vão ocupando os interstícios da disputa do mercado fundiário ao longo dos trilhos, nas margens dos mananciais e elevando-se sobre morros e dunas. Evidencia-se o processo de segregação induzida onde os grupos populacionais com baixo rendimento são alijados e veem como alternativa mais plausível a habitação em áreas consideradas impróprias.

A população se aglomera nessas reentrâncias que não são exclusivas das localidades distanciadas dos grupos de alto rendimento. Assim,

a cidade exibe um contraste entre barracos, sem saneamento básico e demais serviços públicos, compartilhando espaço com ruas dotadas de infraestrutura em um mesmo bairro.

Nesse sentido da habitação informal, emerge o conceito de aglomerados subnormais. Denominação atribuída pelo IBGE aos dos setores censitários classificados em território nacional por diversos nomes: favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, dentre outros.

O IBGE (2013) caracteriza o aglomerado subnormal como um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade associada à pelo menos uma das características relativas a morfologia urbana e infraestrutura: ocupação ilegal da terra; irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; construções não regularizadas pelos órgãos públicos; carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Devido à conjunção desses fatores, a formação de um aglomerado subnormal varia significativamente tanto em sua distribuição espacial pelas diversas cidades do país, quanto pela extensão territorial, densidade populacional e localização.

Assim, o aglomerado subnormal é classificado como a produção espacial da cidade de forma espontânea por seus moradores em áreas que preferencialmente são relegadas pelo mercado imobiliário ou que estão sob o gerenciamento do Estado. A sua formação advém da ocupação das reentrâncias do tecido urbano parcelado, utilizando-se das infraestruturas implantadas malha urbana loteada. “Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano”. (IBGE 2013, p. 54)

A existência desse tipo de aglomeração populacional está vinculada à expressiva especulação imobiliária e fundiária e a crescente expansão do tecido urbano. Além da carência de infraestruturas de serviços básicos (saúde, saneamento e transporte coletivo) e a periferização da população. A informalidade no trabalho também é uma característica perceptível nesses aglomerados, pois aproximadamente 28% dos trabalhadores não tinham

carteira assinada. Essa proporção é maior que nos setores não enquadradas nessa tipologia, com um total de 20,5%, de trabalhadores informais (NADALIN et. al, 2013).

No que concerne aos rendimentos das famílias, as desigualdades são ainda maiores. 31,6% dos moradores dos aglomerados subnormais tinham rendimento domiciliar per capita até meio salário mínimo. Em contraposição, os demais setores censitários detinham o percentual 13,8%. Analisando os grupos populacionais de maior rendimento, somente 0,9% dos moradores dos aglomerados situavam-se na faixa per-capita de cinco salários-mínimos. Esse percentual se eleva 11,2% nas demais unidades censitárias analisadas. (PORTAL BRASIL, 2011).

Do total de 317.000 setores censitários especializados pelo IBGE, 15.868 foram classificados na condição de aglomerados subnormais (o equivalente a 5% dos recortes censitários). Estes setores em situação de informalidade são agrupados contiguamente, resultando na formação de 6.329 aglomerados subnormais.

No Brasil há 3.224.529 domicílios localizados em áreas consideradas aglomerados subnormais. O contingente populacional residente nesses assentamentos corresponde a 11.425.644 moradores, os quais 5.572.240 são do sexo masculino e 5.853.404 são do sexo feminino (IBGE, 2010). A Região Norte do país concentra 463.444 dos domicílios e 1.849.604 habitantes, o que equivale a 14,37% do total de domicílios particulares ocupados e 16,18% da população residente em domicílios particulares nesse tipo de setor. Os 1.195 assentamentos informais existentes nas cidades do Norte juntos equivalem a uma área de 46 513,8 hectares, perdendo em dimensão apenas para a Região Sudeste, onde os aglomerados ocupam 56 290,3 hectares.

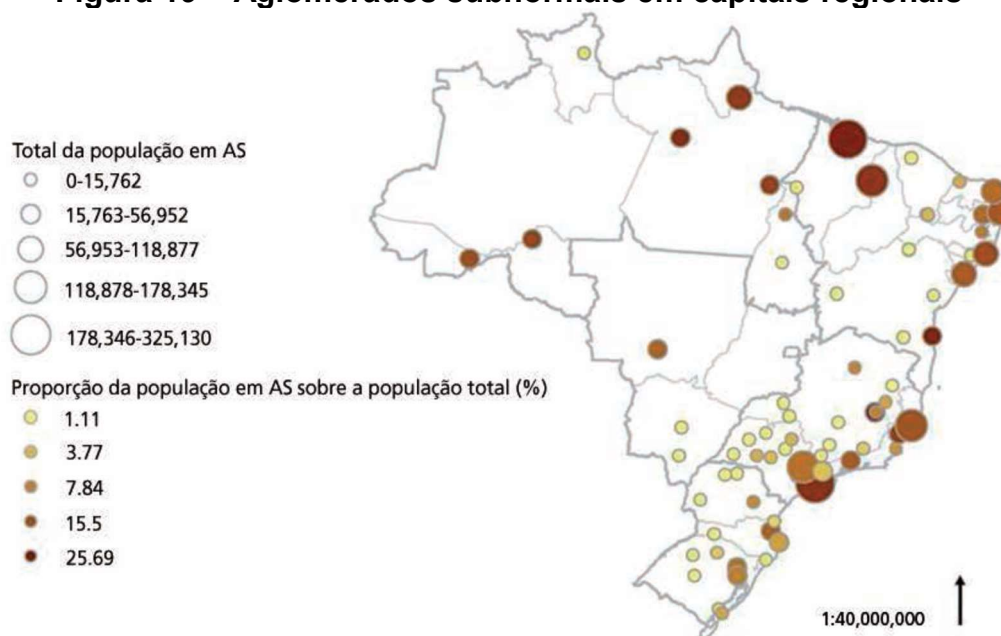
Antes considerado o fenômeno eminentemente metropolitano a condição de subnormalidade passa a fazer parte do cenário urbano não-metropolitano. Mediante a essa afirmação, ressalta-se o papel Capitais Regionais e Centro Sub-regionais como representantes do crescimento da moradia informal (NADALIN et. al, 2013). Enquanto houve decréscimo a participação de população em setores censitários subnormais nas metrópoles de 61%, em 2000, para 54%, em 2010, nas Capitais Regionais estes

criaram de 11% para 14%. Nos centros Sub-regionais a informalidade habitacional dobrou sua participação, passando de 1,39% para 2,98%.

Entre as metrópoles nortistas, a precariedade em Manaus concentra-se no município-núcleo, com um contingente de 295 mil pessoas em AS, equivalente a 16,53% da população total do município. A situação mais grave está em Belém que, em valores absolutos, é o município que tem a terceira maior população do Brasil vivendo em AS, 758 mil pessoas ou 54,95% do total do município. (NADALIN et. al, 2013)

Na Região Norte 11,88% da população residente em aglomerados subnormais está situada em seis Capitais Regionais: Macapá, Porto Velho, Santarém, Porto Velho, Marabá, Rio Branco e Boa Vista (Figura 19).

Figura 19 – Aglomerados subnormais em capitais regionais



Fonte: IPEA, 2012

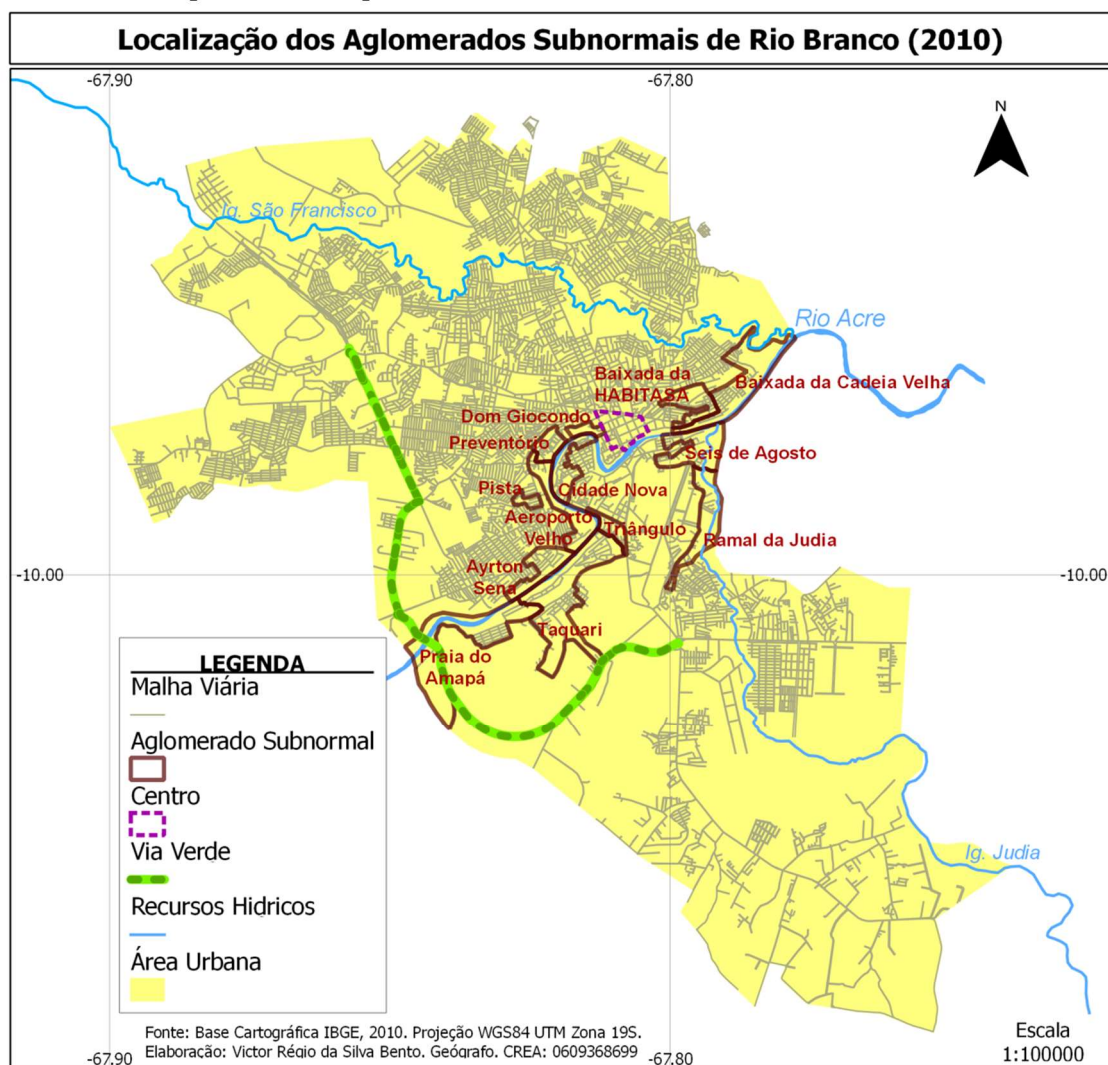
O Estado do Acre possui especificidades no que diz respeito à habitação em condição subnormal. Dos 22 municípios do estado, apenas Rio Branco e Cruzeiro do Sul exibem essa tipologia de setor censitário, fator que corrobora com a predominância da informalidade habitacional nos principais centros urbanos tanto em escala nacional, quanto estadual.

Dos dezesseis aglomerados subnormais acreanos, treze estão situados na capital e três em Cruzeiro do Sul. Enquadram-se nessas características as seguintes comunidades: Aeroporto Velho, Ayrton Senna,

Baixada da Cadeia Velha, Baixada da HABITASA, Cidade Nova, Dom Giocondo, Pista, Praia do Amapá, Preventório, Ramal da Judia, Seis de Agosto, Taquari e Triângulo, em Rio Branco; Baixa do Cemitério, Cruzeirinho e Lagoa, em Cruzeiro do Sul.

A concentração de aglomerados subnormais na capital ratifica o processo histórico de ocupação de áreas ribeirinhas. Conforme observado na figura 20, pode-se verificar a concentração espacial linear dos assentamentos informais nas margens do Rio Acre e no Igarapé da Judia, um de seus principais tributários da margem direita.

Figura 20 – Aglomerados subnormais de Rio Branco.



Fonte: Face de logradouros IBGE, 2010. Adaptado por BENTO, V. R. S.

A pesquisa do IBGE (2013) revelou as características de ocupação dos sítios urbanos das cidades brasileiras pelos aglomerados subnormais. Os

domicílios em condição de informalidade se alocam primordialmente em áreas menos favoráveis à urbanização. Espacialmente, ocupam as encostas íngremes no Rio de Janeiro; faixa litorânea e dunas em Fortaleza, vales profundos em Maceió (localmente conhecidos como grotas); áreas de baixadas com inundação permanente, em Macapá; zonas de manguezais em Cubatão; igarapés e encostas, em Manaus.

Logo, constatou-se a predominância de localização dessa tipologia censitária em localizações marginais a córregos, rios, lagos e lagoas, representando aproximadamente 12% do total de domicílios em condição de informalidade no País. Estes também ocupam áreas ambientalmente vulneráveis quanto a condição do terreno, pois, verificou-se a presença de assentamentos informais em áreas de manguezais e terrenos alagadiços. Em alguns casos como na Região Metropolitana de Recife ou em cidades da Região norte do país as residências informais adentram os mananciais sob a forma de palafitas, impactando de forma mais intensiva na qualidade dos recursos hídricos.

Espacialmente, a Região Metropolitana de São Paulo detém o maior número de domicílios em aglomerados subnormais localizados as margens de recursos hídricos, em um total de 148.608 residências. Estes ocupam uma área de 2.571 hectares que deveriam ser enquadradas como sendo de proteção permanente. Percentualmente, o Acre é a unidade de federação com o maior número de residências informais em margens de mananciais, correspondendo à 90% dos domicílios enquadrados como aglomerados subnormais.

Topograficamente, os aglomerados subnormais podem ser classificados de acordo com a sua presença em áreas de relevo plano, como ocorre nas Regiões Metropolitanas de Belém e Macapá; topografia com declives e aclives acentuados, presentes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador e do Rio de Janeiro. A acessibilidade também é um fator considerado na diferenciação desses setores informais. O acesso às residências utilizando-se de escadarias e rampas é preponderante na Região Metropolitana de Salvador; por meio de becos e travessas se faz majoritário nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém há também o acesso por áreas planas, com arruamento suficiente amplo para permitir a passagem de veículos, como no caso de Curitiba e Rio Branco.

Tendo em vista a acessibilidade e a topografia, percebe-se que a condição subnormal das residências em Rio Branco é caracterizada pela localização em áreas alagáveis e de relevo plano, com declives em direção aos rios e igarapés. Além do mais, são áreas com relativa infraestrutura da malha viária, uma vez que possui integração com a cidade, diferente de Salvador ou Rio de Janeiro, onde claramente se verifica as diferenças de urbanização entre os aglomerados informais e as demais áreas da cidade. Portanto, a localização é o atributo marcante na configuração da informalidade na capital do Acre.

As figuras 21 e 22 demonstram as características típicas dos assentamentos informais em Rio Branco. Exibe a forma topográfica predominantemente plana com acesso viário no aglomerado Seis de Agosto e a localização no entorno de recursos hídricos, exemplificado pela comunidade Baixada da HABITASA.

Figura 21 – Aglomerado subnormal Seis de Agosto



Fonte: IBGE, 2013.

Figura 22 – Aglomerado subnormal Baixada da HABITASA.



Fonte: IBGE, 2013.

Os aglomerados subnormais de Rio Branco não são homogêneos, pois apresentam diferenciações tanto nos indicadores demográficos quanto no atendimento aos serviços básicos. A Tabela 6 analisa algumas características da população e dos domicílios que compõem as treze localizações informais rio-branquenses.

No que se refere aos domicílios, observa-se que os setores censitários subnormais do Taquari, Baixada da Cadeia Velha e Baixada da HABITASA são os que possuem o maior quantitativo de habitações. Juntas, essas três áreas correspondem a quase metade das residências em situação

informal nesta cidade (45,28%). Em contrapartida, Dom Giocondo, Ramal da Judia e Pista são os menores aglomerados informais de Rio Branco, agrupando conjuntamente 768 moradias.

Tabela 5 – Características dos domicílios, Rio Branco e aglomerados subnormais, 2010.

Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais									
município e aglomerados subnormais	População Residente	Domicílios	Características dos domicílios						
			Forma de provimento de água		Tipo de esgotamento sanitário			Destino do Lixo	
			Rede geral	Outra	Rede geral de esgoto ou pluvial	Outra	Não tinham banheiro ou sanitário	Coletado diretamente por serviço de limpeza	Outra
Rio Branco	33.721	9 227	4 269	4 958	2 720	5.980	527	7 655	1572
Aeroporto Velho	2.028	584	490	94	336	242	6	546	38
Ayrton Senna	2.881	718	592	126	72	587	59	559	159
Baixada da Cadeia Velha	4.150	1 120	527	593	479	605	36	815	305
Baixada da HABITASA	3.711	1 066	789	277	421	584	61	809	257
Cidade Nova	2.989	853	84	769	318	514	21	819	34
Dom Giocondo	466	123	121	2	12	111	-	57	66
Pista	1.431	359	277	82	203	141	15	352	7
Praia do Amapá	1.900	549	5	544	9	351	189	231	318
Preventório	1.722	441	437	4	247	142	52	375	66
Ramal da Judia	1.055	286	1	285	7	274	5	272	14
Seis de Agosto	2.637	748	522	226	365	377	6	740	8
Taquari	7.285	1 992	233	1 759	56	1.863	73	1 696	296
Triângulo	1.466	388	191	197	195	189	4	384	4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010.

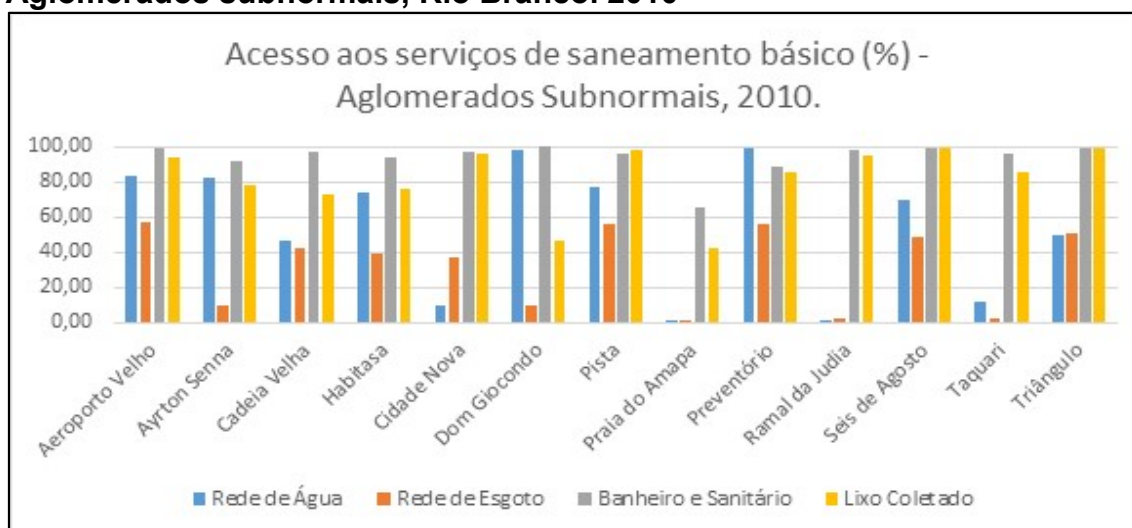
Em termos populacionais, o aglomerado subnormal Taquari apresenta o maior contingente demográfico. Sozinha, esta comunidade corresponde por 21,60% do total de habitantes em situação de informalidade na capital do Acre. Se considerar os aglomerados da Praia do Amapá e

Triângulo, contíguos ao Taquari, têm-se a maior concentração de habitantes de áreas subnormais da cidade, com 10.651 moradores (31,58% do total).

A observar o percentual de acesso à infraestrutura de saneamento básico, contata-se as diferenciações existentes nas áreas consideradas aglomerados subnormais na capital do Acre (Figura 23).

Em relação ao abastecimento de água por rede geral, 88,3% dos domicílios particulares permanentes situados em aglomerados subnormais possuíam distribuição adequada. Porém, na Região Norte se encontrava o menor percentual de provimento desse serviço, com destaque para Rondônia (30,0%) e Acre (48,7%), onde era comum o abastecimento por poço ou nascente (69,1% em Rondônia e 45,5% no Acre) (PORTAL BRASIL, 2011).

Figura 23 – Percentual de acesso aos serviços de saneamento básico. Aglomerados subnormais, Rio Branco. 2010



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

O abastecimento de água é o serviço que mais rapidamente tende a se universalizar em uma grande cidade. Isso porque a água é um recurso indispensável para a manutenção das mais diversas atividades no espaço urbano seja para o abastecimento da população quanto para a utilização industrial, turística, comercial e construção civil. Nesse sentido, verifica-se o atendimento satisfatório da rede de distribuição hídrica em Rio Branco assim como nos aglomerados subnormais.

O melhor acesso desse serviço encontra-se nos domicílios do Preventório (99,10%) e Dom Giocondo (98,38%) que por serem áreas de

ocupação mais antiga e por estarem situados nas proximidades dos bairros de melhor infraestrutura acabam se beneficiando das redes de saneamento.

Apesar disso, a carência de abastecimento de água por rede geral se faz presente principalmente nos aglomerados subnormais do Segundo Distrito, onde a maioria da população recorre a outras formas de provimento, principalmente com a perfuração de poços artesianos. A rede de distribuição de água é praticamente ausente nos setores censitários que fazem parte do Ramal da Judia (0,34%), Praia do Amapá (0,92%) e Taquari (11,70%).

O esgotamento sanitário era o serviço com menor grau de disponibilidade (considerando a rede de coleta de esgoto ou fossa séptica) nos domicílios em aglomerados subnormais. Destes 67,3% eram adequados, sendo 56,3% de domicílios ligados à rede geral de esgoto e 11,0% de domicílios ligados à fossa séptica (PORTAL BRASIL, 2011). Em Rio Branco a situação é mais alarmante, pois apenas 29,48% dos domicílios informais possuem conexão com a rede geral de esgoto.

A presença de rede coletora de esgoto é o item do saneamento básico que se encontra mais deficiente em todas as unidades territoriais analisadas censitárias, pois o atendimento desse serviço está abaixo de 60%. Os problemas socioambientais se tornam mais agravados pelo predomínio de outras formas de despejo dos efluentes domésticos ser predominante nos aglomerados situados no Segundo Distrito da capital, mais especificamente no Taquari (2,82%), Cidade Nova (2,45%) e Praia do Amapá (1,54%), por terem a totalidade de seus domicílios edificadas sob o Aquífero Rio Branco.

A predominância do abastecimento de água extraída de poços associada a ausência de rede de esgoto e construção de fossas rudimentares contribuem para a poluição das águas subterrâneas. A baixa profundidade do aquífero propicia o extravasamento dos efluentes sanitários, principalmente nos períodos de alagação.

Sobre a presença de instalação sanitária, Bento (2010) afirma que esta se vincula diretamente às condições de higiene domiciliar. É difícil imaginar que, numa grande cidade, possa existir uma quantidade expressiva de residências desprovidas de um escoadouro para os efluentes sanitários. Este quadro é comum no cenário rural, onde a presença de banheiros se torna

mais reduzida que nas cidades, mas pode ser observada, também, em algumas localizações do espaço intra-urbano.

Os dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) demonstram que mais de 16 milhões de brasileiros residem em domicílios desprovidos de instalação sanitária. Os estados do Norte e do Nordeste lideram dentre os que apresentam o maior percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário: Maranhão (67,74%), Acre (62,3%) e Pará (55,65%).

Em Rio Branco, 5,72% das residências em situação de informalidade não possuem instalação sanitário. Esse número é ainda mais expressivo em aglomerados subnormais da Praia do Amapá e Preventório onde, respectivamente 34,43% e 11,80% das unidades domiciliares não possuem esse serviço de saneamento. As demais áreas analisadas apresentam indicadores superiores a 90% dos domicílios com presença de instalações sanitárias.

O acesso às instalações sanitárias domiciliares é um fator importante para a qualidade do saneamento básico na cidade. O contato direto com resíduos sanitários humanos agrava a saúde da população que habita localizações com alto percentual de domicílios sem banheiro. A situação piora quando a carência de sanitário se associa as deficiências na rede de esgoto e coleta de lixo. Sendo assim, o provimento de instalações sanitárias é um elemento que não deve ser descartado nas políticas de melhorias do saneamento na cidade (BENTO, 2010).

A população residente em situação informal nas margens de rios, canais e terrenos de alta declividade são as que mais sofrem com as problemáticas relativas à coleta de lixo. O elevado adensamento populacional que ocorre nessas comunidades carentes juntamente com a falta de infraestrutura, dificulta a limpeza urbana e a captação dos resíduos sólidos, que, geralmente, são destinados para os mananciais ou jogados nas ruas.

O Portal Brasil (2011) indica que 95,4% dos domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais possuíam destinação de lixo adequada, sendo que 79,8% eram atendidos por coleta direta e 20,2% por coleta indireta, por meio de caçambas de serviço de limpeza.

Ainda que a caçamba seja uma alternativa para a coleta de lixo, essa geralmente revela quais localizações da cidade apresentam dificuldades

no acesso à coleta pública pelo caminhão de limpeza. O lixo deixado em caçamba para espera da coleta final é uma fonte de insalubridade. É ainda um vetor de poluição dos mananciais e do lençol freático devido o escoamento do chorume, líquido resultante da decomposição desses resíduos. (BENTO, 2010) Tal forma de descarte de resíduos sólidos é comum em áreas subnormais.

O lixo jogado em terreno baldio é outra forma comum de descarte presente nessas comunidades analisadas. Esta ação contribui para o acúmulo de água e atrai vetores transmissores de doenças como a dengue e leptospirose, assim como agrava as condições de saneamento, principalmente, em períodos chuvosos, quando esses resíduos sólidos escorrem para os mananciais e obstruem as galerias e canais de drenagem.

Ao verificar as unidades espaciais informais rio-branquenses, verifica-se que Triângulo (98,97%), Seis de Agosto (98,93%), Pista (98,05%) e Cidade Nova (96,01%) são os setores em condição subnormal com o melhor atendimento quanto à coleta de lixo por serviço de limpeza. Em contrapartida Dom Giocondo (46,34%) e Praia do Amapá (42,07%) possuem deficiências relativas a esse serviço básico, com o predomínio de outras formas de descarte dos resíduos sólidos.

A partir das observações sobre as condições de acesso ao saneamento básico em áreas de habitação informal em Rio Branco, constata-se a carência da distribuição de redes de infraestrutura que exclui parte significativa dos moradores dessa cidade do provimento adequado desses serviços essenciais para a manutenção da qualidade de vida e das atividades humanas. É notório o contraste entre a situação de habitação nos aglomerados subnormais se comparados à outras localizações da cidade.

Internamente, analisando essas unidades censitárias, percebeu-se também o contraste existente entre elas, principalmente verificando que as comunidades localizadas no Primeiro Distrito possuem infraestrutura mais adequada e menor quantitativo de domicílios e residentes em situação de informalidade quando comparado ao Segundo Distrito. Portanto, encontra-se uma disparidade entre as duas porções da cidade, contribuindo para compreender o processo de segregação socioespacial.

5 A PRODUÇÃO ESTATAL DA MORADIA POPULAR EM RIO BRANCO

O crescimento fragmentado da malha urbana de Rio Branco resultou na formação de uma grande quantidade de bairros e comunidades distribuídos em suas dez regionais urbanas e quatro rurais. A capital do Acre possui atualmente 212 bairros, sendo 147 cadastrados e 65 resultantes de loteamentos e ocupações irregulares (FRENTE POPULAR, 2012). Conforme visto no capítulo anterior, esse processo de expansão horizontal do município ocorreu sem planejamento urbano adequado, fazendo com que essas comunidades apresentem necessidades históricas quanto ao provimento de serviços básicos e infraestrutura. O impacto social gerado pela mercantilização da terra na capital acreana faz com que a maioria de sua população não apresente titularidade de seus imóveis, uma vez que estes foram preponderantemente construídos em localizações impróprias no que concerne a vulnerabilidade ambiental ou em terras do Estado e de proprietários particulares.

É inegável que ao longo do crescimento de Rio Branco uma série de intervenções foram implementadas visando a redução do déficit habitacional e melhoria das condições de habitabilidade em seus bairros. A atuação dos programas de moradia popular da COHAB-AC que tiveram expressividade entre as décadas de 1960 ao final de 1980, assim como os atuais programas de habitação e urbanização de áreas de risco dentre estes Minha Casa Minha Vida, Programa de Arrendamento Residencial – PAR e Pró-Moradia, estimulados pela formação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

Porém estas ações ainda são muito reduzidas frente ao constante acréscimo demográfico que a cidade vem apresentando nas últimas décadas, associado à informalidade dos assentamentos humanos e a propriedade particular de extensas glebas dentro do perímetro urbano. Enquanto algumas comunidades vão recebendo benefícios e se inserido na formalidade da malha viária e de lotes urbanos, ocorre a formação de novos assentamentos em localizações cada vez mais distantes, ou mesmo em áreas já adensadas. Estes últimos ocupam os interstícios da cidade formal, nas encostas, terrenos alagadiços e margens de igarapés.

Nessa perspectiva, Rio Branco adentra a segunda década do século XX configurando-se em um mosaico diversificado em constante mutabilidade, seja pela diferenciação rendimento dos grupos sociais, pelas condições de moradia ou pela infraestrutura dos serviços públicos implantados.

Mediante o que foi explanado, o presente capítulo versa sobre a produção da moradia popular e condições de habitação dos grupos mais vulneráveis na capital do Acre entre 1970 e 2015. Tem em vista compreender as transformações geradas pelos antigos e atuais projetos de promoção habitacional e requalificação urbana.

5.1 O PERÍODO 1970-1990 E A AÇÃO DA COHAB-AC.

O déficit habitacional nas cidades brasileiras dos primórdios da industrialização até a década de 1960, era em parte resolvida por meio da construção de vilas operárias, geralmente nas imediações das fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos operários. O lugar de moradia próximo ao local de trabalho possibilitava o rebaixamento dos salários dos operários, já que suas despesas seriam atenuadas. Essa construção de residências perto das fábricas ocorria porque ainda era pequena a quantidade de operários do setor fabril e pelo baixo custo em se obter terrenos. Dessa forma, como observado por Kovarick, em seu estudo na cidade de São Paulo (1993), são construídos diversos bairros industriais, reflexo do desenvolvimento industrial brasileiro daquele período.

Com o desenvolvimento do processo de industrialização amplia-se o número de trabalhadores, juntamente com a valorização dos terrenos onde se situavam as indústrias. Assim, a construção de habitações populares pelos empresários foi se tornando inviável. Os custos relativos à residência e com o transporte foram repassados para o trabalhador e a implantação dos serviços urbanos de atendimento às residências passa a ser tarefa do Estado.

A questão habitacional tornou-se um elemento importante nos discursos e nas ações governamentais, durante o período do regime político militar, porque, além de buscar reduzir o déficit de moradias, visava-se recuperar o crescimento econômico com investimentos na construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra. Em 1964 foi instituído o Sistema Nacional

de Habitação (SFH), juntamente com o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU (BRASIL, 2004).

A ação do Estado autoritário presente durante o regime militar visou, por meio do SFH e do BNH a produção crescente de unidades habitacionais garantir a expansão do capitalismo, além de incentivar a indústria da construção civil, como forma de movimentar a economia nacional (FLEMING; HADDAD, 2009).

O Sistema Financeiro de Habitação - SFH -, gerenciado pelo BNH, foi de fato um instrumento oficial através do qual se estabeleceram as condições para a capitalização das empresas ligadas à construção civil, além de permitir a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, realizando, assim, o financiamento da produção e a ampliação da capacidade instalada das empresas nacionais e estrangeiras na indústria de cimento no país (p. 05).

Como forma de operacionalizar e descentralizar a produção residencial pelo SFH foram instituídas as Companhias de Habitação – COHABs tanto na esfera estadual, quanto municipal sendo que estes executavam a função de agentes financeiros. Fundadas como sociedades mistas, os recursos utilizados não eram públicos – FGTS e SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) – apesar de terem sido utilizados pelo Estado consolidando um mercado de imóveis que beneficiou principalmente a classe média (MARICATO, 1998).

Apesar da descentralização do BNH para níveis inferiores ao nacional, as ações de estados e municípios eram subordinadas às diretrizes federais. Até meados de 1970, foram instaladas companhias de habitação em todos os Estados e municípios de maior dimensão populacional. Atualmente, funcionam 40 entidades, sendo apenas 22 estaduais. (GONÇALVES, 2009)

No Acre, como alternativa para a realocação das famílias de áreas alagadiças e ribeirinhas, os governos vigentes entre as décadas de 1970-1990 fomentaram o desenvolvimento de diversos programas sociais destinados à habitação e interesse social. A companhia de habitação foi instituída no Acre por meio da Lei n. 61, de 17 de dezembro de 1965. O artigo 1 da referida legislação estadual esclarece:

Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a sociedade de economia mista Companhia de Habitação do Acre, COHAB-ACRE, com a finalidade de estudar as questões relacionadas com habitação

de interesse social no Estado e de executar as soluções adequadas, de acordo com as diretrizes e normas da Lei Federal n. 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Para Moraes (2000) as intervenções governamentais na construção de conjuntos habitacionais pela Companhia de Habitação do Acre – COHAB-AC além de outros programas sociais para moradia, contribuíram para a expansão territorial da capital acreana. Então a ação conjunta do estado com empresários e incorporadores urbanos na produção da residência como mercadoria promoveu a construção de 26 conjuntos habitacionais em Rio Branco (Tabela 7).

Tabela 7 – Conjuntos Habitacionais da COHAB. Rio Branco 1971-1996

DATA	Conjuntos	Quantidades de moradias	Tipos	Material
1971	Guimard Santos I	320	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1973	Mascarenhas de Moraes	300	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1975	São Sebastião	72	1 quarto	Madeira
1976	Guimard Santos II	120	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1976	Castelo Branco	307	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1978	IPASE	20	Geminada	Alvenaria
1980	Bela Vista I	516	1, 2 e 3 quartos	Alvenaria
1980	Tangará I	400	Lotes Urbanizados	
1981	Bela Vista II	189	1 e 2 quartos	Alvenaria
1982	Tangará II	106	Lotes Urbanizados	
1982	Esperança I e II	584	1 quarto	Madeira
1983	Marinho Monte	44	1 quarto	Alvenaria
1985	Tucumã	1309	1 quarto	Alvenaria
1986	Universitário I	500	1 quarto	Alvenaria
1986	Oscar Passos	194	1 quarto	Alvenaria
1987	Universitário II	397	1 quarto	Alvenaria
1988	Universitário-Mutirão	40	2 quartos	Madeira
1989	Universitário III	447	1 e 2 quartos	Alvenaria
1989	Manoel Julião (casas)	250	1 quarto	Alvenaria
1989	Manoel Julião (apto.)	1232	1 quarto	Alvenaria
1989	Adalberto Sena	423	2 quartos	Madeira
1991	Rui Lino	460	Geminada	Alvenaria
1991	Xavier Maia	537	1 quarto	Alvenaria
1992	Paulo César de Oliveira	99	Lotes	
1996	Jorge Lavocat	950	Lotes sem urbanização	
1997	Montanhês	1200	Lotes sem urbanização	
TOTAL		8767		

Fonte: Moraes, 2000.

Ao analisar a tabela anterior, percebe-se a variedade de tipologias que caracterizam a construção desses conjuntos habitacionais. Antes da década de 1980, os residenciais possuíam um padrão construtivo mais elaborado, contendo moradias com uma maior quantidade de cômodos que os conjuntos que os sucederam. A partir dessa década, alguns habitacionais foram construídos em regime de mutirão, outros apenas tinham o lote urbanizado sem nenhuma construção habitacional.

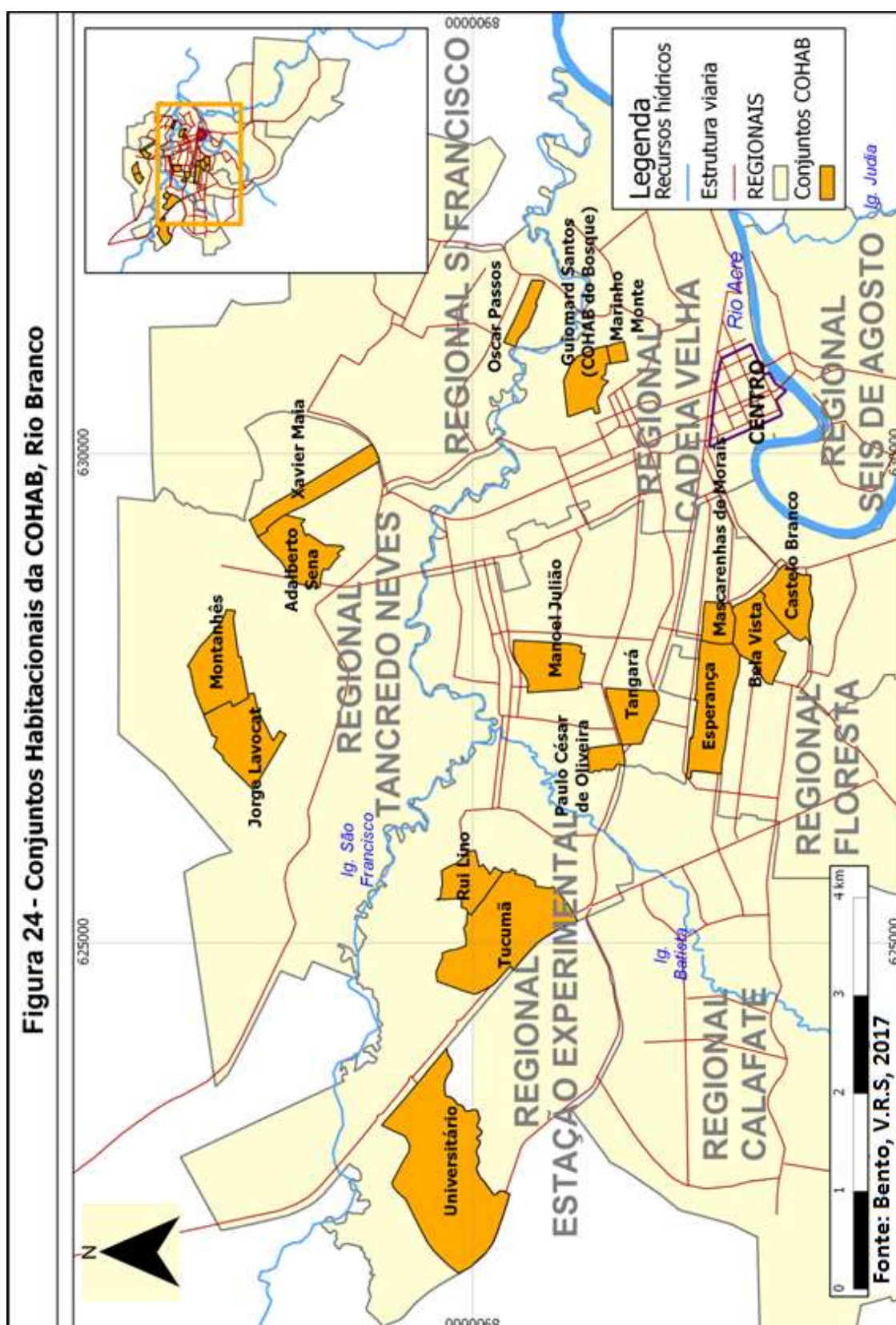
No final do programa havia apenas a doação do lote sem urbanização resultando na precarização da moradia popular ao longo de sua trajetória. Os bairros Jorge Lavocat e Montanhês são exemplos dessa falta de investimento, pois, além de receber o lote sem infraestrutura o morador era responsável pela construção de sua residência. Juntos, eles somam 2.150 lotes implantados o que corresponde a 24,52% do total de moradias e lotes entregues no período 1971-1997.

Outro aspecto a ser considerado é a seletividade espacial na implantação desses empreendimentos, pois não foi direcionado nenhum investimento em habitação popular para o Segundo Distrito da capital, sendo que esta porção da cidade historicamente apresenta carências quanto ao provimento de moradia e infraestrutura urbana. Dessa forma, potencializa-se a segregação socioespacial entre os dois distritos.

A periferização da moradia decorrente dos investimentos da companhia de habitação é perceptível nas ações dos programas de moradia popular. Se no início das intervenções estes eram implantados nas adjacências das áreas de maior adensamento populacional, posteriormente eles foram sendo construídos em distâncias cada vez mais longas, contribuindo para a formação da periferia rio-branquense. “A localização escolhida para implantação foram predominantemente áreas de antigas fazendas, seringais ou colônias. Os mais antigos estão integrados a malha urbana, diferente dos novos que estão distantes dos centros urbanos” (FUNTAC, 2002, p. 27)

A figura 24 exprime a espacialização dos principais conjuntos habitacionais construídos com iniciativa da COHAB-AC. Nota-se a significância que proliferação desses bairros planejados propiciou para a ocupação de vazios urbanos, contíguos à malha viária municipal. Essa expansão horizontal se afastou cada vez mais do Rio Acre e do centro histórico.

Figura 24 - Conjuntos Habitacionais da COHAB, Rio Branco



Nesse contexto, os conjuntos habitacionais situados em áreas mais valorizadas e centrais a exemplo do Guimard Santos, Mascarenhas de Moraes e Castelo Branco, foram progressivamente perdendo sua função de habitação popular, sendo ocupados por grupos populacionais de melhor rendimento (Tabela 8). Enquanto os mais longínquos foram se tornando cada vez mais precários pela carência de infraestrutura e distância dos serviços urbanos.

Tabela 8 – Faixas de renda de conjuntos habitacionais da COHAB.

Conjuntos		Renda em salário mínimo (%)			
		0-3	3-5	5-10	+ 10
Mais antigos (casas de alvenaria, próximos ao centro e urbanizados)	Guimard Santos	5,0	5,0	16,4	18,1
	Castelo Branco	3,4	5,0	5,6	15,0
	Mascarenhas de Moraes	5,0	5,0	11,5	5,0
	Total	13,4	15,0	33,5	38,1
Mais recentes (com predominância de casas pré-fabricadas de madeira)	Tangará	16,7	10,3	8,9	1,3
	Oscar Passos	6,4	3,8	3,8	1,3
	Esperança	25,6	11,6	6,5	3,8
	Total	48,7	25,7	19,2	6,4

Fonte: FUNTAC, 1998. Adaptado por BENTO, V. R. S.

A sobrecarga populacional sobre as redes de infraestruturas e equipamentos comunitários (escolas, postos de saúde, creches) decorreu da formação de comunidades no entorno dos conjuntos, tais como: Baixa da Colina, que se formou nas imediações do Guimard Santos; LBA, ao lado do Castelo Branco; Conquista e Nova Estação, próximas ao Manoel Julião (FUNTAC, 2002). Estas comunidades carentes usufruíam do capital fixo implantado nos empreendimentos estatais.

O relatório supradito, comprovou que 92,8% das edificações residenciais se enquadram na tipologia de casas térreas e isoladas como exemplificado pelo conjunto Xavier Maia (Figura 25). Os outros 7,2% representam os conjuntos de casas geminadas, tais como Marinho Monte e Rui Lino. Essa expansão da moradia popular horizontal era propícia para valorização fundiária da cidade, uma vez que esta possui extensas glebas a serem ocupadas nos interstícios de seu espaço intra-urbano. Houve também o impulso para construção vertical através da fundação do conjunto Manoel Julião. Este é composto por 77 blocos de apartamentos, com 4 andares e 16 apartamentos cada, sendo o único da capital que apresenta essa característica (Figura 26).

Figura 25 - Casas do Conjunto Xavier Maia



Fonte: FUNTAC, 1998

Figura 26 – Apartamentos do Conjunto Manoel Julião



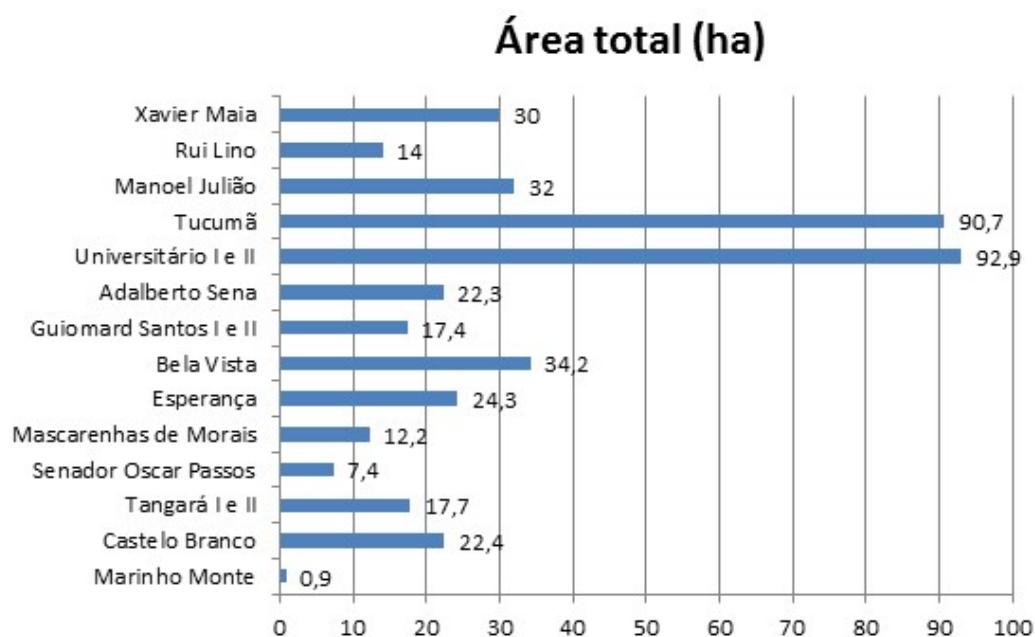
Fonte: FUNTAC, 1998

O Manoel Julião se diferenciava dos demais residenciais, pelo perfil socioeconômico das famílias residentes. O relatório da FUNTAC (2002) mostra que esse empreendimento possui número reduzido de habitantes por apartamento (de 1 a 3 moradores); que 50% das famílias possuíam carro próprio e 81% dos apartamentos foram reformados. Este conjunto anuncia mudanças no padrão residencial de Rio Branco, primordialmente marcado pela horizontalidade.

Tentamos saber o que levou a COHAB a construir prédio de apartamentos, uma vez que Rio Branco é uma cidade predominantemente horizontal e onde a população de todas as classes não está habituada a morar em apartamentos, e nos informaram que foi para atender um número maior de famílias (p. 26).

Em relação à superfície ocupada pelos 14 principais conjuntos da COHAB-AC (Figura 27), verifica-se que juntos, estes somam uma área equivalente a 418,4 hectares. Comparando esses residenciais, foi observado que os maiores conjuntos construídos são o Tucumã e o Universitário I e II. Estes dois habitacionais correspondem a 43,88% da área ocupada. Em termos de número de residências, o maior desses empreendimentos é o Manoel Julião, que somando as casas e apartamentos construídos, totaliza 1450 unidades.

Figura 27 – Área total dos principais conjuntos da COHAB-AC.



Fonte: FUNTAC, 1998. Elaborado por BENTO, V. R. S.

As construções eram majoritariamente feitas de alvenaria, apesar de alguns desses empreendimentos terem sido entregues com moradias de madeira. As casas pré-fabricadas em madeira estavam concentradas nos conjuntos Universitário e Tucumã, os quais correspondiam a 53,6% das famílias de baixa renda (de 0 a 3 S.M.) de todos os residenciais (FUNTAC, 2002).

Os custos relativos à habitação popular não são de maior interesse do mercado imobiliário, quando comparado à habitação destinada aos segmentos de maior poder aquisitivo. Não somente pelo fato que as camadas populares possuem baixos níveis salariais, mas também porque os promotores imobiliários não se interessam apenas a produção de moradias, mas sim a uma diversidade de itens que agregam valor a habitação.

Nessa percepção, Corrêa (1989) elenca que, para haver rentabilidade na construção popular, a iniciativa do mercado imobiliário opera: reduzindo as dimensões das edificações, para estas sejam ocupadas pelo maior número de famílias; minimizando o gasto em materiais de construção, interferindo na qualidade da habitação; produzindo escassez no mercado habitacional, elevando os custos dos imóveis; satisfazendo o segmento da

população de baixa renda que pode adquirir imóveis, principalmente pelos financiamentos e programas habitacionais e; recorrendo ao Estado para a produção de residências para a outra parte dessa população que não possui condições de aquisição de moradia.

Tendo em vista a ação do Estado com os interesses do mercado imobiliário, constata-se que Sistema Financeiro de Habitação através da COHAB, não conseguia atender plenamente aos grupos populacionais de menor rendimento devido às características econômico-financeiras, que exigia rentabilidade mínima para a aquisição dos investimentos. Os programas habitacionais do BNH beneficiaram principalmente o estrato populacional com rendimento superior a três salários mínimos, excluindo parte significativa da população de baixo rendimento que era a primordialmente carente quanto às políticas destinadas à moradia.

O caso da COHAB-AC, seguiu a tendência nacional, pois, a maioria população beneficiada pelos projetos de habitação possui rendimento acima de três salários mínimos (66,97%), enquanto apenas 33,01% dos moradores ganham abaixo do que essa faixa de rendimento.

Logo, essa solução habitacional não surtiu efeito, pois além da ínfima edificação de residências em comparação ao déficit de moradias que se instaurava, houve a melhoria das condições acesso à casa própria pelo grupo de médio rendimento. Os conjuntos habitacionais de melhor estrutura como a COHAB do Bosque, foram ocupados principalmente por funcionários públicos e profissionais liberais (VARADOURO, 1979).

Apesar disso, os posseiros urbanos ficavam na expectativa da inauguração dos conjuntos habitacionais e eram inscritos nos programas habitacionais da COHAB através da Fundação do Bem-estar Social – FUNBESA. Essa fundação tentava garantir a oferta de casas e lotes para a população, atenuando os conflitos existentes. (VARADOURO, 1979).

Até 1994, a ação da COHAB-AC se dava pela implantação de projetos habitacionais através Programas destinados ao setor público, com recursos provenientes do Governo Federal, Ministério de Ação Social e do governo estadual, através das seguintes ações: Programa de Financiamento de Lotes Urbanos – PROFILURB; Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria de Moradia – FICAM; Projeto Operário e Programa de Erradicação

de Sub-Moradias para População de Baixa Renda – PROMORAR (FUNTAC, 1998).

O PROFILURB objetivava minimizar a problemática habitacional na capital acreana a partir da transferência da população que habitava áreas suscetíveis à riscos ambientais como alagações e desmoronamento de encostas. Resultou de suas ações a construção de grandes conjuntos habitacionais situados principalmente no território das atuais regionais Floresta e Estação Experimental, dentre estes: Tangará I e Bela Vista (Figura 28)

O Programa PROMORAR criado na década de 1970 destinava-se à população que habitavam as áreas faveladas em Rio Branco. Tinha como objetivo substituir os barracos por casas utilizando algumas áreas já ocupadas que apresentassem condições de segurança para os habitantes. Para as famílias atingidas pelos desbarrancamentos do Rio Acre, em bairros como Preventório, houve a necessidade de remanejamento para localidades mais elevadas, dando origem a formação de alguns conjuntos habitacionais como o Esperança (com 1.112 unidades) (VARADOURO, 1981).

Figura 28 – Anúncio da construção do Conjunto Habitacional Bela Vista.



Fonte: Varadouro, 1979. Adaptado por: BENTO, V. R. S.

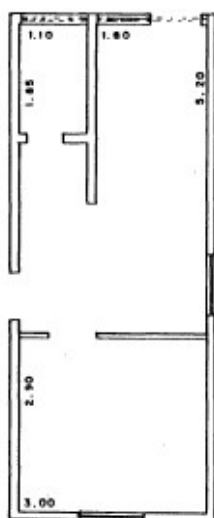
Na medida em que a cidade ia se adensando e a disponibilidade de lotes em suas proximidades ia se tornando escassa, novas áreas em localizações mais distantes foram sendo requisitadas para a construção de unidades residenciais, dando origem à conjuntos habitacionais como o Tucumã e o Universitário. Estes dois novos bairros foram edificadas na década de 1980,

às margens da BR-364, nos quilômetros 04 e 06, respectivamente. Situados próximos ao Distrito Industrial de Rio Branco e do campus da Universidade Federal do Acre, a área que compreendia os dois conjuntos estava localizada fora do perímetro urbano da cidade, determinado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Rio Branco de 1986. (PENHA, 1996).

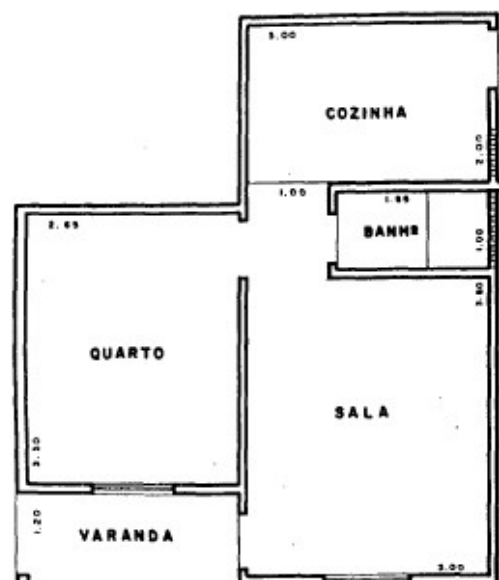
O Tucumã está dividido em três etapas (N, W e S) e foi entregue aos mutuários sorteados em 1984 e 1985. O bairro apresenta 1.309 unidades habitacionais com 24,3m² de área construída e lotes de 275m², propícios para a expansão da moradia. Já o conjunto Universitário, foi construído em três etapas distintas entre julho de 1986 e outubro de 1989 e possui um quantitativo de 1.383 unidades residenciais construídas onde residem 6.915 pessoas. O padrão habitacional deste segundo conjunto possui melhor estrutura que o Tucumã, pois contém cinco cômodos (varanda, sala, quarto, cozinha e banheiro) e uma área edificada de 38,42m² em um lote urbanizados de 250 m (PENHA, 1996). A Figura 29 demonstra a planta baixa das edificações habitacionais construídas nos dois conjuntos mencionados.

Figura 29 – Planta baixa dos Conjuntos Tucumã e Universitário.

PLANTA BAIXA DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO CONJUNTO TUCUMÃ, ETAPAS N, W e S



PLANTA BAIXA DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO CONJUNTO UNIVERSITÁRIO ETAPAS I, II e III.



Fonte: Penha 1996. Adaptado por BENTO, V. R. S.

O autor afirma ainda as dificuldades existentes nesses dois habitacionais quanto à infraestrutura, principalmente no que condiz aos sistemas de drenagem e lagoa de estabilização. O destino dos dejetos ocorre

precariamente e estes acabam por serem lançados diretamente nos mananciais. Destaca que estes problemas são frequentes dos conjuntos habitacionais em Rio Branco, pois a construção da moradia nessa cidade decorre de: “planejamentos não muito eficientes ou não bem aplicados, que muitas vezes fogem às próprias especificidades locais, transformando-se em transtornos para seus mutuários” (PENHA, 1996, p. 119).

Isto é praticado comumente por empresas construtoras, que ganham concorrências com baixos orçamentos, depois para repararem cifras que foram utilizadas com objetivo de ganharem estas concorrências, economizam na utilização da qualidade de materiais e, às vezes, na própria infraestrutura desses conjuntos habitacionais.

Os conjuntos habitacionais em Rio Branco, a exemplo do Tucumã e Universitário, geralmente são edificados em qualquer área disponível. E a preparação desta área para a construção de casas implica na necessidade de se realizar aterros e terraplanagem que podem acarretar, muitas vezes, desde problemas estruturais (deficiência no sistema de compactação e de drenagens pluviais) até ambientais (aterramento de nascentes e vertentes), implicando, quase sempre, em sérios transtornos a seus moradores. (PENHA, 1996, p. 122).

Além dos problemas de infraestrutura, a construção desses até então longínquos conjuntos residenciais ocorreu gerando conflitos entre os interesses privados e da população. O alarmante quadro de escassez habitacional causava incertezas na concretização das obras por partes dos moradores. Assim, a primeira possibilidade de ocupar a área destinada aos conjuntos já ocasionava uma corrida para compra de lotes e de residências.

A ocupação do Tucumã já havia se estabelecido no final de 1978, antes mesmo da construção das casas. A gleba foi loteada pelo governo e vendida para dezenas de famílias desabrigadas das enchentes que começaram a edificar suas moradias. Todavia, tanto a FUNBESA, quanto a COHAB se negaram a receber as prestações dos lotes, alegando a construção desse conjunto residencial na área em questão. Em 1980, começou o processo de remanejamento dessas famílias sem indenização de suas benfeitorias para o Tangará, habitacional que estava sendo ocupado e em fase de conclusão. (VARADOURO, 1981).

Em outras localizações da cidade, as iniciativas de construção de habitação popular edificam novos conjuntos habitacionais, dentre estes: Oscar Passos, Jardim Tropical I, II e III e Conjunto Jardim São Francisco, todos construídos no padrão de casa popular.

O conjunto Oscar Passos foi construído pela COHAB/AC e os dois últimos e se caracteriza pela simplicidade da construção de suas 163 unidades habitacionais responsáveis por alojar uma população de 618 pessoas. Esse residencial foi planejado para suprir a necessidade emergencial de remanejar a população desabrigada devido as inundações decorrentes da cheia do Rio Acre e de outras áreas inundáveis, principalmente pela alagação de 1988 que atingiu as maiores proporções no Estado. (PENHA, 1996)

O Conjunto Jardim Tropical I, II e III, construído em três etapas distintas, e ainda o Conjunto Jardim São Francisco estão localizados na Regional Cadeia Velha, na parte baixa dos terraços marginais ao Igarapé São Francisco. Estes foram edificadas pela Construtora ELETRA S.A., com recursos particulares da ARUAQUE - Caderneta de Poupança e Empréstimo do Acre. Após a falência desta, os financiamentos das unidades habitacionais foram repassadas para a Caixa Econômica Federal. As três etapas do conjunto Jardim Tropical, possuem 269 unidades habitacionais e um total populacional de 874 pessoas. Já o Jardim São Francisco, possui menor dimensão, contendo 73 unidades habitacionais e abrigando 230 habitantes. (PENHA, 1996).

As ações da COHAB-AC e de seus subprogramas contribuíram para acentuar as desigualdades socioespaciais em Rio Branco. A priorização da moradia como mercadoria fez com que as localizações mais privilegiadas tornassem ainda mais valorizadas a partir das vantagens de infraestrutura e condições de moradia em relação à outras porções da cidade. Os conjuntos habitacionais foram alvos de disputa entre os grupos sociais, tornando a moradia popular em objeto de compra no qual os grupos com maior poder aquisitivo saíram em vantagem.

As ações do Estado associadas aos promotores imobiliários mediante a necessidade de suprir o déficit de moradias direcionam-se a racionalidade de produzir habitar. Estes desenvolvem e aplicam seus projetos habitacionais sobre os ditames do mercado e, conseqüentemente, propiciam a segregação em faixas de rendimento (LEFEBVRE, 2008). A concepção da

habitação para além da construção da casa será marcante a partir da década de 1990 com a extinção da COHAB e com a implantação de novos empreendimentos residenciais sejam estes públicos e privados. Estes não visam apenas produzir moradias atuam também sobre a requalificação urbana.

5.2 CONSTRUÇÃO DA MORADIA POPULAR PÓS-COHAB/AC

Ainda nos anos 1980 as ações do SFH começam a entrar em declínio. O financiamento de aproximadamente 4,4 milhões de unidades habitacionais até a finalização do BNH propiciou modificações no mercado imobiliário privado e, consequentemente modificando o ambiente construído das principais cidades brasileiras. “Os investimentos do SFH combinaram, durante mais de 20 anos, interesses empresariais imobiliários e de proprietários fundiários com interesses clientelistas arcaicos, em que pese a face tecnocrática e centralizadora do regime militar” (MARICATO, 1998, p. 01).

Com a extinção do BNH em agosto de 1986, as funções que lhe eram atribuídas foram repassadas para a Caixa Econômica Federal – CEF. Entretanto as competências sobre a área habitacional e de saneamento básico vinculou-se ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), enquanto a CEF atrelou-se ao Ministério da Fazenda. Em março de 1987, o MDU passa a ser denominado de Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU). Este acumula as finalidades do MDU, e gerencia as políticas de transportes urbanos além de incorporar a CEF. Posteriormente, em setembro de 1988, surgem novas modificações, com a criação do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES), em cuja atribuição permanece a gestão da política habitacional (BRASIL, 2004).

A falência do modelo atuante nos Estados pelas COHAB's resultou na redução de políticas públicas por parte do Governo Federal. Esse impacto repercutiu negativamente sobre a população de menor rendimento, sendo que esta se viu completamente desassistida.

Em 1995, no início do governo de FHC, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) atravessava um momento especial em toda sua história. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação, agente central do SFH, em 1986 (em meio a grave crise financeira), o sistema passou por processo de transição

para um novo desenho. Durante esse período de indefinições, diversos setores da sociedade se mobilizaram para influir na definição da nova configuração institucional da política setorial. (MARICATO, 1998)

Em 2003, durante o governo Lula, começa a serem articuladas mudanças nas diretrizes habitacionais com a criação do Ministério das Cidades. Esse órgão passa a ser centralizador das políticas de desenvolvimento urbano, assumindo o setor de habitação. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (BRASIL, 2004). Todos esses setores são articulados e a produção da moradia é pensada no contexto maior, que é o da cidade. Assim:

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade (p. 12).

Sobre as implementações do Ministério das Cidades, foi elaborada em 2004 a Política Nacional de Habitação – PNH. Esta é constituída por um conjunto de instrumentos a serem criados, os quais viabilizarão sua formação, dentre estes: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação, e o Plano Nacional de Habitação. Os componentes principais dessa política destinam-se a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano. (BRASIL, 2004).

Logo faz parte da PNH a descentralização das ações através da consolidação de Planos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal destinados à Habitação de Interesse Social, sendo respeitadas as especialidades essas unidades federativas.

A partir de 2005 com o apoio da Lei Federal N.º 11.124, institui-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS que em suas diretrizes fomenta a elaboração de Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS. Este plano é um conjunto articulado de objetivos, metas,

ações e indicadores, apreciados pela sociedade e cuja aprovação será realizada pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. Sua elaboração é realizada em conjunto da prefeitura municipal com a sociedade civil organizada. Como instrumento de implementação das disposições estabelecidas pelo SNHIS, os PMHISs objetivam a promoção do planejamento das ações referentes ao setor habitacional no Município, de forma a garantir o acesso à moradia digna, apregoado pela Constituição Federal.

O PMHIS de Rio Branco teve como ponto de partida a apresentação dos trabalhos à população em Audiência Pública realizada em 07 de agosto de 2009, no auditório do SEBRAE/AC, com a presença de autoridades, sociedade civil organizada, comunidade, técnicos e consultores envolvidos na elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. (RIO BRANCO, 2011)

Em Rio Branco, a Lei municipal 1724 que foi instituída em 17 de dezembro de 2008, estabelece o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS, nos termos da Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho 2005.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Rio Branco – PMHIS estabelece as seguintes diretrizes: suprir o déficit habitacional mediante o planejamento integrado; expansão de infraestrutura e saneamento, regularização fundiária, educação e erradicação do analfabetismo; saúde, abrangência e qualidade; economia, alternativas de produções ambientalmente sustentáveis.

Tendo em vista o levantamento realizado em 2007 pelo Governo do Estado do Acre em parceria com Federação de Indústrias do Acre – FIEAC considera-se o déficit habitacional desse em 37.883 moradias. Incluindo nesse quantitativo os projetos em vias de finalização entre 2007 e 2009, (entregues 748 moradias) e entre 2010 e 2011, (com previsão de 6.039 novas unidades), a carência habitacional é de 31.096 moradias (RIO BRANCO, 2011).

Esse déficit pode ser considerado ainda mais expressivo ao analisar a Tabela 9, na qual se verifica a condição dos domicílios entre os censos demográficos de 2000 e 2010. A aquisição da casa própria não acompanhou proporcionalmente o crescimento populacional, visto que houve o aumento de domicílios em outras condições, ou seja, imóveis alugados, cedidos e outras formas (domicílios invadidos, arrendados, unidade não-residencial).

Tabela 9 – Condição dos domicílios de Rio Branco, 2000-2010.

Condição do domicílio	2000		2010	
	Total	(%)	Total	(%)
Próprio	53.309	83,19	73.045	77,53
Alugado	6.108	9,53	14.509	15,4
Cedido	4.285	6,69	5.996	6,36
Outra Forma	376	0,59	666	0,71
Total	64.078	100	94.216	100

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000-2010.

O aluguel continua sendo uma alternativa para a habitação nas zonas urbanas. Tal constatação pode ser afirmada ao verificar a representatividade que dessa condição domiciliar em Rio Branco, a qual houve um acréscimo de 237,54% no número de imóveis alugados na última década. Somando todas as famílias residentes em formas de habitação não-próprias, verifica-se que a escassez de imóveis em Rio Branco aumentou de 10.769 para 21.171 unidades residenciais.

A intervenção articulada do governo federal com estados e municípios torna-se fundamental no provimento de moradias para as camadas de menor rendimento Acre, especialmente em sua capital. Ao verificar a Tabela 10 podemos observar o quantitativo que os grupos menos favorecidos financeiramente representam no total de famílias residentes em Rio Branco em 2000 e 2010.

Tabela 10 – Classes de rendimento domiciliar. Rio Branco 2000-2010.

Classe de rendimento	2000		2010	
	Total	(%)	Total	(%)
Sem rendimento	5.387	8,41	12.856	13,65
Até 1 salário mínimo	14.243	22,22	31.096	33,01
Mais de 1 a 2 salários mínimos	16.652	25,98	23.330	24,76
Mais de 2 a 3 salários mínimos	6.585	10,28	8.240	8,75
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8.049	12,56	8.480	9,00
Mais de 5 a 10 salários mínimos	8.129	12,69	7.111	7,55
Mais de 10 a 15 salários mínimos	2.139	3,34	1.300	1,38
Mais de 15 a 20 salários mínimos	1.260	1,97	974	1,03
Mais de 20 a 30 salários mínimos	731	1,14	506	0,54
Mais de 30 salários mínimos	903	1,41	323	0,34
Total	64.078	100	94.216	100

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000-2010.

O município de Rio Branco teve o acréscimo de mais de trinta mil famílias em uma década e esse crescimento foi acompanhado pelo processo de pauperização dos grupos de rendimentos. O percentual de chefes de família que possuem rendimento de até um salário mínimo aumentou 218,32%, com 16.853 chefes a mais em 2010 quando comparado ao censo demográfico 2000. Já o grupo das famílias que não possuem nenhum rendimento teve um aumento de 238,64%. Juntas, as famílias inseridas nesses duas faixas mencionadas tiveram um acréscimo de 30,63% para 46,66% sob o total dos lares rio-branquenses em dez anos.

Em contrapartida houve uma redução no número de famílias que recebem acima de vinte salários mínimos no último intervalo censitário. Os grupos de maior rendimento que representavam 2,55% das famílias de Rio Branco em 2000 declinaram para 0,88% do total de domicílios chefiados.

A produção habitacional em Rio Branco exige a demanda de terrenos em condição favorável para ocupação tanto nos aspectos pedológicos quanto na situação de regularização do solo parcelado. Para tanto a legislação que versa sobre a reorganização fundiária complementa o Plano Municipal de Habitação. Como instrumento para organização da conjuntura fundiária municipais destaca-se a Lei de Regularização Fundiária (Lei nº 1.752 de 05 de outubro de 2009).

Esse documento dispõe sobre a autenticação de parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, no município de Rio Branco. Essa lei afirma que os parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, implantados clandestinamente ou irregularmente até a promulgação do Plano Diretor municipal Lei nº 1.611 de 27 de outubro de 2006, poderão ser regularizados, desde que obedecidos os critérios fixados nas legislações municipal, estadual ou federal e na própria lei fundiária proposta, de acordo com as normas provindas do Tribunal de Justiça do Acre. Para o efeito desta lei são considerados parcelamentos clandestinos aqueles executados sem autorização da Prefeitura e parcelamentos irregulares são aqueles implantados em desacordo com o projeto aprovado pela Prefeitura ou inscrito no Cartório de Registro de Imóveis (RIO BRANCO, 2009).

Em seu Artigo 48, a Lei 1752/2009 estabelece que Município poderá garantir a regularização de áreas públicas, tendo a finalidade específica de formar um banco de terras possível de ser utilizado no seu plano de habitação de interesse social. Logo, essa lei cria mecanismos para a manutenção de terrenos disponíveis para a aplicação de programas voltados para a moradia popular dentro do perímetro urbano, garantindo o acesso da população a infraestrutura já implantada na cidade e consequentemente evitando os maiores ônus adquiridos na construção de moradias em áreas menos adensadas.

Considerando o levantamento fundiário realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana RIO BRANCO (2011), foi constatada a presença de 196 parcelamentos que apresentam algum tipo de irregularidade quanto a ocupação do solo em Rio Branco até o ano de 2009 (Figura 30). Esse diagnóstico exhibe as mais três principais formas de utilização fundiária da capital, separando-as em ocupações espontâneas, parcelamentos irregulares e parcelamentos clandestinos.

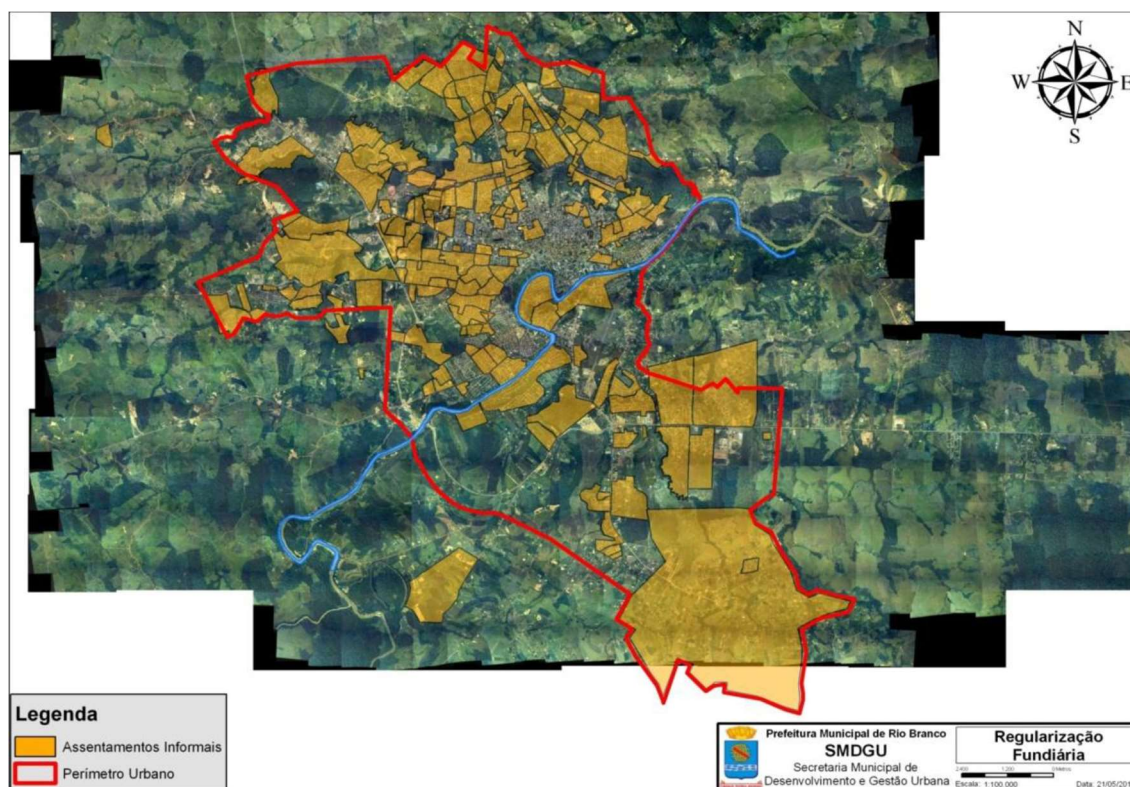
Da totalidade dos parcelamentos identificados na Figura 26, 15% se enquadram como ocupação espontânea, 45% encontra-se em situação irregular e 40% são considerados clandestinos.

Os assentamentos espontâneos da cidade são minoritários e se restringe principalmente as áreas de ocupação mais antiga do Primeiro Distrito, onde se concentra o maior adensamento populacional e de atividades urbanas em Rio Branco. A maior parte dos parcelamentos fundiários encontra-se em situação informal quanto à irregularidade ou clandestinidade, chegando ao total 85%. Considera-se uma ocupação irregular quando esta é resultante do descumprimento das normas urbanísticas por parte do empreendedor. Já a ocupação clandestina é caracterizada pela inexistência de projetos urbanísticos aprovados pelo Município.

A regularização fundiária de interesse social permite a atuação dos programas governamentais de moradia nas localizações de ocupação irregular ou clandestina, que são habitadas predominantemente por população de baixa renda. A lei 1752/2009 prioriza os lotes em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia; os imóveis situados em Áreas especiais de Interesse Social (AEIS), e ou Áreas

de Regularização Prioritária (ARPS); assim como as áreas da União, do Estado e do Município declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social.

Figura 30 – Assentamentos informais em Rio Branco, 2011.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana, 2011.

Em consequência dessas prioridades, nota-se que a regularização fundiária urbana em Rio Branco está vinculada com as ações para construção de moradias populares. Nessa perspectiva a Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB, através do Conselho Estadual de Habitação (resolução nº 003/2009), dispõe sobre a delimitação das áreas de risco para atendimento de famílias previamente cadastradas pela SEHAB e Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Segurança Social – SEDSS, contempladas pelo Programa de Habitação do Estado – Minha Morada.

5.2.1 As ZAPs e o Pró Moradia

O Programa Minha morada é subdividido em dois grandes eixos Habitação Social e Habitação Popular. O programa de Habitação Social

destina-se às famílias com rendimentos inferiores três salários mínimos e que estão em piores condições de moradia, sendo registradas no CadÚnico. Para este grupo populacional não haverá financiamento e nenhum outro ônus que garanta o acesso ao domicílio, porém, deverão assinar um contrato de responsabilidade social no qual se estabelece a permissão de uso e as normas de utilização do imóvel. Tal eixo divide-se em três subprogramas: Programa de Subsídio a Habitação de interesse social – PSH, Pró-Município e Zonas de Atendimento Prioritário – ZAP (ACRE, 2007).

Em Rio Branco, merece destaque o processo de requalificação de áreas de risco, promovendo a transferência de famílias para localizações mais seguras ambientalmente e propícias à urbanização. Para tanto foram estabelecidas as Zonas de Atendimento Prioritário que de acordo com o Plano Plurianual do Acre – PPA 2011/2015, são áreas caracterizadas por uma alta vulnerabilidade ambiental e um baixo capital social (ACRE, 2011a). Estas ZAPs estão distribuídas tanto nas zonas rurais, atendendo comunidades indígenas, Unidades de Conservação – UCs, assentamentos tradicionais e diferenciados, assim como nas sedes municipais com o ZAP cidades, que atende as cidades isoladas do Estado e a ZAP Urbana.

O Governo do Acre lança nesta segunda-feira, 23, um amplo programa de intervenções em cinco Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) de Rio Branco. Os investimentos em infra-estrutura são superiores a R\$103 milhões e fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal que objetivam um crescimento econômico de 5% ao ano até 2010. O PAC inaugura uma nova fase na política econômica do Governo Lula, recolocando na agenda do País a temática do crescimento, escassa no debate político brasileiro das últimas décadas. Pelo menos 14 mil pessoas serão atendidas diretamente pelas obras que transformarão fundos de vale em mini-Parques da Maternidade. (FERREIRA, 2008)¹⁸

A ZAP Urbana abrange os fundos de vale das cidades, ou seja, as áreas situadas ao longo dos mananciais, vulneráveis tanto ambientalmente quanto socialmente. Visando o atendimento das comunidades urbanas foram instituídas cinco Zonas de Atendimento Prioritário na capital acreana, a saber:

¹⁸ FERREIRA, Edmilson. Governo lança pacote de obras do PAC em Rio Branco. **Notícias do Acre (online)**. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/governo-do-acre-lana-pacote-de-obras-do-pac-em-rio-branco/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

ZAP 1 – Bairro Chico Mendes/Eldorado; ZAP 2 – Bairro Conquista; ZAP 3 – Bairro Nova Estação/Igarapé Fundo; ZAP 4 – Bairro Palheiral; ZAP 5 – Bairro Santa Inês/Mauri Sérgio. No interior foi implementada a ZAP 6, que abrange o Bairro Cafezal, no município de Sena Madureira.

Quanto a distribuição espacial das ZAPS em Rio Branco, demonstra que uma concentração nos igarapés que fazem parte da Bacia do Igarapé Redenção (ZAP Chico Mendes, ao longo do Igarapé Fidêncio), Na Bacia do Igarapé São Francisco (ZAPs Conquista e Igarapé Fundo); do Igarapé Judia (ZAP Santa Inês); e nos tributários que deságuam diretamente no Rio Acre (exemplificado pela ZAP Palheiral, no Igarapé Ingá).

As obras de urbanização nas ZAPs começaram a ser implementadas em maio de 2008. A construção de conjuntos residenciais para acolher as famílias remanejadas das localidades em situação de risco é uma das propostas oferecidas no procedimento de requalificação urbana dessas poligonais. Os projetos compreendem ainda a construção de parques, rede de drenagem, saneamento da bacia, recuperação ambiental, a pavimentação e abertura de eixos viários (SANTOS, 24 de janeiro de 2017)¹⁹.

O perfil populacional e a situação da população que reside nas Zonas de Atendimento Prioritário apresentam diversidades quanto ao número de famílias e de moradores (Tabela 11)

Tabela 11 – Perfil da população residente nas ZAPs

	ZAP 1 Chico Mendes	ZAP 2 Conquista	ZAP 3 Nova Estação	ZAP 4 Palheiral	ZAP 5 Santa Inês	Total
Nº de famílias	2.500	3.800	2.708	2.203	1.900	13.111
Nº de famílias em situação de risco	90	333	245	334	215	1.217
Nº de mulheres chefes de família	1.375	1.900	1.354	1.101	1.045	6.775
Nº de moradores	12.300	11.400	13.668	6.600	6.342	50.310

Fonte: FERREIRA, 2008. Elaborado por BENTO, V. R. S.

¹⁹ SANTOS, Ludmila. Obras do PAC nas ZAPs mudam realidade de famílias que vivem na região. **Notícias do Acre (online)**. Disponível em: < <http://www.agencia.ac.gov.br/obras-do-pac-nas-zaps-mudam-realidade-de-familias-que-vivem-na-regiao/> > Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Apesar do rendimento das famílias em todas as cinco poligonais atendidas estar situado em faixas inferiores à 3 salários mínimos, verifica-se que a ZAP 2 (bairro Conquista) destaca-se por ser a área com o maior número de famílias beneficiadas pelo PAC (28,98%). Já a ZAP 3 (bairro Nova Estação) é a que possui o maior número de moradores contemplados nas intervenções habitacionais (27,17% do total), seguido pela ZAP 1 – Chico Mendes, com 24,45% do total de habitantes. Quanto o total de famílias em situação de risco, merece destaque a ZAP 4 – Palheiral, com 15,16% do total.

As características físicas e de moradia nas ZAPS também se diferenciam. O bairro Chico Mendes – ZAP 1, tem um histórico de ocupação caracterizado pela irregularidade habitacional em fundos de vales e necessitou de ações prioritárias em saneamento, drenagem e recuperação ambiental. A ZAP 2 - Conquista está situada às margens do Igarapé São Francisco e teve seu processo de ocupação iniciado na segunda metade da década de 1980. Consiste em uma comunidade construída por meio de irregularidades urbanísticas e loteamentos clandestinos. Os principais serviços para essa ZAP estão voltados para saneamento, melhorias na malha viária, plantio de árvores, projetos sociais e realocação das famílias residentes em áreas de APP situadas nas margens do manancial, (FERREIRA, 2008). Parte da população foi realocada em um conjunto habitacional construído no Loteamento Joaфра, a cerca de 2 km da área de intervenção.

O Bairro Palheiral teve sua origem com a migração campo-cidade decorrente da desestruturação dos seringais e sua formação inicial é caracterizada em: “Um amontoado de casas humildes, erguidas desajeitadamente em ruas estreitas, cheias de lama e água empossada, traça o primeiro perfil do bairro Palheiral, um dos oito formados nos últimos anos na Periferia de Rio Branco”²⁰. A ZAP 4 consiste na urbanização do Igarapé Ingá, permitindo a criação de um parque linear e remanejando a população para um projeto habitacional situado próximo ao Conjunto Castelo Branco.

É válido demonstrar o impacto de duas grandes obras observadas nas ZAP 3 – Nova Estação e ZAP 5 – Santa Inês, pela expressão quanto a dimensão e paisagismo e a urbanização.

²⁰ O JORNAL. Palheiral, a luta pela sobrevivência. Rio Branco: 20 de dezembro de 1977. p. 5, col. 1-3.

O bairro Nova Estação surge em 1988 sendo fruto de ocupações de propriedades particulares situadas entre o Conjunto Manoel Julião e os bairros Estação experimental e Isaura Parente. É caracterizado pelo adensamento populacional em condições precárias e precisa da expansão das redes de saneamento assim como de atenções voltadas para a desocupação das margens do Igarapé Fundo e seus tributários (ALVES, 2012)

O Igarapé Fundo corta uma localização da cidade de alta valorização fundiária e imobiliária nos bairros Nova Estação, Isaura Parente e Village. O projeto de urbanização que está sendo executado se assemelha ao Parque da Maternidade, prevendo a abertura de sistema viário, ciclovias e criação de áreas de lazer com tratamento paisagístico.

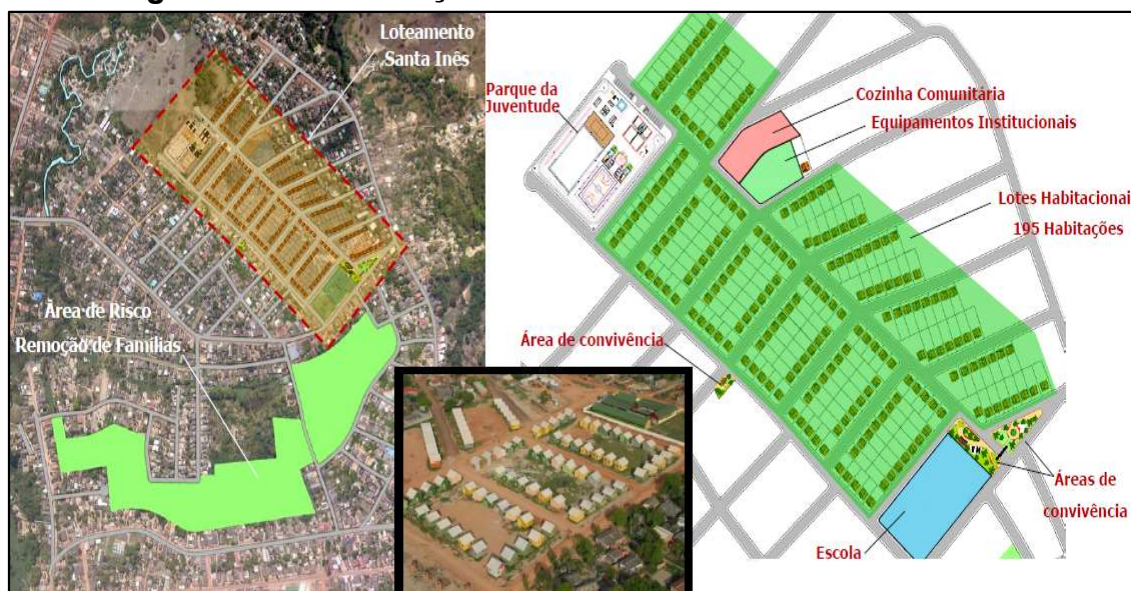
O Projeto de intervenção na bacia do igarapé Fundo inclui a retirada das famílias das áreas de risco e a implantação de um parque linear com áreas para práticas de esporte e lazer. Esta proposta, de acordo com o governo, visa dar um uso para a área, dificultando futuras invasões. Consta ainda a retificação do canal e construção de calha em concreto armado, tendo como modelo o Parque da Maternidade. (ALVES, 2012, p. 174).

A população que residia em habitações precárias nas margens desse manancial foi realojada em um conjunto habitacional situado no bairro Defesa Civil, em uma das regiões mais carentes da cidade considerando a predominância de famílias com rendimentos inferiores a dois salários mínimos. Logo, é observável o deslocamento da população para longe de sua área de convívio, contribuindo para o adensamento de um bairro que já apresenta famílias carentes. Em contrapartida, a criação desse novo parque, atrai para as suas margens investimentos destinados à moradia de alto padrão com a construção de condomínios residenciais

O Projeto de Urbanização do Loteamento Santa Inês que foi concluído em 2010, beneficiou as famílias dos bairros Santa Inês e Mauri Sérgio, situados no Segundo Distrito da capital acreana (Figura 31). Estas comunidades se localizam em Área de Especial Interesse Social – AEIS – e, de acordo com o PDDU de Rio Branco (2006), são destinadas à promoção pelo Poder Público de programas específicos de regularização fundiária e urbanização. A população residente nos dois bairros mencionados ocupava áreas sujeitas a inundação ao longo do Igarapé Judia, um dos principais

tributários do Rio Acre, que vem sofrendo pela ocupação desordenada de suas margens.

Figura 31 – Urbanização do Loteamento Santa Inês – ZAP 5.



Fonte: ACRE, 2010. Adaptado por BENTO, V. R. S.

A urbanização dos bairros cortados por esse manancial teve como objetivo criar uma Área Receptora de Área Verde – ARV III Igarapé Judia – prevendo que sejam implantados parques lineares e áreas verdes no local. Nestas áreas viviam 195 famílias em condições precárias (ACRE, 2010a).

Essa intervenção promoveu a redução do impacto ao meio ambiente oriundo dos despejos de efluentes e os problemas de drenagem das águas pluviais, causadora de constantes enchentes. Para tanto considerou o remanejamento dos moradores em um conjunto habitacional possibilitando a construção de infraestruturas de serviços básicos como rede de abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem, iluminação, além da organização dos eixos viários que interligam o residencial às suas imediações. O projeto também incluiu a edificação de equipamentos de uso social dentre os quais a cozinha comunitária e uma escola além da criação de áreas de lazer com praças o Parque da Juventude, que possui diversos itens de convivência como quadras de esporte, teatros de arena, campos de futebol e de vôlei, salas de ginástica e pistas de skate. (ACRE, 2010a).

Além das ZAPs, outras áreas de risco foram contempladas com projetos de habitação popular dentre estas os bairros Miritizal e Lagoa, em

Cruzeiro do Sul; os bairros Dom Giocondo (Papoco), Preventório e as localidades Beco da Pista, Favela São Francisco – Bairro São Francisco, Beco do Siri – Bairro da Glória, Rua Manelito (no Bairro Vila Nova), Beco do Pinicão (no Conjunto Bela Vista), Travessa Guarani (no Bairro São Francisco), Beco Projetado (Bairro Placas), Beco do Motel Classic – Bairro Nova Esperança, Favelinha no Bairro São Francisco, todos em Rio Branco²¹.

A transformação social nessas comunidades vai além da aquisição de uma moradia com melhores condições de habitabilidade, pois há a retirada do estigma de áreas faveladas com a ordenação espacial e também pela alteração do topônimo. Dentre os resultados cita-se a mudança do Beco da Pista, batizado de Comunidade Esperança.

No tempo em que se chamava bairro do Beco da Pista, a Comunidade Esperança era um amontoado de casebres sofrendo com a discriminação (moradores eram obrigados a dar um outro endereço para entrega quando compravam objetos nas lojas). Hoje, está sendo transformado em um condomínio com casas e sobrados com rede de água e esgoto e projetos de inclusão social, geração de trabalho e renda (FERREIRA, 31 de dezembro de 2010)²².

Resultados similares podem ser observados na antiga comunidade do Penicão da Bela Vista. As famílias que residiam em condições precárias no entorno de uma estação de tratamento de esgoto foram transferidas para o conjunto habitacional Parque do Palheiral.

O local, antes conhecido como “Penicão do Bela Vista”, fica localizado às margens de um igarapé que começa no bairro Novo Horizonte e percorre quase que toda a área do bairro Palheiral. As moradias integram o programa de urbanização dos fundos de vale, executado pelo governo do Estado, com recursos do Programa de

²¹ Resolução Nº 003/2009, **Conselho Estadual De Habitação**. Dispõe sobre a definição das áreas de risco para atendimento de famílias previamente cadastradas pela SEHAB e SEDSS no Programa de Habitação do Estado – Minha Morada. Rio Branco: Diário Oficial do Estado do Acre DOEAC, de 1 de setembro de 2009, p. 4. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6460481/pg-4-caderno-unico-diario-oficial-do-estado-do-acre-doeac-de-01-09-2009>> Acesso em: 05 de maio de 2016.

²² FERREIRA< Edmilson. Moradores da Comunidade Esperança, ex Beco da Pista, homenageiam Binho Marques. **Notícias do Acre (online)**. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/moradores-da-comunidade-esperana-ex-beco-da-pista-homenageiam-binho-marques/>>. Acesso em: 09 de junho de 2017

Aceleração do Crescimento (PAC) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Finis) (GOMES, 17 de fevereiro de 2014)²³.

Além do Minha Morada – Habitação Social há o eixo da Habitação Popular está subdividido nas seguintes áreas de atuação: Pró-Moradia, Programa de Arrendamento Residencial – PAR, Minha Casa, Minha Vida e Associativo. Cada um dos subprogramas da Habitação Popular possui especificações quanto o total de moradias, faixas salariais e formas de financiamento, como explanado no Quadro 1.

Quadro 1 – Programa Minha Morada. Eixo Habitação Popular.

Subprograma	Para quem?	Financiamento	Gestor
Minha Casa, Minha Vida	Famílias (até 3 S.M.) inscritas no CadÚnico	Parcela mínima de R\$50/mês ou 10% da renda familiar, durante 10 anos	Governo do Acre
Pró-Moradia	Func. Públicos Estaduais Ativos e Inativos (até 3 S.M.)	Parcela mínima de R\$50/mês ou até 10% da remuneração	Governo do Acre
PAR	Famílias (até 3 S.M.)	Negociado com a Caixa	CEF
Minha Casa, Minha Vida	Famílias (entre 3 a 6 salários mínimos)	Prestações de até 20% da renda familiar, por 10 anos	Governo do Acre
Associativo	Famílias (até 6 S.M.)	Negociado com a Caixa	CEF

Fonte: ACRE, 2007.

É relevante elucidar o subprograma Pró-moradia. Este consiste no financiamento de imóveis a partir da utilização do FGTS por estados, municípios, Distrito Federal ou órgão das respectivas administrações direta ou indireta, para oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal até R\$ 1.050,00 (RIO BRANCO, 2011). Este programa atua em algumas modalidades, dentre estas: a urbanização e regularização de assentamentos precários; a produção de conjuntos habitacionais; e o desenvolvimento institucional.

Alguns dos conjuntos habitacionais construídos tiveram a função de assegurar a regularização das ZAPs. Ao receber o financiamento, o poder público municipal ou estadual realizou intervenções nos assentamentos selecionados, comumente caracterizados pela informalidade da ocupação e

²³ GOMES, Eduardo. Tião Viana entrega 161 casas no bairro Novo Horizonte. **Notícias do Acre (online)**. Disponível em: < <http://www.agencia.ac.gov.br/tiao-viana-entrega-161-casas-no-bairro-novo-horizonte/> > Acesso em: 09 de junho de 2017.

precariedade das residências. Por conseguinte, ocorreu a legalização da situação das famílias contempladas, sejam estas transferidas ou habitando o mesmo local já urbanizado. São exemplos: o conjunto Urucum, para a regularização da ZAP Conquista, e os conjuntos Vale do Açaí, Jenipapo e Angico, resultantes da urbanização da ZAP Chico Mendes.

O projeto Pró-moradia e as intervenções das ZAPS foram responsáveis pela construção de novos conjuntos habitacionais em Rio Branco intensificando a produção de moradia popular nesta capital (Tabela 12).

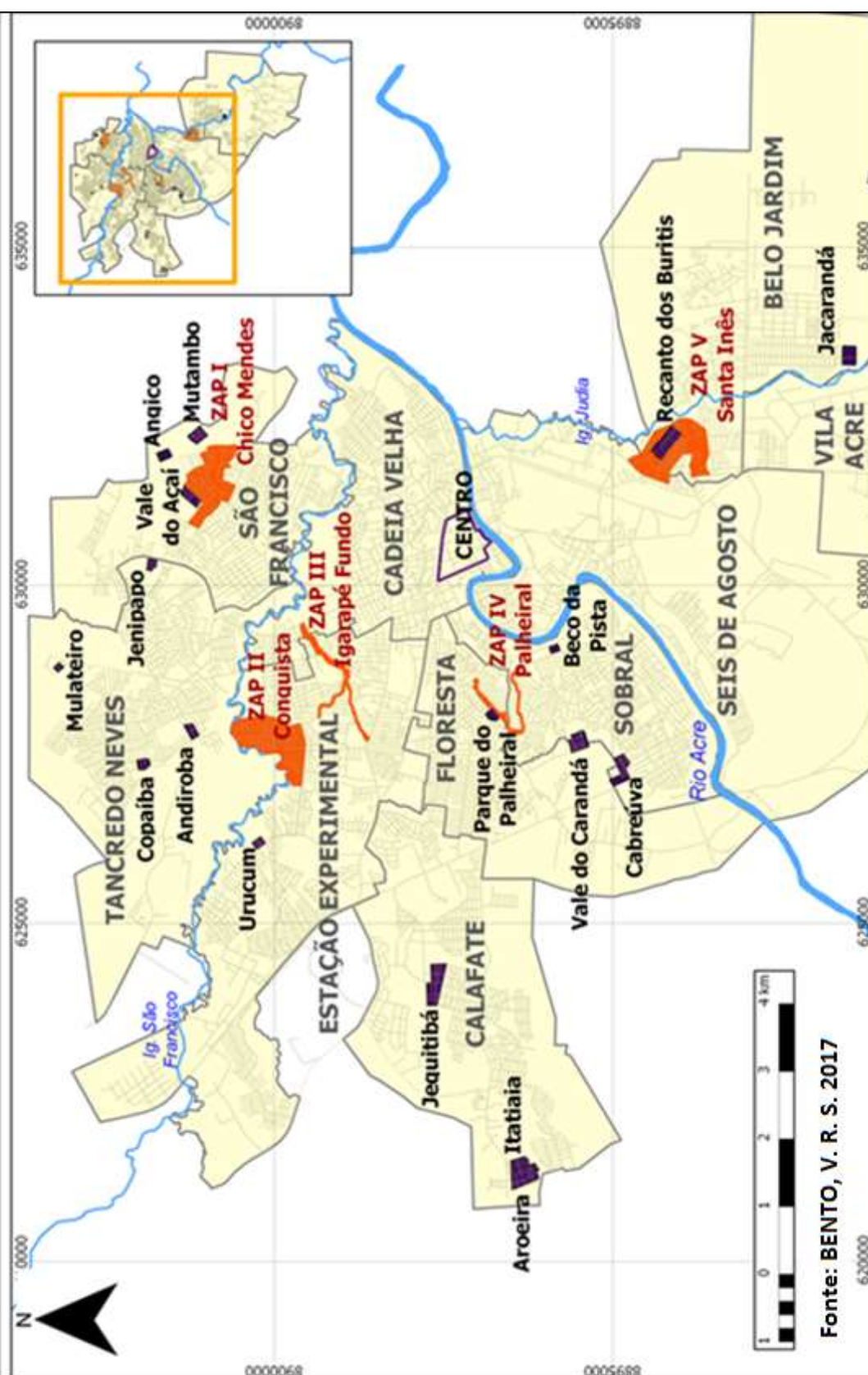
Tabela 12 – Conjuntos Habitacionais ZAPS e Pró-moradia, Rio Branco.

Residencial	Localização	Área Total (m²)	Unidades
Copaíba	Defesa Civil	26.430,07	62
Jacarandá	Santo Afonso	70.535,00	187
Aroeira	Calafate	121.354,74	301
Vale do Carandá	Sobral	70.263,07	234
Itatiaia	Calafate	55.128,00	108
Angico	Eldorado	28.758,48	80
Mutambo	Eldorado	39.488,00	120
Cabreúva	João Paulo II	98.384,73	315
Jenipapo	Parque dos Sabiás	44.300,82	90
Urucum	Loteamento Joaфра	19.867,00	74
Jequitibá	Portal da Amazônia	114.359,00	320
Andiroba	Defesa Civil	21.960,00	43
Mulateiro	Alto Alegre	37.555,00	54
Beco da Pista	Aeroporto Velho	12.905,97	120
Parque do Palheiral	Novo Horizonte	20.131,00	161
Vale do Açaí	Chico Mendes	37.716,00	127
Recanto dos Buritis	Santa Inês	87.967,00	195

Fonte: DOEAC 2011-2015. Elaborado por BENTO, V. R. S.

Espacialmente, estes conjuntos residenciais originados das ZAPs e do Programa Pró-Moradia estão espalhados pela cidade, especificamente nas localizações de ocupação mais recente. Estão concentrados principalmente nas regionais Belo Jardim, Calafate, Tancredo Neves e São Francisco, onde existe uma maior disponibilidade de terrenos (Figura 32).

Figura 32 - Localização das ZAPs e dos conjuntos habitacionais Pró-Moradia. Rio Branco, 2017



Fonte: BENTO, V. R. S. 2017

Os projetos foram implantados principalmente nos vazios urbanos existentes entre as localizações que já possuem alguma infraestrutura. Diferente da política residencial da COHAB, que edificava os conjuntos longe das áreas adensadas, o que dificultava o fornecimento dos serviços de consumo coletivo. Logo, os moradores beneficiam-se das linhas de ônibus, malha viária e são favorecidos pela extensão das redes de abastecimento de água e energia elétrica presentes em sua circunvizinhança. Assim como usufruem do comércio e serviços existentes nos bairros onde estão localizados. Em contrapartida, A construção de equipamentos comunitários como creches, postos de saúde e escolas dentro das áreas institucionais desses conjuntos, favorecem os moradores de localidades próximas.

Em termos de dimensão territorial, os projetos do Pró-moradia ocupam áreas reduzidas quando comparados aos conjuntos edificados pela COHAB-AC. Todos foram construídos em glebas com áreas inferiores a 13 hectares e possuem elevado adensamento populacional e domiciliar quando comparados com os Conjuntos da COHAB, os quais a dimensão territorial majoritariamente ultrapassa os 14 hectares.

Outro subprograma do eixo Habitação Popular que foi responsável pela edificação de conjuntos habitacionais em Rio Branco foi o Programa de Arrendamento Residencial – PAR. Este beneficiou as famílias da faixa 0-3 salários mínimos, na modalidade de financiamento da Caixa. Nessa atuação foram edificados os residenciais Iaco, Envira, Juruá e Purus, todos situados no bairro Parque dos Sabiás – Regional Tancredo Neves. Estes projetos foram idealizados na forma de condomínio horizontal de casas, delimitados por muros, cercas e guaritas, o que demonstra diferenciações quando comparados aos conjuntos do Pró-moradia e ZAPs.

Mas, de todos os programas habitacionais pós-COHAB, o que possui maior expressividade em oferta de habitações e área construída é o Programa Minha Casa, Minha Vida.

5.3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM RIO BRANCO.

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV – objetiva o desenvolvimento de mecanismos para construção e obtenção de novas unidades habitacionais. Visa à requalificação de imóveis urbanos além da produção ou reforma de habitações na zona rural, para famílias dos estratos financeiros com renda bruta de até 6.500,00 reais. Suas ações compreendem os seguintes subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (Rio Branco, 2011).

O PMCMV foi apresentado em março de 2009 pelo Governo Federal em colaboração com os demais entes federativos (estados e municípios), além da parceria de instituições sem fins lucrativos e empresas. Este projeto de abrangência nacional está vinculado à Secretaria Nacional de Habitação – SNH do Ministério das Cidades, responsável por coordenar a concessão de benefícios em conjunto com as instituições bancárias (Caixa e Banco do Brasil), representantes governamentais e entidades locais.

Existem duas possibilidades para aquisição dos benefícios do PMCMV. A primeira é realizada mediante um cadastro na prefeitura e abrange as famílias com limite do rendimento bruto mensal de até R\$ 1.800. Estes favorecidos participarão de sorteio ou farão parte de uma entidade organizadora. Se a família possui uma renda mensal bruta entre R\$ 1800,01 e R\$ 6.500 deve se direcionar para uma instituição bancária participante do programa habitacional: a Caixa Econômica ou o Banco do Brasil. Os interessados poderão simular um financiamento através desses bancos, ou pela contratação de um correspondente da Caixa (BRASIL, 2009).

A movimentação da economia brasileira na implantação dos projetos de habitação popular não impacta somente nas famílias que adquirem um imóvel. Existe toda uma cadeia produtiva industrial na construção civil e do comércio, tanto pela aquisição de materiais para a edificação quanto pelas licitações e contratação de trabalhadores para execução das mais diversas etapas das obras. Há também um incremento no mercado imobiliário e atividades complementares como cartórios e escritórios de advocacia. No Estado do Acre, segundo dados da Federação das Indústrias, o setor da construção civil encerrou 2016 com a contratação de 2.800 trabalhadores. Em

2017, com a continuidade dos programas habitacionais é esperada a geração de aproximadamente 1500 empregos diretos e indiretos²⁴.

Tamanho demanda, gera, ainda, emprego e renda para o Estado. Atualmente, a mão-de-obra pode decidir onde, com quem e quando quer trabalhar. A oferta de trabalho, agora, é bem maior do que a procura e os salários, bem mais interessantes. Tem pedreiro que tira até R\$ 2,5 mil. E é difícil um lugar que pague um salário desses, hoje, no mercado (FIEAC, 2011, p. 45).

O PMCMV está classificado em três fases, cada uma com suas especificidades. A primeira fase compreende o período 2009-2010 e objetivou a popularização do projeto, cadastramento de pessoas físicas e jurídicas interessadas em participação da construção e da compra. Em termos quantitativos foi estipulada a edificação de um milhão de habitações em todo território nacional, especialmente nas cidades de maior porte demográfico. Os interessados deveriam se enquadrar em três faixas de rendimento: Faixa 1 - Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600; Faixa 2 - Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275; Faixa 3 - Famílias com renda mensal bruta acima de R\$ 3.275 até R\$ 5 mil.

Como resultado da primeira fase do PMCMV em Rio Branco os maiores beneficiados foram as famílias situadas na Faixa 1. Para este grupo populacional foram construídas 1737 residenciais distribuídas em nove conjuntos habitacionais (Tabela 13). Todas as sete empresas de engenharia e construção envolvidas nesses projetos estão sediadas na capital acreana.

Tabela 13 – Conjuntos habitacionais do PMCMV I. Rio Branco, 2009-2010

Empreendimento	Unidades	Valor	Contratação	Construtora
Macauã	208	8.112.000,00	24/09/2009	MAV Construtora
Juarez Távara	256	9.984.000,00	11/12/2009	MAV Construtora
Novo Eldorado II	170	6.630.000,00	23/12/2009	Ábaco Engenharia
Rosa Linda II	194	7.566.000,00	29/12/2009	CIC Construções
Novo Eldorado I	205	7.995.000,00	30/12/2009	Ábaco Engenharia
Jarbas Passarinho	216	8.424.000,00	30/12/2009	Silty Construção
Rosa Linda III	196	7.644.000,00	30/12/2009	Adinn Construção
Res Eldorado	142	5.538.000,00	31/12/2009	Etengeemp. Engenharia
Rosa Linda I	150	5.850.000,00	29/04/2010	Engel Engenharia
Total	1737	67.743.000,00		

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2017.

²⁴ <http://www.fieac.org.br/index.php/2017-03-20-00-11-42/noticias/item/242-construcao-de-284-casas-populares-aquece-as-industrias-da-construcao-civil-a-partir-de-agosto.html>

Os conjuntos habitacionais do PMCMV I estão espacialmente concentrados em três: regionais Tancredo Neves, São Francisco e Belo Jardim. Maior estoque de moradias encontra-se no Residencial Rosalinda, com 540 unidades (33,97% do total), seguido pelo bairro Parque dos Sábias, onde se localizam os residenciais Macauã e Jarbas Passarinho e somam 472 unidades (27,13%). As poligonais de atuação do programa são caracterizadas como áreas de ocupação recente, situadas nos extremos da cidade e baixo adensamento populacional. Logo, essa implantação da moradia popular demandou a extensão de infraestrutura e dos equipamentos comunitários.

O PMCMV II deu prosseguimento das políticas habitacionais no período 2011-2014 e encontrou-se em transição até março de 2016, quando foi lançada a terceira fase do programa. Sob administração do governo Dilma, esta segunda etapa teve como objetivo a construção de dois milhões de moradias com investimento de \$ 72,6 bilhões oriundos do Orçamento Geral da União e do FGTS, além de R\$ 53,1 bilhões adquiridos por empréstimos, totalizando R\$125,7 bilhões. Com o aumento do salário mínimo houve alterações nos limites das faixas de renda: Faixa 1 – passa a abranger as famílias com ganhos mensais de até R\$ 1.600; Faixa 2 - Famílias com rendimento entre R\$ 1600,01 e R\$ 3.600; Faixa 3 - Famílias que ganham entre R\$ 3600,01 e de até R\$ 5 mil²⁵. A tabela 14 expõe a Fase II do em Rio Branco.

Tabela 14 – Especificações do PMCMV II em Rio Branco, 2011-2015.

Empreendimento	Unidades	Valor	Contratação	Construtora
Rui Lino III	423	20.832.739,83	29/12/2011	MAV Construtora
Ilson Ribeiro	230	1.361.357,65	05/01/2012	MAV Construtora
Jacaranda St II	101	4.974.250,00	07/05/2012	Abaco Engenharia
Andirá	42	2.068.500,00	27/06/2012	Silty Construção
Cabreúva	112	5.516.000,00	29/06/2012	Silty Construção
Abunã	136	6.800.000,00	29/06/2012	Etengeemp. Eng.
Rio Branco I	18	567.000,00	05/07/2013	PM Rio Branco
P Agroflorestal	45	1.417.500,00	26/09/2013	PM Rio Branco
Acreverde Ref.	31	592.207,57	24/08/2015	Acreverde
Cidade do Povo	2453	152.086.000,00	2013	
Total	3591	196.215.555,05		

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2017.

²⁵ Apresentação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, sobre o programa Minha Casa Minha Vida 2 terá dois milhões de novas moradias e investirá R\$ 125,7 bilhões até 2014 - Brasília/DF. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2011/110616_apresentacao_mcmv_pac2.pdf/view> Acesso em: 11 de junho de 2017.

O PMCMV II não repercutiu apenas na cidade, direcionando projetos para o campo por meio do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. “O Programa concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, aos beneficiários enquadrados no Grupo I, quais sejam: aqueles com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00” (CAIXA, 2012, p. 2). Esta iniciativa concede aos agricultores a oportunidade de adquirir ou reformar o imóvel. São exemplos na zona rural rio-branquense os projetos Rio Branco I, Polo Agroflorestal e Acreverde, que atenderam 94 famílias.

Além do acesso à moradia para as famílias de baixa renda, as duas fases do PMCMV propiciaram a construção da moradia para as faixas 2 e 3, com ganhos acima de três salários mínimos. A tabela 15, resultante da compilação de dados do Ministério das Cidades especifica a número de unidades habitacionais contratadas e a quantidade desta que já estão na posse dos beneficiários.

Tabela 15 – Total de unidades habitacionais do PMCMV em Rio Branco, 2009/2014.

Período	UH contratadas faixa 1 (0-3 SM)	UH contratadas faixa 2 (3-6 SM)	UH contratadas faixa 3 (> 6 SM)	UH contratadas em todas as faixas	UH entregues em todas as faixas
2009	1.723	204	7	1.934	-
2010	1.873	897	9	2.779	435
2011	2.296	987	267	3.550	1.116
2012	2.917	1.002	336	4.255	2.216
2013	6.272	1.117	456	7.845	2.500
2014	6.558	933	454	7.945	3.818

Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>.

O estoque residencial disponível para as faixas 2 e 3 é mais reduzido que para o grupo de menor renda, porém, contribuiu significativamente para mudanças no uso do solo em Rio Branco. Praticamente as mesmas construtoras que atuaram na produção habitacional da faixa 1 também construíram os residenciais das demais faixas. Destacam-se as empresas MAV, Ábaco, Etenge e Albuquerque Engenharia.

A Albuquerque Engenharia, por exemplo, era uma das empresas que investia (e ainda investe) na construção de prédios e condomínios para o público das classes A e B. Sempre com boas vendas. “O Via

Parque é o nosso primeiro empreendimento dentro do 'Minha Casa, Minha Vida'. (FIEAC, 2011, p. 45).

As diferenças principais dos projetos da faixa 2 e 3 são: localização e padrão de construção. Quanto à distribuição espacial, alguns desses residenciais foram edificados próximos de áreas de crescente valorização imobiliária no entorno da Via Verde e Estação Experimental, assim como em eixos de fácil escoamento dos fluxos, representado pelas estradas que conectam a capital com as zonas rurais e municípios vizinhos (Quadro 2).

Quadro 2 – Empreendimentos PMCMV (Faixa 2 e 3) em Rio Branco.

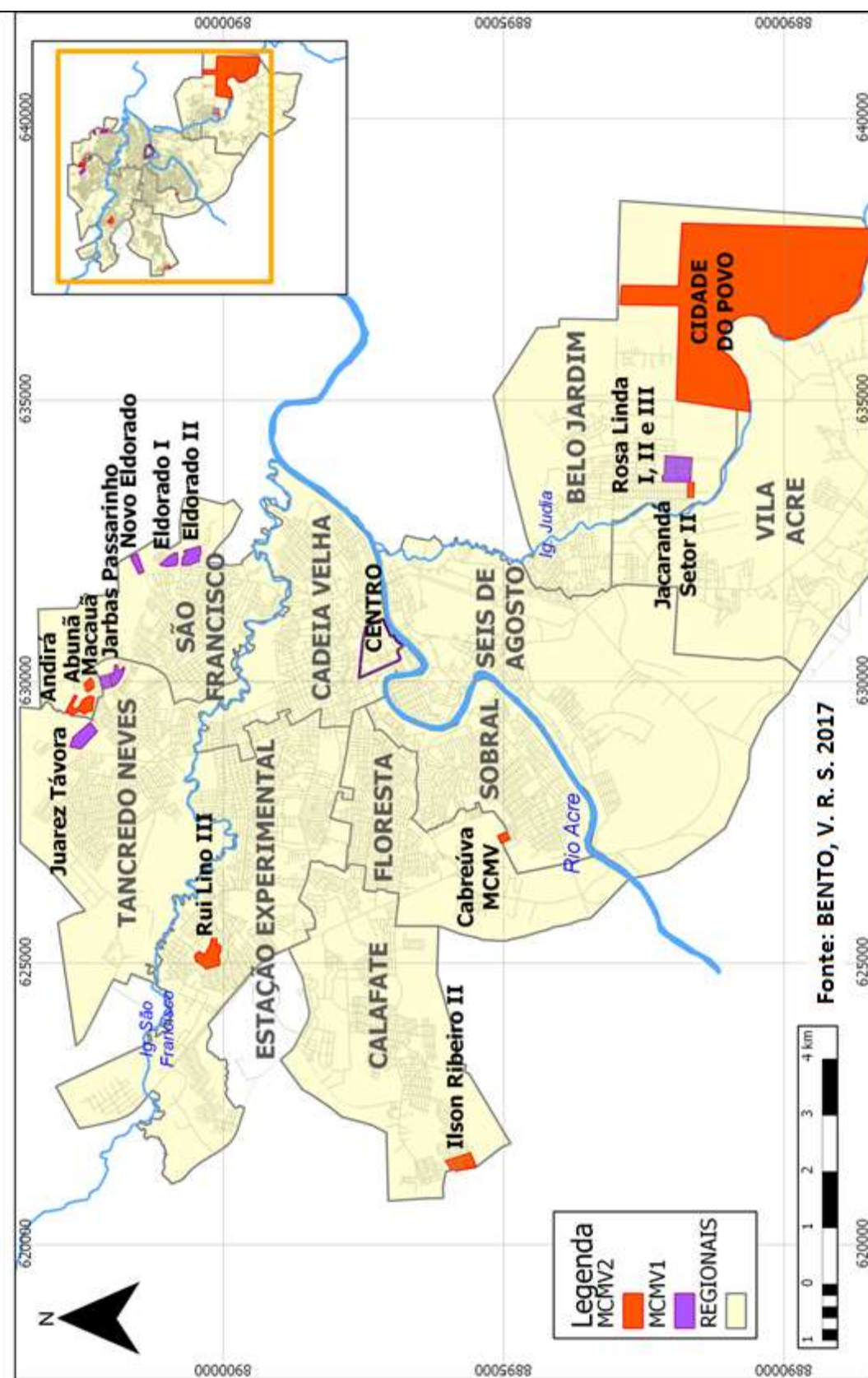
Residencial	Localização	Unidades	Construtora
Araçá	Estrada do Calafate	192 aptos.	MAV construtora
Topázio Residence	Estrada do Calafate	272 aptos. e 32 sobrados	Ábaco Engenharia
Via Parque e Via Parque Plus	Estrada da Floresta	708 aptos.	MAV Construtora e Albuquerque Eng.
Reserva do Bosque	Estrada p/Porto Acre	704 aptos.	Prática Engenharia e Leal Brasil Empr.
Paineiras	Estação Experimental	96 aptos.	Ipê Empr.
Villa Bella	Est. Jarbas Passarinho	200 casas	Entenge
Vila Rio Verde	Estrada p/ Porto Acre	167 casas	BS construtora

Fonte: Pesquisa direta. Elaborado por BENTO, V. R. S.

No que se refere ao formato da construção, verifica-se a predominância de blocos de apartamento, seguidos de condomínios horizontais de casas e sobrados, inserindo formas de habitação antes pouco difundidas na capital do Acre. As diferenças dos imóveis para as duas faixas de melhor poder aquisitivo são percebidas na oferta de áreas de lazer com diversos itens de convivência, que vão desde playground e salão de festas nos empreendimentos mais simples, à piscina e quadras de esporte, nos mais sofisticados.

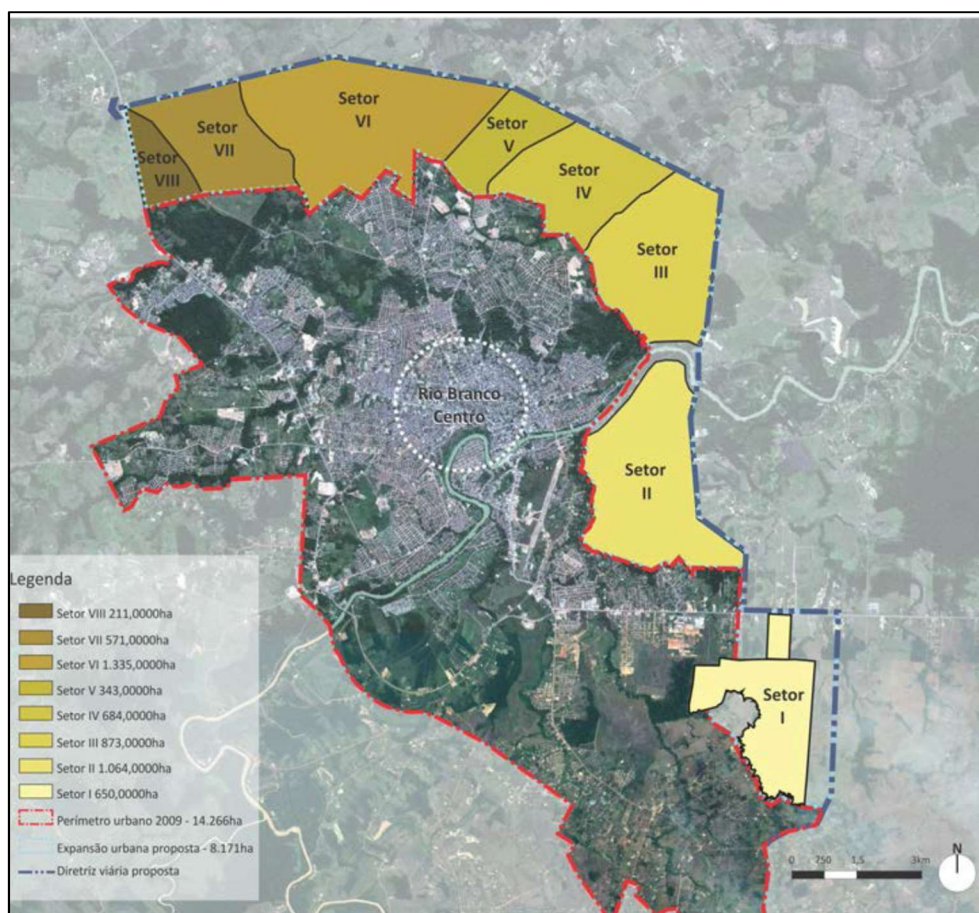
Uma característica do PMCMV em Rio Branco é a espacialização periférica dos empreendimentos, indicando uma expansão do perímetro urbano e incentivando a ocupação de vazios urbanos no entorno da cidade. Essa redefinição dos limites territoriais para a construção de moradia popular já estava prevista em seu Plano Diretor de 2006, o qual definia as Áreas de Promoção de Habitação - APH. As poligonais voltadas para a moradia de interesse social são planejadas tendo como base as formulações do Ministério das Cidades. A localização dos projetos MCMV estão expostos na Figura 33.

Figura 33 - Localização dos conjuntos MCMV I e II. Rio Branco, 2017



Para a efetivação dessa expansão horizontal, foram estabelecidas oito áreas prioritárias para habitação social, com a finalidade de atenuar o déficit habitacional e direcionar um crescimento periférico ordenado (Figura 34). Estas parcelas fundiárias contíguas ao perímetro urbano fazem parte de uma tentativa de descentralização não apenas populacional, mas também de atividades econômicas, colaborando com a formação de novos núcleos de desenvolvimento.

Figura 34 – Proposta de ampliação do Perímetro Urbano de Rio Branco.



Fonte: ACRE, 2012b.

As oito macrozonas serão compostas por novos eixos estruturantes que seguirão as regulamentações do plano diretor. As intervenções realizadas nessas parcelas territoriais assim como o processo de ocupação deverão seguir um cronograma de avaliação baseado nas leis municipais de planejamento urbano (RIO BRANCO, 2011). A implantação de novas áreas habitacionais para fora do perímetro urbano de Rio Branco é justificada pela

escassez de novas áreas ambientalmente e socialmente adequadas para dentro da área delimitada pela prefeitura. Excluindo as áreas inundáveis, suscetíveis à desmoronamento, parcelamentos fundiários privados e áreas de proteção ambiental, restam poucas alternativas para promover a ocupação de forma mais adensada.

Para implementação de habitações de interesse social, a intenção de nos próximos 5 anos finalizar cerca de 11.000 células habitacionais, levando em consideração certos fatores como o alto valor de terras, o esgotamento físico de áreas na malha urbana existente, a localização do lixão, áreas de alagamento, recuperação de áreas verdes, entre outros. Novos eixos estruturantes devem delimitar oito novas áreas habitacionais interligadas por um anel viário a leste de Rio Branco. (MASTERPLAN, 2012, p. 09)

O processo pioneiro de ocupação dessas novas glebas está sendo implementado com a construção da Cidade do Povo. Este projeto abrange o território da Área S1. Situado no Segundo Distrito de Rio Branco e tendo sua primeira fase inaugurada no dia 22 de maio de 2014, esse bairro planejado consiste no maior projeto habitacional elaborado no estado do Acre.

É evidente que planejamento da moradia popular para fora do perímetro urbano dessas cidades contribui para o crescimento horizontal, mas, no entendimento da presente pesquisa, também fortalece a segregação socioespacial. No caso da capital acreana, a produção da habitação em massa também se direciona para as áreas desocupadas existentes em seu entorno, como no exemplo da Cidade do Povo, exposto por Moraes (2013, p. 107): “Mesmo havendo vazios urbanos em Rio Branco, a área escolhida é distante do centro, prática esta comum nas cidades brasileiras”.

A área da gleba destinada à Cidade do Povo apresenta uma extensão territorial de 7.035.878,46m², na qual estão sendo edificadas aproximadamente de 10.500 habitações de interesse social em terrenos de com dimensão média de 175m². Idealizado para abrigar um contingente populacional de 60.000 habitantes, este projeto está construindo um bairro-cidade que contribuiu inclusive para a redefinição do perímetro urbano da capital acreana com a reformulação do PDDU, em 2016.

Em 2013, durante a vigência do PMCMV II foram abertos onze lotes para concorrência entre as construtoras interessadas em participar do projeto Cidade do Povo, tal como exibido na tabela 16.

Tabela 16 – Etapas da Cidade do Povo contratadas no PMCMV II, 2013.

Etapas	Unidades	Valor	Contratação	Construtora
Quadra 16	90	5.580.000	19/03/2013	CCE constr com
Quadras 5, 12 e 13	300	18.600.000	20/03/2013	Adinn Construção
Cidade do Povo	160	9.920.000	20/03/2013	CZS Engenharia
Quadra 22	197	12.214.000	21/03/2013	CIC Construções
Quadras 1 e 4	170	10.540.000	22/03/2013	ENGEL Engenharia
Quadra 21	205	12.710.000	22/03/2013	SILTY Construção
Quadras 3, 23 e 24	355	22.010.000	25/03/2013	Etengeemp. Eng.
Quadra 10	208	12.896.000	02/04/2013	Albuquerque Eng.
Lot. Cidade do Povo	312	19.344.000	27/09/2013	Adinn Construção
Cidade do Povo	97	6.014.000	09/10/2013	CZS Engenharia
Quadras 7, 11 e 14	359	22.258.000	12/11/2013	Etengeemp. Eng.
Total	2453	152.086.000		

Fonte: Caixa 2017.

A partir dessas contratações começa um rápido processo de ocupação da gleba destinada à Cidade do Povo (Figura 35). É possível verificar as mudanças na paisagem construída mediante a análise temporal de imagens do Google Earth.

Figura 35 – Evolução urbana da Cidade do Povo 2012-2016.



Fonte: Google Earth

Ambientalmente, parte do terreno destinado a Cidade do Povo apresenta restrições ocupacionais por estar localizado em áreas de

preservação permanente, com cursos d'água e nascentes pertencentes à Bacia do Igarapé Judia em seu perímetro. Além disso, a Cidade do Povo possui trechos de seu território inserido na área do Aquífero Rio Branco, definida pelo PDDU municipal como sendo Zona de Ocupação Controlada – ZOC, devido à vulnerabilidade social e ambiental. Em consequência, o adensamento populacional nessa localização deve ser rigorosamente analisado e regulamentado. Como exemplo dessa vulnerabilidade, já é perceptível a influência das chuvas neste conjunto habitacional, antes mesmo da conclusão das obras.

A forte chuva que caiu neste sábado (10) em Rio Branco causou pontos de alagamento em algumas ruas de bairros da capital, como Adalberto Sena e Cidade do Povo. Um dos pontos mais críticos foi o conjunto habitacional que ficou completamente inundado com a água dentro das casas e comércio da região. (MELO, 10 de janeiro de 2016)²⁶

O Ministério Público do Acre redige a recomendação conjunta nº 01/2012 sobre a Cidade do Povo. Este documento foi elaborado após a análise do Estudo de impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do projeto e realiza algumas considerações. O perímetro de abrangência do empreendimento está inteiramente localizado na área de recarga do Aquífero Rio Branco, baseado em estudos anteriores do Serviço Geológico do Brasil e da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, CPRM. A potencial contaminação do recurso hídrico subterrâneo prejudicará a qualidade e quantidade de água do Rio Acre, uma vez que estes sistemas se retroalimentam. Sendo o Rio Acre um manancial que ultrapassa os limites desta unidade federativa, os impactos de sua poluição extravasarão suas fronteiras. Outra incompatibilidade com os usos do solo advém da proximidade entre conjunto habitacional e o Distrito Industrial.

CONSIDERANDO que, diante da complexidade do que se pretende construir, uma cidade dentro de Rio Branco, com mais de dez mil unidades habitacionais, situada em uma ZOC – Zona de Ocupação Controlada e ao lado do novo Distrito Industrial desta Capital, não é razoável que se fixasse em procedimento licitatório o prazo de apenas quarenta e cinco dias para a elaboração de um EIA-RIMA (MPAC, 2012, p. 4).

²⁶ MELO, Quésia. Cidade do Povo é inundada durante forte chuva em Rio Branco. **G1** (online). Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/cidade-do-povo-e-inundada-durante-forte-chuva-em-rio-branco.html>> Acesso em: 08 de janeiro de 2017.

Além da vulnerabilidade socioambiental que o acelerado e elevado grau de adensamento populacional poderá ocasionar com a conclusão da Cidade do Povo, outros impactos podem ser enumerados: os custos com deslocamento, a construção padronizada da moradia popular e a carência de atividades comerciais.

A distância espacial do centro da cidade e demais áreas dinâmicas quanto à oferta de vagas de emprego e diversidade comercial gera dificuldades para população desse conjunto habitacional. O tempo deslocamento para os locais de trabalho decorre da demora do transporte coletivo ou pelo aumento da distância percorrida pelo transporte individual. Nesta perspectiva, é compreensível a resistência que algumas famílias apresentam durante a remoção das áreas suscetíveis à alagação, por mais que esse evento cause danos físicos e materiais. O curto recorte temporal em situação de alagação em relação ao restante do ano é compensado pela proximidade do local de trabalho, compras, estudo e lazer.

A respeito da construção habitacional, observa-se que todas as casas do bairro são edificadas em alvenaria, apresentando tipologias residenciais diversificadas formando conjuntos de moradias diferenciadas pela forma e cor. Outro aspecto a ser considerado é a tendência de zoneamento das atividades comerciais e de serviços, além dos espaços de lazer, institucionais e residenciais, criando áreas específicas para determinados usos como exemplificado pelas atividades educacionais e hospitalares.

A construção de um mercado público é uma forma dinamizar o setor de comércio e serviços na Cidade do Povo. A padronização imposta pelas decisões governamentais é rompida pelos próprios moradores, que, na escassez de estabelecimentos comerciais para atender às necessidades básicas, acabam por desenvolver pequenos empreendimentos em suas residências (Figura 30). São mercadinhos, depósitos de materiais de construção, venda de água e gás de cozinha, lanchonetes e serviços autônomos como costureiras e pedreiros.

A autoconstrução possibilita a da identidade própria na moradia. É o meio pelo qual os moradores modificam a casa utilizando o tempo livre, envolvendo a família e a comunidade. As intervenções no modelo padronizado ocorrem desde ações simples, na mudança da cor das fachadas e construção muros, até na ampliação horizontal e vertical do ambiente construído. Por vezes, há a combinação de usos mistos com atividades comerciais e de serviços (Figura 36).

Figura 36 – Aspectos do ambiente construído na Cidade do Povo, 2016.



Fonte: BENTO, V. R. S.

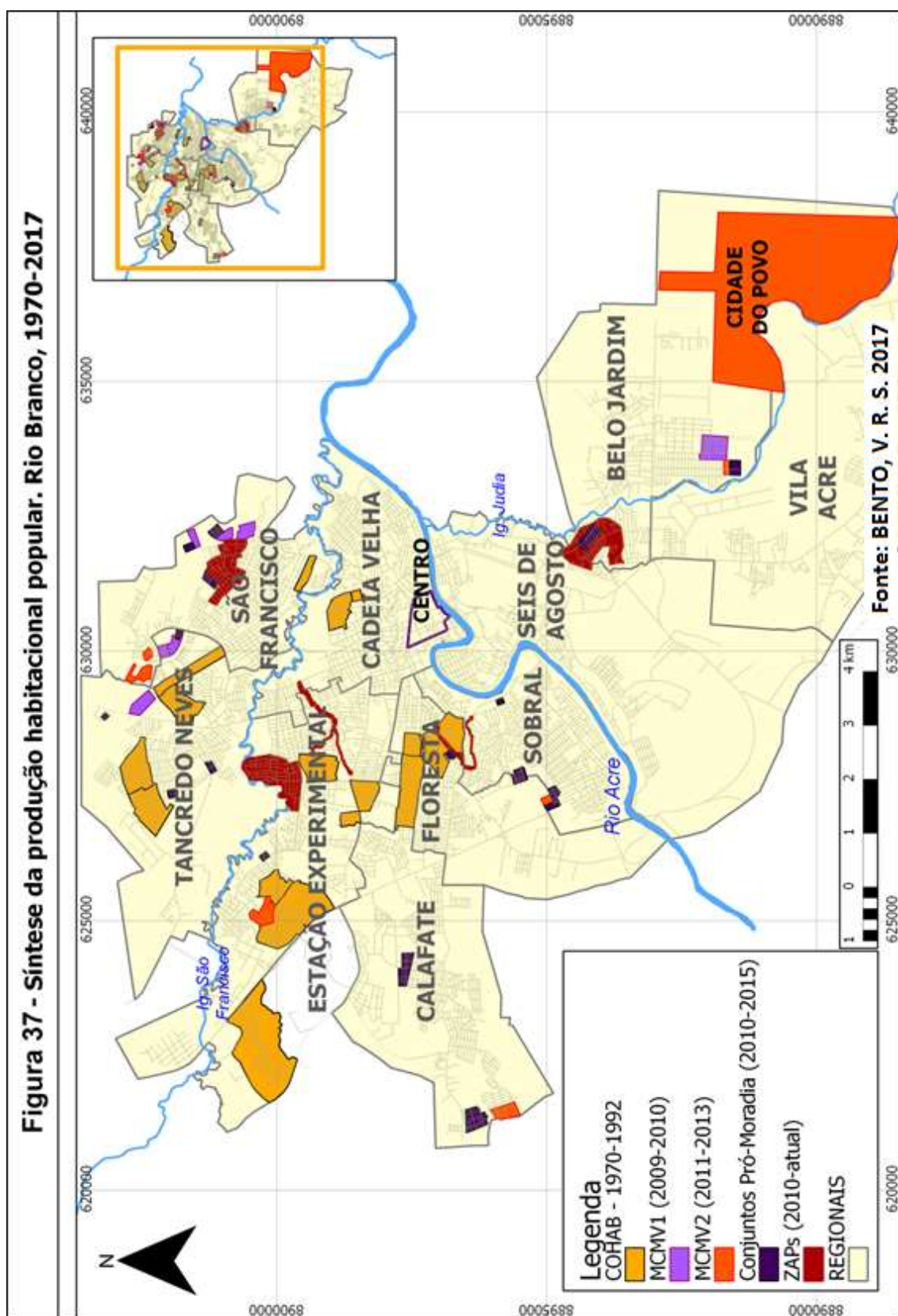
Observando a construção de conjuntos habitacionais do PMCMV em Rio Branco é notório que o planejamento burocrático tenta eliminar as singularidades existentes no lugar de vivência, pois a ordem superior dos planos urbanísticos visa construir a moradia como simples habitar. Assim, concorda-se com Lefebvre (2008, p. 31) quando este teórico afirma que o urbanismo dos administradores estatais: “baseia-se ora numa ciência, ora em pesquisas que se pretendem sintéticas (pluri ou multidisciplinares). Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o ‘fator humano’”.

Thery (2017, p. 15) confirma as grandes transformações nas paisagens urbanas das cidades brasileiras em decorrência da ação do PMCMV. O planejamento habitacional caracterizado pela concentração espacial dos investimentos e pela rápida construção de moradias e teve um impacto nas regiões metropolitanas de Manaus, Fortaleza e Natal. A formação desses imensos bairros geométricos necessita dos amplos territórios nas franjas periurbanas, modificando rapidamente o ambiente construído.

O efeito do programa é tão forte que ele é sensível até nas periferias de algumas capitais, que receberam grandes conjuntos habitacionais. Ao viajar de avião é frequente observa-los na proximidade de muitas delas, eles são bem visíveis na paisagem porque são geralmente construídos em áreas até então não urbanizadas. A substituição do vermelho da terra nua ao verde da vegetação e a geometria rígida de centenas de casas alinhadas salta aos olhos dos viajantes

Além das metrópoles, o povoamento de novas áreas periféricas e a formação de novos bairros, impactam em cidades médias como Ponta Porã (MS), Serra Talhada (PE), Sobral (CE) e Paraupabas (PA), onde o PMCMV desenvolveu verdadeiros aglomerados de habitação popular, cujo tamanho supera as comunidades que surgiram ao longo do processo de formação urbana. “Nas cidades de porte médio o impacto do programa é forte porque ele levou à construção de bairros que muitas vezes passam a ser o maior da cidade” (THERY, 2017, p. 06). Esse modelo de periferação da habitação popular persiste desde as ações da COHAB. Duas décadas após o declínio dessa companhia de habitação o PMCMV e Pró-Moradia, continuam a expulsão das famílias de baixa renda para os limites da cidade. A figura 37 revela a síntese da produção estatal da moradia em Rio Branco.

Figura 37 - Síntese da produção habitacional popular. Rio Branco, 1970-2017



A inadimplência é uma característica na produção da moradia no estado do Acre. Com a mudança para os conjuntos habitacionais os moradores se veem afetados pelo pagamento de serviços públicos que antes eram inexistentes ou improvisados clandestinamente como rede elétrica, iluminação pública e água encanada. Outra situação visível é a incapacidade de pagar o valor das mensalidades. “O Acre lidera o ranking dos Estados com maior índice de inadimplência. De cada 100 contratos assinados, 37 estão com o pagamento atrasado por mais de 90 dias” (VALOR ECONÔMICO, 18 de junho de 2014)²⁷.

A venda e a transferência clandestina dos imóveis é uma prática evidente nesse estado, sendo continuamente noticiada nos meios de comunicação. Em alguns casos, ocorreu o repasse indevido de moradias para pessoas fora das faixas atendidas pelos programas governamentais, em outras situações, os próprios moradores negociam ilegalmente a moradia, desrespeitando os prazos estipulados. “Existe uma cultura de venda ilegal de casas [...] Pessoas que recebem a casa e não estariam cumprindo as regras contratuais da carência que vai de cinco a dez anos, vendendo as unidades assim que recebem as chaves” (MELO, 31 de março de 2016)²⁸.

Há também a cobrança abusiva que os cartórios repassam para os beneficiários do PMCMV para a averbação da habitação encarecendo o registro dos imóveis e atrasando os processos de contratação e execução dos projetos. “Empresários da Construção Civil reunidos no Sinduscon estão revoltados com os reajustes nas tarifas dos emolumentos cobrados em cartórios de Registros de imóveis no Acre” (A TRIBUNA, 22 de janeiro de 2015)²⁹.

Paralelamente as essas políticas de habitação popular, ocorrem transformações urbanísticas na área central, em eixos viários e nos recursos hídricos, preparando a cidade para o mercado imobiliário e para o empreendedorismo. Tais constatações serão observadas no capítulo seguinte.

²⁷ VALOR ECONÔMICO. Acre é o estado com maior inadimplência no “Minha Casa, Minha Vida”. **Amazônia na Rede (online)**. Disponível em: <<http://www.amazonianarede.com.br/acre-e-o-estado-com-maior-inadimplencia-minha-casa-minha-vida/>> Acesso em: 11 de junho de 2017.

²⁸ MELO, Ray. Secretário de habitação do Acre diz que “existe uma cultura de venda ilegal de casas”. **AC24horas (online)**. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2016/03/31/secretario-de-habitacao-do-acre-diz-que-existe-uma-cultura-de-venda-ilegal-de-casas/>> Acesso em: 11 de junho de 2017.

²⁹ A TRIBUNA. Cartórios abusam de aumentos e de taxas absurdas e podem inviabilizar a Cidade do Povo. **A Tribuna (online)**. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/?p=5242>> Acesso em: 11 de junho de 2017.

6 INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE RIO BRANCO

A preocupação com a estética e a transferências de capitais para investimentos em infraestrutura e paisagismo é uma característica presente na pós-modernidade. Esse processo que eclodiu na década de 1970 em cidades norte-americanas como Baltimore, New Orleans e Boston passa a fazer parte da realidade brasileira com a revitalização de centros históricos, zonas portuárias e áreas de relevante interesse social em Salvador, Recife, Rio de Janeiro. Assim, no pensamento de Harvey (2014, p. 91) “as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e tem procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade”. A gentrificação de áreas centrais e bairros deteriorados abre possibilidade para uma forma de valorização baseada no apelo simbólico. Nessa perspectiva, o Estado como agente modelador do espaço é convocado para intervir em setores da economia e atribuições outrora privadas.

Adentrando em escala acreana é visível a utilização dos recursos públicos para a reestruturação intra-urbana de suas principais cidades, especialmente em Rio Branco. Esta intervenção do Estado em obras urbanísticas demonstra o seu poder em reorganizar o espaço urbano para atração de capitais empresariais. Os projetos são seletivos tanto espacialmente quanto setorialmente. Tais investimentos são focados na requalificação urbana de áreas com potencial paisagístico (vias de grande fluxo, margens de rios, canalização de igarapés, parques e áreas de proteção). Consequentemente, a implantação e reforma de pontos turísticos ampliam as oportunidades para o desenvolvimento do *city marketing*.

Além das intervenções de ordem material há o resgate do patrimônio imaterial com o fortalecimento das identidades locais presentes na culinária, nas danças, em calendário de eventos e espetáculos culturais. Toda essa transformação está sustentada pelos discursos como acreanidade e florestania, evidenciados nas pautas governamentais das gestões municipal e federal que estão na administração desde a transição para o século XXI.

Tendo em vista essas considerações, o presente capítulo aborda as transformações recentes na capital acreana sob o governo da Frente Popular do Acre – FPA, especialmente no setor de infraestrutura urbana, imprimindo uma modernidade segregadora em seu planejamento e execução.

6.1 O GOVERNO DA FRENTE POPULAR E AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO RIO-BRANQUENSE

As transformações sociais e espaciais que ocorrem nos municípios acreanos e em suas respectivas áreas urbanas não estão alheias da gestão governamental, seja esta federal, estadual ou municipal. Nesse sentido, é válido compreender o papel dos grupos políticos que estão no comando do poder executivo e quais são seus projetos prioritários. Compreende-se a gestão dos partidos que compõem a Frente Popular do Acre – FPA, que governa o Acre desde 1999 como um dos principais interventores urbanísticos em Rio Branco.

Conforme visto em Moraes (2008), o governo da Frente Popular do Acre (congregando os partidos PCdoB, PDT, PPS, PSB, PT e PV) é caracterizado pela discussão sobre as problemáticas pela valorização do patrimônio material e imaterial, estruturando um discurso de acreanidade, mediante a preservação da memória coletiva ou, nas palavras da autora “a valorização do passado, e o suposto reencontro do acreano com a floresta” (p. 205). Nesse entendimento, a base governamental estruturada por essa conjunção de partidos políticos:

Centrou-se em dois eixos: um na discussão dos problemas socioambientais provocados pelo modelo desenvolvimentista vigente, no qual eram apresentadas “alternativas econômica para a crise no extrativismo” por meio do “desenvolvimento sustentável”. E o outro eixo no “acreanismo” e/ou nas questões relacionadas à insatisfação do “povo acreano” diante do modelo administrativo que vigorou no Acre durante a maior parte de sua história. (MORAIS, 2008, p. 164).

Os documentos municipais e estaduais como representados pelo Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco – ZEAS (RIO BRANCO, 2008) e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ACRE, 2010b) são relevantes como instrumentos de divulgação, resgate e valorização do patrimônio, cultura e identidade acreana. Estes diagnósticos indicam

conceitos bases para equipe governamental da Frente Popular como “cidades florestais”, “florestania” e “Governo da Floresta”.

Sobre o conceito de cidades florestais, o ZEE indica a importância na inter-relação entre as cidades acreanas e a floresta, visto que o recente processo de urbanização no qual está passando essa unidade de federação não foi capaz de suprimir da memória coletiva a relevância do espaço florestal e do modo de vida rural-extrativista, especificamente nos municípios de menor porte, onde ainda persiste uma estreita conexão rural-urbana.

A adoção do conceito de cidades florestais pode ser o passo inicial para romper com a tradicional barreira que separa o espaço urbano do rural, pois traz, já na denominação, a complementaridade espacial como fundamento para o zoneamento e configuração do território (ACRE, 2010b, p. 19).

Já a conceituação de florestania caracteriza-se como transferência do sentimento de pertença da coletividade acreana para as políticas governamentais baseando-se valorização dos elementos históricos e culturais. O discurso levantado no Governo da Floresta é apontado como um conjunto de ações que visam a preservação ambiental, valorização da cultura e do saber dos denominados “Povos da Floresta”. Silva (2009) aponta que esse conceito se torna mais amplo que a ideia de cidadania, sendo aplicado não apenas à população que vive nas cidades, ou seja, direcionando-se também para a população que vive das práticas agroflorestais. No documento do ZEE é observada a seguinte explicação:

É a Florestania que vai além da cidadania dos povos da floresta. É o embasamento cultural de um projeto de desenvolvimento sustentável que deseja colaborar e ter a colaboração de parceiros para construção da Sociedade do Século XXI. É uma contribuição de quem está vencendo uma realidade desfavorável de conservar a floresta e criar esperança para seus povos (ACRE, 2010, p. 08).

Para Guimarães Júnior (2008, p. 98) “O discurso da *florestania*, a partir desse momento tornado oficial, se instala sobre uma espécie de vazio identitário, um sentimento de rejeição que parece ter atravessado o século”. Ranzi (2008, p. 265), salienta que a incorporação desse conceito é uma base importante de integração entre Estado e sociedade, demonstrando um caminho conjunto para desenvolvimento.

Estado de “Florestania” pode significar espaço de cultura diferenciada em sua originalidade florestal singular de um contexto que mesmo sendo amazônico apresenta características que são básicas em sua concepção e essência. Um Estado de Floresta - ou um Estado da Floresta - e um Governo da Floresta, que quer fazer que esse cadinho da Amazônia seja um bom lugar pra se viver, e experimentar formas de interação da mata com seu potencial humano-florestal.

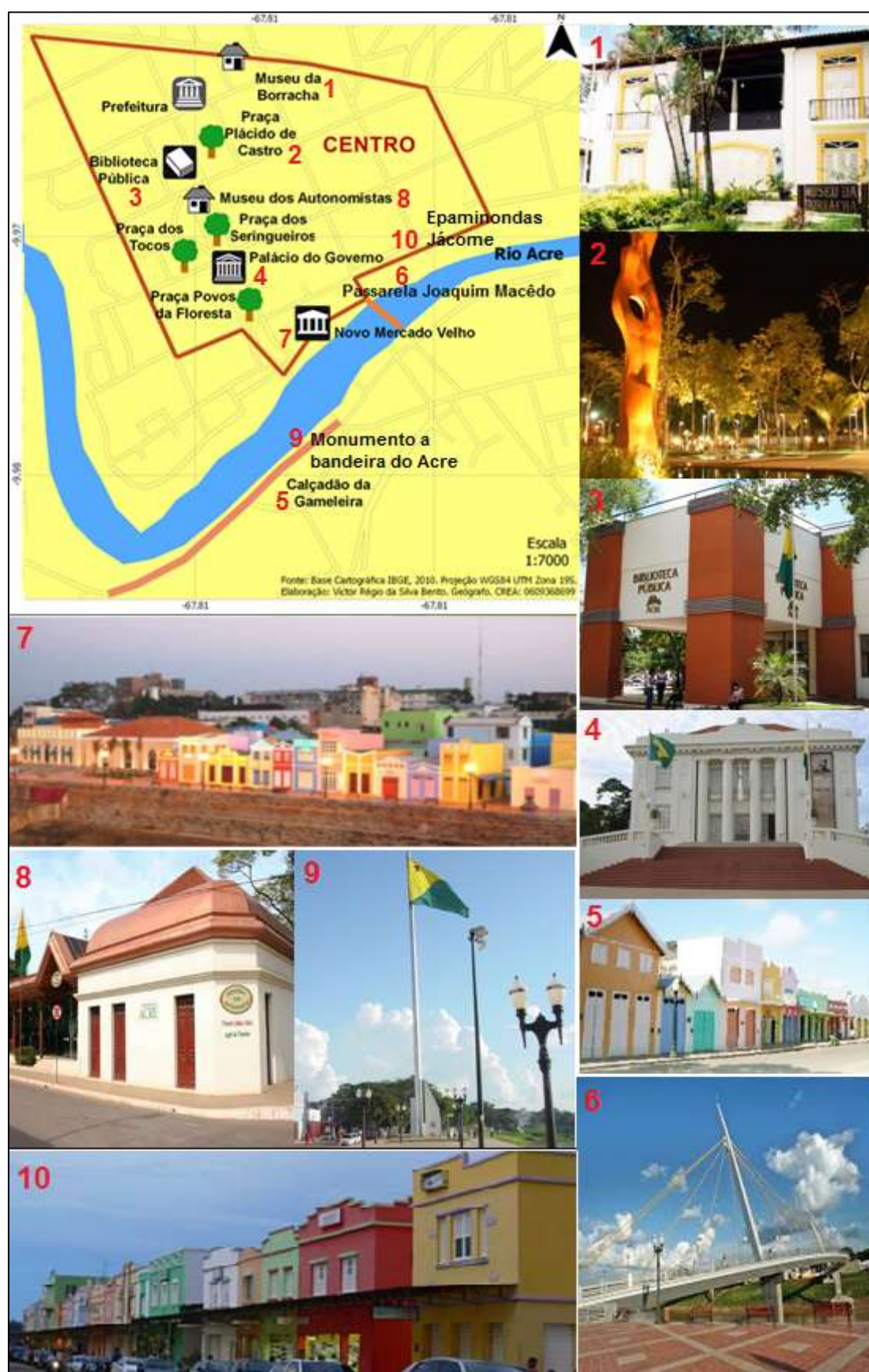
Guimarães Júnior (2008) ressalta que o governo da Florestania faz parte da quarta linha de eventos que marcaram a história acreana: Revolução Acreana, impulsionada por Luiz Galvez e Plácido de Castro (1889-1903); Movimento dos Autonomistas, liderado por Guimard Santos (1957-1962); Movimentos dos Seringueiros, “empates” – com a figura de Chico Mendes e aliados (décadas de 1970 e 1980) e o Governo da Floresta (após 1999), com as idealizações de Jorge Viana, Tião Viana e Marina Silva.

Pela ação do Governo da Floresta, diversos elementos são materializados nas cidades acreanas, especialmente na capital desse estado através de simbolismos. A presença da bandeira acreana nos principais lugares públicos, a exaltação do verde e dos personagens históricos em seus logradouros: Via Verde, Via Chico Mendes, praça Povos da Floresta, Biblioteca da Floresta e a praça Rodrigues Alves, que teve a mudança de denominação para praça da Revolução. O uso de elementos de origem indígena nas placas de vias públicas assim como a iluminação de tom verde, presente no paisagismo urbano, também são reflexo desse ufanismo.

Nas cidades acreanas, além do processo de revitalização do patrimônio histórico e cultural, também foi implementado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de “embelezamento urbano”, revelando um “urbanismo-marca” dessa gestão, como a iluminação em tons verde, que traz um “ar de floresta” para a cidade. (MORAIS, 2008, p. 225)

Em relação às transformações que envolvem a requalificação do patrimônio histórico de Rio Branco, têm-se o reparo de prédios e espaços públicos que possuem relevância na formação do núcleo urbano do Primeiro Distrito e do Segundo Distrito situados nas margens do Rio Acre. Obras foram realizadas para a recuperação do calçadão da Gameleira, reforma do Mercado Velho e do Palácio Rio Branco, além da implantação da passarela Joaquim Macêdo configurando um espaço de convívio e de atração turística (Figura 38).

Figura 38 – Intervenções urbanísticas no centro histórico de Rio Branco.



Fonte: Rio Branco, 2008.

Morais (2008) elenca três corredores de significação cultural que foram os principais alvos de investimento governamental. O primeiro composto pelo Sítio Histórico do Primeiro Distrito; o segundo formado pelo casario da Rua Epaminondas Jacome e Novo Mercado Velho; e o terceiro abrange o Calçadão da Gameleira. A valorização das vocações referentes ao potencial turístico e estratégico de Rio Branco visando aliar a modernidade com o tradicional é um dos lemas marcantes do discurso que baliza essas intervenções urbanísticas. Outros pontos de relevantes quanto à revitalização patrimonial e paisagísticas são exemplificados pelas obras executadas no Museu da Borracha, Praça da Revolução, Praça dos Seringueiros e Praça Povos da Floresta.

É preciso entender que as transformações que se evidenciam no espaço urbano rio-branquense, especificamente em sua área central e margens do Rio Acre não estão excluídas de uma abordagem multiescalar da urbanização na Amazônia. Nesta região está ocorrendo uma crescente valorização dos corpos hídricos, especialmente nos que estão situados nos núcleos iniciais das cidades, sendo incorporados pelo poder público e iniciativa privada como amenidades naturais e sociais. No cenário brasileiro, esta apropriação do meio ambiente e da cultura demandadas pela inserção em uma nova ordem econômica mundial partem para a acepção de Milton Santos (2005, p. 95) sobre o corporativismo urbano.

A urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

A visibilidade dos cursos fluviais na configuração da paisagem urbana se torna evidente na década de 1980 com o fortalecimento das noções de urbanismo moderno. Estas trouxeram reflexões acerca do crescimento das cidades buscando ir contra a extensão desmensurada destes núcleos, direcionando-se a requalificação das áreas edificadas existentes. Nesse ponto de vista há a retomada da memória coletiva e da integração entre a geografia e a cultura local tomando os rios como elementos estruturantes de recuperação

do capital simbólico, sendo localizações de referência nas cidades (LECHNER, 2006).

A construção de espaços reservados às atividades de lazer, criação de parques, recuperação paisagísticas, da balneabilidade, além do fomento aos usos turísticos, comerciais e reabilitação do patrimônio histórico fazem parte das estratégias governamentais e da iniciativa privada na busca do potencial existente nos *waterfronts*, com interesses sociais, ambientais e econômicos. Nesse sentido, os planos de revitalização das margens fluviais passam a ser verificáveis nas pautas governamentais de diversas cidades brasileiras, criando novos significados para as áreas anteriormente marginalizadas.

Na Amazônia brasileira são reflexos da valorização das margens ribeirinhas alguns projetos presentes em capitais de estado e importantes cidades: Orla da Ponta Negra em Manaus, inaugurada em 1993; Orla Fluvial de Santarém, em 2001; Orla Taumanan de Boa Vista, construída em 2004; o Parque Madeira-Mamoré, em Porto Velho que: “pretende revitalizar o primeiro bairro da cidade e valorizar terrenos da região além de disponibilizar uma visão privilegiada do recurso natural mais rico da Capital do Estado, o rio Madeira. Conhecido como Parque das Águas” (ACESSORIA ELLENCO, 30 de junho de 2011)³⁰.

O caso mais complexo e amplamente divulgado é a transformação da orla de Belém por meio de várias intervenções. No centro histórico belenense foram executados os projetos Estação das Docas, inaugurado em 2000 e o projeto Feliz Lusitânia entre 1998 e 2002. Estas foram analisadas por Trindade Júnior (2006, p. 100), o qual ressalta que: “a partir das intervenções realizadas na área central pelo Governo do Estado, constata-se a necessidade de reafirmar uma nova imagem para a cidade de forma a torná-la mais competitiva”. Estão inseridos nessas transformações: o Complexo Turístico Ver-o- Rio, Portal da Amazônia e o Parque Mangal das Garças.

Desde o final da década de 90, a capital paraense passa por intervenções em sua orla com a finalidade do crescimento

³⁰ ACESSORIA ELLENCO, Parque Madeira Mamoré revitaliza e valoriza região da orla do Rio Madeira. **Hoje Rondônia (online)**. Disponível em: < <http://hojerondonia.com/parque-madeira-mamore-revitaliza-e-valoriza-regiao-da-orla-do-rio-madeira/>>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

econômico. Através de equipamentos públicos que promovam o lazer, o consumo e a cultura, como o Portal da Amazônia (um misto de parque linear e calçadão de beira-rio), a Estação das Docas (um waterfront) e o Parque Mangal das Garças (com apelo ambiental, dotado de alguma fauna e flora nativas) (BARBOSA, 2016, p. 03).

O processo de formação urbana dessas cidades amazônicas está intimamente relacionado à comercialização pelos rios. É nas imediações dos portos que se encontram os principais elementos que caracterizam o núcleo dessas cidades: o mercado, a igreja, a feira, a praça e o comércio. Logo, o rio condiciona a forma urbana nessas cidades da floresta. “A construção deste imaginário remete-se frequentemente à função o rio na fundação da cidade e o papel desempenhado na viabilização do crescimento econômico local” (MENEZES, 2007, p. 02).

Retomando as perspectivas de transformação da paisagem de Rio Branco é verificável a valorização do *watterfront* do Rio Acre no trecho que perpassa o centro histórico. As ações estatais que ocorreram entre o final da década de 1990 e ao longo da primeira década do século XXI promoveram uma maior identidade entre o principal recurso hídrico da cidade e seus moradores. Tais iniciativas são o embasamento para futuras reestruturações urbanas que terão este manancial como vetor das atenções públicas e privadas.

Tanto no calçadão da Gameleira (2003), onde a cidade nasceu, quanto na revitalização do Mercado Velho (2006), ambos situados às margens do Rio Acre, adota-se um repertório formal muito mais próximo ao historicismo que ao naturalismo propriamente dito, mesmo quando se refere às origens ribeirinhas da cidade. Diferentemente do que ocorre na orla e Belém, os elementos naturais, inclusive a água, são coadjuvantes nestes projetos, onde a história assume o papel principal, condicionando as formas e os usos. Curiosamente, Rio Branco é a única cidade analisada banhada por um rio de pequeno porte, pelo menos para os parâmetros amazônicos, aonde se estabelece uma relação de margem a margem, não vivenciada por aquelas cidades banhadas por verdadeiros mares de água doce (VALLADARES, 2008, p. 138).

Na margem esquerda do Rio Acre, avista-se o Mercado Municipal. Esta edificação foi construída no início dos anos 1920 e surge como um marco na paisagem da capital acreana por ser uma das primeiras construções de alvenaria. Sua conclusão como um projeto de urbanização do Governo Hugo Carneiro baseou-se em concepções de modernidade e higienismo. Entretanto, com o crescimento das atividades comerciais e dada a falta de manutenção, o

mercado e seu entorno passaram por um processo de degradação com formação de uma feira com vendedores ambulantes e barracas improvisadas. Essa irregularidade contribuiu para descaracterizar os elementos históricos materializados neste espaço (RIO BRANCO, 2008).

Em 2006, na comemoração dos 104 anos da Revolução Acreana houve a inauguração do agora denominado “Novo Mercado Velho”, emoldurado por diversos símbolos e amplos espaços livres que devolvem o seu destaque na margem esquerda do Rio Acre. A reforma do mercado municipal irradia-se para a suas imediações com a revitalização de prédios comerciais os quais abrigam atualmente: barzinhos, restaurantes e lojas de artesanato. A Praça da Bandeira, circundante a este conjunto arquitetônico abre a perspectiva para múltiplos usos que se exibem em feiras gastronômicas, eventos artísticos e exposições, constituindo-se como um polo de atração para a população e turistas.

Por fim, completa este conjunto a Passarela Joaquim Macedo, que é estruturada como ponte estaiada de visual futurista e curvilíneo. Esta serve de ligação entre os dois distritos de Rio Branco, possibilitando o fluxo seguro de pedestres e ciclistas. Também é utilizada como mirante para contemplação paisagística e nas práticas esportivas de *bungee jumping* e rapel. Tendo em vista esse somatório de intervenções é confirmável que “nasceu, de fato, um novo centro comercial e ponto turístico na capital, atraente, alegre, circundado pelas tradições antigas e pelas necessidades da modernidade” (RIO BRANCO, 2008, p. 46).

Contíguo a estas ações urbanísticas encontra-se a revitalização Mercado dos Colonos, entregue em 2010. Este espaço de comercialização é uma extensão do projeto que margeia o Rio Acre, o qual incide na recuperação do trecho entre a ponte Juscelino Kubitschek e o meandro do curso fluvial no bairro da Base. Fazem parte desses investimentos: a implantação de espaços destinados às práticas esportivas, as obras de contenção e reconstrução de barrancos atingidos pelas cheias.

As obras no bairro da Base são parte de um conjunto de intervenções feitas pela prefeitura e que também acontecem em outros dois pontos da cidade: O calçadão Raimundo Escócio e a Rua Primeiro de Maio, no bairro Seis de Agosto. O conjunto de obras foi necessário porque a forte cheia do ano passado fez com que o solo ficasse muito

fragilizado, cedendo e rachando. Os três sistemas de contenção à base de concreto, pedra rachão e grama, garantem que a movimentação do solo tenha fim nos trechos mais críticos. (LIMA, 11 de outubro de 2016)³¹.

A minimização dos impactos decorrentes das alagações na Base é justificada pela alagação de 2015. Segundo dados da Secretaria da Casa Civil (RIO BRANCO, 2016) 87% da área desse bairro e 282 edificações foram atingidas diretamente e indiretamente pela ação do período chuvoso. Em contraposição às políticas governamentais é necessária que seja feita uma reflexão sobre essa comunidade, que se constitui como um enclave de pobreza situado nas imediações do centro histórico. As remoções de parte da população para a Cidade do Povo em conjunto com os planos urbanísticos abrem uma frente de gentrificação que pode contribuir com a modificação do uso e ocupação de todo este espaço que circunda área central. Esta iniciativa pode ser uma das faces da segregação que ocorre de maneira induzida, silenciosa e mascarada pelos discursos urbanísticos marcados pelo embelezamento e empreendedorismo.

Não menos importante para a configuração da paisagem central de Rio Branco aponta-se a requalificação e urbanização do Calçadão da Gameleira, ressurgindo como local de relevância histórica no roteiro turístico e polo comercial adjacente ao centro principal. A obra executada na recuperação patrimonial do Segundo Distrito ocorreu entre 2000 e 2002 e com recursos avaliados em R\$ 2.393.698,87 (NEPUT, 2005). Sobre a importância dos elementos materializados nesse espaço de formação inicial da capital acreana:

O Segundo Distrito possui a Gameleira, local de Fundação da cidade, lugar onde ocorreram os combates da Volta da Empresa durante a Revolução Acreana, e a Primeira capela-igreja da cidade, consagrada à N.S.da Conceição, na época considerada não só a padroeira de Rio Branco, mas de todo o Acre, entre outros bens de importância e relevância social, cultural e econômica [...] A rua 17 de novembro, hoje oficialmente denominada Eduardo Assmar, e conhecida popularmente como “Calçadão da Gameleira”, surgiu em 1882. Caracterizada como a primeira paisagem cultural do município, essa rua deu início a um território, foi centro político deste e nela se constituiu a formação étnica e sócio-cultural de uma cidade (RIO BRANCO, 2008, p. 15-16).

³¹ LIMA, Assis. Obras de contenção do bairro da Base estão em fase final. **Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB (online)**. Disponível em: < <http://www.pmrbr.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/11326-obras-de-conten%C3%A7%C3%A3o-do-bairro-da-base-est%C3%A3o-em-fase-final.html>>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

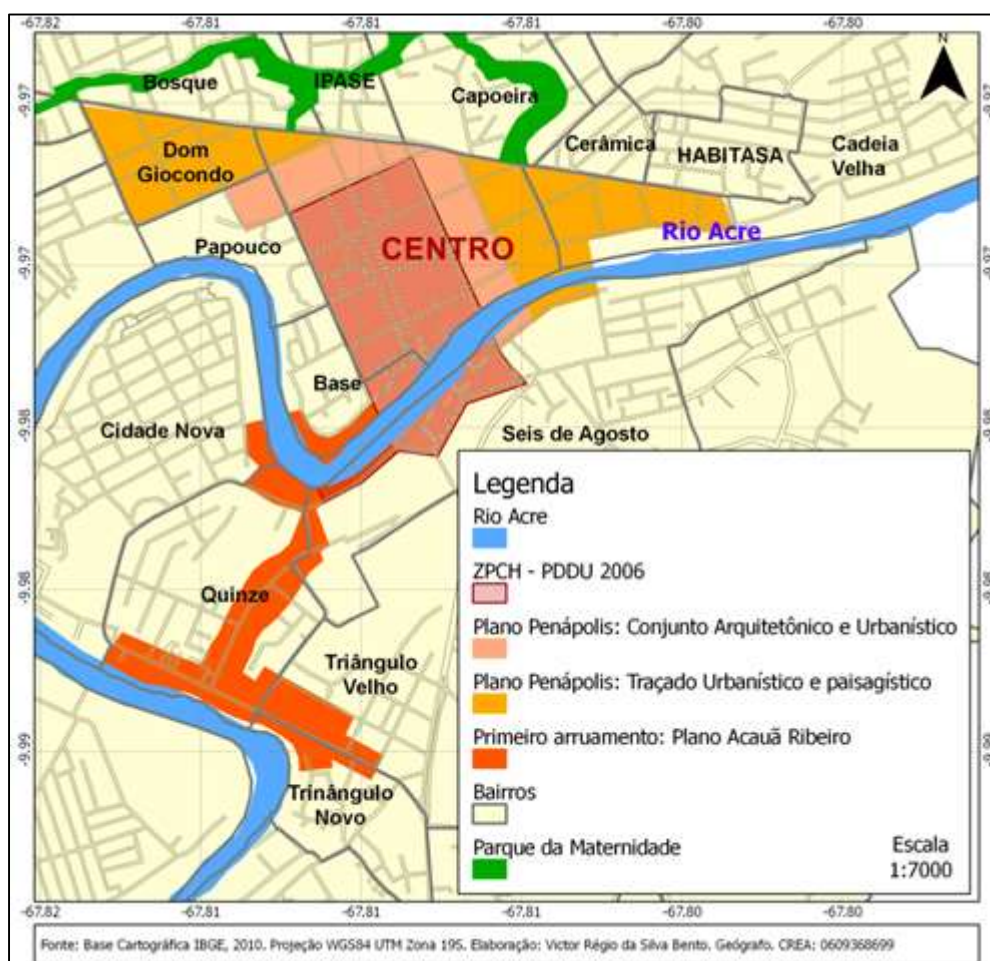
A revitalização do centro histórico de Rio Branco insere esse território nas políticas públicas municipais mediante a criação da Zona de Preservação Histórico-Cultural – ZPHC. O uso e ocupação do solo nesse perímetro objetiva a conservação e a revitalização do patrimônio cultural da cidade, assim como visa promover a identidade cultural, incentivando usos artísticos que complementem a infraestrutura existente. “**Art. 118.** A ZPHC corresponde ao território com edificações e ambiências de valor histórico e áreas com elevado valor cultural, sistema viário característico da ocupação original, com baixa capacidade de tráfego” (RIO BRANCO, 2006, p. 38).

A reformulação do PDDU (RIO BRANCO, 2016) abre perspectivas para um novo zoneamento do centro da capital acreana. O acréscimo de novas áreas para de interesse histórico cultural estende o território central em uma mancha contígua que abrange dez bairros (Figura 39).

Dentre as mudanças, é observável a inclusão do Plano Acauã Ribeiro, que abrange o primeiro arruamento planejado na cidade e engloba fragmentos dos bairros Cidade Nova, Quinze, Triângulo Velho e Triângulo Novo. Dentre os equipamentos de relevante interesse para a cultura local está o Mercado do Quinze, antiga usina de beneficiamento de castanha e hospedaria dos nordestinos durante o Ciclo da Borracha.

Outra modificação é perceptível na promoção da verticalização no entorno do Centro, especialmente no traçado urbano e paisagístico do Plano Penápolis, onde o gabarito das edificações passa a ter dimensão máxima de 20 andares. Esse novo parâmetro permite um maior adensamento populacional, usufruindo das vantagens de localização e concentração de bens e serviços presentes no recorte territorial central (Quadro 3).

Figura 39 – Zoneamento do centro histórico de Rio Branco, PDDU 2006-2016.



QUADRO 3 – Especificações para ocupação do centro de Rio Branco.

Zona de Preservação Histórico-Cultural – ZPHC (PDDU 2006)				Zona de Interesse Histórico Cultural – ZIHC (PDDU 2016)			
TO	CA	TP	gabarito	TO	CA	TP	gabarito
70%	1	10%	3	Primeiro arruamento/ Plano Acauã Ribeiro			
				50%	4	40%	4
				Plano Penápolis: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico			
				80%	3	10%	3
70%	1	10%	3	Plano Penápolis: Traçado Urbanístico e paisagístico			
				70%	6	20%	20

Fonte: Rio Branco, PDDU 2006 e 2016

Perspectivas futuras sobre a expansão dos projetos de valorização das margens do Rio Acre estão impressas no Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano (RIO BRANCO, 2006). As modificações ocorridas no agrupamento Novo Mercado Velho/Calçadão da Gameleira podem ser o ponto de partida para a criação de um parque linear no Rio Acre.

Art. 162 A ARU 3 - Área de Requalificação Urbana das Margens do Rio Acre tem por objetivo a transformação gradual da área inundável, em área de uso comum do povo através da implantação de projeto estruturante do Parque das Margens do Rio Acre. **Parágrafo Único** - O Poder Público elaborará Plano de Requalificação Urbana, com a finalidade de diagnosticar as áreas para desocupação gradual, com os seguintes elementos: **I** - delimitação do perímetro da área de abrangência; **II** - setorização em três áreas: Montante, Intermediária e Jusante; **III** - confirmação da Área Intermediária como setor prioritário para implantação do embrião do **Parque das Margens do Rio Acre** (Destaque nosso).

A remoção da população residente nos bairros Cidade Nova, Cadeia Velha, HABITASA, Base e Seis de Agosto que são atingidos pela alagação e a realocação para a distante Cidade do Povo já é fato concreto. A transformação desses novos espaços vazios em parques que margeiam o Rio Acre será um novo indício de segregação vinculado ao uso da natureza e dos recursos hídricos? Considerando esse questionamento, se faz necessário observar as mudanças na infraestrutura viária e implantação de parques urbanos como vetores de modificação do espaço urbano de Rio Branco e ampliação das desigualdades socioespaciais.

6.2 EIXOS VIÁRIOS E PARQUES URBANOS COMO ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM RIO-BRANQUENSE

Dos anos finais da década de 1990 à atualidade, Rio Branco vem passando por constantes transformações em seu espaço urbano através de iniciativas governamentais e empresariais que visam trazer um novo aspecto a essa capital. Tais modificações atuam principalmente no sistema viário e no paisagismo urbano sendo explicáveis pelo afluxo demográfico e econômico pelo qual a cidade vem passando.

O período de 1999 a 2011 significa, principalmente, para a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, mudanças morfológicas intra-urbanas representativas na qualidade espacial, intervenções no patrimônio público, revitalizações e restaurações de monumentos

históricos como a execução de grandes obras de infraestrutura, estas obras mudaram a configuração espacial da cidade, durante esta última década, ao contrário dos períodos anteriores, caracterizados apenas pelo crescimento da malha urbana e inchaço periférico. (PMRB 2011, p. 17)

A justificativa de reorganizar o tecido urbano, tanto por iniciativas do governo estadual quanto do municipal aponta que o crescimento da cidade é predominantemente espontâneo, tendo como consequências o surgimento de entraves ao seu desenvolvimento, exemplificado por ocupações de áreas alagáveis, déficit habitacional, populações periféricas desprovidas de equipamentos públicos e malha viária descontínua e incipiente.

Nesse contexto, o eixo de infraestrutura e desenvolvimento urbano desponta como um forte componente da política de crescimento econômico do Estado propiciando a atração de investidores e capitais privados, dado o cenário macroeconômico da região, logística instalada e potencial energético (ACRE, 2011b, p. 77).

Os principais investimentos e ações do Governo do Acre no período correspondente à 1999-2006 foram voltados para seis áreas: infraestrutura de integração; infraestrutura urbana e melhoria da qualidade de vida nas cidades; inclusão social e segurança; desenvolvimento econômico sustentável; indicadores econômicos; captação de recursos e finanças públicas (RIO BRANCO, 2011).

As obras tiveram foco principalmente na recuperação e criação de parques e áreas verdes, requalificação do patrimônio histórico e a estruturação do sistema viário. Entretanto, deve-se observar que as maiores transformações que ocorreram nesta cidade são voltadas para a infraestrutura viária. Como base para essa visibilidade, as transformações urbanísticas direcionaram-se principalmente para os eixos viários estruturantes da capital. Abriram-se então possibilidades de deslocamento entre as diversas localizações da cidade e possibilitando sua integração regional e intra-urbana.

Além de criar melhores condições de vida à sociedade, essa nova urbanização e reordenação territorial tem implementado uma paisagem mais limpa e agradável, menos provinciana, potencializada para o turismo, com toques ousados do novo urbanismo paisagístico. Criar uma nova paisagem, evocando o passado e suas tradições, e unindo-os às necessidades da modernidade, reafirmar a identidade cultural, possibilitar melhores condições de vida, potencializar o desenvolvimento econômico, parece ser claramente o resultado de

toda a transformação que as vias estruturantes da cidade ocasionaram (RIO BRANCO, 2008).

A criação de parques urbanos como o Parque da Maternidade, Parque do Tucumã e do São Francisco estão associados às obras de mobilidade urbana e paisagismo uma vez que a construção dessas áreas de lazer lineares que acompanham o leito de igarapés possibilitou a abertura de novas vias, integrando os bairros da capital.

O Parque da Maternidade é certamente a mais relevante obra pública votada para a recuperação ambiental e criação de áreas de lazer nas margens de igarapés em Rio Branco. Inaugurado em 2002, recebeu essa denominação em homenagem a Maternidade Bárbara Heliodora localizada em suas margens. Sua área institucional é composta por seis lotes que totalizam 322.874 metros quadrados (ACRE, 2012).

Este parque municipal se delineia por aproximadamente 8 km, cruzando diversos bairros da capital (Floresta, Abraão Alab, Estação Experimental, Ipase, Bosque e Capoeira) em uma região com elevada densidade habitacional e concentração de atividades econômicas. A conclusão dessa obra surge como um marco da urbanização das áreas de fundo de vale, que durante década foram relegadas pelo poder públicos, tornando-se áreas degradadas e destinadas ao descarte de efluentes e resíduos sólidos.

As mudanças foram perceptíveis pela forma que a população passa a se relacionar com essa área. A criação de ciclovias, equipamentos para práticas esportivas (quadras de futsal, de vôlei, pista de skate), *playgrounds* e quiosques, além da presença de eventos possibilitados pelo anfiteatro incentivaram a sua ocupação. Outra questão que pode ser observada é o tratamento paisagístico que a área do parque recebeu. A implantação de passarelas, gramados e plantio de árvores criaram uma composição urbanística e o reflorestamento da mata ciliar. Os Pórticos de entrada tornaram-se a referência de sua localização sendo utilizados em outros parques da capital e de municípios do interior (RIO BRANCO, 2008).

Todos esses elementos refletiram em sua valorização imobiliária e como cartão-postal da cidade. As residências que tinham o igarapé como seus quintais, voltaram suas frentes para o parque. Estabelecimentos de lazer e

alimentação como restaurantes, redes de *fast foods* (Bob's e Subway), clubes, cervejarias e lanchonetes passaram a se instalar ao longo das vias que margeiam o canal, desenvolvendo um polo gastronômico e de entretenimento para a cidade. Alguns equipamentos institucionais foram edificadas ao longo dessa área verde a exemplo da Biblioteca da Floresta, a Casa dos Artesãos e a Casa dos Povos da Floresta, inaugurada em 2003.

O modelo de construção do Parque da Maternidade foi aplicado em outras localizações da cidade e em municípios do interior do estado com a urbanização de trechos de igarapés. Essas ações tiveram importância para a modificação da paisagem urbana tal como observado no relatório do Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco – ZEAS.

Início de uma nova política urbanística a que Rio Branco perpassa, os parques de fundo de vales configuram-se em uma nova solução para os recursos hídricos (igarapés urbanos) contidos dentro do tecido urbano da cidade, ainda que sem solucionar a poluição às fontes hídricas que estão constantemente expostas. Este traz, em si, uma nova abordagem para os espaços públicos voltados à prática cultural, esportiva e de lazer. O sucesso da implantação do Parque da Maternidade, com sua tumultuada trajetória, está sendo levado como modelo a outros projetos, como o Parque do Tucumã (concluído), Parque do Igarapé São Francisco (RIO BRANCO, 2008, p.88).

O Parque do Tucumã foi inaugurado em dezembro de 2005 e estende-se no manancial que cruza o conjunto Universitário e o conjunto Tucumã. Sua área tem cerca de 3,6 quilômetros de extensão, possuindo pistas sinalizadas para veículos, ciclovias, calçadas para pedestres, playground, quadras de esportes, praças namoradeiras e quiosques para lanches (ACRE 2012). Em sua segunda fase aconteceu a sua extensão linear ao longo da Via Verde e contornando o campus da UFAC. Complementa o paisagismo a presença de lagos e barragens.

A área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco possui uma extensão de 30.000 ha e foi instituída pelo Decreto 12.310/2005. Em seu trecho urbano foi inaugurado em 2011, um parque urbano que recebe o mesmo nome da APA, percorrendo 1.050 metros ao longo do manancial. Situado entre os bairros Vila Ivonete e Raimundo Melo esta área de lazer possui que playground, ciclovia, passarelas de concreto e quadra poliesportiva, tornou-se um local de lazer e atividades físicas para os moradores (ACRE, 2012).

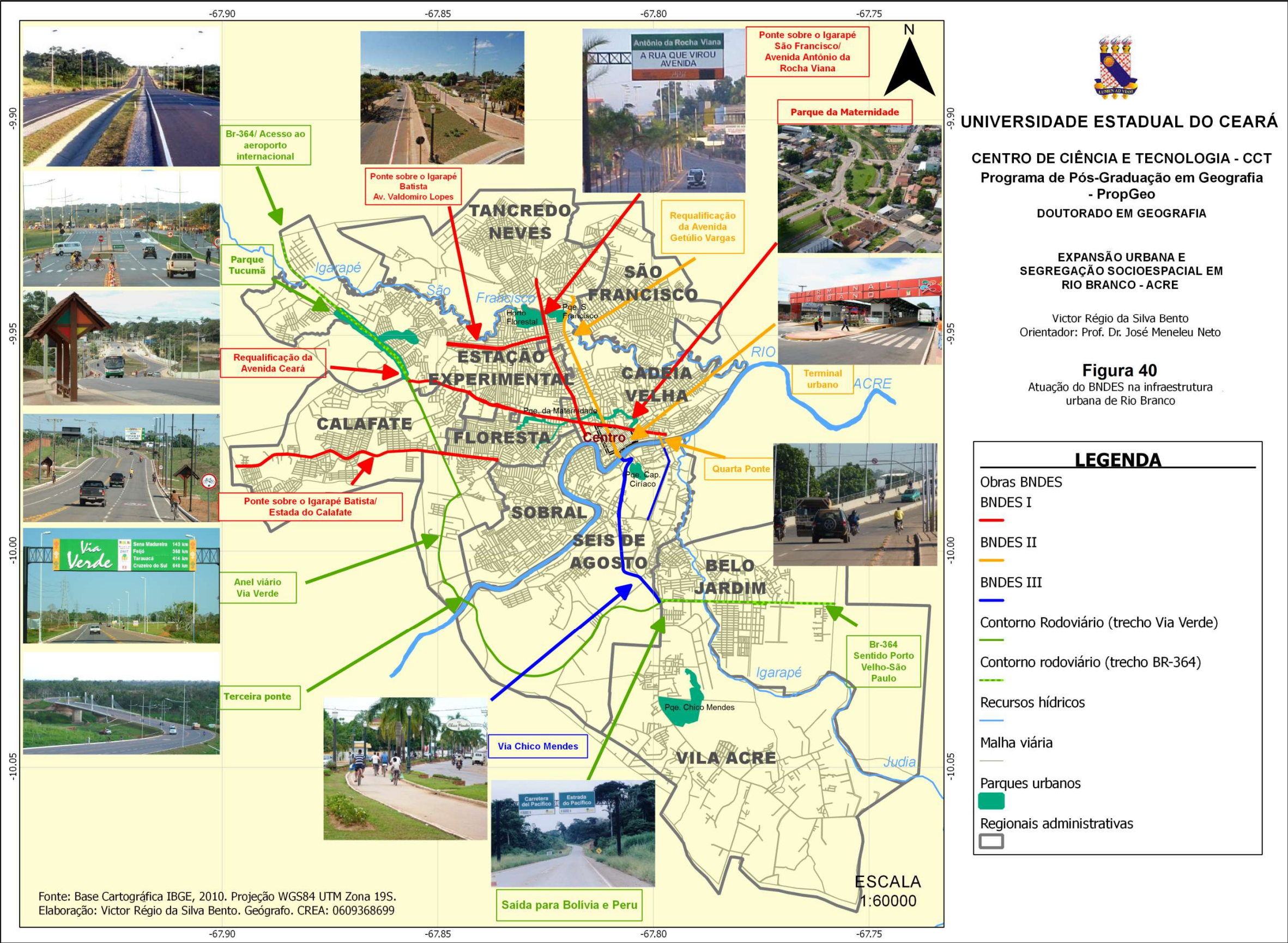
A construção desses parques resultou na valorização imobiliária em suas imediações, repercutindo no preço dos aluguéis, além da substituição de usos residenciais por atividades de comércio e serviços. As obras viárias de duplicação, extensão e abertura de novos eixos também fazem parte da dinâmica urbana de Rio Branco entre 1990 e década de 2010. Dentre os exemplos estão obras executadas com recursos do BNDES nas avenidas Ceará, Antônio da Rocha Viana, Getúlio Vargas, Via Chico Mendes, Amadeu Barbosa e Anel Viário da Via Verde (Figura 40).

A Avenida Ceará possui relevância histórica em Rio Branco, pois definia os seus limites urbanos até a década de 1940, período em que a cidade se circunscrevia a área central do Primeiro Distrito e do Segundo Distrito. A norte dessa via estava a Zona Ampliada, que foi gradativamente ocupada pela expansão horizontal da cidade. A sua transformação mediante obras de alargamento e requalificação teve início em 1999, no governo de Jorge Viana estendendo-se até 2010, em três fases de intervenção.

Ao longo da via estão dispostos elementos visuais que lhe atribuem um paisagismo moderno. Monumentos com “A Jangada”, em homenagem a migração cearense durante o ciclo da borracha e um painel que demonstra a arte acreana. Houve o plantio palmeiras já desenvolvidas e de iluminação em tom verde em seu canteiro central conferindo-lhe um capital simbólico.

A Avenida Antônio da Rocha Viana é um dos principais vetores de expansão do desenvolvimento urbana na direção norte de Rio Branco. Perpassa por bairros com características bem diferenciadas: Bosque, Village e Vila Ivonete (de intenso comércio e com padrão residencial de médio-alto rendimento), direcionando-se ao Alto Alegre, Montanhês e Jorge Lavocat (bairros adensados com predominância de moradias populares). Com o slogan “A rua que virou avenida”, sua duplicação permitiu o acesso mais rápido à AC-040, saída para o município de Porto Acre.

A urbanização, nesta Avenida, fez parte da estratégia do Governo que visava melhorar as principais vias de entrada e saída de Rio Branco, iniciada, inclusive, antes das vias estruturantes que compreendem a Via Verde e a construção do Anel Viário de Rio Branco. Com a ampliação e a reestruturação de toda a extensão da Avenida Antônio da Rocha Viana, modicou significativamente o fluxo automobilístico da área central da cidade, diminuindo, assim, os índices de acidentes de trânsitos (RIO BRANCO, 2008, p.90).



Outros trechos viários passaram por transformações urbanísticas e duplicações. Em 2003 foi concluída a Via Chico Mendes, que corresponde ao trecho urbano da AC-40 e a principal via de acesso ao centro da capital. A entrega dessa obra estruturante a consolida como uma via de grande porte, dotada de paisagismo, ciclovias e arborização. A inauguração da Quarta Ponte em 2010 Amadeu juntamente com a requalificação da Avenida Amadeu Barbosa, ampliou ainda mais as possibilidades de interligação entre os bairros situados nas duas margens do Rio Acre.

Dentre todas as obras viárias executadas em Rio Branco merece destaque a relevância que a implantação do Anel Viário da Via Verde/Br-364 teve na reconfiguração urbana, paisagística e nas mudanças dos usos do solo, evidenciando-se progressivamente como uma nova centralidade de comércio, serviços e instituições submetidas ao imperativo de modernização que domina nesses anos iniciais século XXI na capital acreana.

6.2.1 A Via Verde como intervenção segregativa em Rio Branco

O anel viário de Via Verde/BR-364 é a materialização do desenvolvimento econômico em Rio Branco, incentivando novas rotas para a expansão territorial e inserção de atividades que antes eram alheias a essa cidade.

A conclusão da alça viária e da Terceira Ponte possibilitaram mudanças tanto na mobilidade urbana quanto transformação espacial de Rio Branco, acelerando o desenvolvimento da cidade na direção oeste e consequentemente, causando impactos sociais e econômicos. O eixo rodoviário denominado de Via Verde promoveu o deslocamento do fluxo de veículos da zona central, principalmente dos caminhões de transporte de carga que perpassavam a incipiente malha de ruas e avenidas. Além disso, criou uma nova frente de expansão do mercado imobiliário, desenvolvendo novos espaços residenciais, comerciais e de serviços, tanto ao longo dessa intervenção, quanto em suas adjacências.

Em se tratando da interligação entre os bairros situados nas duas margens do Rio Acre no trecho urbano rio-branquense nota-se a importância

que essa obra viária promoveu no direcionamento dos fluxos de veículos. Com o crescimento populacional e econômico da capital acreana foi necessária a promoção de obras que facilitassem o tráfego entre as duas margens de seu principal manancial, a qual encontrava-se sem intervenções desde a década de 1970, quando foi construída a Segunda Ponte.

A terceira ponte sobre o rio Acre promoveu a interligação dos bairros Amapá e Taquari (na margem direita do rio) com os bairros que compõem a Baixada da Sobral. Apesar de estarem espacialmente próximos, os fluxos só conseguiam ser estabelecidos por um longo deslocamento viário, realizando um contorno pelo centro da cidade. Com a abertura da Via Verde e a construção do terminal de ônibus da Baixada houve modificações na mobilidade urbana, pois, linhas do transporte coletivo passam a circular entre os dois distritos sem precisar se direcionar ao terminal Central.

De acordo com Rio Branco (2008), as obras de implantação dos 16 quilômetros do Anel Viário foram executadas em três fases diferentes. O primeiro trecho de aproximadamente três quilômetros compreendeu a requalificação urbana e duplicação do trecho da BR-364, situado entre o distrito industrial e a Avenida Ceará. O segundo trecho, parte do entroncamento da Avenida Ceará até as margens do rio Acre, onde foi implantada a Terceira Ponte. O terceiro trecho consistiu na construção de uma rodovia entre a estrada do Amapá até interligá-la com a Via Chico Mendes (Figura 41). Somados, os dois últimos trechos correspondem a uma extensão de 12, 93 quilômetros.

Paralelo às obras do Anel Viário, o governo trabalhou na urbanização e humanização de umas das áreas mais antigas da cidade de Rio Branco, conhecida, no seu período de criação, como Colônia Agrícola Dias Martins, que compreende o território que vai do início da estrada que dá acesso ao Calafate, até a Praça Raimundo Melo, área central do bairro, com uma extensão de 4,2 mil metros (Figura 41). A estrada teve a implantação de ciclovias, iluminação especial, urbanização e paisagismo. (RIO BRANCO, 2008)

Já no nível de desenvolvimento voltado para o estado, os investimentos feitos neste anel viário visaram à garantia da trafegabilidade de veículos de Rio Branco à Cruzeiro do Sul, e os outros trechos localizados nesta área que, em números, significam o fluxo de 14.859 pessoas em viagens

interestaduais e, além disso, possibilitou a trafegabilidade dos produtos produzidos nestes trechos interestaduais, que significam 11 mil toneladas de carga aquecem a economia local (RIO BRANCO, 2008).

Figura 41 – Obras do Anel Viário da Via Verde e Requalificação da Estrada do Calafate.



Fonte: ACRE, 2007. Adaptado por: BENTO, V. R. S.

Antes mesmo de sua inauguração, a Via Verde já apresentava indícios de especulação imobiliária e parcelamento do solo com a abertura de novos lotes e vias em suas adjacências. A presença de algumas edificações institucionais, dentre as quais o Hospital das Clínicas (FUNDHACRE), indicava a convergência de grandes equipamentos urbanos para esta porção da cidade. A disponibilidade de amplas parcelas fundiárias vazias nas imediações do Anel Viário, associada à ação do Estado e dos promotores imobiliários tornou-o um vetor de convergência do planejamento urbano racional, com o desenvolvimento de complexos administrativos, grandes superfícies comerciais e de serviços além de novas formas de habitação.

No aspecto institucional constata-se uma propensão de deslocamento dos equipamentos administrativos, educacionais, de segurança e saúde para a o anel viário e suas imediações. Essa dinâmica de transferência e construção de edificações institucionais fora das áreas centrais de cidade e

metrópoles brasileiras e a formação de centros administrativos planejados impulsionam valorização fundiária e imobiliária de áreas outrora pouco adensadas. A figura 42 expõe a diversidade de equipamentos públicos e privados presentes na Via Verde em seu trecho de maior dinamicidade econômica e imobiliária, situado entre o Campus da Universidade Federal do Acre - UFAC e o Via Verde Shopping.

Como exemplo dessa tendência, têm-se a construção da Cidade da Justiça. Este complexo administrativo será composto por seis blocos e está sendo erguido em uma área de terra de 60 mil metros quadrados, nas proximidades do Hospital das Clínicas. O objetivo desse equipamento é comportar todas as unidades judiciárias de Rio Branco em um mesmo local, amplo e estruturado, usufruindo da aglomeração espacial dessas atividades e da acessibilidade. O primeiro bloco concluído, abriga o Fórum Criminal, o qual será composto por subsolo, térreo, e primeiro, segundo e terceiro pavimentos.³²

A implantação da Cidade da Justiça contribui para a valorização dos bairros próximos, com os investimentos estatais em abertura e pavimentação de vias, extensão das redes de eletricidade, saneamento básico e linhas de transportes. Consequentemente, os lotes dos bairros circunvizinhos, Portal da Amazônia, Jardim Europa, Calafate, dentre outros, crescem progressivamente em valor de mercado imobiliário.

Outros equipamentos administrativos vão progressivamente sendo implantados na Via Verde. Nesta encontram-se instalados: a Fundação Hospitalar, o Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Acre – INTO, a sede da Ordem dos Advogados Brasileiros – OAB/Acre. O Tribunal de Justiça do Acre e o Prédio da Polícia Federal. Está em planejamento a implantação da Câmara de vereadores de Rio Branco, fator que contribui ainda mais para o fortalecimento de uma centralidade institucional nessa porção da cidade.

O setor privado também se apropria das facilidades que este eixo viário proporciona à cidade. Exemplifica-se com a criação do Campus da UNINORTE, um conglomerado educacional composto por três instituições de nível superior: Faculdades Barão do Rio Branco, Faculdade do Acre e Instituto de Ensino Superior do Acre. Esta instituição oferta 21 cursos de graduação.

³² Mais informações em: <http://www.tjac.jus.br/cidade-da-justica/>



No ano de 2015, houve a inauguração da Contax, indicando o processo de deslocamento de grupos empresariais que trabalham com a terceirização, especificamente nos setores de comunicação e tecnologia de informação para as regiões menos desenvolvidas economicamente (mais especificamente o Nordeste e a Amazônia Brasileira).

Além do setor administrativo, a Via Verde e seu entorno estão se transformando em lócus de implantação do comércio e serviços modernos em Rio Branco com a chegada de redes de supermercados, atacadões, rede hoteleira, centros empresariais e shopping center.

Considera-se que a expansão das novas formas de comercialização e prestação de serviços nas cidades brasileiras acelerou-se a partir da década de 1980 com a concentração econômica significativa de alguns ramos de atividade comercial, e devido à inserção maior de capitais internacionais em estabelecimentos de autosserviço (SPOSITO, 2001).

Nesta lógica do consumo concentrado, a expansão dos supermercados ganha impulso. Esse tipo de estabelecimento une o conceito de autosserviço com a diversificação de produtos, substituindo a comercialização de lojas especializadas e aglutinando-as em um único espaço. Assim, favorecia o consumidor na busca de itens variados que se encontravam dispersos no diverso comércio de bairro. (PINTAUDI, 2002).

Posteriormente ao supermercado, surgem os hipermercados. Essa forma comercial se faz presente nas cidades brasileiras, a partir de 1974 e apresenta uma característica que o difere da unidade comercial em formato de supermercado, pois busca a instalação em vias de escoamento regional, que atendam uma quantidade maior de consumidores oriundos não apenas das cidades onde se localizam, mas agora de municípios metropolitanos e cidades do interior. A expansão desses empreendimentos ocorreu inicialmente na região metropolitana de São Paulo, onde se encontravam dezoito unidades administradas por cinco grupos, sendo dez destas pertencentes ao grupo francês Carrefour (PINTAUDI, 2002)

No caso do município de Rio Branco, a inserção dessas formas comerciais, apresenta-se tardiamente quando comparada com as demais capitais e cidades médias brasileiras.

Até a década de 2000, apenas grupos de investimento financeiro local e regional estabeleciam redes de comércio varejista alimentício nesta cidade. Destaca-se o Grupo Araújo, de capital local que iniciou as suas operações em 1983 e, atualmente, conta com nove estabelecimentos em território rio-branquense e uma unidade em Porto Velho. Em contrapartida a chegada do grupo acreano, a rede porto-velhense Gonçalves, instalou um estabelecimento em Rio Branco. Completam as redes locais, os Supermercados Dayane com duas unidades comerciais e Pague Pouco, com três lojas.

O ano de 2009 assinala o início da intervenção de grupos com capital nacional e internacional operando com unidades comerciais atacadistas em Rio Branco. Estes atuam modificando as formas de comercialização e consumo nesta cidade e demais municípios acreanos. O Makro e o Atacadão, inaugurados respectivamente em 2009 e 2013 são empreendimentos caracterizados por ampla área bruta comercial e pela diversidade de itens comercializados.

Ambas as instalações comerciais se localizam na Via Verde nas proximidades com a Estrada do Calafate. Beneficiam-se assim da circulação viária regional e intra-urbana. Nessa afirmação, observa-se que independentemente do tamanho assentamento urbano, seja este de porte médio ou uma região metropolitana, os grupos comerciais atuantes em redes de hipermercados e atacadões, primam pelo atributo localização como forma a atrair e viabilizar o deslocamento do máximo número de consumidores.

A chegada dos grupos de capital internacional resultou em mudanças no grupo de capital local que, para competir diretamente com essas redes, inaugurou em 2013, a unidade comercial Araújo Mix. Além dos supermercados de bairro, a empresa acreana agora passa a atuar no segmento misto de atacado e varejo (a modalidade atacarejo). Outro atributo adotado pelo Grupo Araújo na edificação de sua unidade comercial, foi à localização que, apesar de estar situada em uma via intaurbana, se encontra nas proximidades da Via Verde. Consequentemente, beneficia-se das vantagens locacionais, visando atender não apenas aos consumidores da capital, mas também dos municípios interioranos.

A diversificação do comércio e serviços modernos na Via Verde também adentra no setor de lojas de departamentos, com a inauguração da loja Havan, em 2017. Esse equipamento comercial de grande porte é responsável pelo acréscimo de vagas de emprego e deslocamento dos fluxos destinado ao consumo consumptivo nesse vetor de crescimento urbano.

Além da inserção das redes de supermercados, atacadões e grandes lojas de departamento em território rio-branquense, observa-se a chegada de novas formas de prestação de serviços a partir da construção e hotéis de bandeira nacional e internacional além de edifícios empresariais, que passam a se instalar nas vias de maior circulação.

A construção de dois hotéis na Via Verde provoca uma mudança na hospedagem em Rio Branco, uma vez que estes estabelecimentos estavam concentrados centro e bairros circunvizinhos. No segmento de hospedagem verifica-se a chegada das bandeiras internacionais: Holliday Inn (da rede inglesa IHG), ativo desde 2014; Hotel Ibis, do grupo Francês Accor (inaugurado em dezembro de 2014), Best Western (grupo norte-americano), inaugurado em 2015; e do Confort Hotel (fundado em 2015 e gerenciado pela Atlântica Hotel, de São Paulo) passam a competir com hotéis e pousadas de capital local. Dentre estes, Ibis com 120 acomodações e Confort, com 77 apartamentos estão localizados na Via Verde.

No setor empresarial, tem-se como inovação a construção de duas torres empresariais denominadas de Via Towers Corporate Buildings (Figura 44). Também localizado na Via Verde, este complexo empresarial terá salas comerciais com área que varia entre 40m² e 170m², destinadas a implantação de escritórios e consultórios médicos.

Os centros empresariais também buscam localizações privilegiadas no espaço urbano, sendo construídos referencialmente nos eixos viários de interligação com zonas portuárias, aeroportos, áreas de predominância bancária e vias de tráfego regional (FRUGOLLI JUNIOR, 2000).

Essas áreas vão surgindo devido as novas demandas por espaço e tecnologia recorridos pelos escritórios e consultórios que se instalam em edifícios empresariais, uma vez que as edificações presentes na área central da cidade, muitas vezes não oferecem condições de modernização das estruturas prediais para a implantação de determinadas empresas

(estacionamento, área disponível, estruturais de estocagem de produtos), acessibilidade a portadores de necessidades especiais, ou mesmo uma localização favorável para o deslocamento dos potenciais consumidores.

Nesse sentido, a construção do Via Towers Corporate Buildings, segue o padrão locacional e estrutural dos centros empresariais existentes em outras cidades e regiões metropolitanas brasileiras. A sua descrição no quadro 4 expõe a características de seu espaço construído e as inovações tecnológicas.

Quadro 4 – Divulgação do Empresarial Via Towers, 2015.

O MAIOR, MELHOR E MAIS MODERNO COMPLEXO EMPRESARIAL E MÉDICO DO ACRE VAI MUDAR O EIXO DE NEGÓCIOS DA CIDADE.

Com duas torres de 16 andares, num terreno de 10.000 metros quadrados, o Via Towers Corporate Buildings oferece 10 salas comerciais por andar, totalmente modulares, permitindo a prática instalação desde escritórios e consultórios individuais, laboratórios e clínicas, até as sedes de grandes empresas, além de uma área de alimentação e compras que comporta 7 empreendimentos. As 329 vagas de garagem, que estão distribuídas nos pavimentos térreo, G1 e subsolo, também contemplam vagas para portadores de necessidades, idosos e tem o acesso de veículos através de controle automatizado. As torres foram concebidas com o que há de mais moderno no controle do desperdício de água e energia elétrica. Nas fachadas, o uso de vidro semi reflexivo laminado proporciona o equilíbrio Térmico necessário. Geradores de emergência, vídeo monitoramento das áreas comuns, detectores de incêndio, sprinklers, wireless, meeting room para 60 pessoas, hall de entrada com controle de acesso aos 7 elevadores através de identificação e catracas, são itens que fazem do complexo o mais seguro e moderno local para negócios de sucesso. Retirado de: <http://www.abuquerqueengenharia.com.br/pages/descricao/id:44>.

Fonte: Albuquerque Engenharia, 2015.

A construção desse empreendimento destinado à escritórios e consultórios propiciará a concentração de diversos serviços executados por profissionais liberais. Segue a mesma lógica a maximização do consumo através da construção de centros comerciais, tal como o Via verde Shopping.

O centro de compras planejado pode ser considerado uma invenção inglesa, como afirma Garrefa (2007). Ele nasce com o anseio de prover as necessidades da população que se deslocava dos centros urbanos industrializados em busca de espaços mais amplos e amenos para a construção de suas residências. Estes deslocamentos populacionais

incentivaram ao planejamento de áreas residenciais a partir da concepção de “cidades jardins” ou “new towns”, (uma predecessora do subúrbio americano) que surgia em resposta ao crescimento urbano desordenado das metrópoles inglesas. A demanda por comércio seguia esta forma de planejamento, em sua gênese: “o centro de compras planejado, era estruturado de forma a manter uma relação de menor impacto com a habitação e ao mesmo tempo prover comodidades no abastecimento desta população” (2007, p. 71)

A chegada do shopping center apresenta como característica a variedade equilibrada de comércio e serviços que reduz significativamente o deslocamento dos clientes na busca dos produtos. Possuem a capacidade de atender uma vasta área de influência (uma parte da cidade ou de uma região metropolitana) geralmente vinculados aos eixos viários e estações de transporte, viabilizando a acessibilidade dos compradores que podem se deslocar de longas distâncias. Entretenimento, estacionamento e ambiente climatizado são outros atrativos (PINTAUDI, 2002). Esses empreendimentos se tornam presente nas cidades brasileiras a partir de 1966, com a inauguração do pioneiro Iguatemi, em São Paulo e na década de 1970, novas estruturas de comercialização são inauguradas em outras cidades brasileiras, especificamente nas áreas de concentração das camadas de maior rendimento (VILLAÇA, 1998).

Anteriormente como um fenômeno de origem metropolitana, a comercialização de bens e serviços no formato de shopping centers torna-se uma realidade cada vez comum na paisagem urbana das cidades médias brasileiras. Estes centros de compras possuem uma relevante capacidade de modificar os fluxos de consumidores, resultando na reconfiguração espacial dessas urbes através da formação de novos espaços dotados de centralidade.

Inaugurado em novembro de 2011, o Via Verde Shopping foi responsável por modificações temporais dos fluxos no espaço urbano rio-branquense, uma vez que os dias e os horários de funcionamento do comércio e serviços presentes neste, difere dos praticados pelo comércio de rua. Assim os fluxos da cidade também são redirecionados constantemente através das variações dos períodos destinados às compras. Sposito (2001), denomina esse fenômeno de “centralidade cambiante”.

Sua localização e horários de funcionamento não são definidos pelos comerciantes, sendo estes dependentes de uma série de normas de segurança e de comunicação. Por meio da edificação do shopping, o promotor imobiliário realiza a venda ou a locação dos pontos comerciais em uma velocidade muito superior ao desenvolvimento tradicional do comércio de rua. Por vezes, o shopping center já inaugura com boa parte de suas unidades comerciais em funcionamento. “O shopping representa pois, a penetração do capital imobiliário na esfera do capital mercantil e a sujeição do comércio varejista e dos serviços ao capital imobiliário e – através deste – ao financiamento” (VILLAÇA, 1998, p. 304).

Com construção do Via Verde Shopping houve a expansão do setor de franchising na capital do Acre. Além disso, esse empreendimento possibilitou a implantação de lojas de departamentos, inserido Rio Branco nas redes de comércio varejista nacional e internacional. O empreendimento possui 28.257,24m² de ABL (Área Bruta Locável), possui com 9 âncoras, 3 megalojas, 97 lojas satélites, 2 lojas de serviço, 13 lojas de alimentação, 1 restaurante, 4 salas de cinema e 1.200 vagas de estacionamento. Além das atividades comerciais, este equipamento também maximizou a concentração das atividades bancárias, uma vez que contém terminais de autoatendimento do Banco do Brasil e Caixa Econômica, além de caixa eletrônico 24 horas e agência lotérica.

A relevância deste shopping center vai além do consumo em seu ambiente interno. Este tipo de empreendimento é capaz de promover a valorização de suas proximidades, incentivando o consumo do solo urbano como uma mercadoria que atinge elevado valor agregado. Redefine também os deslocamentos na cidade, uma vez que este, como polo gerador de tráfego, impulsiona o deslocamento de significativas parcelas da população na cidade.

Em relação à acessibilidade dos consumidores, é perceptível a transformação do shopping em polo gerador de tráfego, tanto individual, quanto do transporte coletivo. A demanda por viagens possibilitou inclusão de quatro linhas de ônibus – UFAC-Rodoviária-Terminal Baixada, Floresta-Shopping e Conjunto Esperança-Shopping – que interligam o Via Verde Shopping com o terminal urbano de Rio Branco e com os dois microterminais, um localizado nas

imediações da UFAC e outro que atende ao conjunto de bairros da Baixada da Sobral.

Tendo em vista essa modificação dos fluxos nota-se que este empreendimento comercial, juntamente com os microterminais de ônibus, está sendo responsável por redefinir os fluxos do transporte municipal em Rio Branco, rompendo com a tradicional interligação concêntrica do transporte (bairros-centro-bairros) e possibilitando a integração entre bairros sem precisar passar pela área central.

A utilização do Via Verde Shopping como espaço privado para lazer, eventos e exposições amplia as formas de consumo desse espaço. Feiras de produtos artesanais indígenas e andinos, feirões de venda de automóveis, guichês anunciando os vestibulares de faculdades particulares, exposição de empreendimentos imobiliários (Via Towers e Terras Alphaville) estão entre os exemplos de utilização desse espaço com grande fluxo de consumidores para a promoção e divulgação de eventos.

As estratégias mercadológicas realizadas no espaço urbano pelos promotores imobiliários atuantes nas cidades médias buscam pela fluidez nos deslocamentos intra-urbanos, fazendo com que os terrenos situados nas proximidades das vias de maior escoamento e próximas aos meios de consumo modernos (shoppings) sejam as glebas mais valorizadas (SPOSITO, 2006). Logo, é perceptível a mercantilização do solo no entorno da Via Verde.

Consequentemente, as escolhas locacionais das novas formas residenciais são condicionadas pela centralidade gerada na Via Verde, pois, na medida em que se concentram estruturas de comercialização (shoppings, supermercados) e de serviços (universidades, hospitais) estas potencializam a valorização dos terrenos circunvizinhos, “por isso, as novas centralidades, geradas nos espaços urbanos periféricos com a implantação dos shopping centers, por exemplo, são tão valorizadas nas escolhas locacionais dos loteamentos fechados” (SPOSITO, 2006, p. 186).

Para entender o processo de formação de condomínios e loteamentos fechados em Rio Branco é necessário observar quais mecanismos legislativos amparam a implantação desses projetos, como estes se distribuem espacialmente pela cidade e como estes residenciais promovem a autoss segregação.

7 NOVAS LÓGICAS DE CONSUMO DO ESPAÇO URBANO E AUTOSSEGREGAÇÃO EM RIO BRANCO

A urbanização encarcerada no município de Rio Branco demonstra o monopólio do mercado residencial destinado para as classes de maior poder aquisitivo. A partir da década de 1990 e com maior impulso com a abertura da Via Verde, a produção de novas formas residenciais, expressas principalmente pelo fechamento de grupos sociais em áreas privativas se mostra crescente na capital acreana. Essas tipologias habitacionais são reflexo, tanto da expansão da cidade quanto valorização imobiliária, baseadas na mercantilização do solo urbano.

Dentre as novas formas de ocupação residencial que se tornam cada vez mais presentes no espaço intra-urbano rio-branquense, destaca-se a verticalização residencial, principalmente nas Zonas de Ocupação Prioritária - ZOP (Bosque, Vila Ivonete, Morada do Sol e Estação Experimental) estipuladas pelo PDDU de Rio Branco (2008; 2016). O adensamento dessas zonas resulta do atrativo propiciado pela infraestrutura de serviços de consumo coletivo (malha viária, saneamento e parques urbanos); da concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo das principais vias de tráfego como as avenidas Ceará, Antônio da Rocha Viana, Getúlio Vargas; e das intervenções urbanísticas como o Parque da Maternidade.

Essa realidade de moradia enclausurada tornou-se mais perceptível em Rio Branco com a implantação do Anel Viário composto pela Via Verde, pois esta obra promoveu acessibilidade a uma área de baixa densidade ocupacional e com expressiva oferta de terrenos disponíveis para ocupação residencial e construção de equipamentos de grande porte, uma vez que a área mais adensada da cidade já se encontrava escassa no provimento de lotes maiores. Assim, verifica-se a difusão dos loteamentos e condomínios fechados em áreas de expansão urbana

O crescente fenômeno de inserção da habitação como mercadoria em Rio Branco afirma a capacidade que os promotores imobiliários enquanto agentes de produção do espaço urbano, possuem em reestruturar a cidade por meio da incorporação de imóveis, financiamento, construção física das

edificações e sua comercialização. Assim como na ação do Estado enquanto agente fomentador da segregação socioespacial.

7.1 CONDOMÍNIOS, LOTEAMENTOS E LOTEAMENTOS FECHADOS.

O crescimento demográfico pelo qual passou os núcleos de povoamento brasileiros durante o último século, demonstrou o direcionamento dos fluxos populacionais das áreas rurais para as urbanas, fazendo com que as cidades não conseguissem absorver e atender as necessidades por serviços essenciais para a manutenção desse ascendente contingente humano. Conforme exposto em Segawa (1998, p. 22) As décadas iniciais do século XX, “testemunharam transformações nas cidades brasileiras numa escala sem precedentes: altas taxas de crescimento populacional nas principais capitais pressionavam a demanda por habitação e serviços urbanos”.

A expansão horizontal das urbes decorrente desse acréscimo populacional associada à crescente demanda pelo provimento de moradias emergiu na necessidade de configurar novos espaços habitacionais mediante a anexação de áreas rurais adjacentes ao perímetro urbano, assim como na divisão de glebas existentes nos interstícios das áreas já adensadas das cidades. Consequentemente, ocorreu o processo de loteamento e desmembramento de terrenos, possibilitando a formação da infraestrutura viária, a criação de logradouros públicos e a extensão das áreas urbanas.

O loteamento cumpre a função pública de orientar o processo ordenado de crescimento urbano e humanização de áreas que não conseguiram ser urbanizadas antes de ocupação dos moradores. A sua produção tal como visto em Maia (2006), consiste na abertura ou prolongamento dos logradouros públicos para a expansão da cidade, produzindo dois elementos básicos: o lote e a rua. A formação de logradouros é de utilização de toda a população, assegurada pelo Código Civil de 1964, que em seu artigo 98, define que: “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno”; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Em seu inciso I, reforça que esses bens de uso comum do povo, tais como rios, mares,

estradas, **ruas e praças** (destaque nosso) são inalienáveis enquanto conservarem a característica pública (BRASIL, 2002).

Um entrave para a efetivação das leis previstas no Código Civil advém da propriedade privada do solo. Datada da constituição de 1824 e fomentada pela Lei de Terras de 1850, determina-se que a aquisição fundiária no Brasil só pode ser obtida através da compra e da venda. Essa resolução vai contra o estabelecido pela própria constituição, pois tal legislação afirma que a moradia é um dos direitos essenciais do indivíduo e que esta deve assegurada.

Submetido a mercantilização, o parcelamento e desmembramento fundiário urbano visará o atendimento prioritário dos grupos sociais capazes de comprar um fragmento de solo. Nessa concepção a produção de loteamentos estará direcionada a modelar a cidade para as suas elites.

Ao traçar o panorama da formação de bairros fora das áreas centrais, Segawa (1998) confirma o poder que as companhias privadas tinham em construir loteamentos. Destaca investimentos de companhias privadas britânicas em 1912, com a criação da *The City of São Paulo Improvements and Freehold Company*. Esta foi responsável pela formação de áreas residenciais para a burguesia cafeeira em zonas rurais a sul e a oeste do centro paulistano. Surgem assim, bairros de alto padrão como Jardim América, Jardim Europa demonstrando o apelo da formação de *garden-cities*.

Do outro lado, na esfera de atuação estatal para a produção de moradias, verifica-se que o poder público agiu tardiamente no ordenamento do solo urbano, propiciando a retenção de terrenos pelos proprietários de terra em localizações mais centrais ou onde se poderia extrair lucros posteriores. Consequentemente, dificultou-se a obtenção de lotes para a construção popular, restando como alternativa a ocupação de terrenos mais distantes e inacessíveis, desprovidos de infraestrutura urbana.

Daí a formação de grandes conjuntos residenciais e loteamentos clandestinos em localizações tão distantes, contribuindo para a produção da periferia das grandes cidades como diz Kowarick (1993, p. 35), surge o que passou a ser designado de periferia: “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”.

Configura-se como loteamento clandestino ou irregular todo aquele que não tem autorização, seja porque os órgãos públicos competentes não têm conhecimento de sua existência ou, quando levado a seu conhecimento não adquire a aprovação para sua implementação e comercialização (SILVA, 2010).

Do ponto de vista oficial, o processo de ocupação das cidades é legitimado pela legislação brasileira através da formação de dois tipos de espaços residenciais: os condominiais e os não-condominiais (SPOSITO; GOES, 2013).

Quanto à propriedade condominial tem-se a construção horizontal ou vertical de imóveis residenciais conforme previsto no artigo 8º do Código Civil, lei 4.591/64. Essa lei afirma que o conceito de condomínio é oriundo da união de duas e mais pessoas que são, ao mesmo tempo, proprietárias de um mesmo bem através da titularidade de frações ideais sobre o todo. Determina-se então a combinação, em um terreno, de partes de uso privado (apartamentos, casas e seus respectivos jardins e quintais) e copropriedades, ou seja, partes de uso comum (vias, calçadas, itens de convivência, áreas livres) que são propriedade comum dos condôminos.

A lei exprime que os espaços independentes, com suas respectivas frações de solo (jardins e quintais) assim como as áreas de uso comum podem ser utilizadas livremente por seus proprietários. Em relação à copropriedade, ocorre a responsabilidade compartilhada pelos usos do condomínio. A infraestrutura condominial, o solo e as redes de distribuição de serviços básicos serão utilizados de forma compartilhada entre os condôminos, sendo inviabilizada a separação ou divisão de seus usos. A lei também determina que o acesso ao logradouro público será compartilhado e nenhuma das unidades imobiliárias deverá ser privada do acesso às ruas externas ao empreendimento.

Quanto à sua oficialização, o condomínio deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis, devendo constar: I - a discriminação e individualização das unidades de propriedade exclusiva, estremadas uma das outras e das partes comuns; II - a determinação da fração ideal atribuída a cada unidade, relativamente ao terreno e partes comuns; III - o fim a que as unidades se destinam. (Lei 4491, de 16 de dezembro de 1964).

Quanto ao uso não condominial, está a divisão do solo urbano a partir de diretrizes que designam a formação de espaços públicos, previstos na Lei Federal n.º 6.766/79. Esta lei define que o parcelamento fundiário urbano só poderá ocorrer por duas formas: o desmembramento e o loteamento.

Conceitua o desmembramento como “fenômeno de repartição de terra, desde que operado dentro do sistema urbanístico existente, influenciando, apenas, na densidade de ocupação dos espaços já urbanizados, não afetando, principalmente, o perfil das vias e logradouros preexistentes”. Nessa acepção, a propriedade de uso condominial está sujeita ao ato de desmembrar o solo, pois ocorre a divisão da gleba entre os proprietários sem haver a independência de cada lote, pois estes estão sujeitos às leis condominiais

Já o loteamento é conceituado no artigo 2º, § 1º como: “subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”. As leis municipais possibilitam uma forma de parcelamento que não consta nos preceitos federais: o desdobro. Esse consiste na subdivisão de um lote em lotes menores.

No que confirma a Lei Federal n.º 6.766/79 (art. 2º, § 2º), a diferença básica entre o loteamento e o desmembramento é que neste último há o aproveitamento do sistema viário existente, sem a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Assim, o desmembramento tem a função principal de promover o adensamento urbano e o loteamento caracteriza-se por promover a expansão urbana e extensão das infraestruturas viária e de serviços básicos. Segundo Scavone Junior (2014) é obrigação do loteador implantar as obras infraestruturais, tais como terraplanagem, abertura de vias de circulação e demais logradouros públicos, guias, sarjetas, escoamento de águas pluviais, rede de água e de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e, às vezes, também pavimentação asfáltica.

Com a necessidade crescente de moradia, surgem novas tipologias habitacionais, visando atender os diversos grupos de rendimento. Os condomínios horizontais e verticais vão adquirindo novos itens de atração

mercadológica (segurança, lazer, bem-estar, *fitness*), tornando-se verdadeiros clubes residenciais. Em outros casos, ocorre a união de funções habitacionais, comerciais e empresariais em um mesmo condomínio.

Surge também a modalidade de loteamento fechado, que apesar de não estar prevista na legislação federal, se prolifera pelas cidades brasileiras, ocasionando impactos na infraestrutura urbana e fomentando a segregação socioespacial. De acordo com Scavone Junior (2014) a lei federal não dispõe de diretrizes para o loteamento fechado, isso porque não havia a prática dessa modalidade de divisão do solo urbano na década de 1970. Em sua concepção:

O loteamento fechado nada mais é que o resultado da subdivisão de uma gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação e de logradouros públicos, cujo perímetro da gleba original, ao final, é cercado ou murado de modo a manter acesso controlado. Nesse caso, os proprietários, mediante regulamento averbado junto à matrícula do loteamento, são obrigados a contribuir para as despesas decorrentes da manutenção e conservação dos espaços e equipamentos públicos que passam ao uso exclusivo por contrato administrativo de concessão entre o Município e uma associação criada para esse fim. (p.86).

De acordo com Silva (2010) entende-se que loteamento fechado é usualmente denominado de “condomínio fechado”. Mesmo que morfológicamente esse parcelamento se assemelhe ao loteamento aberto, esta nova modalidade se distancia das características de sua congênere aberta. Portanto, transforma-se em uma forma especial de utilização do espaço que não pode ser desconhecida, apesar de não existir na legislação federal, pois se trata de um núcleo populacional de caráter urbano. Tal divisão fundiária:

Constitui modalidade especial de aproveitamento condominial de espaço para fins de construção de casas residenciais térreas ou assobradadas ou edifícios. Caracterizados pela formação de lotes autônomos com áreas de utilização exclusiva de seus proprietários, confinando-se com outras de utilização comum dos condôminos. (p. 344)

No que concerne à construção e comercialização de loteamentos fechados nas cidades brasileiras, é comum a denominação de condomínios para a implantação desses residenciais. Essa nova forma de parcelamento do solo urbano busca respaldar-se tanto na lei condominial quanto na lei de loteamento, assimilando características que vão de encontro com essas duas

formas. O quadro 5 foi construído com base nas percepções teóricas e legislações analisadas, com o intuito de esclarecer as semelhanças e divergências entre essas modalidades de parcelamento do solo urbano.

Quadro 5 – Diferenças entre condomínio, loteamento aberto e loteamento fechado.

Características	Condomínio	Loteamento Aberto	Loteamento Fechado
Legislação Federal	Lei 4.591/64	Lei Federal n.º 6.766/79	Não há. Sujeito às legislações municipais
Arruamentos	Geralmente composto por uma via interna	Apresenta sistema viário integrado à malha urbana	Apresenta sistema viário próprio, porém interligado à malha urbana.
Acesso	Via interna compartilhada	Direto à via pública	Vias internas do empreendimento unidas à malha urbana por acessos
Gleba loteada	Continua a existir como um todo	Perde sua individualidade	Continua e existir como um todo
Perímetro	Fechado	Aberto	Fechado
Acesso	Controlado	Livre	Controlado
Objeto	Unidade residencial	Lote	Lote
Uso das vias internas e espaços livres	Restrito	Público	Restrito. São bens públicos, mas usados de forma particular por meio de concessões.
Registro	Submetido a lei de condomínios	Submetido às leis de parcelamento do solo	Submetido às leis de parcelamento do solo
Aprovação	Prefeitura municipal	Prefeitura municipal	Prefeitura municipal

Fonte: Elaborado por BENTO, V. R. S.

As semelhanças entre o loteamento aberto e seu congênere fechado incide sobre o objeto resultante, que no caso é o lote. Enquanto que no condomínio fechado, a produção de moradia (seja esta casa ou apartamento) é a finalidade principal. Tanto o loteamento oficial quanto o encarcerado produzem arruamentos mais complexos que o condomínio fechado, pois este último apresenta geralmente uma via interna de interligação com os logradouros públicos, enquanto os dois primeiros constituem sistemas viários para atender à sua população.

Toda a forma de loteamento está submetida à legislação de parcelamento do solo. No caso do condomínio fechados, a lei que dita sua utilização pelos proprietários é a condominial, regulada pela convenção prevista no artigo 9º (e artigos seguintes) da Lei nº 4.591/64. Apesar disso, os

loteamentos fechados, vendidos como condomínios, tentam se valer dos ditames do preceito referido.

Enquanto a Lei Federal n.º 6.766/79 afirma que a produção de logradouros é de domínio público, podendo ser utilizadas por qualquer indivíduo, exceto por restrições impostas pelo próprio município, a forma fechada baseia-se na propriedade privada desses bens. Sendo assim, aproxima-se da ideia de condomínio. O fechamento de vias e demais espaços de uso público, fere as normas de parcelamento do solo. Um mecanismo utilizado pelos promotores imobiliários que investem nessa forma de divisão do solo é recorrer às concessões de uso desses espaços às prefeituras.

Quanto o acesso direto à via pública, verifica-se que cada lote oriundo do parcelamento oficial possui acesso direto à via pública. No loteamento fechado, esses lotes têm acesso ao sistema viário construído pelo próprio condomínio, que estará interligado à via pública. Assemelha-se com o condomínio fechado pois há o fechamento da propriedade e o controle pela portaria de identificação que inviabiliza o tráfego de pessoas não autorizadas.

Os lotes originados do terreno parcelado ganham a sua individualidade no loteamento previsto em lei. Na forma de lote fechado, esses continuam vinculados à gleba, que continua existindo como um todo, pois esta será toda aproveitada pelos residentes a partir da integração das áreas de uso privativo e de uso comum, tal como previsto nos moldes do condomínio.

A privatização de áreas concebidas à utilização pública (parques, áreas verdes, ruas e praças) pelos loteamentos fechados sobrepõe às legislações civis e urbanísticas, pois visam favorecer um grupo específico, em detrimento da sociedade. Consequentemente refletem na perda da sociabilidade promovida pelo uso coletivo. De tal modo, como observado em Lefebvre (1999, p.27) é na rua como lugar de encontros que se efetiva “o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada”. Logo, a propriedade privada faz perder o sentido da urbanidade, inviabilizando o livre trânsito de pessoas.

Os loteamentos fechados começaram a ser construídos em São Paulo nos anos 1970, devido ao aquecimento das vendas no mercado imobiliário e aos financiamentos oriundos de órgão governamentais (Caldeira, 2011). Como resultado do surgimento desse tipo de empreendimento,

ocorreram modificações no perfil populacional dos bairros mais afastados do centro da cidade, anteriormente de predominância de população com baixo rendimento. A substituição de residências horizontais por edifícios residenciais, comerciais e de escritórios nos bairros mais centrais e de maior valor imobiliário, também contribuiu para o deslocamento da população rica para localizações mais distantes.

As modalidades residenciais de condomínios e loteamentos fechados evidenciados com mais intensidade na metrópole e interior paulistano passam a fazer parte do cotidiano de outras aglomerações urbanas brasileiras. Esse fenômeno primordialmente metropolitano e das regiões mais urbanizadas, reflete-se atualmente em aglomerações e cidades de porte médio nas mais diversas regiões do país. Nessa perspectiva, busca-se observar as mudanças nos usos residenciais os quais se exibem no espaço urbano de Rio Branco, como forma de compreender a segregação socioespacial.

7.2 TRANSFORMAÇÕES DOS USOS RESIDENCIAIS EM RIO BRANCO.

O urbanismo e o mercado de imóveis atuam formando um segundo setor, paralelo ao da produção industrial. Quando a atividade manufatureira se encontra em estagnação é para o ramo imobiliário que afluem os capitais. “Pode até acontecer que a especulação fundiária se transforme na forma principal, o lugar quase exclusivo de ‘formação de capital’, isto é, de realização da mais valia” (LEFBVRE, 2008a, p. 144). Essa passagem mostra a importância do capital imobiliário em cidades onde a industrialização se faz menos presente.

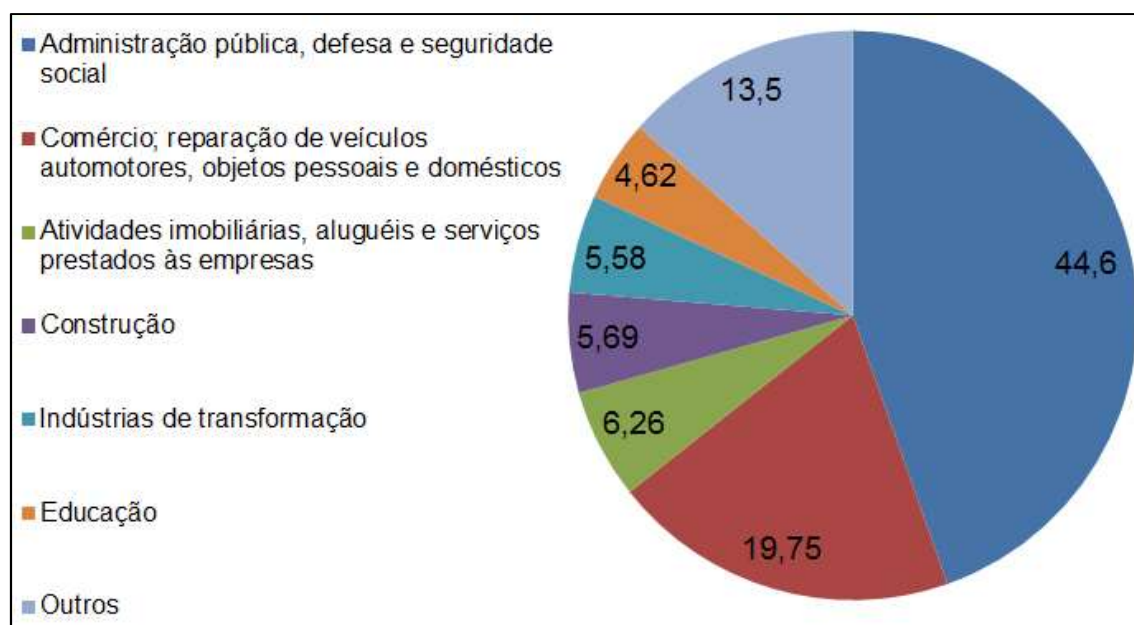
A ação dos promotores imobiliários é ainda mais significativa nas cidades onde a participação da produção industrial na geração de emprego e renda é minoritária quando comparada às atividades do setor de comercial. Nesse sentido, percebe-se fortemente a formação de cadeias produtivas do setor terciário em cidades turísticas e nas que possuem forte polarização de suas áreas de influência devido à concentração de bens e serviços. Logo essas cidades emergem como centros administrativos, universitários, logísticos, bancários ou de lazer e veraneio.

Rio Branco enquadra-se nos centros urbanos onde a contribuição financeira agrícola (3,45%) e industrial (15,98%) é reduzida frente às atividades do denominado setor de serviços (80,57%) segundo a participação no Produto Interno Bruto municipal a preços correntes, no ano de 2012.

Ao analisar os subsetores no qual está dividida a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE visualiza-se a importância que o setor de serviços representa no total de unidades locais e de pessoal ocupado em Rio Branco. Em 2006, das 7.535 unidades locais inscritas no cadastro geral de empresas, mais da metade corresponde ao comércio diversificado, seguido pelos serviços coletivos e pessoais e pelas indústrias de transformação. Nota-se também o peso que as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, com 6,81% dos estabelecimentos.

Quanto à oferta de emprego, as atividades imobiliárias e suas congêneres estão em terceiro lugar no quantitativo de pessoal ocupado, perdendo apenas para a administração pública e para o comércio (Figura 43).

Figura 43 – Distribuição de pessoal ocupado nos setores de atividades em Rio Branco, 2006.

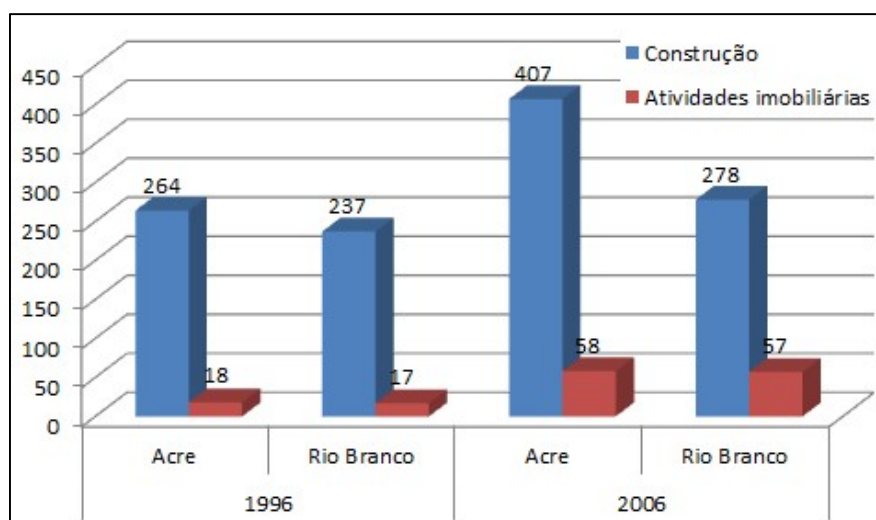


Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006.

A tendência de crescimento das atividades do setor da construção civil é perceptível no Acre quanto na sua capital durante o período 1996-2006 (Figura 44). É constatada a importância do mercado imobiliário Rio Branco

quando comparado ao Acre, pois a capital concentra quase a totalidade das empresas inseridas dos subsetores de atividades imobiliárias nos dois anos analisados. Em contrapartida, não houve variação no total de empresas de imóveis nos demais municípios desse estado.

Figura 44 – Evolução dos estabelecimentos da construção civil e de atividades imobiliárias. Acre e Rio Branco, 1996-2006.



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006.

Além do acréscimo do número de empresas dedicadas à construção civil e ao ramo imobiliário, é perceptível o crescimento dos postos de trabalhos nesses dois subsetores econômicos. O número de pessoas ocupadas na construção civil cresceu 152,87% entre 1996 e 2006, saltando de 2.003 para 5.065 trabalhadores no estado do Acre. Enquanto isso, as atividades imobiliárias tiveram um acréscimo de 252,37%, passando de 64 para 214 postos de trabalho. A Tabela 17 exhibe os subsetores do mercado imobiliário registrando o total de empresas e de funcionários.

Tabela 17 – Evolução das atividades imobiliárias – Acre, 1996-2006.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Número de empresas		Pessoal ocupado total	
	1996	2006	1996	2006
70 Atividades imobiliárias	18	58	64	214
70.1 - Incorporação e compra e venda de imóveis	4	14	4	27
70.2 - Aluguel de imóveis	2	5	0	22
70.3 - Atividades imobiliárias por conta de terceiros	9	25	25	97
70.4 – Condomínios prediais	3	14	14	68

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006.

Foi averiguado o crescimento do número de estabelecimentos caracterizados como condomínios prediais no Acre, durante o intervalo temporal 1996-2006, além do número de trabalhadores desta atividade econômica (dentre os quais, pode-se citar: porteiros, seguranças, zeladores e jardineiros). Esse indicador demonstra a como a organização condominial funciona de forma empresarial, uma vez que estas unidades devem ser cadastradas no CNPJ e são geradoras de emprego.

O impulso da construção civil tanto no Acre, como nos demais estados da Região Norte, está se direcionando para a produção da moradia no formato de apartamentos (Figura 36). A tradicional habitação horizontal na Amazônia, com amplos espaços para expansão passa a compartilhar a preferência pelo estilo de habitação vertical, predominante nas áreas adensadas dos grandes centros urbanos.

Nos últimos dez anos, o número de apartamentos da Região Norte cresceu em um ritmo 3,5 vezes maior que no restante do Brasil - que tem hoje 6,2 milhões de apartamentos, um número 43,2% maior do que em 2000. Hoje, 1 em cada 10 brasileiros mora em prédios. A proporção ainda é duas vezes menor no Norte, mas o crescimento em locais como Rondônia, Amapá e Tocantins foi sem precedentes. Nesses Estados, os apartamentos se multiplicaram por sete e cresceram proporcionalmente 15 vezes mais que em São Paulo. (BRANCATELLI; BURGARELLI, 9 de julho de 2011)³³.

O acelerado crescimento da verticalização na Região Norte, no Acre e em Rio Branco está relacionado a uma recente frente de expansão imobiliária e inserção de novas formas de apropriação do espaço urbano mediante a construção de torres residenciais e blocos de apartamento (Tabela 18).

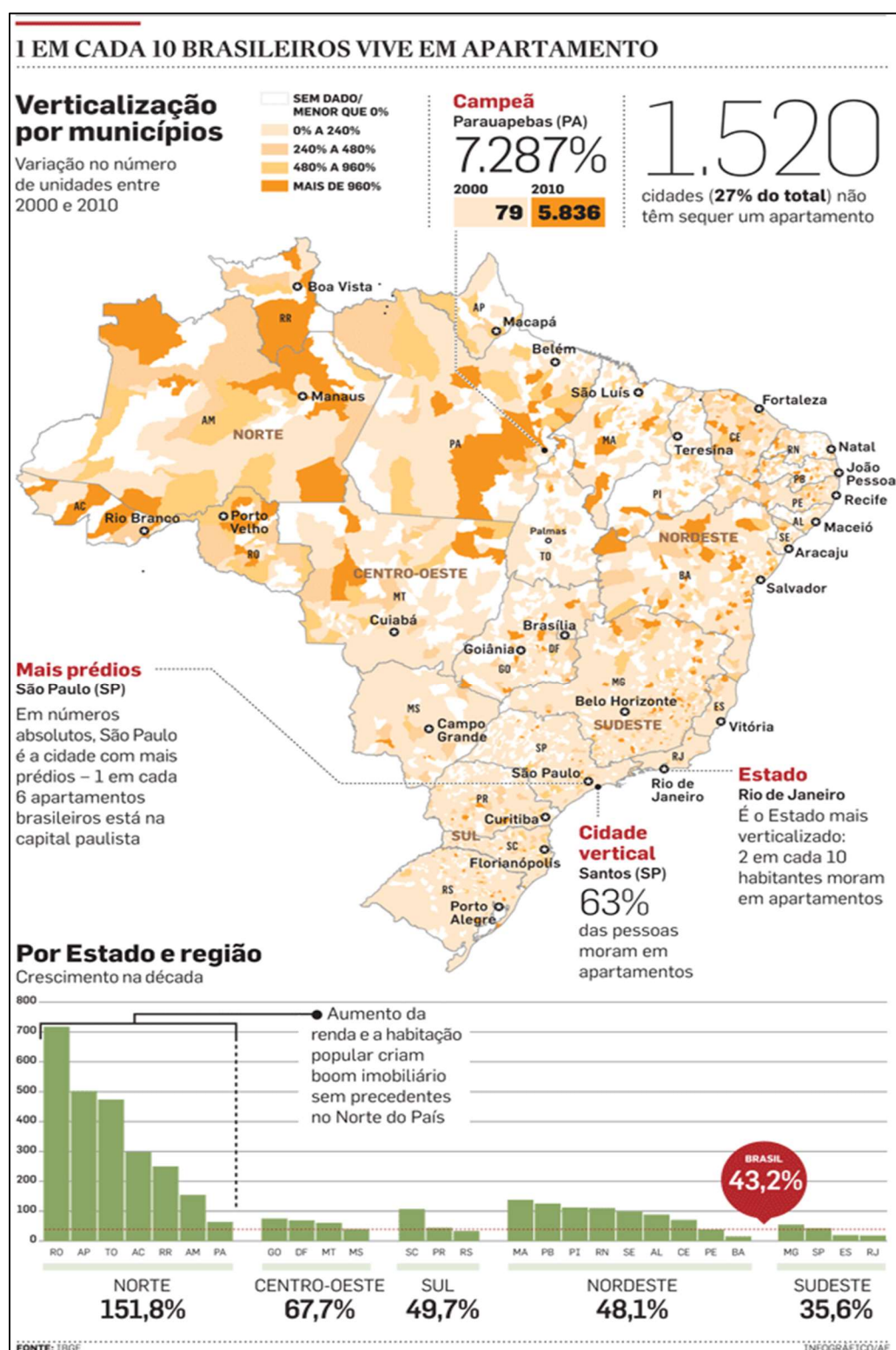
Tabela 18 – População residente em apartamentos.
Norte, Acre e Rio Branco (2000-2010).

Unidade Territorial	2000		2010	
	Total	(%)	Total	(%)
Norte	67.668	2,41	170.397	4,29
Acre	2.773	2,14	11.021	5,78
Rio Branco	2.644	4,13	9.672	10,27

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010

³³ BRANCATELLI, Rodrigo; BURGARELLI, Rodrigo. Verticalização atinge todo o País e 1 em cada 10 brasileiros já mora em prédios. **O Estado de São Paulo (online)**. Disponível em: < <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,verticalizacao-atinge-todo-o-pais-e-1-em-cada-10-brasileiros-ja-mora-em-predios,742856>> Acesso em: 02 de junho de 2017.

Figura 45 – Espacialização das moradias tipo apartamento no Brasil³⁴.



Fonte: O Estado de São Paulo, 2011.

³⁴ O IBGE, em Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário (Documentação do Arquivo) classifica como moradia em **Apartamento** - quando localizado em edifício: de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servidos por espaços comuns (*hall* de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências); de dois ou mais andares em que as demais unidades eram não residenciais; e de dois ou mais pavimentos com entradas independentes para os andares;

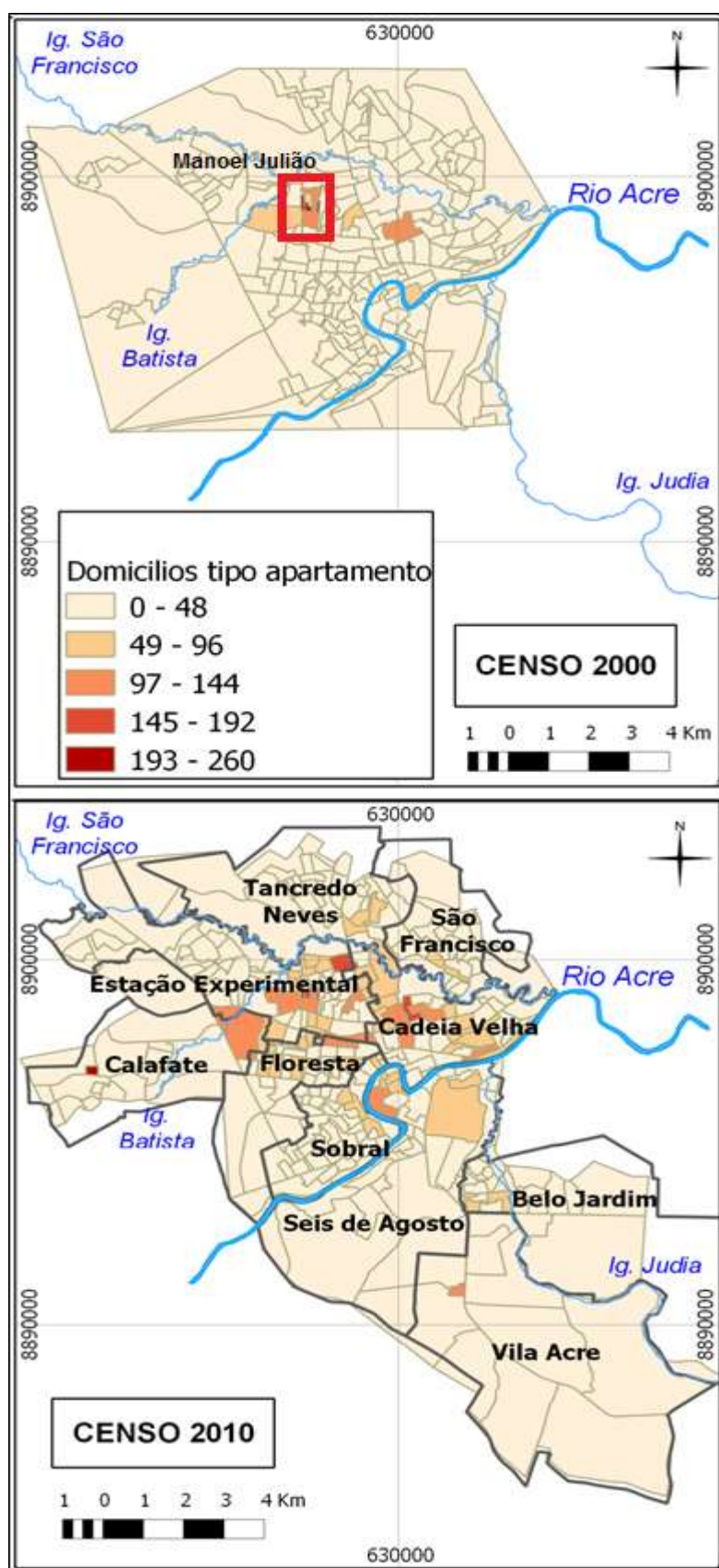
É válido considerar as singularidades existentes da verticalização na região amazônica, verificando que esse processo ocorre de forma gradual e desigual em suas cidades. No caso de Manaus e Belém, que são os dois maiores núcleos urbanos, a moradia vertical assume a tendência das demais regiões metropolitanas do país, demonstrando que o crescimento para cima ocorre inclusive em seus municípios metropolitanos, como observado em Ananindeua, componente da aglomeração belenense.

Outras cidades como Porto Velho e Parauapebas apresentaram uma rápida modificação de suas configurações urbanas, advindas da atração de grandes projetos como usinas hidrelétricas e extração de minérios. O acelerado acréscimo populacional e aumento da renda per capita podem ser fatores que propiciaram a expansão da verticalização nessas cidades. Na capital rondoniense houve um salto de 1.707 para 16.809 moradias do tipo apartamento entre 2000 e 2010. Após a implantação dos complexos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau é observável um declínio na construção civil, inclusive com o abandono e paralização em alguns empreendimentos de moradia vertical.

As cidades de Macapá e Boa Vista são marcadas pela horizontalidade da forma urbana. O tímido *skyline* dessas capitais setentrionais vai aparecendo aos poucos, aliando-se principalmente à chegada de novas formas de comércio como shopping centers. Já em Palmas é constatável o rápido adensamento vertical em seu plano piloto. A capital mais jovem da Amazônia conseguiu assimilar com mais intensidade o processo de verticalização e no período 2000-2010, alavancou as moradias do tipo apartamento, de 377 para 3.905 unidades habitacionais.

Em Rio Branco, a verticalização foi induzida inicialmente pela ação governamental, com a construção do conjunto habitacional Manoel Julião, composto por 1232 apartamentos distribuídos em 77 blocos. Em contraposição ao poder público, a produção da verticalização pelo mercado imobiliário só irá ocorrer no final da década de 1990, acelerando-se entre 2000 e 2010, tal como visto na figura 46.

Figura 46 – Moradias tipo apartamento em Rio Branco, 2000-2010.



Fonte: IBGE, Agregados de setores censitários, 2000-2010.

A implantação dos primeiros condomínios fechados verticais e horizontais aconteceu nos bairros mais valorizados situados em localizações de maior adensamento populacional e de melhor acesso a infraestrutura de serviços urbanos. O crescimento foi mais acentuado nas seguintes regionais: Cadeia Velha, Estação Experimental e Floresta. Posteriormente essa modalidade de habitação se espalhou por todas as regionais da cidade, diversificando suas tipologias e atendendo os mais variados grupos de rendimento.

A verticalização começa a ganhar notoriedade a partir da edificação de torres residenciais com patamar superior a seis pavimentos, principalmente na porção oeste de Rio Branco, nos bairros Morada do Sol, Tropical e HABITASA. Tal localização indicava o deslocamento da população de médio e alto rendimento para os bairros oriundos de conjuntos habitacionais situados nas proximidades da área central. Essa tendência inicial de mobilidade dos grupos de alto poder aquisitivo para as imediações do centro pode ser observada em outras cidades brasileiras (VILLAÇA, 1998).

O processo de canalização de igarapés e urbanização de fundos de vale modifica os bairros de Rio Branco, possibilitando a abertura de áreas de lazer, novas vias de escoamento de tráfego e contribuem com o paisagismo da capital. Assim, percebe-se que na proporção em que essas ações urbanísticas avançam por áreas antes relegadas pelo poder público, emergem novas possibilidades de valorização imobiliária. Tais medidas são direcionadas principalmente para os bairros situados em áreas já valorizadas da cidade, como visto no Bosque, Abraão Alab, Vila Ivonete, Isaura Parente e Village.

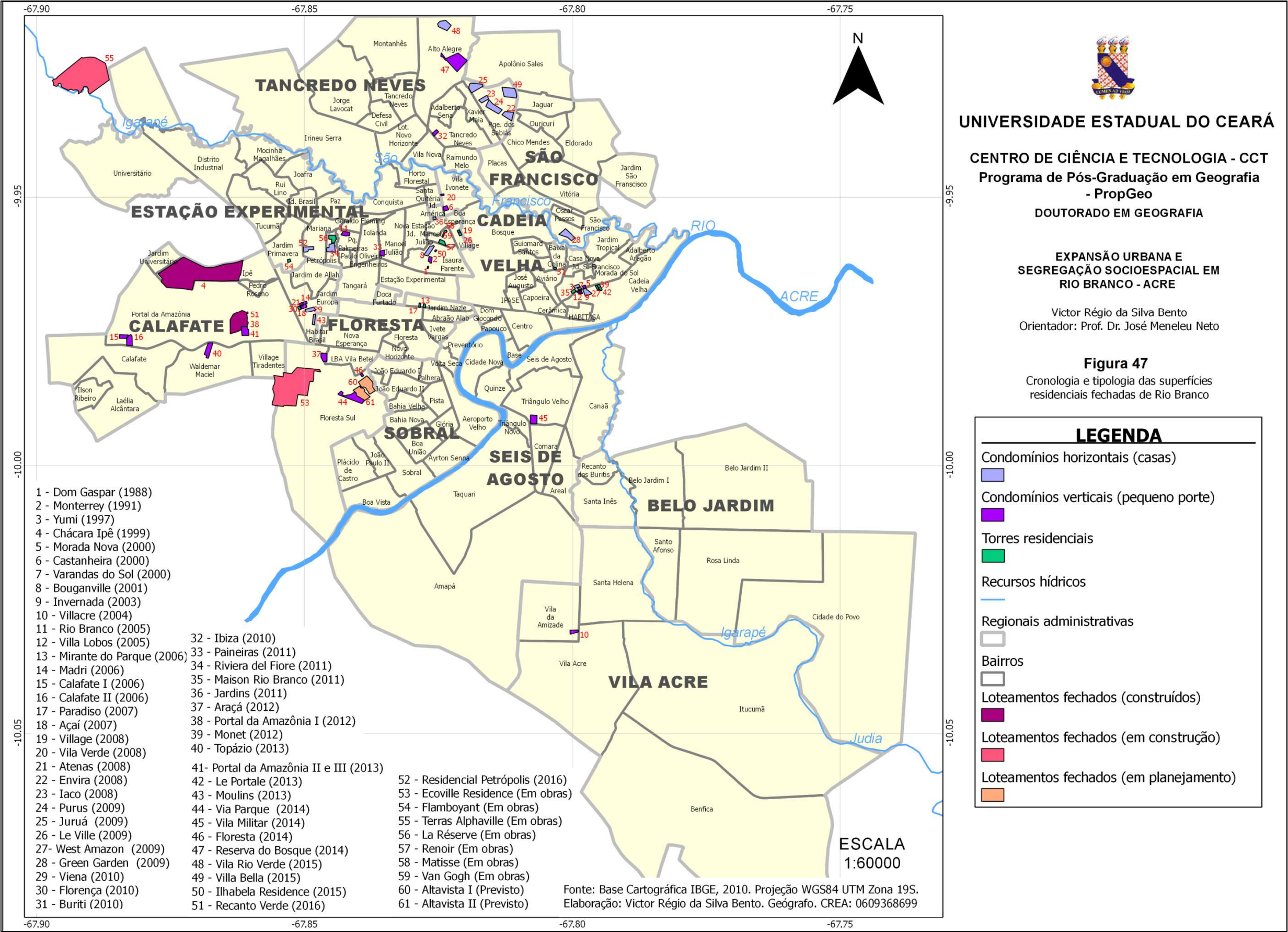
As melhorias nos eixos viários que interliga Rio Branco aos municípios vizinhos de Porto Acre, Senador Guimard e Bujari, estimula o adensamento populacional e a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano e a construção de moradias horizontais e verticais em localizações cada vez mais afastadas do centro histórico.

A construção das diversas das superfícies habitacionais fechadas varia de acordo com o período, apresentando crescimento ou declínio dentre as suas modalidades. O quadro 6 e a figura 47 demonstram a cronologia de fundação dos condomínios fechados, especificando suas tipologias, localização e data de inscrição no CNPJ como atividade condominial.

Quadro 6 - Superfícies residenciais fechadas em Rio Branco, 1988-2017.

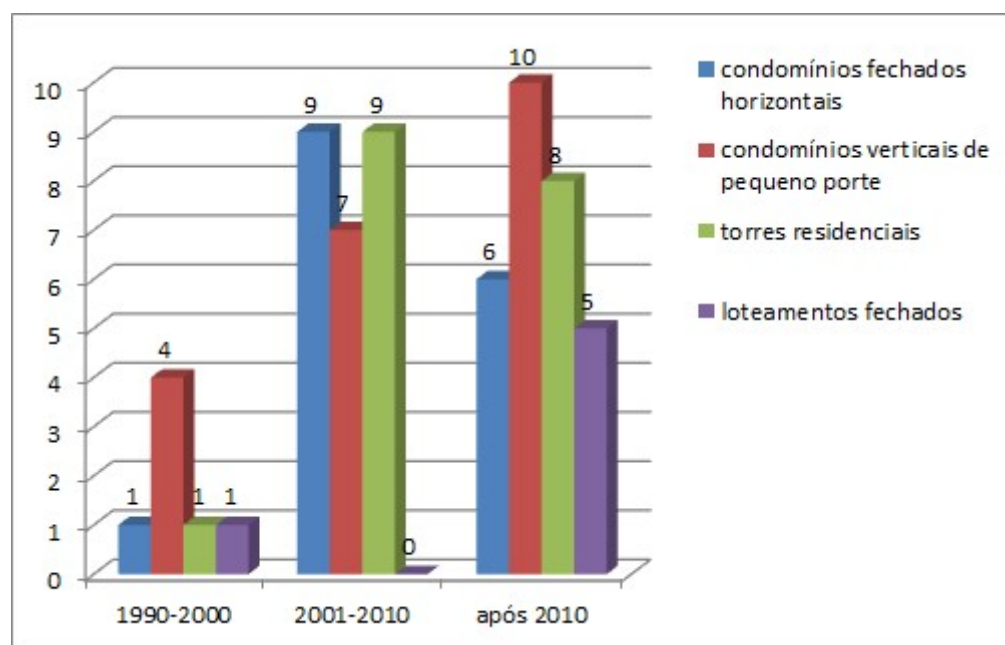
Empreendimento	Regional	Tipologia	Ano CNPJ*
Dom Gaspar	Est. Experimental	Prédio de apartamentos 3 pavimentos	1988
Monterrey	Est. Experimental	Prédios sob pilotis - 4 pavimentos	1991
Yumi	Cadeia Velha	Casas duplex	1997
Chácara Ipê	Calafate	Loteamento Fechado	1999
Itapuã	Est. Experimental	Prédios sob pilotis - 3 pavimentos	1999
Castanheira	Cadeia Velha	Prédio sob pilotis - 3 pavimentos	2000
Varandas do Sol	Cadeia Velha	Torre residencial de 9 pavimentos	2000
Bouganville	Est. Experimental	Casas duplex	2001
Invernada	Cadeia Velha	Condomínio de casas	2003
Villacre	Vila Acre	Prédios com 4 pavimentos cada	2004
Rio Branco	Est. Experimental	Blocos de apartamentos	2005
Villa Lobos	Cadeia Velha	1 torre residencial de 8 pavimentos	2005
Mirante do Parque	Floresta	1 torre com 16 pavimentos	2006
Madri	Calafate	Blocos de apartamentos	2006
Calafate I e II	Calafate	Blocos de apartamentos	2006
Paradiso	Floresta	1 torre com 14 pavimentos	2007
Açaí	Calafate	2 torres de três pavimentos sob pilotis	2007
Village	Est. Experimental	Edificação vertical 10 pavimentos	2008
Vila Verde	Cadeia Velha	Prédio de 3 pavimentos sob pilotis	2008
Atenas	Calafate	Casas tipo sobrado	2008
Envira	Tancredo Neves	Conjunto habitacional- casas térreo	2008
Iaco	Tancredo Neves	Conjunto habitacional- casas térreo	2008
Purus	Tancredo Neves	Conjunto habitacional- casas térreo	2009
Juruá	Tancredo Neves	Conjunto habitacional- casas térreo	2009
Le Ville	Est. Experimental	Edificação vertical 10 pavimentos	2009
West Amazon	Cadeia Velha	1 torre com 14 pavimentos	2009
Green Garden	São Francisco	Casas duplex	2009
Viena	Calafate	Casas tipo sobrado	2010
Florença	Calafate	2 torres de 14 pavimentos	2010
Buriti	Cadeia Velha	1 torre residencial de 14 pavimentos	2010
Ibiza	Tancredo Neves	Blocos de apartamento	2010
Paineiras	Est. Experimental	6 torres com quatro pavimentos cada	2011
Riviera del Fiori	Est. Experimental	Casas duplex	2011
Maison Rio Branco	Cadeia Velha	Torre de 15 pavimentos	2011
Jardins	Cadeia Velha	Casas duplex	2011
Araçá	Floresta	Blocos de apartamentos	2012
Portal da Amazônia I	Calafate	5 torres com quatro pavimentos cada	2012
Monet	Cadeia Velha	1 torre com 14 pavimentos	2012
Topázio	Calafate	Blocos de apartamento e casas	2013
Portal da Amazônia II e III	Calafate	5 torres com quatro pavimentos cada	2013
Le Portale	Cadeia Velha	1 torre com 14 pavimentos	2013
Via Parque	Floresta	Blocos de apartamentos	2014
Vila Militar da Aeronáutica	Seis de Agosto	Blocos de apartamentos	**2014
Moulins	Calafate	Casas térreo	2013
Floresta	Floresta	2 torres com quatro pavimentos cada	2014
Reserva do Bosque	Tancredo Neves	Blocos de apartamento	2014
Vila Rio Verde	Tancredo Neves	Casas térreo	2015
Villa Bella	Tancredo Neves	Casas térreo	2015
Ilhabela Residence	Est. Experimental	Bloco de apartamentos sob pilotis	**2015
Recanto Verde	Calafate	Loteamento Fechado	**2015
Residencial Petrópolis	Est. Experimental	Casas duplex	**2016
Ecoville Residence	Floresta	Loteamento Fechado	**Em obras
Flamboyant	Est. Experimental	Torre com 10 pavimentos	**Em obras
Terras Alphaville	Zona Rural	Loteamento Fechado	**Em obras
La Réserve Residence	Est. Experimental	3 torres com 16 pavimentos	**Em obras
Renoir	Est. Experimental	Torre de 10 pavimentos	**Em obras
Matisse	Est. Experimental	Torre de 11 pavimentos	**Em obras
Van Gogh	Est. Experimental	Torre de 10 pavimentos	**Em obras
Swiss Park Residence	Calafate	Loteamento Fechado	** Previsto
Altavista I e II	Floresta	Loteamento Fechado	**Previsto
Morada Nova	Cadeia Velha	Edificação sob pilotis	**Sem data
Icarai	Est. Experimental	Condomínio horizontal de casas	**Sem data

Elaborado por: BENTO, V. R. S. *Inscrição no CNPJ: <http://www.cnpjbrasil.com/>. **Pesquisa direta



Analisando o quantitativo de superfícies residenciais fechadas em Rio Branco (Figura 48), constata-se a predominância de condomínios fechados verticais de pequeno porte, representando 34,43% do total. Em seguida é verificável o crescimento na construção de torres residenciais com 29,51% dos empreendimentos. Essa verticalização acima de oito pavimentos ocorre especialmente após 2001, se intensificando nessa segunda década do século XXI.

Figura 48 – Tipos de superfícies residenciais fechadas. Rio Branco



Fonte: BENTO, V. R. S. Pesquisa direta.

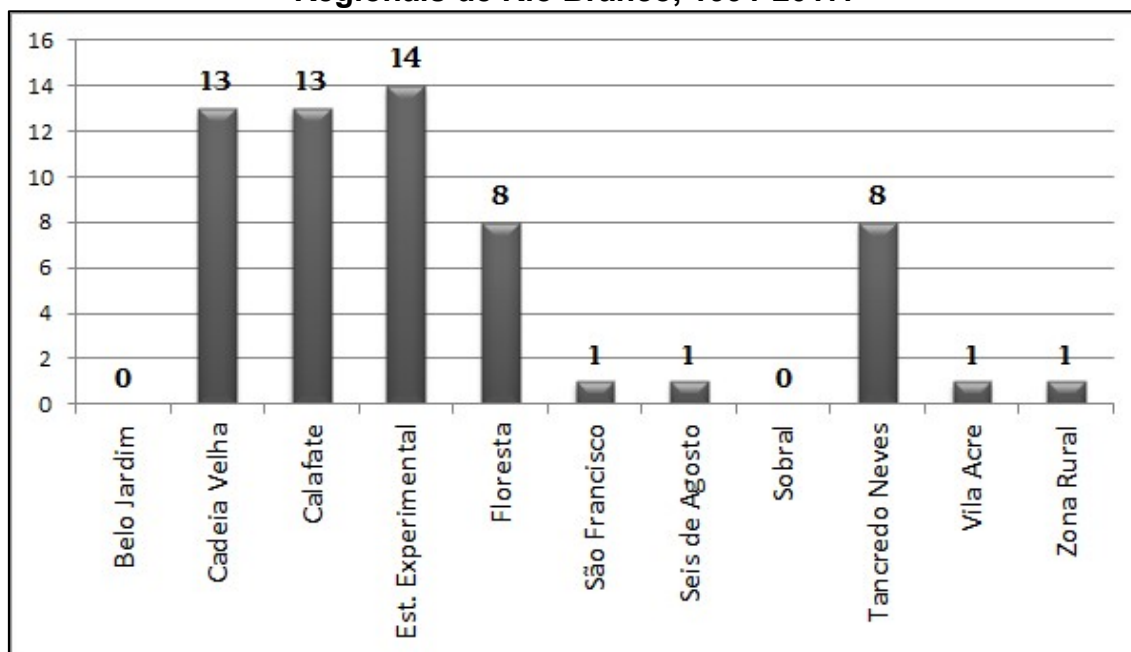
Os condomínios horizontais de casas, sendo estas térreas ou duplex são a terceira modalidade em preferência nesta cidade, porém, está em decréscimo quando comparada com as moradias em apartamento. Por sua vez, os loteamentos fechados, que muitas vezes são identificados como propriedades condominiais tornam-se relevantes como moradias enclausuradas na capital acreana a partir de 2010, onde se verifica a presença de dois projetos concluídos, dois em execução e dois em fase de planejamento.

Entre as décadas de 2000 e 2010, Rio Branco passa a receber mais empreendimentos residenciais condominiais, sendo que estes são construídos de forma diversificada, atendendo a necessidade dos mais variados públicos:

casas duplex, apartamentos e terrenos em loteamentos fechados que possibilitam ao comprador idealizar sua própria moradia.

A procura por terrenos baratos disponíveis para a edificação de novos empreendimentos residenciais fechados desloca-se dos bairros de maior adensamento populacional para as localizações espacialmente periféricas em relação ao centro. Esta mobilidade ocorre especialmente na direção dos principais eixos viários de escoamento representado pelo anel viário da Via Verde/BR-364, estrada Jarbas Passarinho, rodovias AC-010 e AC-040. É observável na figura 47 um processo de concentração espacial na construção de moradias enclausuradas, no qual estas se encontram distribuídas em poucas localizações da cidade, preferencialmente nas regionais que Primeiro Distrito. É perceptível que o Segundo Distrito não possui relevância na implantação dessas formas residenciais. A figura 49 complementa essas constatações, demonstrando o quantitativo das tipologias habitacionais em questão por sua distribuição nas subdivisões administrativas rio-branquenses.

**Figura 49 – Distribuição dos enclaves fortificados.
Regionais de Rio Branco, 1991-2017.**



Fonte: BENTO, V. R. S. Pesquisa direta.

A distribuição dos dados revela que a Regional Cadeia Velha e a Regional Estação Experimental situadas de área urbanização mais consolidada, somam 45% dos condomínios fechados de Rio Branco. As

regionais Floresta e Calafate, na área de influência da Via Verde, somam 35% dessa tipologia residencial. A regional Tancredo Neves que se expande para o norte da capital, apresentam 13% do total de enclaves fortificados. Em contrapartida, as regionais Belo Jardim, Seis de Agosto e Vila Acre, pertencentes ao Segundo Distrito de Rio Branco, assim como a regional Sobral, são áreas desvalorizadas para a construção desses empreendimentos.

Na Regional Cadeia Velha. Ao longo da Estrada da Usina encontra-se a maior concentração de condomínios fechados em Rio Branco, merecendo destaque pela construção de torres residenciais com mais de nove pavimentos (Figura 50). Estas se aglomeram entre os bairros Morada do Sol, Cadeia Velha e HABITASA. Outras localizações dessa regional na qual se percebe a expansão desses empreendimentos são os bairros Vila Ivonete e Jardim América, no eixo da Avenida Antônio da Rocha Viana, além da Baixa da Colina, com a Estrada do Aviário como vetor de expansão.

Figura 50 – Verticalização no Bairro Morada do Sol.



Fonte: Fonte: Google Maps, 2016.

A Regional Estação Experimental é a subdivisão municipal com o maior quantitativo de condomínios fechados. Estes estão aglutinados em duas áreas: a primeira compreende os bairros Village, Jardim Manoel Julião e Nova Estação com a edificação recente de torres residenciais (Figura 51); e a segunda localização abrange os bairros Mariana, Petrópolis, Parque das Palmeiras e Jardim Primavera, nos quais ocorrem tanto a construção de superfícies horizontais quanto blocos de apartamentos e torres residenciais.

Nessa regional ocorre a ação do mercado imobiliário na procura por terrenos em regiões bem localizadas as quais foram beneficiadas pela

intervenção estatal com obras de saneamento, urbanização de igarapés e alargamento de importantes vias arteriais da capital dentre as quais as avenidas Ceará, Getúlio Vargas e Antônio da Rocha Viana. A facilidade de escoamento dos fluxos intra-urbanos associada à proximidade das atividades comerciais e de serviços que se estabeleceram ao longo desses eixos viários (supermercados, agências bancárias, consultórios médicos, dentre outros) está estimulando a verticalização dos bairros contíguos.

Figura 51 – Verticalização nos Bairros Village e Nova Estação.



Fonte: BENTO, V. R. S., 2016

A Regional Calafate está se tornando a divisão administrativa de Rio Branco preferida para a implantação de condomínios e loteamentos fechados a partir da conclusão da Via Verde (Figura 52). A importância desse eixo de escoamento dos fluxos intra-urbanos e interurbanos associa-se ao crescente investimento da esfera pública e privada com a construção de equipamentos educacionais, administrativos, de saúde e de segurança. Consequentemente, há uma rápida valorização imobiliária e mudanças nos usos do solo com o parcelamento fundiário e verticalização.

Como exemplo de superfícies residenciais fechadas existentes nos bairros contíguos a Via Verde é visível a edificação de prédios sob pilotis, casas duplex e torres residenciais no Jardim Europa. Conjuntamente, ocorre a formação de loteamentos fechados no bairro Portal da Amazônia onde a oferta de glebas com maiores extensões e áreas de baixa densidade populacional, possibilita a expansão desses empreendimentos.

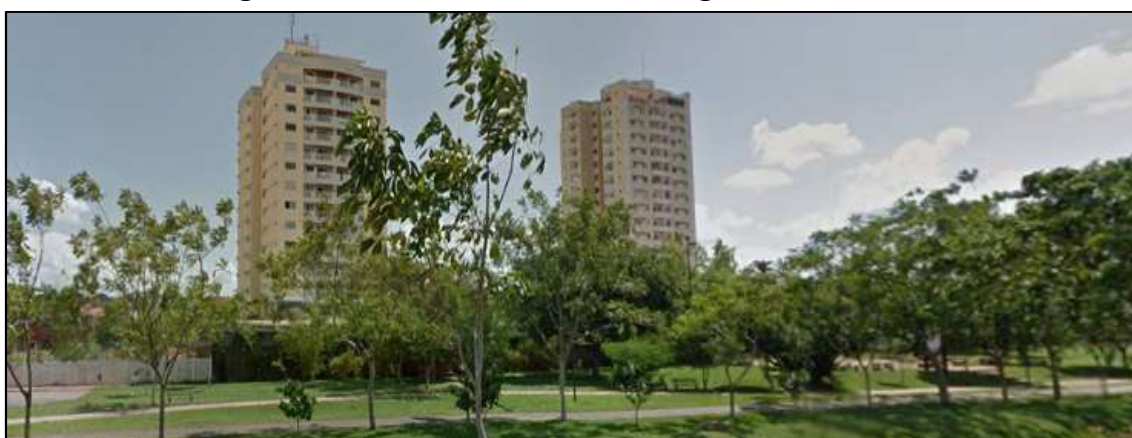
Figura 52 - Verticalização nas proximidades da Via Verde.



Fonte: BENTO, V. R. S., 2016

A Regional Floresta foi a primeira localização a apresentar a edificação de torres residenciais, indicando a tendência de verticalização das áreas de urbanização consolidada em Rio Branco (Figura 53). Em suas porções mais distantes do centro apresenta amplas parcelas fundiárias desocupadas ou em processo de ocupação que estão se tornando referências para a implantação de condomínios e loteamentos fechados de grandes dimensões. A proximidade do Via Verde Shopping e dos equipamentos públicos e privados situados ao longo do anel viário contribuem para a formação de moradias enclausuradas.

Figura 53 – Verticalização na Regional Floresta.



Fonte: Google Maps, 2016.

Na Regional Tancredo Neves está ocorrendo desde 2008 uma rápida expansão de superfícies residenciais fechadas horizontais devido a disponibilidade de terrenos para a edificação dessas formas de moradia e pela proximidade do Instituto Federal do Acre – IFAC. Entretanto, os condomínios

fechados que estão sendo implantados nessa porção da cidade apresentam um padrão construtivo inferior ao das localizações de predominância dos grupos de maior poder aquisitivo. Esses projetos são os residenciais Juruá, Iaco, Purus e Envira, todos construídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Tais superfícies podem ser enquadradas como enclaves fortificados somente pela existência da guarita, muros e cercas que delimitam as fronteiras e os fluxos dos moradores e visitantes.

Apesar da predominância de empreendimentos condominiais de casas, nesta regional está acontecendo uma procura do mercado imobiliário para a implantação de blocos de apartamentos com itens de convivência (piscinas, salão de festa, churrasqueira, praças internas) como no exemplo do Residencial Ibiza, na Estrada das Placas e o Residencial Reserva do Bosque, (na rodovia estadual AC-010, bairro Alto Alegre), visíveis nas figuras 54 e 55.

Figura 54 – Residencial Ibiza.



Fonte: Skyscrapercity, 2017

Figura 55 – Reserva do Bosque.



Fonte: OLX 2017

Na Regional São Francisco ainda há pouca procura para a construção de empreendimentos residenciais fechados, pois esta divisão administrativa possui a predominância do baixo rendimento dos chefes de família, configurando-se em localização com menor potencial para o investimento nessas modalidades habitacionais. Existe um enclave de rendimento elevado, onde situa-se o condomínio Green Garden Residence (Figuras 56 e 57).

Um ponto a ser considerado na espacialização das novas formas de moradia em Rio Branco é a inexpressividade do Segundo Distrito e da Regional Baixada da Sobral como áreas para expansão desses projetos. Um fator advém da suscetibilidade ambiental na qual estão inseridos estes territórios,

tanto pela presença de áreas alagadas e expostas à inundação nos períodos chuvosos, quanto pelos movimentos de massa atribuídos pela oscilação do nível do rio Acre. Portanto, nesta parte da cidade, o processo de expansão urbana tende a se afastar das margens de seu principal manancial, direcionando-se para as imediações da rodovia AC-040, com a formação de condomínios nos bairros Vila Acre e Triângulo Velho (Figuras 58 e 59).

Figura 56 – Condomínio Green em construção



Fonte: Skyscrapercity, 2017

Figura 57 – Fachada do Residencial Green Garden



Fonte: OLX 2017

Figura 58 – Condomínio Villacre



Fonte: <http://123i.uol.com.br>, 2017

Figura 59 – Vila Militar da Aeronáutica



Fonte: Google Maps 2017

No que concerne às iniciativas governamentais para a verticalização, destaca-se os planos diretores. O PDDU define as formas de uso e ocupação determinando que áreas devam ser adensadas. O documento em destaque estabelece a fragmentação do perímetro urbano da capital acreana com a criação de quatro zonas. Estas delimitações são diferenciadas pela Taxa de Ocupação – TO, o Coeficiente de Aproveitamento – CA básico do lote, a Taxa de Permeabilidade – TP e o gabarito máximo das construções. Em 2016, a

reformulação do PDDU, promove um novo macrozoneamento, subdividindo a zona urbana de Rio Branco em cinco territórios, conforme exposto na figura 60.

Figura 60 – Macrozoneamento de Rio Branco – 2006/2016.



Fonte: PDDU de Rio Branco, 2006 e 2016. Adaptado por Bento, V. R. S.

A Zona de Ocupação Prioritária (PDDU, 2006) abrange o principal território de fomento ao adensamento e a verticalização, tanto pelas vantagens de localização, quanto pela concentração de infraestruturas e equipamentos

públicos que permitem uma maior aglomeração de atividades econômicas e ampliação do ambiente construído.

A implantação de parques urbanos como o do Canal da Maternidade incitou o processo de crescimento vertical de macrozoneamento. O Plano Diretor (Rio Branco, 2006) em seu Art. 156 classifica o entorno do Parque da Maternidade como Área de Requalificação Urbana – ARU, impulsionando construções com gabarito de até doze pavimentos, sujeitos a estudo de impacto de vizinhança. O artigo ressalta que esta medida visa beneficiar-se das “vantagens locacionais promovidas pelos investimentos concentrados nessa área” p. 08. Tal legislação municipal incentivou o adensamento nos bairros contíguos ao canal como o Bosque e Abraão Alab, sendo que neste último estão edificadas dois dos maiores prédios da capital, Mirante do Parque (16 pavimentos) e Paradiso (14 pavimentos). Estes dois residenciais, construídos respectivamente em 2006 e 2007, marcam uma transição no padrão de condomínios na capital do Acre, pois evidencia a verticalização para além do limite estabelecido no PDDU municipal.

A reformulação do PDDU (RIO BRANCO. 2016) incentiva o parcelamento do solo e verticalização para toda a Zona Consolidada, anteriormente denominada de Zona de Ocupação Prioritária. Esta divisão do macrozoneamento municipal teve suas dimensões alteradas no referido documento na qual abrangia primordialmente a Regional Cadeia Velha e atualmente estendeu-se por todo o território da Regional Estação Experimental, compreendendo trechos que antes eram considerados Zona de Urbanização Qualificada. Nesse sentido abre perspectivas para o adensamento populacional e de atividades econômicas numa escala mais abrangente.

Art. 122. A Zona Consolidada corresponde à porção de território urbanizado, com principal concentração de comércios, equipamentos, serviços e moradia, com alta densidade populacional, e melhores condições de infraestrutura. **I** – incentivar a ocupação dos lotes vazios e o parcelamento das áreas remanescentes; **II** – estimular o adensamento por meio da verticalização das edificações, como forma de promoção do uso eficiente dos investimentos existentes em infraestrutura (RIO BRANCO, 2016, p. 65)

Outra modificação advém no aumento do gabarito máximo para a construção civil que estava limitada a quatro andares (com exceção de alguns

trechos, onde o patamar era maior) e aumenta para 20 pavimentos em toda essa macrozona.

A Zona de Ocupação Controlada é o macrozoneamento municipal caracterizado pelas maiores limitações naturais para o adensamento populacional, constituindo-se como um entrave para a expansão horizontal e vertical. Esta engloba parte significativa do perímetro urbano rio-branquense, correspondendo a totalidade da Regional Sobral e Seis de Agosto. Apesar das problemáticas decorrentes da fragilidade ambiental houve modificações nesse território com a revisão PDDU (RIO BRANCO, 2016). A ZOC passa a ser denominada de Zona de Vulnerabilidade Ambiental – ZVA e não é mais tratada de forma homogênea, subdividindo-se em três áreas distintas quanto o grau de vulnerabilidade. Os trechos considerados de baixa vulnerabilidade tiveram o gabarito aumentado para seis pavimentos, permitindo uma verticalização de menor porte (Quadro 7).

Quadro 7 – Especificações do macrozoneamento de Rio Branco, PDDU 2006-2016.

MACROZONEAMENTO PDDU – 2006				MACROZONEAMENTO PDDU – 2016			
Macrozona de Consolidação Urbana Zona de Ocupação Prioritária - ZOP				Zona Consolidada - ZC			
TO	CA	TP	gabarito	TO	CA	TP	gabarito
70%	1	20%	4	70%	6	20%	20
Macrozona de Urbanização Especifica Zona de Urbanização Qualificada - ZUQ				Zona em Consolidação- ZEC			
				TO	CA	TP	gabarito
				70%	6	20%	16
				Zona de Qualificação Urbana - ZQU			
TO	CA	TP	gabarito	TO	CA	TP	gabarito
60%	1	30%	4	70%	4	20%	4
Macrozona de Urbanização Especifica Zona de Ocupação Controlada - ZOC				Zona de vulnerabilidade ambiental – ZVA			
TO	CA	TP	gabarito	TO	CA	TP	gabarito
50%	1	40%	2	Baixa vulnerabilidade			
				60%	6	30%	6
				Média vulnerabilidade			
				50%	4	40%	4
				Alta vulnerabilidade (proibida a ocupação)			
Macrozona de Expansão Urbana – MZEU				Zona de Ordenamento Territorial – ZOT			
TO	CA	TP	gabarito	TO	CA	TP	gabarito
-	-	-	-	60%	4	30%	4

Fonte: PDDU de Rio Branco, 2006 e 2016. Adaptado por Bento, V. R. S.

A mudança mais significativa entre os dois plenos diretores ocorreu na Zona de Expansão Urbana – ZEU, a parte do macrozoneamento que possuía restrições para o parcelamento do solo em decorrência de conflitos existentes entre a prefeitura, o INCRA e a população residente, não estando passível de ser parcelada. Esta divisão passou por alterações sendo denominada atualmente de Zona de Ordenamento Territorial, e agora possui especificações para as formas de ocupação e gabarito das construções.

Além da construção de condomínios fechados verticais e horizontais há também a procura pela moradia em loteamentos fechados. Esta forma de parcelamento urbano vem se expandido rapidamente pela capital acreana, propiciando mudanças no uso do solo, no zoneamento, na infraestrutura urbana e nas relações sociais.

7.3 A PRODUÇÃO DE LOTEAMENTOS FECHADOS EM RIO BRANCO

Antes mesmo da implantação de loteamentos fechados em Rio Branco, verificou-se a tendência de mercantilização do solo para a construção personalizada das residências pelos grupos de médio e alto rendimento com a comercialização de loteamentos abertos por empresas privadas (MORAIS, 2000).

A venda da terra urbana originou diversos bairros na capital entre as décadas de 1970 e 1980. Estes foram concebidos para atender a parcela da população que possuía condições de adquirir um lote para edificação da moradia. O parcelamento do solo ocorria principalmente nas glebas de melhor localização na cidade e nas proximidades da infraestrutura urbana, especialmente no território que compreende as Regionais Estação Experimental onde foram loteados os empreendimentos Jardim de Alah, Flor de Maio e Petrópolis; na Regional Floresta foram implantados os loteamentos Jardim Nazle, Floresta Norte e Bela Vista; já na Regional Cadeia Velha teve a implantação do HABITASA, PROCON, Solar e Jardim São Francisco (MORAIS, 2000).

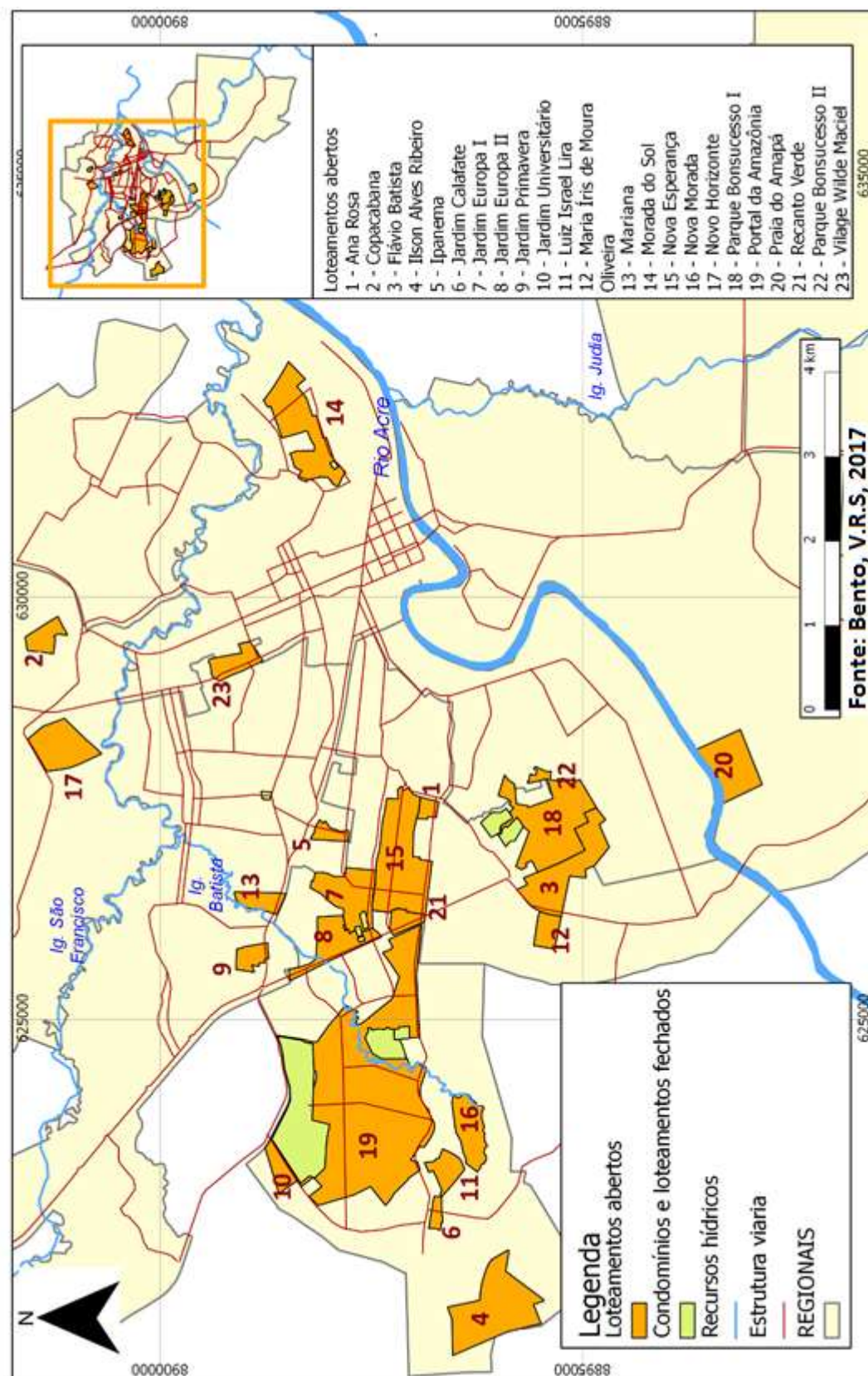
Nos anos 1990 intensifica-se a privatização fundiária em Rio Branco, principalmente pela intervenção de promotores imobiliários com capital de origem local. Na produção de loteamentos abertos destaca-se o Grupo Ipê Empreendimentos, atuante desde o final da década de 1970 com a comercialização de imóveis e lotes urbanos. Em seu percurso de atuação, essa corporação comercializou aproximadamente 16.000 lotes urbanizados em formato de loteamento aberto dentre estes: Jardim Universitário, Primavera, Morada do Sol, Nova Esperança, Novo Horizonte, Village Waldemar Maciel, Mariana, Jardim Europa I e II e Portal da Amazônia (Tabela 19 e Figura 61).

Tabela 19 – Loteamentos abertos do grupo Ipê Empreendimentos

Loteamento	Regional	Área (hectares)
Ana Rosa	Floresta	4,92
Copacabana	São Francisco	11,80
Flávio Batista	Floresta	54,40
Ilson Alves Ribeiro	Calafate	66,70
Ipanema	Estação Experimental	6,73
Jardim Calafate	Calafate	4,78
Jardim Europa I	Calafate	36,80
Jardim Europa II	Calafate	27,90
Jardim Primavera	Estação Experimental	9,70
Jardim Universitário	Calafate	10,60
Luiz Israel Lira	Calafate	12,70
Maria Íris de Moura Oliveira	Floresta	10,40
Mariana	Estação Experimental	11,12
Morada do Sol	Cadeia Velha	45,00
Nova Esperança	Floresta	71,00
Nova Morada	Calafate	24,90
Novo Horizonte	Tancredo Neves	32,00
Parque Bonsucesso I	Floresta	22,61
Parque Bonsucesso II	Floresta	50,01
Portal da Amazônia	Calafate	290,00
Praia do Amapá	Seis de Agosto	36,40
Recanto Verde	Calafate	8,26
Village Wilde Maciel	Estação Experimental	14,8

Elaborado por: BENTO, V.R.S. Extraído de poligonais no Google Earth, 2017.

Figura 61 - Produção de loteamentos abertos do Grupo Ipê Empreendimentos



No que se refere ao surgimento de loteamentos fechados em cidades de porte médio, Sposito (2006) indica que o preço mais baixo das terras disponíveis ainda não loteadas quando comparadas às metrópoles é um atrativo para a implantação desses projetos residenciais. Além desse atributo, a proximidade na qual esses loteamentos estarão dos bens e serviços disponíveis na zona mais adensada da cidade média é mais curta do que nas cidades de maior porte. Muitas vezes os enclaves são construídos dentro da própria área urbana, ocasionando descontinuidades no crescimento da cidade e problemas no provimento de infraestruturas de consumo coletivo, expansão da malha viária e acessibilidade à outras localizações.

Conforme observado no tópico anterior, os condomínios fechados são datados do início da década de 1990, porém, a expansão de loteamentos fechados passa a fazer parte da configuração urbana de Rio Branco expressivamente na década de 2010. Um dos incentivos para a construção desses empreendimentos foi a elaboração de legislações que viabilizassem essa nova forma de habitação mediante as decisões municipais, uma vez que as leis federais de parcelamento do solo não abordam essa tipologia de uso do solo.

O Plano Diretor (RIO BRANCO, 2008) estabelece em seu artigo 168, as Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADE, sendo que estas correspondem às áreas com localização estratégica. A ocupação dessas zonas deverá ser orientada pela implementação de planos específicos do Executivo, para o fomento das atividades econômicas.

O artigo 169 desse documento estabelece no município de Rio Branco as seguintes ADE: Áreas de Desenvolvimento de Pequenas Indústrias - ADE I; Áreas de Desenvolvimento Industrial - ADE II, na qual esta última corresponde aos trechos urbanos da BR-364. Já o artigo 171 determina que: “Na ADE II serão permitidos empreendimentos particulares em glebas, condomínios e/ou loteamentos industriais fechados que não poderão ultrapassar uma dimensão de 100.000 m² (cem mil metros quadrados).” p.53.

Cinco anos depois a definição do zoneamento do PDDU-Rio Branco foi estabelecida a legislação municipal sobre a implantação de loteamentos fechados e de condomínios horizontais de lotes (Lei Nº 1993 DE 19/07/2013). O primeiro artigo desse documento define:

Art. 1º Fica instituído o condomínio horizontal de lotes e o loteamento fechado para fins residenciais unifamiliares, no Município de Rio Branco, mediante prévia aprovação dos projetos pelos órgãos públicos competentes, respeitando-se os índices urbanísticos e critérios previstos nesta Lei, no Plano Diretor, no Código de Obras e na legislação vigente.

Esta lei indica a possibilidade de construção dessas tipologias de parcelamento por via municipal, uma vez que inexiste uma lei federal que ampare essa implantação fundiária. Mais adiante, em seus incisos cinco e seis, a referida estabelece a classificação das modalidades condomínio horizontal de lotes e loteamentos fechado, indicado os padrões de uso e ocupação do solo:

V - condomínio horizontal de lotes: divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação para fins residenciais em edificações unifamiliares, com áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos, nem na modificação ou ampliação dos já existentes, com abertura de vias internas de domínio privado;

VI - loteamento fechado: loteamento cujos lotes são destinados à edificação, e cuja administração e manutenção das vias e áreas públicas ficarão ao encargo e ônus dos proprietários, enquanto estiver vigorando a autorização do Município para que o loteamento esteja fechado em todo o seu perímetro;

Além disso, a Lei Nº 1993 de 19/07/2013 estabelece a dimensão máxima a qual poderá ser construído um loteamento fechado em Rio Branco. Essa decisão supera o limiar de 100 mil metros quadrados indicados no PDDU de 2006 para a construção de empreendimentos particulares nas Áreas de Desenvolvimento Social - ADEs:

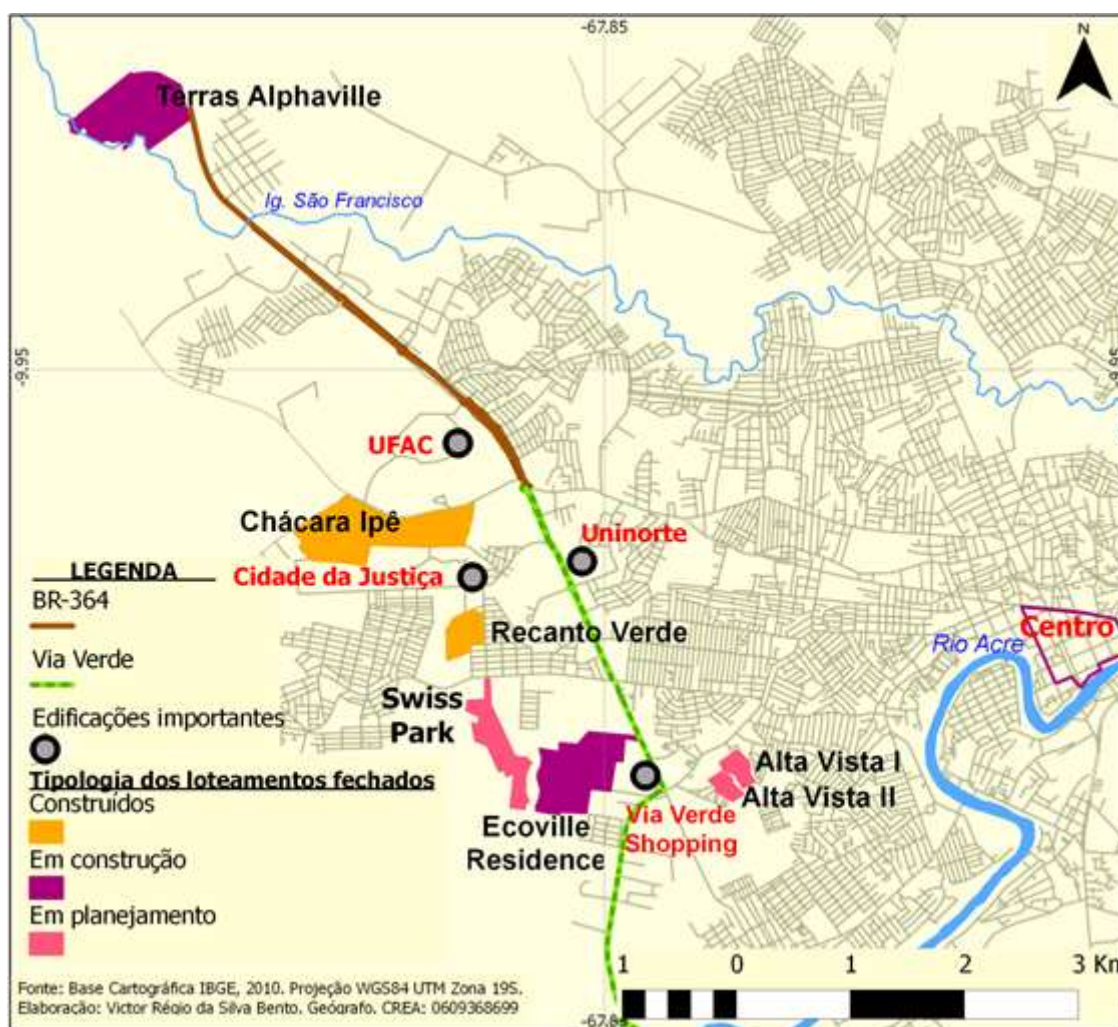
Art. 5º A área máxima com acesso controlado permitida para a implantação de empreendimentos na modalidade de loteamentos fechados é de 400.000 m² (quatrocentos mil metros quadrados) e para os condomínios horizontais de lotes é de 200.000m² (duzentos mil metros quadrados).

A reformulação do plano diretor evidencia com maior destaque a possibilidade de implantação dos loteamentos fechados, ratificando o documento 1993/2013. “Art. 75. São permitidos os loteamentos fechados e os condomínios horizontais de lotes, regulamentados por lei municipal específica”. (RIO BRANCO, 2016, p. 46). O PDDU também versa sobre a obrigatoriedade

de arborização urbana pelos responsáveis por projetos residenciais fechados – relacionar com o plano municipal de arborização. Destacar os condomínios e loteamentos fechados. **Art. 102.** “deverão apresentar o projeto de arborização urbana e de tratamento paisagístico das áreas verdes e de lazer ao órgão municipal, para análise e aprovação (PDDU, 2016, p. 60).

Tendo em vista o incentivo das leis municipais, é verificável que sete loteamentos fechados foram construídos e/ou estão em fase de construção ou sendo previstos na capital acreana (Figura 62).

Figura 62 – Localização e tipos de loteamentos fechados em Rio Branco. 2017.



Elaborado por BENTO, V. R. S.

Esses projetos possuem o investimento financeiro oriundo de empresas atuantes no ramo corporativo imobiliário, local, regional e nacional (Tabela 20). Na disputa por parcelas do solo urbano rio-branquense, as

empresas de capital local são as que possuem mais expressividade na negociação de lotes e na área total dos empreendimentos.

Tabela 20 – Caracterização dos loteamentos fechados de Rio Branco.

Empreendimento	Origem do Grupo	Área Total (m²)	Quantidade de Lotes
Chácara Ipê	Local	663.900	294
Recanto Verde		132.000	208
Alta Vista I		109.000	Previsto
Alta Vista II			108
Ecoville	Regional	483.508	443
Terras Alphaville		456.048	706 residenciais, 16 comerciais
Swiss Park	Nacional	398.552	469 residenciais, 5 comerciais
Área Total	-----	2.243.008	

Fonte: Pesquisa direta.

Como representante dos investimentos de origem local, parte significativa do mercado de imóveis em território rio-branquense estão associados ao grupo Ipê Empreendimentos Imobiliários. O grupo foi pioneiro na implantação de loteamentos fechados em Rio Branco. Sua atuação nesse mercado ocorreu mediante a consolidação do “condomínio residencial Chácara Ipê” empresa aberta em 22/12/1999 e registrada sob o CNPJ: 03.590.512/0001-43. Esse empreendimento, elaborado na modalidade de loteamento murado e com guarita, trouxe como novidade a venda aproximadamente 294 terrenos com dimensões superiores a 800m², possibilitando assim a construção de amplos espaços residenciais, a uma curta distância das regiões de maior adensamento populacional e de atividades econômicas. No segmento loteamento fechado, o Grupo Ipê Empreendimentos possui outros três empreendimentos: Recanto Verde e Alta Vista I e II

O condomínio fechado de lotes Recanto Verde, foi inaugurado em novembro de 2015 e está localizado no Bairro portal da Amazônia (Figura 63). Esse empreendimento situa-se em uma região de alta valorização por sua proximidade com o shopping e pelo acesso aos equipamentos institucionais públicos e privados situados na Via Verde.

Figura 63 – Portaria do condomínio fechado de lotes Recanto Verde.



Fonte: BENTO, V. R. S., 2016.

Dentre as vantagens emitidas em seus anúncios publicitários, o Recanto Verde tem como atributos principais: a infraestrutura implantada, a acessibilidade e a diversidade dos itens de convivência.

Item 1: “Aqui você tem tudo o que precisa para construir seu lar”. Essa primeira frase visa destacar as facilidades da infraestrutura existente no loteamento, necessária para a edificação das residências: ruas com pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, rede de distribuição de água potável, rede de coleta de esgoto, estação de tratamento de efluentes, guias e sarjetas.

Item 2: “Você está na área de maior crescimento e valorização de Rio Branco”. Evidencia-se nessa passagem os atributos referentes às vantagens em adquirir o imóvel em uma região que proporcionará retorno garantido ao comprador. Também enfatiza a localização do empreendimento destacando a facilidade de direcionamento aos lugares de consumo, trabalho e estudo: “A 2 km do Via Verde Shopping; a 1 km da Uninorte e Colégio Primeiro Passo; próximo aos hipermercados Makro e Atacadão; ao lado do Centro Administrativo, sede de diversos órgãos públicos importantes como TRE, Cidade da Justiça, OAB, entre outros”.

Item 3: “Atividades diversas para todas as idades em um verdadeiro clube sem sair de casa”. Observa-se o destaque atribuído aos itens de convivência que farão parte da estrutura do loteamento e que poderão propiciar

o lazer em família e em comunidade. Atrações destinadas às crianças como piscina infantil, parque aquático, playground e brinquedoteca. Ambientes propícios às confraternizações: salão de festas, espaço gourmet, clube aquático e churrasqueira. Além de lugares para a prática de atividades físicas como piscina semiolímpica e academia.

Outro loteamento fechado que está sendo construído pelo grupo de capital local é o Alta Vista 1 e 2. O Condomínio está dividido em duas fases de comercialização, sendo que a parte dois desse empreendimento está com seus lotes disponíveis à venda. Seu folder de divulgação enfatiza a localização como sendo um ponto privilegiado de Rio Branco, de onde se tem uma vista panorâmica a qual inspirou sua denominação. A acessibilidade aos espaços de trabalho, lazer e consumo consumptivo da cidade é outro aspecto destacado pela campanha publicitária desse residencial. O condomínio fechado de lotes Alta Vista, destaca o bem-estar como fundamento para a comercialização de seus lotes. Destaca em sua planta itens de convivência que focam na privacidade dos moradores (Figura 64).

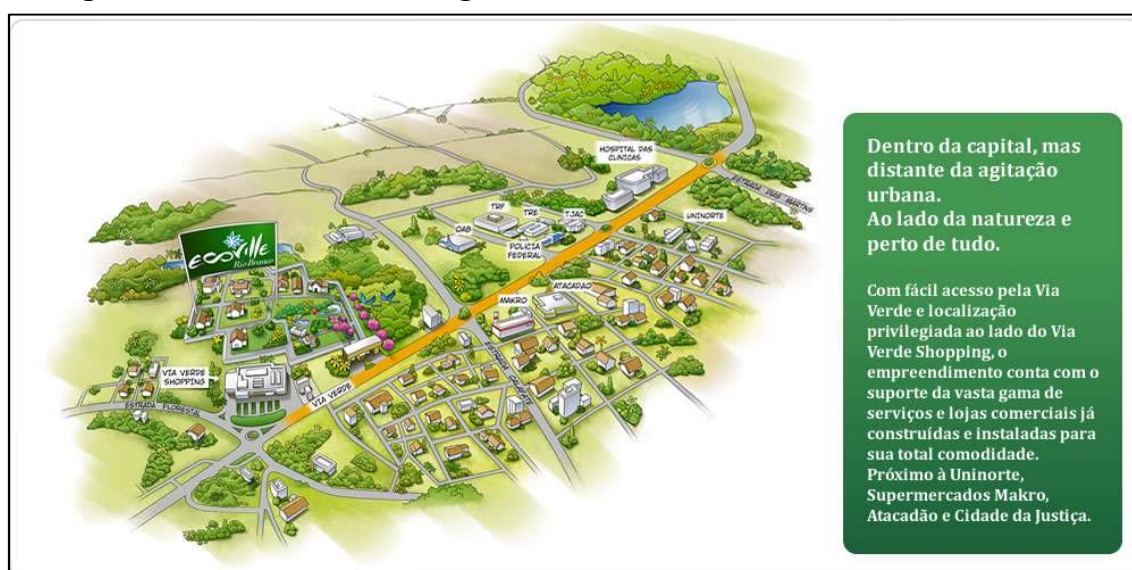
Figura 64 – Folder de divulgação do condomínio Alta Vista II.



Fonte: Ipê Empreendimentos, 2015.

Como grupo de investimento regional, tem-se o Ecoville Residence, de autoria da Welcon Incorporadora. Esta corporação imobiliária possui empreendimentos nas cidades de Ji-Paraná e Porto Velho, em Rondônia e em, 2014 começa suas operações em Rio Branco com a construção de um loteamento fechado que tem como bandeira a exaltação dos padrões urbanísticos aliado à natureza. Localização, meio ambiente e segurança estão entre as características mais apontadas pelo material publicitário que anuncia a comercialização deste residencial (Figura 65).

Figura 65 – Folder de divulgação do condomínio Ecoville Residence.



Fonte: Welcon Incorporadora, 2015.

A localização do empreendimento é o elemento mais destacado em sua divulgação. Situado ao vizinho Via Verde Shopping, próximo à equipamentos públicos e privados, além de aproveitar os benefícios da acessibilidade propiciada pelo anel viário e a disponibilidade de área verde (Figura 66). Essas afirmações podem ser observadas em trechos recortados do anúncio do condomínio, disponível em seu sítio eletrônico³⁵.

Trecho 1: “Com localização privilegiada, a menos de 400 m do shopping”. **Trecho 2:** “Com fácil acesso pela Via Verde e localização privilegiada ao lado do Via Verde Shopping”. **Trecho 3:** “Tudo isso em uma região integrada à cidade com acesso facilitado à infraestrutura comercial e de serviços que a capital oferece. É a proximidade da natureza com o trabalho, a

³⁵ Anúncios e plantas extraídas do sítio eletrônico: <http://www.welcon.eng.br/>

escola e demais locais que cada um precisa acessar no dia a dia”. **Trecho 4:** “A localização privilegiada é um dos principais pré-requisitos para a implantação de um Ecoville, assim como a construção da canalização, da distribuição de água potável, da drenagem pluvial e da iluminação pública”.

Como a própria denominação do empreendimento remete a aproximação com o meio ambiente, inclusive com a integração entre os itens de convivência e as áreas verdes. Focaliza a prática de esportes ao ar livre, utilização de trilhas para caminhadas além de uma diversidade de espaços para a prática de esporte e lazer como: quadras poliesportivas, de tênis, de vôlei de areia, campos de futebol adulto e infantil, piscinas, *playground*, brinquedoteca, espaço *gourmet*, circuito, bosques e espelhos d'água.

Figura 66 – Canteiro de obras do Ecoville Residence.



Fonte: BENTO, V. R. S. Arquivo pessoal, 2016.

Há uma excessiva preocupação referente à segurança nessa superfície residencial fechada na qual há um plano de diretor de segurança e uma configuração urbanística que garante a integridade dos condôminos: “O traçado urbanístico foi projetado de forma que os terrenos tenham uma localização onde não estão expostos à divisa do condomínio. Os agentes de vigilância circularão com liberdade e agilidade, garantindo proteção sem incomodar os moradores” (GUARESCHI, 2013, p. 7).

Em se tratando da formação de loteamentos fechados com investimentos nacionais, foi anunciada em Rio Branco no ano de 2014 a implantação de um empreendimento da corporação imobiliária Alphaville. Esta

empresa está presente 22 estados brasileiros e é líder no setor urbanístico brasileiro com a produção de bairros planejados, condomínios horizontais e núcleos de convivência urbana.

A marca Alphaville tem como característica a construção de empreendimentos de grande porte em áreas metropolitanas e cidades porte médio, onde o tamanho dos lotes comercializados supera os 300 m². Seus loteamentos enfatizam como instrumentos de divulgação o convívio social, segurança e qualidade ambiental, são carros-chefes de seu marketing empresarial.

Essa corporação imobiliária iniciou suas operações em 1973 e seu primeiro empreendimento foi instalado na cidade paulista de Barueri em uma superfície superior a três milhões de metros quadrados. Uma característica marcante desse loteamento fechado advém da diversidade de serviços, uma vez que se constitui como uma verdadeira *edge city*, pois, além das residências concentra estabelecimentos comerciais, institucionais e de serviços como escolas, shopping centers e supermercados. A partir do ano de 2009, a empresa em questão diversifica suas atividades implantando o primeiro empreendimento com a marca Terras Alphaville, na cidade paranaense de Foz do Iguaçu.

O conceito Terras Alphaville é voltado principalmente para as cidades médias: Dourados, Linhares, Anápolis, Aracaju (Barra dos Coqueiros), Governador Valadares, Campina Grande, Vitória da Conquista e Rio Branco, centros urbanos emergentes que recebem os empreendimentos mais simples dessa empresa urbanística, uma vez que a modalidade “Terras” não possui a quantidade de itens e detalhes paisagísticos que os implantados nas regiões mais economicamente dinâmicas do país. Pescatori (2016) demonstra que na expansão dos investimentos dessa urbanizadora ocorrem reduções no tamanho dos loteamentos e na quantidade de bens oferecidos.

Os empreendimentos da fase de expansão de Alphaville são um modelo simplificado da fase anterior da empresa. Isso porque esses empreendimentos não abarcaram a complexidade da experiência do Alphaville Barueri – Santana do Parnaíba, não apenas por incorporarem áreas muito menores, mas principalmente por não incluírem a diversidade de usos e propósitos lá presentes, desde o início. (PESCATORI, 2016, p. 262).

O quadro 8 mostra a distribuição espacial dos empreendimentos Alphaville no Brasil por região, estado e cidade.

Quadro 8 – Distribuição dos empreendimentos Alphaville.

REGIÃO SUDESTE	Rondônia
São Paulo	Alphaville Porto Velho
Alphaville Araçatuba	Tocantins
Alphaville Bauru	Alphaville Palmas
Alphaville Burle Max (Santana de Parnaíba)	Acre
Alphaville Granja Viana (Cotia)	Terras Alphaville Rio Branco
Alphaville Castelo (Itu/Sorocaba)	REGIÃO NORDESTE
Alphaville Dom Pedro 1, 2 e 3 (Campinas)	Maranhão
Alphaville Conde (Barueri)	Alphaville Araçagy (São José de Ribamar)
Alphaville Jundiá	Piauí
Alphaville Nova Esplanada 1, 2, 3 e 4 (Votorantim)	Alphaville Teresina
Alphaville Piracicaba	Terras Alphaville Teresina
Alphaville Ribeirão Preto 1, 2 e 3	Ceará
Alphaville São José dos Campos	Alphaville Eusébio
Terras Alphaville Mirassol (S José do Rio Preto)	Alphaville Fortaleza (Eusébio)
Minas Gerais	Alphaville Residencial 1 e 2 – Ceará (Eusébio)
Alphaville Juiz de Fora 1 e 2	Terras Alphaville Residencial 1, 2 e 3 (Eusébio)
Alphaville Minas Gerais (Vespasiano)	Rio Grande do Norte
Alphaville Uberlândia	Alphaville Mossoró
Terras Alphaville Rio Doce (Gov. Valadares)	Alphaville Natal
Rio de Janeiro	Paraíba
Alphaville Barra da Tijuca	Alphaville Campina Grande
Alphaville Campos	Terras Alphaville Campina Grande
Alphaville Volta Redonda	Alphaville João Pessoa
Terras Alphaville Cabo Frio	Alphaville Paraíba (João Pessoa)
Terras Alphaville Maricá 1 e 2	Pernambuco
Terras Alphaville Resende	Alphaville Caruaru
Espírito Santo	Alphaville Francisco Brennand (Jaboatão)
Alphaville Jacuhy 1, 2 e 3 (Serra)	Alphaville Pernambuco 1 e 2 (Jaboatão)
Terras Alphaville Linhares	Terras Alphaville Petrolina
REGIÃO SUL	Sergipe
Paraná	Alphaville Sergipe (Barra dos Coqueiros)
Alphaville Graciosa (Pinhais)	Terras Alphaville Sergipe 1 e 2 (B. Coqueiros)
Alphaville Pinheiros (Pinhais)	Bahia
Terras Alphaville Foz do Iguaçu 1 e 2	Alphaville Salvador 1 e 2
Alphaville Londrina 1 e 2	Alphaville Feira de Santana 1 e 2
Alphaville Maringá	Alphaville Litoral Norte 1, 2 e 3 (Camaçari)
Terras Alphaville Ponta Grossa	Terras Alphaville Camaçari
Rio Grande do Sul	Terras Alphaville Vitória da Conquista 1 e 2
Alphaville Gramado	REGIÃO CENTRO-OESTE
Alphaville Gravataí 1 e 2	Goiás
Alphaville Pelotas	Alphaville Flamboyant - Goiânia
Alphaville Porto Alegre	Alphaville Anápolis
REGIÃO NORTE	Terras Alphaville Anápolis
Pará	Mato Grosso
Alphaville Belém 1 e 2	Alphaville Cuiabá
Amazonas	Mato Grosso do Sul
Alphaville Manaus 1, 2, 3 e 4	Alphaville Campo Grande 1, 2, 3 e 4
Alphaville Manaus Comercial	Terras Alphaville Dourados
	Distrito Federal – Alphaville Brasília 1 e 2

Fonte: Alphaville, 2015. Adaptado por: BENTO. V. R. S.

O Terras Alphaville apresenta uma diferenciação em relação aos demais enclaves residenciais fechados que estão sendo implantados em Rio Branco. Situado fora do perímetro urbano, este impulsionará a ocupação de uma área rural adjacente à malha urbana. Consequentemente, verifica-se que as práticas urbanas não estão condicionadas apenas ao viver na cidade, pois a lógica da produção da moradia encarcerada pode ser estabelecida fora do núcleo urbano, apesar de estar dependente destes. Esta característica de ocupação periférica é marcante nos projetos elaborados pela urbanizadora Alphaville, os quais são construídos nos principais eixos rodoviários das cidades.

Dentre as práticas mantidas, a principal e mais notória é a manutenção da localização periférica de seus empreendimentos, sempre situados em áreas de expansão urbana, áreas estas que muitas vezes eram consideradas rurais pela legislação municipal até o momento em que a empresa e seus parceiros decidiram iniciar um novo negócio e propuseram a alteração de uso do solo às prefeituras. É nas franjas urbanas que a empresa encontra grandes glebas a preços baixos para empreender, e é na transformação de terras rurais em urbanas que ela e seus parceiros maximizam seus lucros, ampliando a dispersão urbana. (PESCATORI, 2016, p. 259)

O loteamento Terras Alphaville Rio Branco está localizado no quilômetro 143 do eixo viário BR-364/Via Verde, no sentido interior-cidade. Essa área antes ocupada pela Fazenda Boa Vista, consiste no extravasamento do mercado imobiliário para os limites da cidade beneficiando-se da acessibilidade viária e da proximidade de importantes equipamentos urbanos como a UFAC, Uninorte, Aeroporto, Cidade da Justiça, dentre outros.

Considerada uma marca de alto padrão e urbanismo no Brasil, a Terras Alphaville foi lançada oficialmente em Rio Branco, na manhã deste sábado, 20, no Comfort Hotel, na Via Verde. Situado na área antes ocupada pela Fazenda Boa Vista, na Estrada do Aeroporto de Rio Branco, o 'Terras Alphaville', possui localização estratégica, além da proximidade com pontos de referência como a Universidade Federal do Acre, o Parque Tucumã, Nações Unidas, Avenida Ceará e o Aeroporto Internacional Plácido de Castro. A região é reconhecida como vetor de expansão imobiliária com alto potencial de valorização. (AC24HORAS, 2015)

De acordo com a divulgação publicitária (Figura 67), este empreendimento contará com centro comercial com 16 unidades destinadas a abrigar estabelecimentos que atendam às necessidades imediatas da

população residente tais como mercado, padaria, farmácia, lavanderia, salão de beleza, cafés, entre outros.

Figura 67 – Stand do Terras Alphaville no Via Verde Shopping.



Fonte: BENTO, V. R. S. Arquivo pessoal, 2016.

Outra empresa de capital nacional a destinar um projeto de loteamento fechado para Rio Branco é a Swiss Park Incorporadora. Sediada em Campinas, essa empresa atua no mercado de loteamentos abertos e fechados desde 1977, possuindo empreendimentos nas cidades de Marília, Campinas, São Carlos, São Bernardo do Campo, Manaus e Brasília, abrangendo três macrorregiões brasileiras.

Dentre as marcas que compõem seu portfólio de loteamentos fechados estão o Residencial Glarus, Villa Suíça e Swiss Park, cada um com suas especificidades. O Glarus é caracterizado pela grande quantidade de áreas verdes, inclusive com a implantação de lagos artificiais, valorizando a distribuição paisagística das unidades residenciais ao redor dos corpos hídricos “1 milhão de m² de área verde. Parque Botânico com mata de preservação permanente, 17 lagos, 35 mil m² de parques e jardins”³⁶.

O Residencial Villa Suíça Manaus e Brasília foram lançados em 2012 e demonstram a descentralização dos projetos da Swiss Park Incorporadora para outras regiões do país. Juntos, estes dois empreendimentos somam 2.270 lotes residenciais e 295 lotes comerciais. Finalmente, os loteamentos Swiss Park propriamente ditos, que possuem tanto a modalidade office quanto residencial:

³⁶ Mais informações em: <http://swisspark.com.br/swiss-park-glarus/>

Esses são os Residenciais Swiss Park: São Bernardo do Campo, São Carlos e Campinas, onde você poderá planejar cuidadosamente a sua casa. Os sistemas de segurança são completos, com portarias estruturadas, equipamentos com tecnologia de última geração e profissionais especializados que garantem a tranquilidade dos moradores. Os residenciais são repletos de natureza, canto dos pássaros, liberdade de caminhar pelas ruas e deixar as crianças brincando³⁷.

Merece destaque o projeto que está sendo edificado na capital acreana. Com 469 lotes residenciais e cinco comerciais, este empreendimento será o segundo maior em comercialização, estando atrás apenas do Terras Alphaville. Localizado na Estrada do Calafate (Figura 68) em frente aos loteamentos abertos Portal da Amazônia e Reserva Amazônia, o Swiss Park contribuirá para o adensamento do ambiente construído e consolidação dessa via como um corredor de atividades econômicas que está sendo pressionado pelo acréscimo populacional.

Figura 68 – Anúncio do Swiss Park na Estrada do Calafate.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. Disponível em: www.skyscrapercity.com

Dentre as principais características observadas no Swiss Park Rio Branco é a localização privilegiada, nas proximidades da Via Verde, sendo beneficiado principalmente pelos equipamentos comerciais em sua proximidade, como o Atacadão, Makro, Shopping e Loja Havan. A oferta de vários itens de convivência (Quadra de Tênis, Quadra Poliesportiva, Campo de

³⁷ Informações extraídas de: <http://swisspark.com.br/institucional/>

Futebol Society, Piscinas adulto e infantil, Salão de Festas, Churrasqueira, Salão de Jogos, Fitness, Espaço Mulher, Cinema, Brinquedoteca), o conceitua como um verdadeiro *home club*. A presença de áreas verdes em seu entorno também é vendida como recurso mercadológico em conjunto com a segurança eletrônica, sendo indicativos de status e isolamento social.

O Residencial Swiss Park Rio Branco reúne o melhor do estilo de vida europeu com toda a modernidade do padrão Swiss Park. O Residencial está na melhor localização da cidade de Rio Branco e conta com uma estrutura de segurança excelente, com muro de 3 metros de altura em todo o seu perímetro e portaria 24 horas que garante a tranquilidade que a sua família procura. Além de trazer diversas conveniências para perto de sua casa o Residencial possui um clube completo para você se divertir com a sua família³⁸.

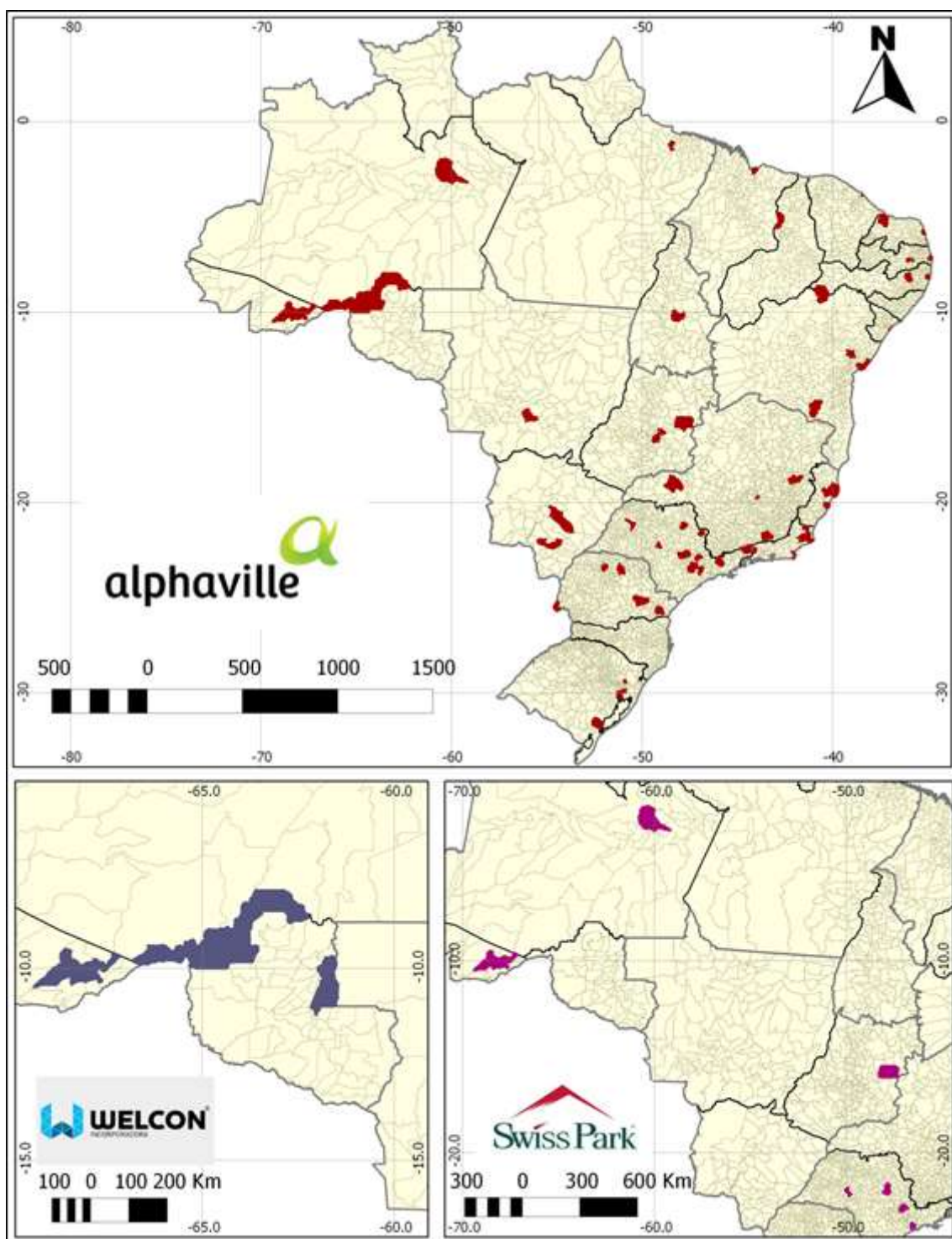
A implantação dessas superfícies residenciais enclausuradas em Rio Branco insere-a no seleto grupo de cidades brasileiras conectadas às redes nacionais e regionais desse tipo de empreendimento (Figura 69). Seu destaque é ainda mais relevante na Região Norte do país, pois esta é a macrorregião com o menor número de loteamentos fechados.

Nesse contexto de interligação entre as cidades na escala do país e regional concorda-se com Bauman (2004) quando este afirma que os laços existentes entre os habitantes dos guetos voluntários são mais vinculados com a esfera nacional e internacional do que com a vida pública da esfera local. Ou seja, essa população realiza suas atividades de lazer, compras e transações financeiras através de elos mais fortes com o que está fora da cidade do que com a cidade onde habitam, criando uma rede que conecta os espaços valorizados entre si.

Produz-se assim, uma elite global, que ocupa fragmentos privilegiados de cada espaço urbano, transformando seus locais de habitação em áreas desconectadas e abandonadas do convívio social local. “As pessoas da ‘camada superior’ não pertencem ao lugar que habitam, pois, suas preocupações se situam (ou melhor, flutuam) alhures” (BAUMAN, 2004, p. 56).

³⁸ Mais informações no sítio eletrônico da incorporadora Swiss Park em: http://swisspark.com.br/swissparkriobranco/?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=rio_branco-sfdigital&gclid=CKHGnoS0qtQCFQQGkQodcAMGiw

Figura 69 – Inserção de Rio Branco nas redes de loteamentos fechados.



Elaborado por: BENTO, V. R. S., 2017.

Observando os padrões locais, regionais e nacionais dos loteamentos fechados, percebe-se que a conceituação das moradias fechadas está em constante modificação, pois, como produto imobiliário, ela tem que está em trazendo inovações, incluindo itens que diferencie os lançamentos dos

enclaves já construídos, possibilitando a fetichização do espaço com a oferta de novos atrativos. Assim, surgem condomínios associados a parques temáticos, incorporados à shopping centers, situados em áreas isoladas, inclusive se afastando cada vez mais do adensamento urbano e criando verdadeiras “cidades dentro de cidades”.

Para aquecer o mercado por exclusividade no habitar é relevante compreender como os empreendedores imobiliários se apropriam da natureza como elemento de valorização da moradia enclausurada e como ocorre a atuação do marketing na manipulação dos consumidores, na construção de necessidades e de valores pelo viés da busca ao verde.

7.3.1 Marketing dos loteamentos fechados rio-branquenses

Para fomentar a constituição das novas formas de uso habitacional do espaço urbano são necessárias mudanças nos valores sociais da população de alta renda. Inicialmente foi desassociada a residência unifamiliar como sinônimo de prestígio social, em prol das edificações multifamiliares de casas e apartamentos em formatos de condomínio (Caldeira 2011).] As modificações no padrão de consumo da população são realizadas pelos promotores imobiliários. Estes constituem por um complexo conjunto de agentes formado por economistas, arquitetos, engenheiros, publicitários e corretores de imóveis que atuam conjuntamente através da produção de ideais de moradia, especulação imobiliária e apelo publicitário (CORRÊA, 1997). Enquanto agente produtor do espaço, os empresários do setor imobiliário e sua equipe técnica estão vinculados ao Estado e às instituições bancárias, e possuem ampla capacidade de modificar o espaço urbano.

Os apelos publicitários somam as mudanças de valores sociais, convertendo em mercadoria os itens raros de aquisição nas cidades desordenadas e caóticas, tais como segurança, áreas verdes, convívio social, conforto e lazer. “O urbanismo propicia o pressentimento e, às vezes, a exploração das novas raridades: o espaço, o tempo, o desejo, os elementos (o ar, a água, a terra, o sol)” (LEFEBVRE, 2001, p. 145). Nessa apropriação de objetos outrora abundantes e agora escassos, o urbanismo preza pela

valorização das raridades como mercadoria e não pela gestão coletiva desses recursos por toda a sociedade.

A população encontra-se presa ideologicamente ao valor de uso, porém está submetida ao valor de troca. Assim, vê-se oprimida pelas representações urbanísticas, com sua lógica, linguagem, sistema de signos e significações. A ideologia urbanística se apropria desse valor de uso, transformando em valor de troca, vende-se não somente o lote, mas também a ideais como convívio social, retorno à natureza, tranquilidade, segurança. “Cínico, pode acabar por vender liberdade, felicidade, ‘estilo de vida’, vida social, até mesmo vida comunitária nos falanstérios, para o uso dos sátrapas modernos” (LEFEBVRE, 2001, p. 145)

O capitalismo associa-se ao urbanismo, encontrando uma alternativa para a sua reprodução através da especulação imobiliária, nas obras de grandes dimensões, assim como na compra e venda do espaço. Assim, a sobrevivência do sistema se encontra na venda do espaço como mercadoria e na reorganização da produção. Nessa tentativa, origina-se a ilusão urbanística, onde os habitantes creem dominar a decisão e a criação, porém estes se encontram passivamente em relação às ações do mercado imobiliário. “Essa estratégia oprime o “usuário”, o “participante”, o simples “habitante”. Ele é reduzido não apenas à função do habitar (ao habitat como função), mas a função de comprador de espaço, realizando a mais-valia” (LEFEBVRE, 2001, p. 141).

É preciso dar a ideia ao comprador que este será satisfeito em suas necessidades, para tanto, são necessárias estratégias de conhecimento de seus anseios ora pela própria declaração dos interessados, ora pelo poder de persuasão dos especialistas. Por vezes, é permitido deixar que a adaptação espacial seja realizada pelo próprio usuário para que ele se sinta participante na construção de seu projeto habitacional. “o urbanismo implica num duplo fetichismo. Em primeiro lugar, o fetichismo da satisfação [...] em segundo lugar, o fetichismo do espaço” (LEFEBVRE, 2001, p. 143).

Para promover a satisfação no consumidor, a estratégia de produção da moradia para essas classes de maior rendimento vai além da construção da habitação, pois os promotores imobiliários agem espacialmente, procurando os terrenos capazes de satisfazer as demandas por *status* (terrenos próximos às

residências de líderes governamentais e da população abastada); acessibilidade aos locais de trabalho, compras e entretenimento e; na circunvizinhança de amenidades naturais e socialmente produzidas (lagos, faixa litorânea, áreas verdes, parques, espaços culturais etc).

O somatório dessas características tende a valorizar diferencialmente as localizações da cidade, “que se tornam alvo da ação maciça dos promotores imobiliários: são áreas nobres, criadas e recriadas segundo os interesses dos promotores, que se valem da maciça propaganda” (CORRÊA, 1989, p. 23). Logo, na proporção em que esses terrenos mais valorizados pelos atributos mencionados vão se tornando rarefeitos, surge a busca desenfreada por novas glebas a serem valorizadas, reforçando ainda mais a segregação no espaço urbano. Especialmente quando o Estado se associa aos promotores imobiliários, construído moradias populares em localizações opostas às áreas de preferência do mercado de imóveis.

A valorização do verde surge como um consenso no discurso dos planejadores urbanos, arquitetos e promotores imobiliários. A possibilidade de gerar amplos espaços arborizados está presente em legislações urbanísticas que definem áreas de preservação e delimitam parques e praças além de propor alternativas para a revitalização de zonas degradadas urbanisticamente. Jacobs (2001, p. 98) demonstra que: “no planejamento urbano ortodoxo, as áreas livres dos bairros são veneradas de uma maneira surpreendentemente acrítica, quase como os selvagens veneravam fetiches”.

O mercado imobiliário evoca a natureza na construção de seus espaços de representação em seus jardins, praças e demais espaços verdes. “Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante” (LEFEBVRE, 2001, p. 34). Tal processo de fetichização da natureza acontece com a sua transformação em raridade.

No sentido urbanístico, a representação da natureza transforma-se em espaço funcional, neutralizado, por vezes vazio de sentido ou de utilidade: “o que pensar senão que constituem um substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças?” (LEFEBVRE, 1999, p. 34).

Em Rio Branco a preocupação em ilustrar a natureza como exposto em seu plano de arborização municipal, assim como a própria denominação Via Verde demonstra esse apelo ao natural tão presente nos discursos governamentais. A vegetação autóctone cede lugar a um paisagismo pragmático, onde espécies da flora local e exógenas são dispostas de forma enfileirada ou organizada em jardins, praças e canteiros centrais, expressando a banalização do uso dos elementos naturais como fonte visual de consumo e contemplação.

Em seu uso público tal como afirma Jacobs (2001,) a natureza é convertida em jargão para os problemas urbanos. Qualquer intervenção para humanização de áreas consideradas degradadas ou mesmo na transformação de espaços públicos recorre à busca de mais áreas verdes. A crítica da autora é direcionada ao uso indevido da natureza nas cidades, onde muitas vezes a construção de parques e praças está alheia às reais necessidades da população. Portanto é necessário, “acabar com a confusão entre os usos reais e os fantasiosos - por exemplo, a baboseira de ficção científica de que os parques são os pulmões da cidade” (p. 98).

Essa estratégia do poder público é apropriada pelos promotores imobiliários como forma de vincular os seus projetos com a sustentabilidade e convívio com a natureza. Henrique (2009) elenca algumas das estratégias de apropriação da natureza pelo mercado imobiliário considerando como elementos: a supervalorização da natureza com a predominância dos tons esverdeados; a abundância de praças e áreas verdes dentro dos empreendimentos; o consumo da natureza como um objeto raro, privativo, requintado e exclusivo para as classes de alto poder econômico; a segregação urbana e venda da ideia do meio ambiente associado ao conforto da vida citadina, com suas possibilidades de consumo nos *shopping centers*.

Observando alguns materiais publicitários relativos a comercialização de loteamentos fechados em Rio Branco, percebe-se o quanto é recorrente o apelo ao verde como elemento de valorização imobiliária. Desde o uso de logomarcas e slogans onde a natureza é o grande atrativo, até a forma como é exibida as imagens referentes aos projetos destes residenciais (Figura 70).

Figura 70 – Compilação de anúncios dos loteamentos fechados de Rio Branco.



Fonte: Pesquisa em sítios eletrônicos das incorporadoras. Elaborado por: BENTO, V. R. S.

Para reforçar essas constatações, foram elencadas no quadro 9, as formas como os loteamentos fechados que estão em comercialização na capital acreana utilizam a natureza em seu marketing verde tendo em vista a abordagem em quatro elementos: a denominação do empreendimento, o uso de elementos e toponímias associadas ao natural, a presença de áreas verdes e o contato com a natureza e, por último, o paisagismo. A pesquisa reuniu folders, textos de divulgação em *websites*, matérias de jornal e de revistas para compreender os usos publicitários.

Quadro 9 – Marketing verde nos loteamentos fechados de Rio Branco.

Item 1: Quanto a denominação do empreendimento

Alta Vista II: Referenciando-se ao desnível topográfico que possibilitará uma visão panorâmica de seu entorno.

Recanto Verde: A denominação do empreendimento utiliza-se de duas palavras que remetem ao natural “Recanto” e “Verde”

Ecoville: Remete à um pedaço de tranquilidade próximo a natureza, sem perder os benefícios que a cidade oferece: “Ecoville Rio Branco – Dentro da capital, mas distante da agitação urbana. Ao lado da natureza e perto de tudo”.

Terras Alphaville: “Esta cidade alegre, rica em cultura e bem estar experimentará um estilo de vida que alia conforto, contato com a natureza, comodidade, segurança total e muito lazer”.

Item 2: Quanto ao uso de elementos e toponímias associadas ao natural

Alta Vista II: O apelo publicitário dado à denominação do empreendimento como sinônimo de status.

Recanto Verde: A logomarca do empreendimento utiliza-se de folhas e tons verdes para reforçar a imagem de aproximação com a natureza;

Ecoville: Denomina as vias internas do empreendimento com toponímias de árvores e demais elementos da flora nacional e local;

Terras Alphaville: As praças recebem toponímias que remetem elementos naturais: Tapajós, Ipanema, Cocais e Palmeiras.

Item 3: Quanto à presença de áreas verdes e contato com a natureza

Alta Vista II – Referencia a presença de praças e demais áreas verdes dentro do condomínio. Além disso, trata a vista panorâmica como uma forma de contato com a natureza.

Recanto Verde: Na imagem do empreendimento, destaca quatro áreas verdes e uma praça principal distribuídas em seu espaço interno;

Ecoville: Valoriza a conservação da mata nativa, afirmando a não supressão de área verde maior que 20% da gleba. Ressalta a implantação de infraestruturas auxiliares na conservação ambiental tais como: coleta seletiva e estação de tratamento de esgoto.

Terras Alphaville: No folder de lançamento do loteamento, enfatiza claramente o total de áreas verdes em relação à dimensão do empreendimento no qual 103.463 m² dos 456.047 m² são destinados aos espaços naturais. Nesse mesmo material, enfatiza a presença de áreas de preservação permanente no entorno dos e dos cursos d’água que cruzam ou margeiam o empreendimento.

Item 4: Quanto ao paisagismo

Alta Vista II: Na descrição do empreendimento retirada do endereço eletrônico da imobiliária: “Conta com projeto e paisagismos diferenciados, que garantem conforto e segurança. No Alta Vista 2, morar é uma experiência prazerosa e sem preocupações”.

Recanto Verde: Menciona a presença de jardins e praças como elementos de convívio entre os seus moradores.

Ecoville: Destaca a elaboração de paisagismo destinado a formação de microclimas com o plantio e o aproveitamento de espécies nativas. Além disso, reforça a presença de elementos naturais na composição paisagística: “No Ecoville Rio Branco haverá belíssimas paisagens e ar puro na porta de casa. As calçadas acompanham ruas largas e arborizadas assim como jardins floridos distribuídos pelo condomínio”

Terras Alphaville: “O paisagismo, assinado pelo escritor Rossin+Tramontina, prevê o plantio de mudas de espécies arbóreas variadas. No residencial cada rua será margeada por exemplares com cores e épocas de floração diferentes, facilitando a identificação das vias pelos moradores”.

Fonte: Pesquisa direta nos sites dos empreendimentos e em matérias de jornais locais.

Uma peculiaridade a respeito da construção de loteamentos fechados em Rio Branco advém do uso do meio ambiente como barreira natural segregativa. A mata ciliar existente nas margens dos igarapés que delineiam a área de expansão desses empreendimentos é utilizada como área de preservação permanente adjacente, potencializando o isolamento desses enclaves residenciais.

No caso do Loteamento Fechado Recanto Verde, percebe-se sua inserção em um complexo formado Condomínio Residencial Portal da Amazônia e o loteamento aberto Reserva Amazônia, todos implantados pela Ipê Empreendimentos. É perceptível o uso da Área de Preservação Permanente – APP circundando estas propriedades, configurando como um enclave que se diferencia dos bairros circunvizinhos. O mesmo ocorre com a implantação do Ecoville Residence, que se encontra isolado dos bairros utilizando a barreira de uma densa área verde prevista no projeto desse residencial. Esta propriedade ainda usufrui da área de preservação que faz parte do Via Verde Shopping, intensificando sua autosegregação.

O uso do verde comprova as diferenças do padrão segregativo entre os condomínios fechados e loteamentos fechados espaço urbano. Os condomínios fechados horizontais e verticais de médio e pequeno porte aparecem imbricados na paisagem urbana, apesar de separados do convívio social por muros altos e equipamentos de segurança. Já o loteamento fechado, devido a sua maior dimensão, utiliza barreiras mais intensificadas, que, além do muro, beneficiam-se da vegetação para se camuflarem no espaço urbano. Geralmente apresenta uma via de ligação com uma avenida de rápido escoamento. Quanto maior o empreendimento, maior a segregação imposta.

A barreira constituída pelo muro e pela vegetação mantida nesses enclaves residenciais constitui em obstáculo visual que delimita os espaços de moradia de classes sociais distintas que, apesar da proximidade, encontra-se dificultadas de manter contato através da circulação. Assim, o status propiciado pelos loteamentos fechados inclui também o prestígio social adquirido pela exclusividade de habitar uma localização na qual não transpareçam as desigualdades espaciais.

Tendo em vista as transformações sociais, espaciais e ambientais promovidas pelos loteamentos fechados, enumera-se algumas considerações negativas sobre essas formas de habitar a cidade.

1) A apropriação da natureza como exclusividade em detrimento ao acesso público a esse bem comum fere as legislações federais. A fragmentação, supressão e apropriação da cobertura vegetal. Tal fator é percebível na substituição de espaços abertos à comunidade por parques, áreas de proteção ambiental e praças privativas, indicando a fetichização do verde.

2) A pressão sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos que ocorre pela impermeabilização do solo, pela supressão de espelhos d'água para o aumento da área de lotes e pelo destino inadequado dos efluentes domésticos. Também acontece a privatização de trechos dos mananciais, como áreas paisagísticas. A pavimentação asfáltica potencializa o escoamento superficial e dificulta a absorção da água pelo solo, contribuindo para o rápido aumento do nível das águas dos igarapés que passam nas proximidades dos enclaves fortificados residenciais e comerciais.

Motoristas que trafegavam pela estrada do Calafate, na confluência com a Via Verde, ficaram isolados depois que a forte chuva inundou um trecho bem ao lado do local onde está sendo construída uma grande loja de departamentos. O fato aconteceu na tarde deste domingo em Rio Branco (REDAÇÃO, 23 de abril de 2017)³⁹.

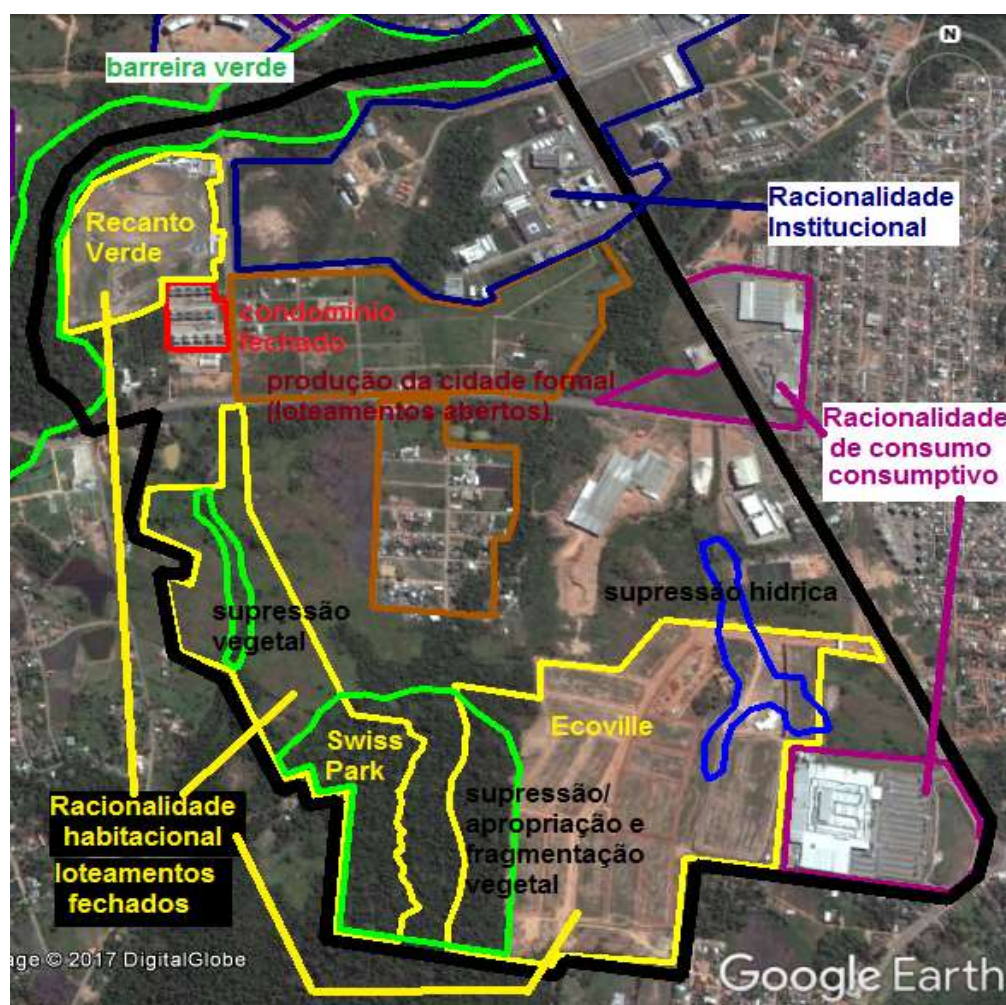
3) O desenvolvimento de enclaves de autosegregação devido à concentração de forma contígua dos empreendimentos privados (loteamentos abertos, fechados, condomínios fechados, grandes superfícies comerciais e suas extensas áreas de estacionamento). Tal fator inviabiliza o contato entre os grupos sociais e impede o acesso à terra urbana pela população de menor poder aquisitivo. Além disso, a descontinuidade da malha viária separa os bairros e comunidades e, conseqüentemente, impacta sobre a circulação no espaço urbano.

³⁹ REDAÇÃO do AC24horas. Forte chuva que atingiu Rio Branco faz surgir “rio” na Estrada do Calafate, próximo a construção. **AC24horas (online)**. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2017/04/23/forte-chuva-que-atingiu-rio-branco-faz-surgir-rio-na-estrada-do-calafate-proximo-a-construcao/>> Acesso em: 06 de junho de 2017.

4) O isolamento físico dessas “ilhas de riqueza” potencializa a insegurança extramuros. Esta é uma consequência da ruptura dos laços entre a comunidade e o espaço público. A redução do movimento nas calçadas e da interação direta entre os moradores e os logradouros impacta negativamente no pedestrianismo na circunvizinhança dos enclaves fortificados.

Considerando esses aspectos, é observada a conjunção entre a racionalidade habitacional, do consumo consumptivo e institucional como a demonstração fiel da relação entre Estado e promotores imobiliários na construção de um enclave de exclusão em Rio Branco (Figura 71). Esta coesão público-privada é acrescentada às barreiras físicas (vegetação, recursos hídricos e topografia) e as barreiras socialmente produzidas (muros, cercas e vias de grande movimentação) constituindo em uma síntese da autossegregação

Figura 71 – Delimitação de um enclave de exclusão em Rio Branco



Fonte: Imagem Google Earth. Elaborado por: BENTO, V. R. S., 2017

8 OS ÍNDICES DE SEGREGAÇÃO E A HABITAÇÃO EM RIO BRANCO

A segregação pode ser compreendida de forma múltipla, tanto pela observação do ambiente construído das cidades, exibindo uma contrastante diversidade de usos do solo urbano e moradias dos diversos grupos sociais quanto pela aplicação de formulações capazes de mensurar as desigualdades raciais e sociais, representando-as em linguagem cartográfica.

Na perspectiva do espaço concebido (ou abstrato), é verificável a utilização de metodologias quantitativas na ciência geográfica com a aplicação de indicadores e índices que podem ser entendidos, analisados e projetados em mapas e gráficos. Logo, concorda-se com Gerardi e Silva (1981, p. 12) quando estas afirmam que: “a realidade apresenta ao geógrafo um vasto panorama de informações aparentemente caóticas e desconexas a partir das quais manifesta-se a necessidade de utilização de técnicas estatísticas”.

Em uma análise de indicadores devem ser consideradas as potencialidades e limitações de suas utilizações. Eles são abstrações, representações e simplificações de uma dada realidade, portanto, são suscetíveis às concepções de quem os produziu, coletou e interpretou. Nessa acepção, deve-se ter uma visão crítica sobre tais medidas.

O uso do aspecto quantitativo é um meio e não um fim na pesquisa de ciências que tratam da sociedade, como a Geografia. Ele serve de embasamento metodológico que norteia a pesquisa e fornece dados possíveis de serem comparados. Assim, a verificação empírica torna-se essencial para a confirmação dos resultados obtidos através dos dados.

Ao considerar a segregação no espaço intra-urbano das cidades brasileiras deve-se verificar as assimetrias financeiras existentes as famílias de maior e de menor poder aquisitivo. É através da compreensão dessa subdivisão em classes sociais que se pode entender o porquê da formação de espaços socialmente homogêneos. Como afirma Santos (2011, p. 22) os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento são caracterizados tanto na escala nacional, quanto na escala do lugar por diferenças marcantes na concentração de renda e investimentos, demonstrando uma evidente seletividade onde poucas localizações são escolhidas para o desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista, “existe uma maior necessidade de

capitais crescentemente volumosos; os recursos sociais também tendem a se concentrar em certos locais onde a produtividade do capital é mais alta”.

A compreensão das desigualdades na distribuição de renda é um atributo fundamental para entender como ocorrem as distinções sociais nas cidades e regiões brasileiras onde é perceptível uma partilha desigual das finanças entre os grupos populacionais. Logo, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento: “a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor” (SANTOS, 2008, p. 21)

Para analisar a espacialização da pobreza e da riqueza pode-se recorrer a diversos procedimentos envolvendo indicadores sociais e econômicos. Santos (2013) salienta que a variedade de procedimentos, a heterogeneidade das informações nas diversas pesquisas socioeconômicas, a definição de limites que indicam a pobreza assim como as imprecisões na delimitação dos perímetros urbanos torna complexo o entendimento das desigualdades sociais nas cidades. Porém, estas análises não devem ser excluídas, pois: “No que diz respeito às estatísticas já existentes, o problema não é simplesmente abandoná-las sem maior consideração, e sim selecioná-las e usá-las com aquele senso crítico agudo” p. 14.

Tendo em vista essa breve exposição, o capítulo que se inicia tem como objetivo realizar a aplicação de índices de segregação para compreender as disparidades dos grupos de rendimento em Rio Branco. Para tanto, é válido desenvolver um arcabouço teórico e metodológico para determinar quantitativamente e qualitativamente o conteúdo segregativo na capital acreana, mediante o emprego das etapas presentes no quadro 10.

Como procedimentos deste trabalho foram adotados o mapeamento e a inter-relação entre o grupo de rendimento majoritário (representado pelos chefes de família que possuem rendimento inferior a um salário mínimo e sem renda) e o grupo minoritário (chefes de família com ganhos superiores a 20 salários mínimos). Posteriormente foi feita a aplicação do Índice de Dissimilaridade (ID) e o Índice de Isolamento para observar os graus de homogeneidade e de exposição entre estes grupos sociais díspares.

Quadro 10 – Etapas de análise dos Índices de Segregação

Etapa 1	
Seleção do grupo majoritário e minoritário (faixas de rendimento)	
Interpretação dos dados e elaboração cartográfica de análise	
Etapa 2	
Aplicação da dimensão <i>evenness</i> Índice de Dissimilaridade (ID)	Aplicação de dimensão <i>exposure</i> Índice de Isolamento
Interpretação dos dados e elaboração cartográfica de análise	
Etapa 3	
Utilização do Coeficiente de Pearson (r) e do Coeficiente de Determinação (r ²)	
Síntese da dissimilaridade e isolamento relacionada com a habitação em Rio Branco	
Interpretação dos dados e elaboração cartográfica de síntese	
Etapa 4	
Análise dos setores mais segregados de alto rendimento	Análise dos setores mais segregados de baixo rendimento
Registro fotográfico, mapeamento e análise de dados.	

Elaborado por BENTO, V. R. S.

Por conseguinte, foi proposta a interpretação dessas duas medidas de segregação mediante a análise do diagrama de dispersão com a representação da reta de regressão tendo como aportes o coeficiente de correlação de Pearson (r) e o coeficiente de determinação (r²).

A análise e mapeamento desses índices foram associados tanto aos espaços de moradia popular, representado pelos programas habitacionais e aglomerados subnormais quanto com a moradia privada dos loteamentos e

condomínios fechados. Assim, buscou-se interpretar a correlação existente entre a produção da habitação e o rendimento na capital acreana.

Cada uma das etapas será descrita e problematizada, mostrando-se o passo-a-passo do viés metodológico escolhido. Em cada fase se explicita a aplicação em base cartográfica que faz parte deste estudo. Assim, esta etapa da tese pode ser classificada primordialmente como uma exposição metodológica sobre índices de segregação.

8.1 SELEÇÃO DOS GRUPOS PARA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO EM RIO BRANCO

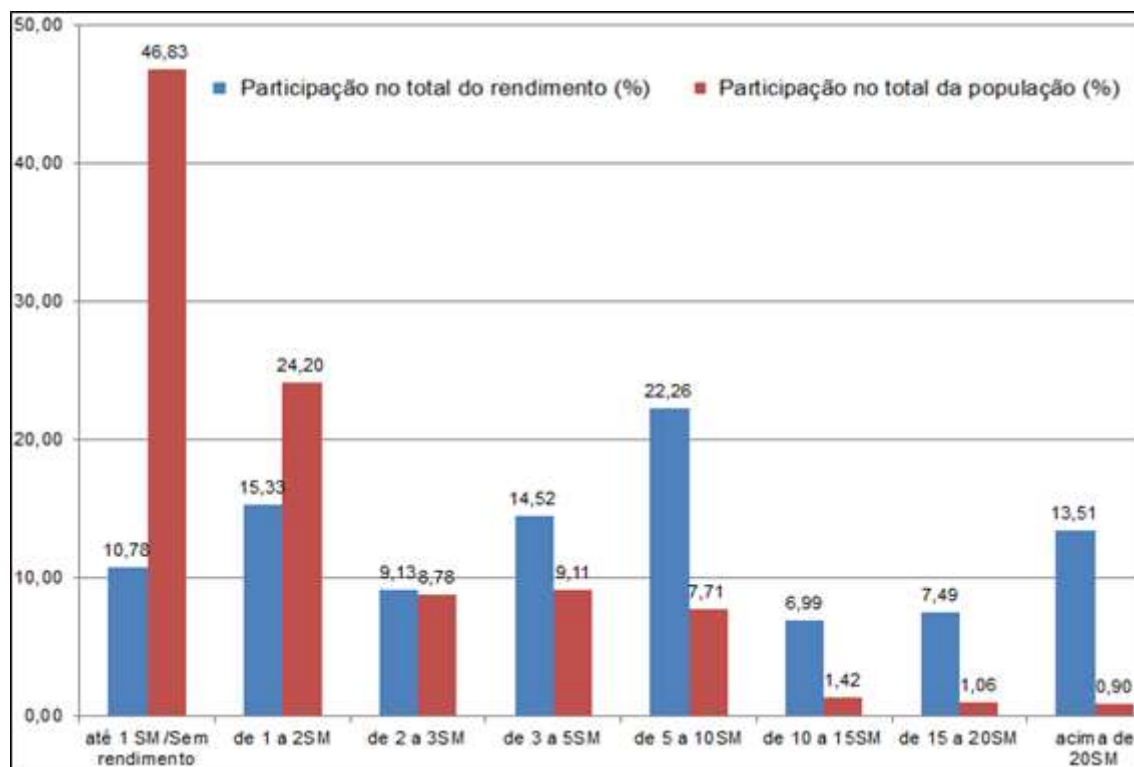
As medidas de segregação necessitam observar as relações existentes entre grupos diferentes, sejam estes identificados pelos contrastes raciais, étnicos, educacionais ou financeiros. Como o foco desta parte da pesquisa consiste em mensurar e interpretar segregação por renda foi escolhida a variável rendimento nominal mensal dos chefes de família provenientes do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010). Assim, a primeira etapa dessa fase da pesquisa consiste em selecionar tanto o grupo populacional majoritário quanto o minoritário baseado na distribuição dos chefes de família segundo as faixas salariais.

Analisando a distribuição dos chefes de família de acordo com as classes de rendimento médio nominal mensal podem-se constatar as desigualdades existentes entre os grupos sociais em Rio Branco. Tal afirmativa é perceptível ao comparar a participação no total da população em relação a participação no total dos ganhos salariais. Nesta comparação observa-se uma relação inversamente proporcional entre a proporção de chefes de família e a participação total nos ganhos salariais, na medida em que se desloca dos estratos populacionais inferiores à um salário mínimo na direção das faixas com ganho superior à vinte salários mínimos.

Os grupos familiares que possui renda inferior a um salário mínimo, acrescidos aos que não possuem nenhum ganho representam a 46,83% do total populacional e participam apenas com 10,74% da renda total em Rio Branco. Na outra extremidade, os lares comandados pelos estratos superiores

a 20 salários mínimos, abrangem 0,9% da população e detêm 13,51% do total financeiro (Figura 72).

Figura 72 – Participação das faixas salariais no total rendimento e da população em Rio Branco.



Fonte: IBGE, censo demográfico 2010.

Traduzindo em termos absolutos têm-se 819 famílias na faixa de maior poder aquisitivo, contra 39.211 famílias com renda inferior a um salário. Ao dividir o total dos ganhos salariais pelo número de chefes de domicílio em cada faixa de rendimento verificou-se que uma família situada no estrato de até um salário mínimo vive em média com R\$ 182,00. Na posição mais favorável, os grupos familiares na faixa maior que de 20 salários mínimos ganham em torno de R\$ 19.171, ou seja, quase 122 vezes mais que os grupos sociais menos favorecidos.

Baseando nessa divisão em faixa salariais foi considerado como grupo minoritário as famílias inseridas na faixa de renda nominal superior a 20 SM. Como grupos majoritários considerou-se o rendimento dos chefes de famílias que ganham até 01 SM. Justifica-se a escolha dessas faixas de renda por representarem extremos da desigualdade de social em Rio Branco.

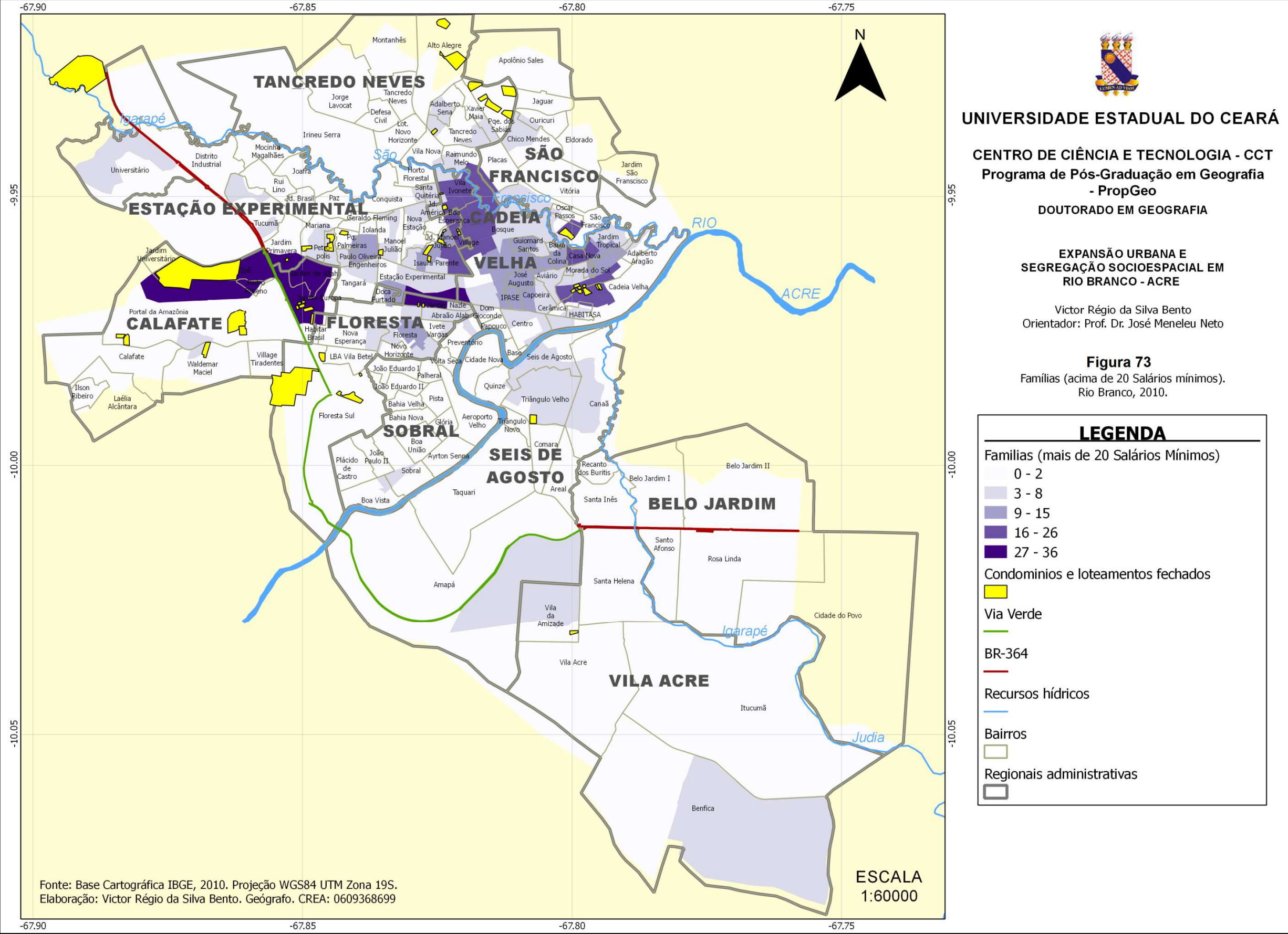
Adentrado na escala intra-urbana rio-branquense, verifica-se que a concentração das riquezas e a divisão dos grupos de rendimento demonstram que a seletividade espacial também ocorre nos níveis de menor dimensão territorial com exemplo das regionais administrativas e setores censitários (Figura 73).

Analisando a distribuição das famílias cujo rendimento é superior a 20 salários mínimos nota-se a concentração em localizações mais próximas do centro da cidade, sendo estas as de melhor infraestrutura e atendimento dos serviços públicos. Tal tendência pode ser observada na Regional Cadeia Velha e em trechos da Regional Estação Experimental em bairros como Bosque, Vila Ivonete, Morada do Sol, Jardim Manoel Julião, Isaura Parente e Village.

Uma segunda área de aglomeração das famílias mais ricas é observada nas imediações da Via Verde, no território que compreende a Regional Calafate. Estas se concentram especificamente nos bairros Jardim Europa e Chácara Ipê. Em menor expressão ocorre a espacialização de famílias de alto rendimento em setores censitários da regional Floresta (bairros Abraão Alab e Jardim Nazle) São Francisco (loteamento Edson Cadaxo) e na porção oeste da Estação Experimental (conjuntos Mariana, Petrópolis, Paulo de Oliveira e Engenheiros). Estas localizações se configuram como enclaves da população rica, pois estão associadas à condomínios fechados.

Em trechos da Regional Tancredo Neves (bairro Parque dos Sabiás), Regional Calafate (bairro Portal da Amazônia) e Regional Floresta (bairro Floresta Sul) ocorre a expansão de condomínios e loteamentos fechados após o ano 2010. Estes territórios ainda não evidenciam uma concentração de famílias de maior poder aquisitivo como nos grupos anteriormente citados. Estão em processo de ocupação e consolidação da urbanização. Uma futura pesquisa com dados do censo demográfico 2020 revelará novas configurações da segregação de alta renda em Rio Branco.

A espacialização dos grupos sociais de maior poder aquisitivo na capital acreana ocorre de forma similar ao processo de segregação em algumas metrópoles brasileiras conforme foi visto em Villaça (1998, p. 142) “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.



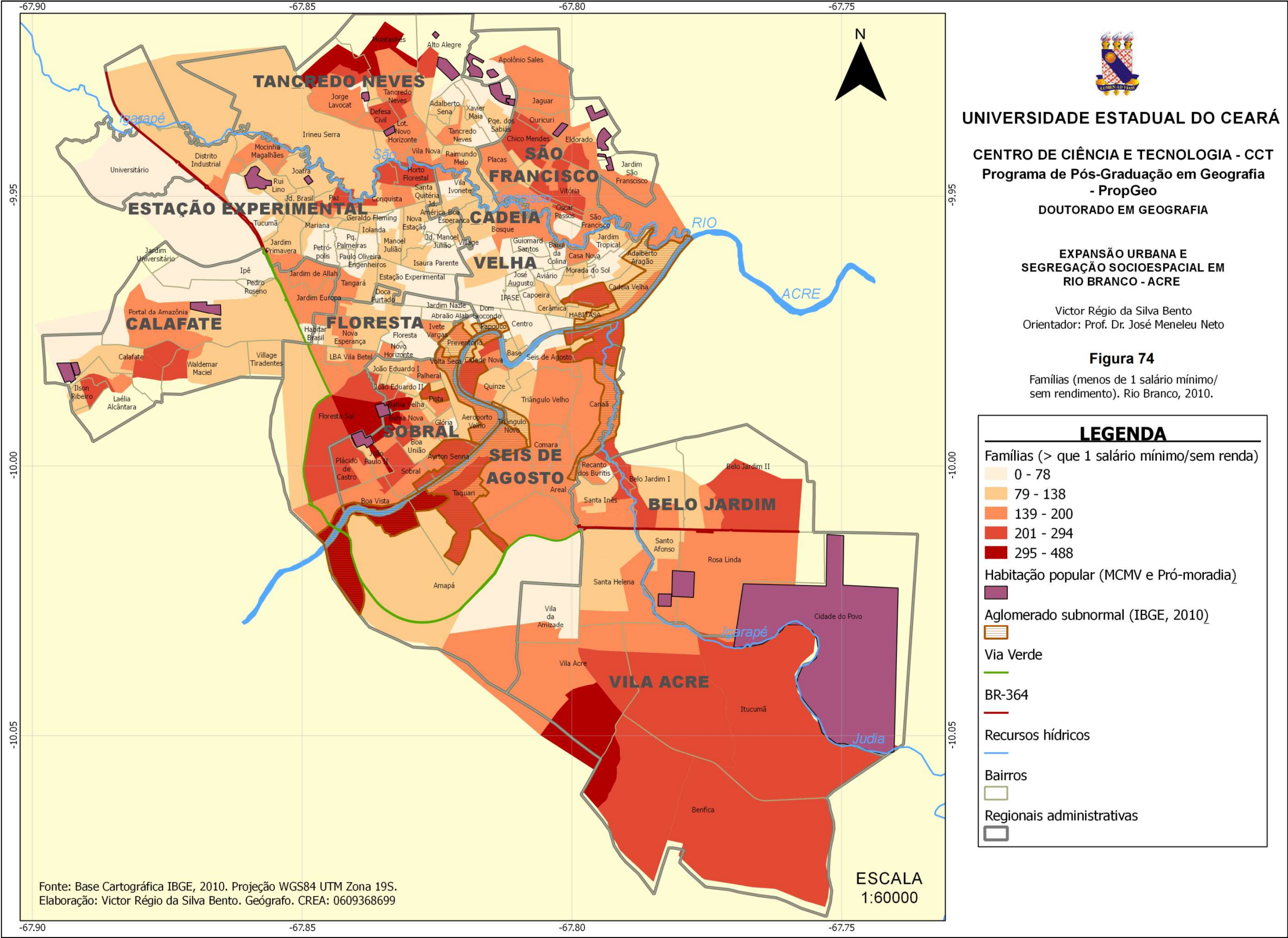
Há uma mudança nas desigualdades sociais e espaciais ocasionada principalmente pela saída da população de alto rendimento para as localizações consideradas anteriormente periféricas: “Os três principais sinais são a maior diversificação social em áreas até então exclusivas das camadas de baixa renda, a difusão da pobreza por todo o tecido urbano e a emergência de novas formas de segregação das camadas médias” (LAGO; RIBEIRO, 1994, p. 01).

Como reflexo das novas formas de segregação ocorre proliferação de condomínios e loteamentos fechados em localizações afastadas das áreas de maior adensamento demográfico e infraestrutura consolidada em Rio Branco gera um mosaico complexo em seu tecido urbano. Os grupos de rendimento antagônicos passam a compartilhar uma mesma localização da cidade potencializando a segregação e ampliando a formação de enclaves fortificados, pois: “a maior proximidade física entre as classes, está associado à busca, por parte das classes privilegiadas economicamente, de estratégias que evitem o contato entre os diferentes” (FEITOSA, 2005, p. 36).

Em contraposição às famílias abastadas observa-se que as localizações de maior concentração das famílias com rendimentos inferiores a um salário mínimo e sem renda estão situadas nas margens do Rio Acre e Igarapé Judia onde ocorre o predomínio de aglomerados subnormais. Estes espaços são suscetíveis às inundações periódicas especialmente na Praia do Amapá, Pista, Taquari, Seis de Agosto, Cidade Nova e Baixada da HABITASA (Figura 74).

Uma segunda área de predomínio dos estratos populacionais de baixa renda aparece na Regional Sobral, mais especificamente em uma localização onde foram implantados projetos de reassentamento de famílias em programas de habitação popular, originado os conjuntos residenciais Cabreúva e Vale do Carandá.

Outras porções de predomínio dos grupos de menor poder aquisitivo são representados pelas áreas de ocupação recente e com carências no provimento da infraestrutura de serviços públicos. Estas se situam nas extremidades norte, oeste e sudoeste da capital acreana. Inserem-se nesse contexto os bairros Jorge Lavocat e Montanhês, na Regional Tancredo Neves; Polo Benfica, na Regional Vila Acre; Ilson Ribeiro, na Regional Calafate.



A interpretação da espacialização dos chefes de família de alto e baixo rendimento serviu de base para realizar a aplicação de medidas de segregação. Por conseguinte, foram calculados os índices de dissimilaridade e de isolamento como forma de entender o grau de dispersão e interação entre os grupos analisados.

8.2 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE E DO ÍNDICE DE ISOLAMENTO.

A mensuração da segregação residencial baseada em índices é utilizada para verificar e compreender as causas, padrões e consequências das desigualdades raciais e socioeconômicas. No entanto, na visão de Reardon e Sullivan (2004) os trabalhos que envolvem o fenômeno segregativo têm sido limitados por uma dependência metodológica de ferramentas que não capturam completamente as distribuições espaciais dos grupos étnicos-raciais e da pobreza.

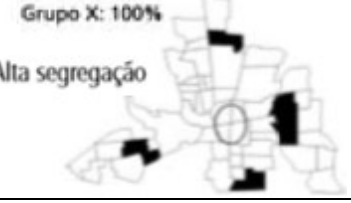
Conforme visto em Massey e Denton (1988), O campo dos estudos de segregação possui em estado de desordem teórica e metodológica, com muitos pontos de vista, nos quais os pesquisadores defendem diversas conceituações e formulações. Para estes teóricos há pouco acordo sobre qual medida é melhor usar e em que circunstâncias e níveis territoriais estas podem ser aplicadas.

Ao longo dos anos, os pesquisadores propuseram uma variedade de índices para medir cada uma das características distributivas, e muitas vezes têm argumentado para a adoção de um índice, excluindo outros. Desta forma, a segregação se apresenta como um fenômeno multidimensional que varia ao longo de cinco eixos de medição distintos: concentração (concentration), centralização (centralization), agrupamento (clustering) uniformidade (evenness) e exposição (exposure) (MASSEY; DENTON, 1988).

Os índices de concentração (concentration), centralidade (centralization) e agrupamento (clustering) exigem a utilização de equações e análises estatísticas mais elaboradas, pois incluem fatores como extensão da unidade territorial, densidade de ocupação e distância em relação ao centro. Estas são mais usais para compreender fenômenos como centralização e

formação de guetos. Nesse sentido, essas três dimensões são menos utilizadas quando comparadas à uniformidade (evenness) e exposição (exposition), especialmente quando se deseja entender a segregação em uma escala nacional ou de rede urbana (Quadro 11)

Quadro 11 – Dimensões e índices de segregação

Dimensões/Índices	Especificações
<i>Evenness</i> (Uniformidade /Dispersão) 1. Í. Segregação 2. Í. Dissimilaridade 3. Índice de Gini (G) 4. Índice de Entropia	Analisa a dispersão em um grupo ou entre grupos. Quanto mais desigual for a distribuição maior será a segregação.  
<i>Exposition</i> (Exposição/ Isolamento) 1. Isolation Index 2. Interaction Index 3. Correlation Ratio	Mede o grau de contato ou interação entre os membros de um grupo ou entre membros de grupos diferentes. Grupo X: 25%  Grupo X: 100% 
<i>Clustering</i> (Agrupamento) 1. (ACL) Absolute Clustering Index 2. (RCL) Relative Clustering Index	Quanto mais contígua for a ocupação de um grupo em certa área, maior será a segregação.  
<i>Concentration</i> (Concentração) 1. (DEL) Delta Index 2. (ACO) Absolute Concentration Index 3. (RCO) Relative Concentration Index	Quanto maior a área de ocupação de um grupo, menos concentrado ele será, e, portanto, menos segregado. Por outro lado, se o grupo está em um pequeno espaço geográfico, existe uma grande segregação.  
<i>Centralization</i> (Centralização) 1. Proportion in Central City 2. Absolute Centralization Index 3. (RCE) Relative Centralization Index	Mede o grau de proximidade de certo grupo com os centros das unidades de área. Ex: grupos que se instalam perto do centro da cidade tendem a ser concentrados.  

Fonte: Iwata, 2011. Adaptado por BENTO, V. R. S.

Para Reardon e Sullivan (2004), a uniformidade “*evenness*” e exposição “*exposition*” são dimensões implicitamente espaciais, uma vez que dependem dos limites das unidades territoriais analisadas (setores, bairros, cidades). São medidas mais úteis para captar a segregação interna a cada subdivisão, mas não são vantajosas para estabelecer relações de vizinhança. Ao contrário, os índices de agrupamento, concentração e centralização são dimensões explicitamente espaciais, pois captam este fenômeno inter-relacionando as unidades territoriais.

Apesar de compreender a segregação de forma implícita à unidade territorial, a uniformidade e a exposição são amplamente utilizadas e conseguem captar as desigualdades internas em cada subdivisão de uma cidade, apontando espacialmente as porções mais homogêneas e heterogêneas quanto à localização de grupos sociais antagônicos. Assim, estabelecem uma relação entre a quantidade de um grupo no território analisado com a quantidade desse grupo na cidade toda.

Dois índices se destacam em diversos estudos sobre segregação: o **Índice de Dissimilaridade** (ID) que faz parte do eixo *Evenness* e o **Índice de Isolamento** pertencente ao eixo *Exposure*. Estas duas formulações são utilizadas na literatura brasileira, latino-americana, holandesa e especialmente, na América anglo-saxônica⁴⁰.

O Índice de Dissimilaridade, assim como as demais fórmulas de dimensão *Evenness* é utilizado para interpretar o grau de distribuição em um grupo ou entre grupos diferentes, ou seja, observa se a segregação considerando a uniformidade e a dispersão de um segmento populacional. O grupo minoritário é considerado disperso quanto mais desigual for a sua distribuição entre as unidades territoriais analisadas.

Este índice que varia entre ZERO e UM. Conceitualmente representa a proporção de membros minoritários que teriam que mudar sua

⁴⁰ Como exemplos pode-se citar a utilização do Índice de Dissimilaridade pelo IPEA (2013) nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, utilizando indicadores de emprego formal e renda para os anos 1994, 1999, 2004 e 2009. A pesquisa da CEPAL (2014) calculou o Índice de Dissimilaridade por grupos educacionais considerando a migração intrametropolitana em 18 aglomerações urbanas da América Latina. Sleutjes e Valk (2015) espacializaram o Índice de Isolamento nas quatro maiores regiões metropolitanas da Holanda. Feng e Picot (2004) identificaram o isolamento dos grupos minoritários visíveis em Toronto, Montreal e Vancouver nos censos demográficos de 1981, 1991 e 2001.

área de residência para alcançar uma distribuição uniforme. Um local é mais segregado quanto mais o valor estiver próximo de 1.

O Índice de Dissimilaridade (ID) foi elaborado em 1955 pelos teóricos Duncan e Duncan. Observando o trabalho de Iwata (2011), essa fórmula pode ser considerada a melhor medida de segregação, pois ela capta efetivamente a uniformidade/dispersão dos grupos minoritários e majoritários. Esse é expresso na seguinte fórmula:

$$ID = \frac{1}{2} \sum \left[\frac{x_i}{X} - \frac{y_i}{Y} \right]$$

Onde:

x_i = população do grupo X na unidade i ;

X = é o total da população no grupo X;

y_i = população do grupo Y na unidade i ;

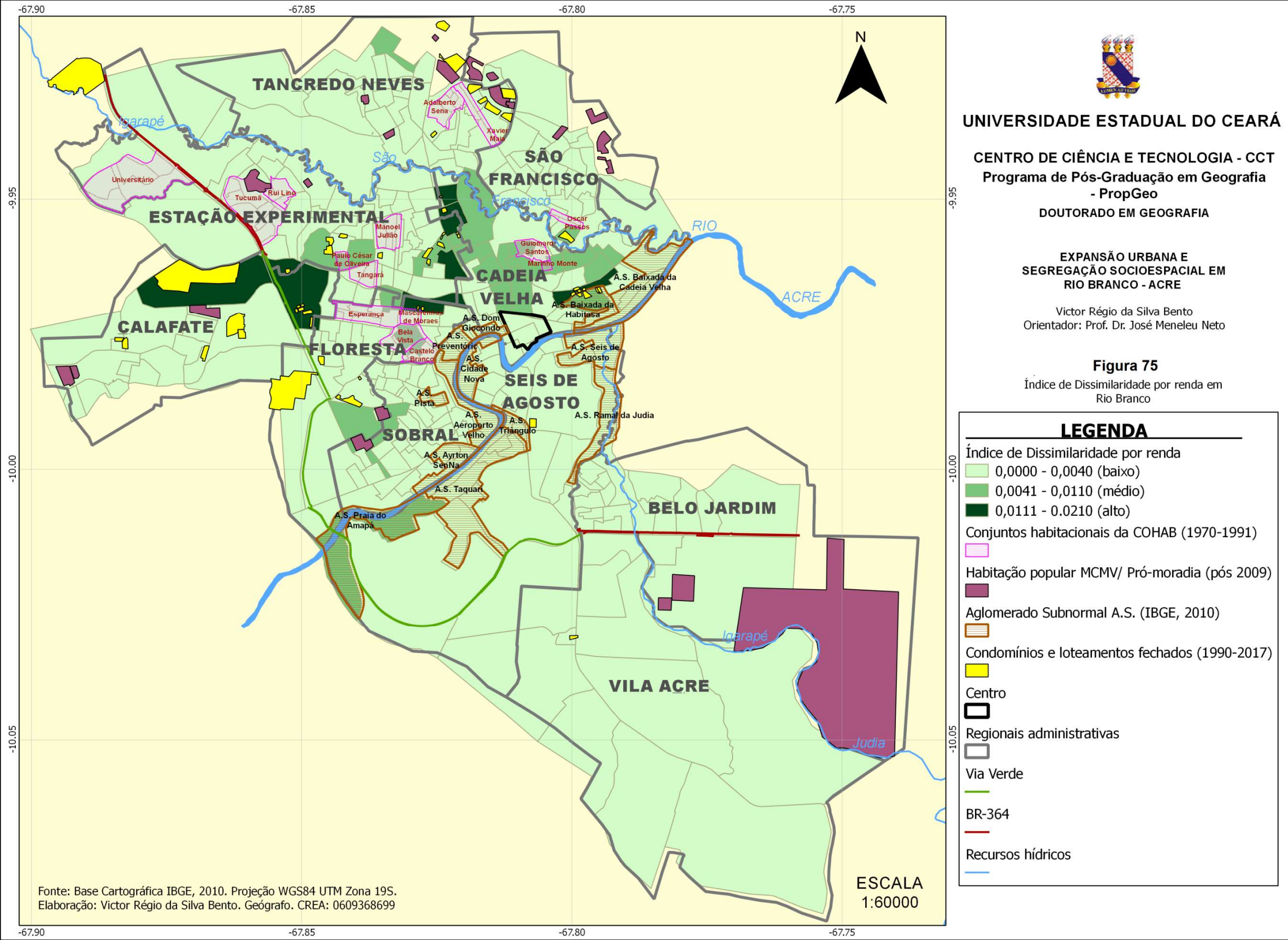
Y = é o total da população do grupo Y.

Aplicando o Índice de Dissimilaridade em Rio Branco pode-se conferir a espacialização em seus setores censitários urbanos (Figura 75). Em relação a distribuição espacial dos valores situados no patamar médio e alto têm-se a predominância da dissimilaridade social nos setores que compõem a Regional Cadeia Velha e, em menor dimensão nas regionais Calafate, Floresta e Estação Experimental. A tabela 21 expõe os maiores valores do índice.

Tabela 21 – Maiores valores do Índice de Dissimilaridade em Rio Branco,

Código do Setor Censitário	Localização	Regional	Índice de Dissimilaridade
120040105000290	Chácara Ipê	Calafate	0,0214
120040105000040	Jardim Nazle	Floresta	0,0189
120040105000140	Jardim Europa	Calafate	0,0159
120040105000048	Morada do Sol	Cadeia Velha	0,0152
120040105000111	Village	Estação Experimental	0,0135
120040105000168	Vila Ivonete	Cadeia Velha	0,0130
120040105000080	Isaura Parente	Estação Experimental	0,0126
120040105000341	Green Garden Residence	São Francisco	0,0114
120040105000112	Bosque	Cadeia Velha	0,0109
120040105000081	Bosque	Cadeia Velha	0,0105

Elaborado por: BENTO, V. R. S.



A segunda formulação aplicada foi o Índice de Isolamento que se encontra no eixo *exposure*. Sua aplicação é necessária para observar o grau de contato, ou seja, a possibilidade de interação entre membros de grupos opostos em uma determinada área geográfica. O Índice de Isolamento demonstra em que medida os membros das minorias e da maioria se confrontam fisicamente devido à partilha de uma área residencial comum.

Neste estudo, aplicou-se o Índice de Isolamento de Lieberman, elaborado em 1981 e é uma formulação varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior será grau de isolamento (MASSEY; DENTON, 1988). Tal medida é indicada na seguinte fórmula:

$$xPx = \sum \left[\frac{x_i}{X} - \frac{x_i}{t_i} \right]$$

Onde:

xPx = Índice de Isolamento;

x_i = população do grupo X na unidade *i*;

X = é o total da população no grupo X;

t = é o total da população da unidade *i*.

Aplicando o Índice de Isolamento nos setores censitários que compõem o perímetro urbano de Rio Branco obteve-se a espacialização presente na figura 76. Dentre as unidades censitárias analisadas, obtiveram maior isolamento das famílias de alto rendimento as expressas na tabela 22.

Tabela 22 – Maiores valores do Índice de Isolamento das famílias de alto rendimento.

Código do Setor Censitário	Localização	Regionais	Índice de Isolamento
120040105000290	Chácara Ipê	Calafate	0,0203
120040105000040	Jardim Nazle	Floresta	0,0149
120040105000341	Green Garden Residence	São Francisco	0,0116
120040105000168	Vila Ivonete	Cadeia Velha	0,0106
120040105000048	Morada do Sol	Cadeia Velha	0,0101
120040105000080	Isaura Parente	Estação Experimental	0,0069
120040105000111	Village	Estação Experimental	0,0063
120040105000037	Bela Vista	Floresta	0,0058
120040105000081	Bosque	Cadeia Velha	0,0055
120040105000140	Jardim Europa	Calafate	0,0050

Elaborado por: BENTO, V. R. S.

Observando os valores de isolamento percebe-se a aglomeração das famílias com rendimento superior a 20 salários mínimos constituindo duas manchas contíguas. A primeira e maior concentração forma-se sobre a Regional Cadeia Velha, extravasando para oeste em direção à Regional Estação Experimental e Regional Floresta abrangendo também um setor censitário da Regional São Francisco. Compreende os bairros Bosque, Vila Ivonete, Morada do Sol, Loteamento Edson Cadaxo, Village Wilde Maciel, Isaura Parente e Jardim Nazle. São localizações de melhor infraestrutura e com fácil acessibilidade ao centro histórico de Rio Branco.

A segunda concentração, de formação mais recente quando comparada à mancha anterior é formada por quatro setores censitários situados nas regionais Calafate e Estação Experimental. Correspondem às novas localizações de ocupação dos grupos de maior poder aquisitivo, submetidas às lógicas contemporâneas de mercantilização do solo, onde preferencialmente se instalam condomínios e loteamentos fechados. Nesta porção territorial encontra-se o setor Chácara Ipê, o de maior isolamento das famílias de alto rendimento e o setor Jardim Europa, o de maior concentração de superfícies residenciais enclausuradas.

Sobre o isolamento das famílias das faixas inferiores à um salário mínimo e sem rendimento é constatável uma maior dispersão dos valores médios (0,0021 – 0,0050) e alto (0,051 – 0,0124) por todas as regionais de Rio Branco. Sabendo que esse grupo majoritário corresponde à quase 50% das famílias rio-branquenses esse se encontra mais disseminado que o isolamento das famílias de maior poder aquisitivo (Figura 77).

As localizações de maior concentração do isolamento da população de baixo rendimento estão situadas em áreas de ocupação ribeirinha e sujeita à inundação como Seis de Agosto, Praia do Amapá, Cidade Nova, Baixada da HABITASA e Taquari. É também evidente em setores censitários nas margens do Igarapé São Francisco e Igarapé Judia, que são os principais afluentes do rio Acre nos bairros Santa Inês, Conquista, Paz e Loteamento Joaфра.

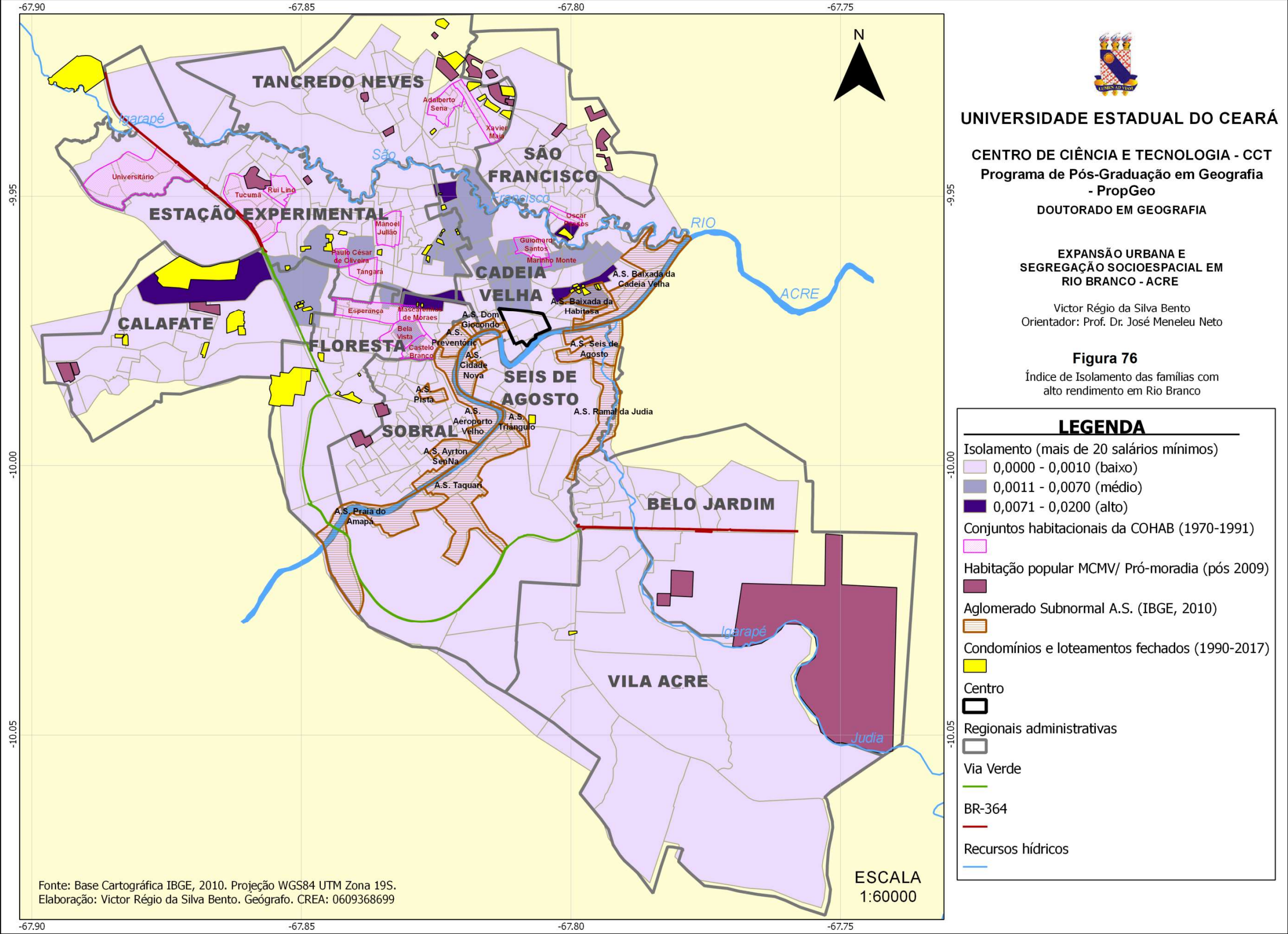
A tabela 23 expressa as unidades censitárias que obtiveram maior isolamento das famílias de baixo rendimento.

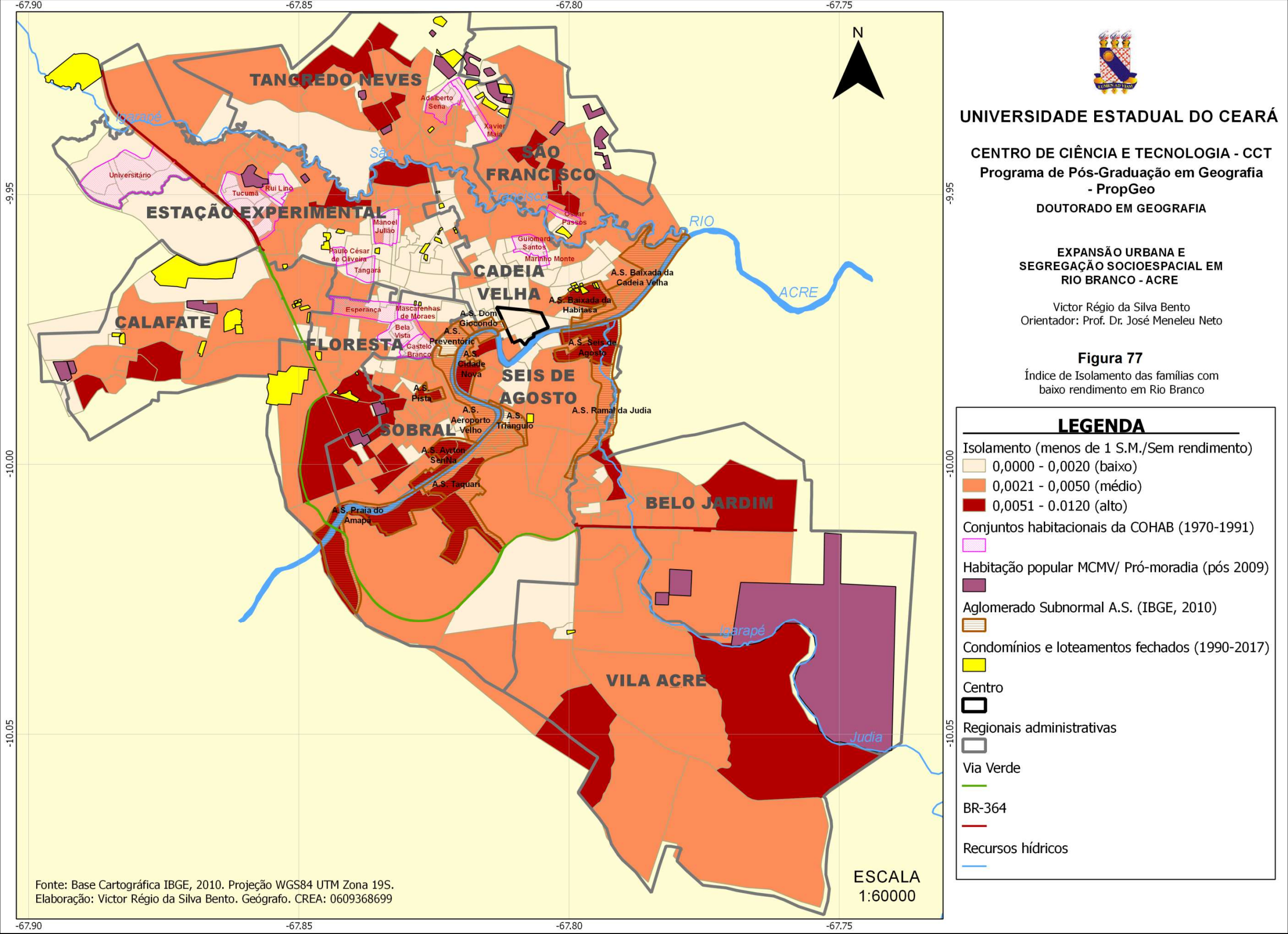
Tabela 23 – Maiores valores do Índice de Isolamento das famílias de baixo rendimento.

Código do Setor Censitário	Localização	Regionais	Índice de Isolamento
120040105000120	Paria do Amapá	Seis de Agosto	0,0124
120040105000317	Montanhês	Tancredo Neves	0,0107
120040105000191	Jorge Lavocat	Tancredo Neves	0,0105
120040105000244	Polo Benfica	Vila Acre	0,0099
120040105000129	Sobral/Floresta Sul	Sobral e Floresta	0,0097
120040105000180	Conquista	Estação Experimental	0,0075
120040105000307	Belo Jardim II	Belo Jardim	0,0075
120040105000013	Santa Terezinha	Seis de Agosto	0,0075
120040105000119	Taquari	Seis de Agosto	0,0072
120040105000143	Calafate	Calafate	0,0071

Elaborado por: BENTO, V. R. S.

Outras concentrações do Índice de Isolamento ocorrem nos setores censitários de expansão urbana recente que estão situados nas extremidades da cidade. Esses espaços podem ser caracterizados como bolsões de pobreza, pois o predomínio da autoconstrução habitacional e carência de infraestruturas de serviços públicos. São exemplos os bairros Eldorado e Vitória, na Regional São Francisco; Belo Jardim II, na Regional Belo Jardim; Montanhês, Alto Alegre e Jorge Lavocat, na Regional Tancredo Neves; e Laélia Alcântara e Ilson Ribeiro, na Regional Calafate.





8.3 SÍNTESE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO

A correlação e a regressão simples são dois métodos quantitativos utilizados para a compreensão de fenômenos da ciência geográfica (GERARDI; SILVA, 1981). Para essa etapa da pesquisa, adota-se o Coeficiente de correlação linear de Pearson (r) e o Coeficiente de Determinação (r^2) sabendo que estas fórmulas correlativas são bastante difundidas em pesquisas que buscam a comparação entre duas variáveis e são possíveis de serem utilizadas para compreender a segregação.

A respeito do Coeficiente de correlação Pearson (r) pode-se afirmar que: “ele é uma medida, em forma de um índice para indicar o grau de associação linear entre duas variáveis com dados na escala de intervalo ou razão” (GERARDI; SILVA, 1981, p. 99)⁴¹. O Coeficiente de Pearson varia no intervalo de -1 a 1 e quanto mais próximo de zero, mais fraca será a correlação⁴². O sinal demonstra a direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da interdependência entre as variáveis. “Uma correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o escore da outra. No outro oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis” (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 119).

Outra medida advém da aplicação do Coeficiente de Determinação (r^2) com o qual é possível estimar a correspondência entre duas variáveis representando pontos no sistema de coordenadas cartesianas X/Y. Quanto mais próximo de 100% mais dependente uma variável X será da Y. Em contraposição quanto mais o coeficiente se aproximar de zero, menor será a

$$^{41} r = \frac{C_{xy}}{S_x S_y} = \frac{n \sum x_i y_i - (\sum x_i) (\sum y_i)}{\sqrt{[n \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2] [n \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2]}}$$

Onde: **C_{xy}** é Covariância ou variância conjunta das variáveis X e Y; **S_x** é o desvio padrão da variável X; **S_y** é o desvio padrão da variável Y. Adaptado de: GERARDI; SILVA, 1981.

⁴² Interpretação de Correlação de Pearson

0,90 a 1,00 (-0,90 a -1,00) Muito alta correlação positiva (negativa)
 0,70 a 0,90 (-0,70 a -0,90) Alta correlação positiva (negativa)
 0,50 a 0,70 (-0,50 a -0,70) Correlação positiva (negativa) moderada
 0,30 a 0,50 (-0,30 a -0,50) Baixa correlação positiva (negativa)
 0,00 a 0,30 (0,00 a -0,30) Pouca ou nenhuma correlação

Fonte:: Hinkle DE, Wiersma W, Jurs SG. Applied Statistics for the Behavioral Sciences. 5th ed. Boston: Houghton Mifflin; 2003.

integração entre elas. O conjunto dos valores expostos no plano cartesiano gera um diagrama de dispersão que pode ser interpretado mediante a análise da **linha de tendência** ou **reta de regressão**. Esta reta expressa se a relação entre os dois índices é positiva ou negativa.

Gerardi e Silva (1981) ressaltam que em análises geográficas, um elemento explicará apenas parcialmente a variação existente em outro. Logo, no emprego da fórmula de Pearson (r), as autoras ressaltam que: “O valor do coeficiente de correlação revela unicamente o grau de relação estatística e não indica porque existe a relação. É trabalho do geógrafo encontrar a explicação, a causa do fenômeno” (p. 102). Sobre a utilização do coeficiente de Determinação (r^2) é verificável que: “Na Geografia, as observações raramente se colocam de forma exata sobre a linha de regressão, ou seja, é raro que elas tenham um relacionamento linear perfeito” (p. 92).

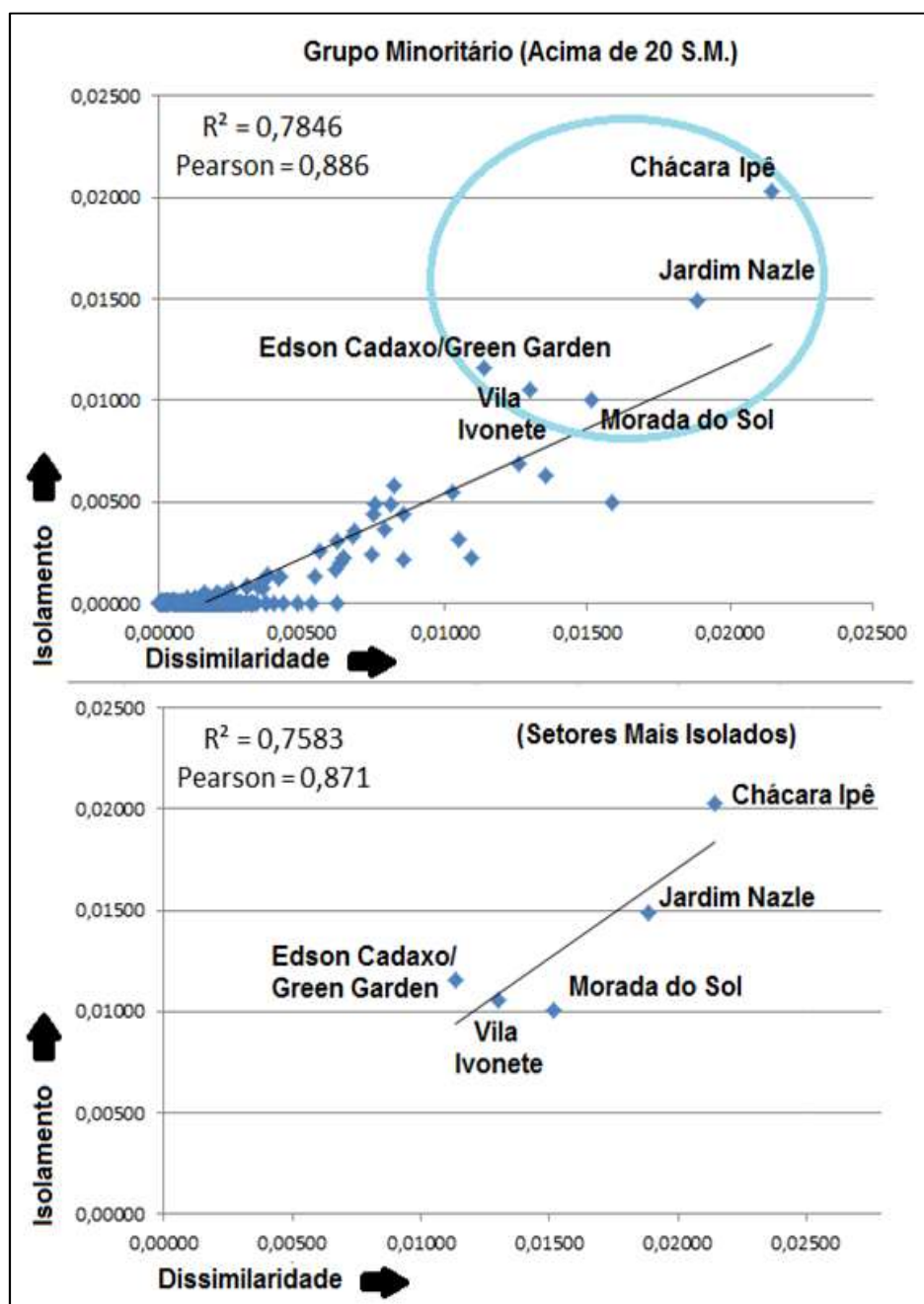
Observando a relação entre o Índice de Dissimilaridade e Índice de Isolamento das famílias de alto rendimento nota-se uma distribuição linear positiva na qual os elementos estão bem distribuídos ao longo da Reta de Regressão. Logo, o Coeficiente de Determinação (R^2) para esses dois elementos é bem elevado (0,7846 ou 78,46%) e demonstra uma forte associação entre estes índices. Verificando apenas os cinco setores censitários de maior isolamento nota-se que a relação se mantém elevada (0,7583 ou 75,83%, de associação entre as duas variáveis).

O coeficiente de Pearson para as duas situações está muito próximo de 1, resultando num valor de 0,886 para todos os setores censitários de Rio Branco e 0,871 para a amostra de cinco setores de maior isolamento. Assim, existe uma correlação muito forte entre Dissimilaridade e Isolamento das famílias ricas, mostrando que essas variáveis são diretamente proporcionais (Figura 78).

Em uma segunda situação é expressa a relação entre o Índice de Dissimilaridade e o índice de Isolamento das famílias de baixo rendimento, percebe-se que os elementos se encontram dispersos pelo plano cartesiano e poucos estão próximos da reta de regressão. Consequentemente, é observável um Coeficiente de Determinação (R^2) muito baixo, próximo de zero (0,0034 ou 0,03%) o que demonstra uma associação praticamente nula entre as duas variáveis. O Coeficiente de Pearson varia negativamente e próximo de zero, ou

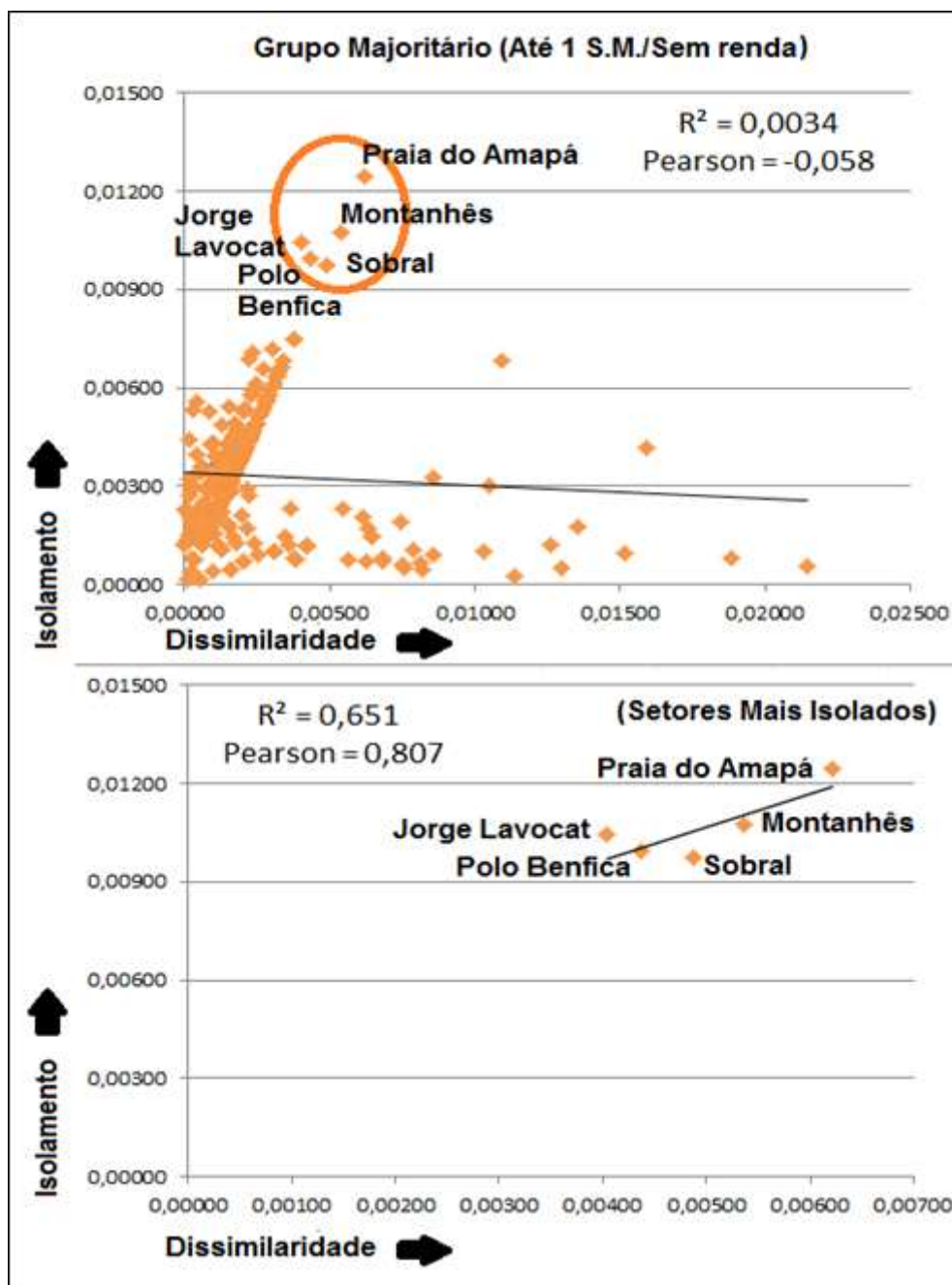
seja, não há correlação entre as duas variáveis quando se interpreta conjuntamente todas as amostras (Figura 79).

Figura 78 – Correlação entre Índice de Dissimilaridade e Isolamento das famílias de alto rendimento



Elaborado por: BENTO, V. R. S.

Figura 79 – Correlação entre Índice de Dissimilaridade e Isolamento das famílias de baixo rendimento



Elaborado por: BENTO, V. R. S.

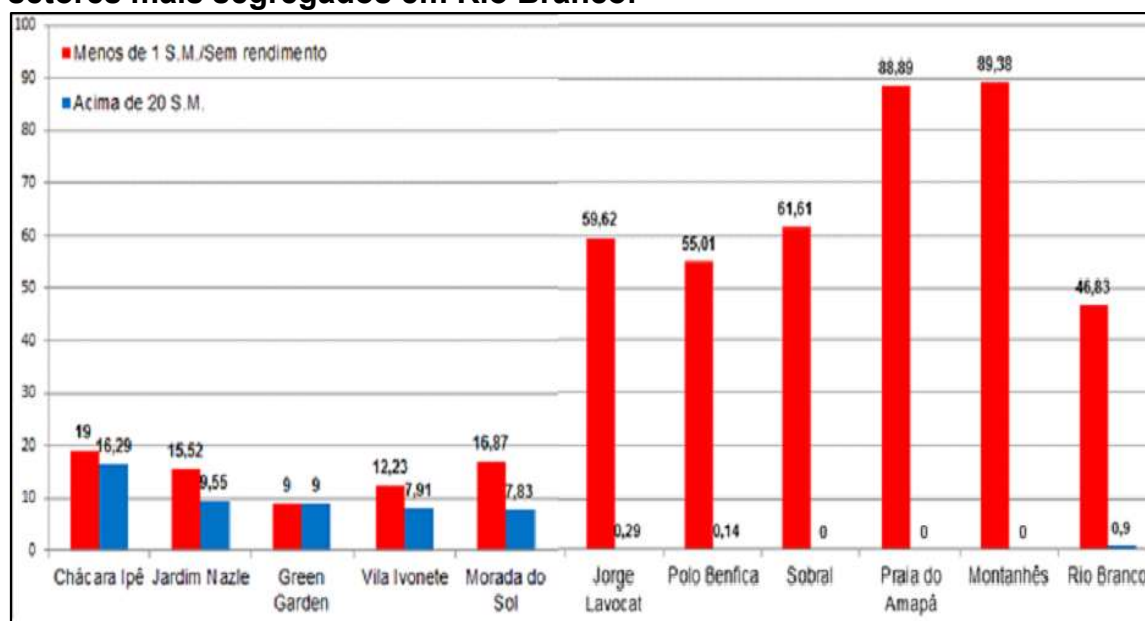
Quando são representados apenas os cinco setores censitários de maior Índice de Isolamento verifica-se que a relação com a Dissimilaridade aumenta consideravelmente expressando um Coeficiente de Determinação (R^2) de 0,651 ou 65,10%. Na mesma perspectiva, têm-se uma elevação do Coeficiente de Pearson para 0,807, o que demonstra uma correlação muito forte entre as duas variáveis analisadas. Assim, diferentemente do que

acontece com a interpretação dos dois índices para as famílias de alto rendimento, a explicação da segregação para as famílias de baixo rendimento só é compreensível observando o extremo da desigualdade.

Tendo em vista a interpretação da regressão e correlação mediante a inter-relação entre dissimilaridade e isolamento dos grupos analisados em Rio Branco foram selecionados os cinco setores censitários de maior associação entre os dois índices, tanto dos grupos de alto rendimento quanto dos grupos de baixo rendimento. Considera-se que estes setores são os mais representativos para compreender a segregação na capital acreana.

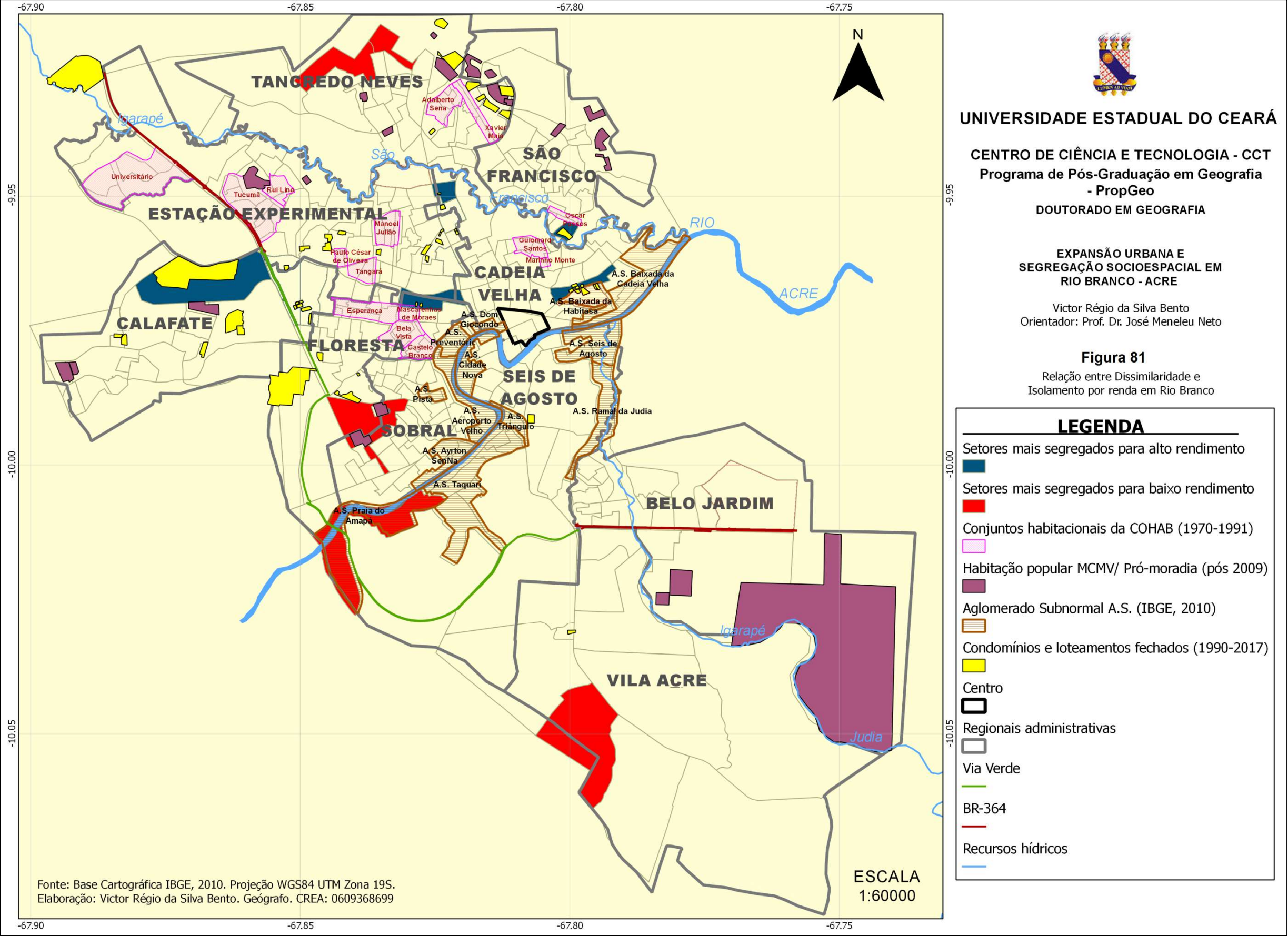
Uma análise da distribuição dos grupos de maior e menor rendimento demonstra o contraste social existente nos setores censitários selecionados (Figura 80).

Figura 80 – Percentual de famílias de maior e menor rendimento nos setores mais segregados em Rio Branco.



Elaborado por: BENTO, V. R. S.

A espacialização dos setores censitários representantes dessas inferências estatísticas pode ser interpretada simultaneamente com a localização dos conjuntos habitacionais, aglomerados subnormais, condomínios e loteamentos fechados. Como resultado desenvolve-se uma representação cartográfica de síntese do fenômeno segregativo, exibida na figura 81.



8.4 ANÁLISE DOS SETORES SEGREGADOS

Essa etapa consiste em analisar individualmente cada um dos setores censitários que representam os extremos da segregação socioespacial em Rio Branco. Observa-se a estrutura interna das unidades territoriais acompanhando da interpretação dos atributos sociais e demográficos, mapeamento e registros fotográficos. Assim, buscou-se ultrapassar a mera interpretação pelos índices, partindo para uma análise empírica e espacial que contribui para enriquecer a percepção sobre o fenômeno abordado.

8.4.1 Setores segregados para famílias de alto rendimento

A escala analítica dos setores censitários com maior dissimilaridade e isolamento dos grupos de alto rendimento revela que estes possuem uma maior tendência a homogeneidade social quando comparado aos demais setores da cidade. Estão inseridos em localização de crescente valorização imobiliária e fundiária com a presença de condomínios e loteamentos fechados em todas as unidades territoriais verificadas. Quanto ao zoneamento proposto no PDDU (RIO BRANCO, 2006) estão inseridos em Zonas de Ocupação Prioritária – ZOP, os setores Vila Ivonete e Jardim Nazle, já os demais se encontram em Zona de Urbanização Qualificada ZUQ. São áreas destinadas para o controle e direcionamento do adensamento urbano, especialmente nas porções com melhores condições de urbanização e infraestrutura.

No que concerne às características demográficas desses setores de maior rendimento (Tabela 24) notam-se densidades populacionais superiores à de Rio Branco, com exceção da Chácara Ipê, devido a grande extensão territorial dessa unidade. A presença da população jovem de tais unidades censitárias é inferior à média municipal, o que pode indicar o reduzido número de filhos por família. Verifica-se que a média de moradores por domicílio nessas unidades territoriais estão muito próximas ou abaixo da registrada em Rio Branco.

Outra característica demográfica perceptível é o elevado número de idosos na composição dos grupos etários dos setores de alto rendimento. No caso dos setores Vila Ivonete e Jardim Nazle, a concentração da população no topo da pirâmide chega a ser até três vezes maior que a média da cidade.

Esses se encontram em localizações mais antigas e de melhor acesso à infraestrutura, o que pode ser condições para justificar esses percentuais. Em contrapartida, o setor Green Garden é o único que não segue essa tendência e onde o baixo percentual desse grupo etário pode ter relação com a ocupação recente de seu território quando comparado com as demais unidades analisadas.

**Tabela 24 – Indicadores sociodemográficos.
Setores censitários segregados de alto rendimento em Rio Branco.**

INDICADORES	SETOR CENSITÁRIO					Rio Branco (total)
	120040105000290 Chácara Ipê	120040105000040 Jardim Nazle	120040105000431 Green Garden	120040105000168 Vila Ivonete	120040105000048 Morada do Sol	
Área (ha)	194,8	41,1	12,3	16,3	24,6	14.331*
População	806	1.021	574	1.008	1.028	308.545*
Densidade demográfica	4,14	24,84	46,7	61,84	40,98	21,53*
Dom. particulares permanentes	221	331	211	278	332	97.250*
Média de Moradores por domicílio	3,66	3,05	2,72	3,63	3,10	3,56
População Jovem – 0-19 anos	33,87	25,66	30,13	21,63	27,23	35,95
População 60 anos ou mais	5,95	17,53	2,26	10,91	8,85	5,85
População branca (%)	45,41	46,36	53,66	57,14	46,11	24,74
Renda total em milhões (R\$)	1,72	2,23	1,42	2,35	2,34	208,1
Rendimento médio familiar (R\$)	4.670	3.991	4.372	4.744	4.660	1.265
Famílias (< de 1 SM/sem renda)	19,00	15,52	9,00	12,23	16,87	48,43*
Famílias (mais de 20 SM)	16,29	9,55	9,00	7,91	7,83	0,9*
Chefes de família alfabetizados (%)	96,38	99,40	99,53	100	96,69	87,97
População residente em moradias adequadas (%)	62,7	85,1	96,5	55,4	53,5	33,78

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

*Dados referentes à área, população e domicílios em zona urbana

O rendimento médio nominal mensal dos chefes de família das cinco unidades territoriais está entre os maiores de Rio Branco. Estes variam entre 7,82 salários mínimos no Jardim Nazle a 9,30 salários mínimos na Vila Ivonete. A renda total dos chefes de família dos cinco setores soma cifras equivalentes

à 10,6 milhões de reais, ou seja, 4,83% de todo o ganho salarial da capital acreana.

Os setores segregados de maior rendimento estão ambientalmente favoráveis em comparação a outras localizações de Rio Branco. Todos possuem percentuais superiores de moradias adequadas⁴³ ao saneamento e condição habitacional quando comparados à média municipal. Apesar desses indicadores, é válido demonstrar os contrastes existentes na estrutura internas dessas unidades censitárias e os possíveis impactos sociais e ambientais decorrentes da ocupação residencial.

8.4.1.1 Setor Censitário 120040105000290

Está localizado na Regional Calafate. Seu território é formado pelos bairros Ipê e Pedro Roseno (Figura 82). Situado no entorno da Via Verde, esse setor e sua circunvizinhança estão recebendo diversos empreendimentos públicos e privados dentre os quais se destacam: No setor educacional, as instituições de ensino superior UNINORTE e FAAO; dentre os grandes equipamentos comerciais – MAKRO, Atacadão, Araújo Atacado, Supermercado Araújo e Barriga Verde (Grande loja de material de construção); No setor empresarial está sendo edificado o complexo Via Towers Corporate Buildings. Possui em sua circunvizinhança edificações institucionais públicas: Polícia Federal, Cidade da Justiça, Tribunal Regional Eleitoral - TRE; Instituto de Traumatologia e Ortopedia - INTO e Hospital das Clínicas.

O setor apresenta quatro áreas bem distintas. A primeira é composta pela Chácara Ipê, constituído por residências de alto padrão. Este empreendimento foi o primeiro loteamento fechado a ser construído em Rio Branco e é caracterizado pela grande extensão dos lotes, com dimensão

⁴³ Define-se adequação da moradia como: Adequada - quando o domicílio atendia a todas as seguintes condições: até dois moradores por dormitório; abastecimento de água por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, ou por fossa séptica; e lixo coletado, diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza. Semiadequada - quando o domicílio apresentava de uma a três das condições definidas para a condição de adequada; Inadequada - quando o domicílio não apresentava sequer uma das condições definidas para a condição de adequada IBGE (2010). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2017.

mínima de 800 m², fator que contribui par baixa densidade demográfica do setor no qual está localizado. Sua implantação demonstra o deslocamento das famílias de alto rendimento para fora das áreas mais adensadas.

Nesse bairro murado residem tanto as lideranças governamentais e demais políticos quanto empresários e profissionais liberais. Uma percepção sobre a segregação na Chácara Ipê advém dos investimentos públicos realizados em seu entono. A ampliação do Parque do Tucumã com a criação de ciclovias, pistas para caminhada, arborização e equipamentos para práticas esportivas estende-se pela frente desse empreendimento. Em contraposição, as famílias carentes que residem na Estrada do Barro Vermelho, contígua a essa área em intervenção, encontram-se desassistidas pelo poder municipal e estadual, conforme explícito a seguir:

As propriedades dos vizinhos pobres do Ipê são vendidas por valores que variam de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil. Claudio Silva conta que vendeu seu terreno localizado nos fundos da Ufac, por R\$ 25 mil. A desvalorização seria pela falta de acesso. Pouco mais de 500 metros separa os vizinhos pobres dos abastados do Ipê. Enquanto os mais humildes enfrentam poeira no verão e a lama no inverno, os ricos vão poder fazer suas caminhadas de inverno a verão com todo conforto (LIMA, 19 de outubro de 2013)⁴⁴.

A segunda parte do setor censitário é constituída pelo bairro Pedro Roseno, um loteamento implantado na segunda metade da década de 1990 que consiste num enclave residencial de menor status quando comparado à sua circunvizinhança. Essa comunidade era caracterizada pela irregularidade fundiária e pela escassez de infraestrutura urbana. Em 2013, o governo estadual entregou os títulos definitivos da propriedade aos moradores, conforme observado no seguinte recorte textual:

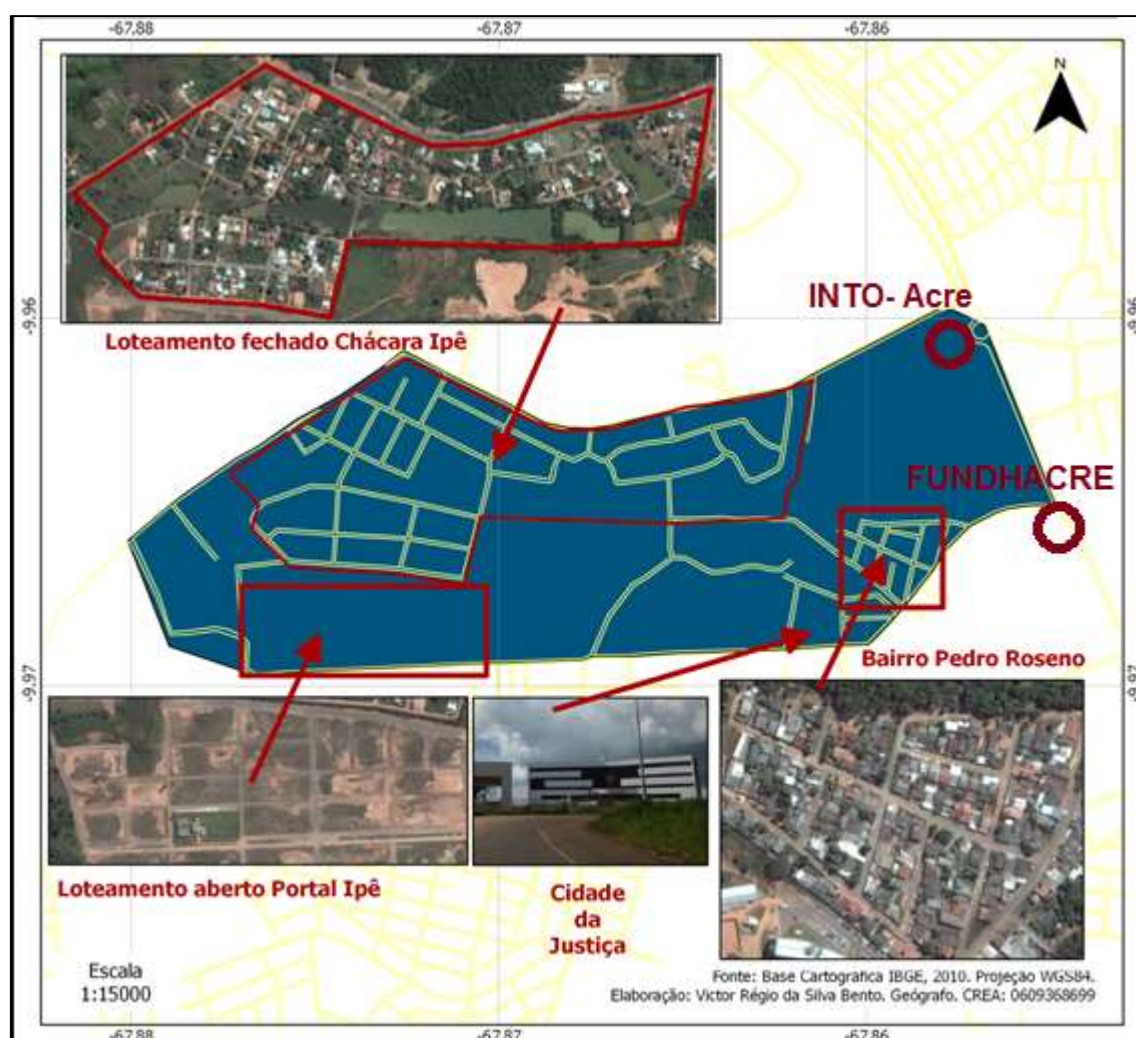
O governador Sebastião Viana entregou nesta terça-feira 480 títulos definitivos aos moradores do bairro Pedro Roseno, em Rio Branco. A solenidade de entrega aconteceu no próprio bairro, com a presença de dezenas de moradores e autoridades. Até chegar a regularização foi feito um cadastro das famílias moradoras do local e em seguida o georreferenciamento da área onde o bairro está localizado. O

⁴⁴ LIMA, Alexandre. Sebastião Viana gasta mais de R\$ 2 milhões em pista de caminhada em bairro nobre na Capital. **O Alto Acre (Online)**. Disponível em:< <http://www.oaltoacre.com/sebastiao-viana-gasta-mais-de-r-2-milhoes-em-pista-de-caminhada-em-bairro-nobre-na-capital/>> Acesso em: 20de maio de 2017.

trabalho foi feito através de uma parceria entre o governo federal por meio do programa Terra Legal e o Iteracre (VAZ, 26 de novembro de 2013)⁴⁵.

As melhorias realizadas no bairro Pedro Roseno com a circulação de linha de ônibus, pavimentação viária e construção de calçadas indicam o interesse governamental em transformar a paisagem dessa localidade. Tais iniciativas poderão implicar na venda de imóveis e na substituição progressiva da população residente por famílias de maior poder aquisitivo, devido às pressões do mercado imobiliário nas imediações da Via Verde.

Figura 82 – Caracterização do setor censitário 120040105000290.



⁴⁵ VAZ, Roberto. Sebastião Viana entrega 480 títulos definitivos aos moradores do bairro Pedro Roseno em Rio Branco. AC24Horas (online). Disponível em: <http://www.ac24horas.com/2013/11/26/sebastiao-viana-entrega-480-titulos-definitivos-aos-moradores-do-bairro-pedro-rozeno-em-rio-branco/> Acesso em: 23 de maio de 2017.

O terceiro fragmento territorial em análise é consiste em uma extensa gleba em fase de loteamento, denominada de Portal Ipê. Este bairro planejado está sendo projetado pela construtora paulista Urbplan e será entregue com as redes de serviços básicos, drenagem, pavimentação e paisagismo dos espaços públicos configurando-se como uma área de valorização contígua à Chácara Ipê e Portal da Amazônia. O anúncio da empresa responsável pela obra destaca as vantagens infraestruturais e os benefícios de residir nas proximidades de relevantes equipamentos públicos e privados da capital acreana.

O Portal Ipê é o primeiro bairro planejado de Rio Branco, e está pronto para construir. São lotes a partir de 250m², com infraestrutura completa. Venha viver com a tranquilidade que o Portal Ipê pode te oferecer e ainda estar próximo ao Shopping e à Cidade da Justiça⁴⁶.

O quarto recorte espacial é representado pelos equipamentos institucionais como o INTO, a área militar e a Cidade da Justiça. Estas edificações de grande dimensão geram vazios urbanos que contribuem para a fragmentação territorial do setor censitário analisado.

8.4.1.2 Setor Censitário 120040105000040

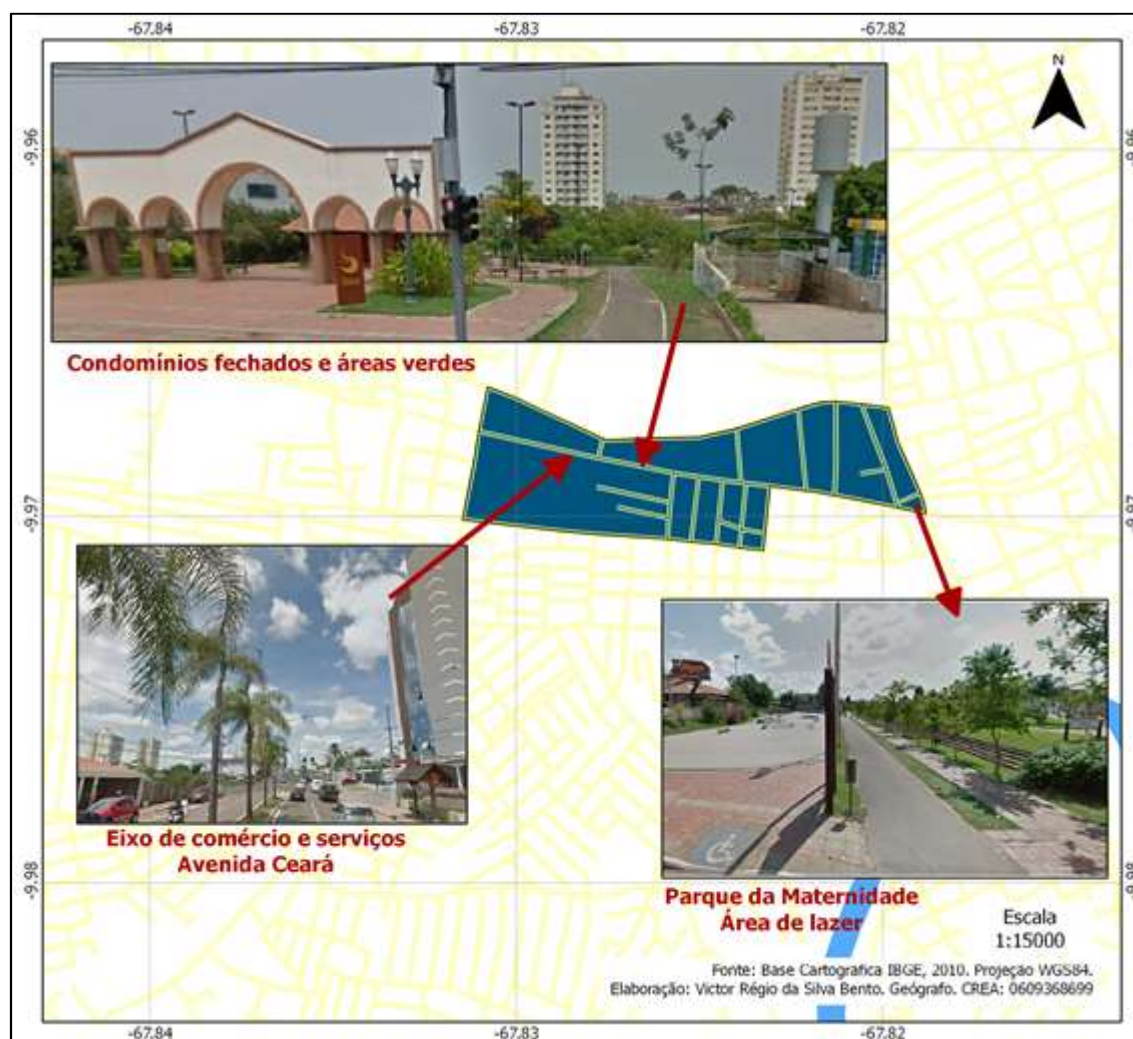
Esse território abrange a totalidade do bairro Jardim Nazle e trechos dos bairros Abraão Alab e 7º BEC. Analisando o PDDU (RIO BRANCO, 2006) constata-se que esta unidade censitária está situada em Área de Urbanização Prioritária, fator que possibilita o adensamento de atividades econômicas e a verticalização. A presença de importantes eixos viários como as avenidas Ceará e Nações Unidas contribui para a concentração de atividades comerciais e de serviços (Figura 83).

Em seu território situam-se importantes edificações institucionais públicas e privadas dentre as quais a sede da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, o IBAMA, o Tribunal de Contas do Acre, Palácio do Comércio, Federação das Indústrias do Acre, sede da TV Rio Branco, Jornal A Tribuna. É notória a aglomeração de instituições ensino como SENAI, UNINTER,

⁴⁶ URBOPLAN. **Portal Ipê (online)**. Disponível em: <<http://www.urbplansa.com.br/site.aspx/Detalhe-Empreendimento/Portal-Ipe>> Acesso em: 23 de maio de 2017.

Faculdade de Teologia e Filosofia Sinal, Colégio Presbiteriano João Calvino. Também se configura como um corredor financeiro com a aglomeração das instituições bancárias Bradesco Banco da Amazônia, Banco do Brasil. Como exemplo da diversificação do comércio observa-se a presença de concessionárias, cartórios, lojas de materiais de construção, gráficas e livraria.

Figura 83 – Caracterização do setor censitário 120040105000040.



A construção do Canal da Maternidade serviu como elemento de valorização dos imóveis no Jardim Nazle e Abraão Alab, impulsionando a edificação de torres residenciais e residências como melhor padrão construtivo (Figura 63). Essa área verde possui equipamentos para práticas esportivas e de lazer que propiciam o maior fluxo de pessoas e está contribuindo para a

formação de um polo gastronômico em seu entorno com a presença de pizzarias, bares e restaurantes.

8.4.1.3 Setor Censitário 120040105000341

É constituído pelo Conjunto Edson Cadaxo, o condomínio fechado Green Garden Residence, e residências isoladas de grande porte localizadas na Regional São Francisco (Figura 84). É caracterizado pelo alto rendimento médio familiar dos chefes de família, sendo a unidade censitária de mais rica e de melhores indicadores sociais de sua regional administrativa.

Figura 84 – Caracterização do setor censitário 120040105000341.



A construção do conjunto Edson Cadaxo e do condomínio fechado Green Garden Residence entre 2003 e 2009 impulsionaram o rápido processo de apropriação da margem direita do Igarapé São Francisco. O Relatório sobre as interfaces da gestão territorial em Rio Branco (BRUGNARA, 2008) aponta uma série de fatores negativos originados dessas construções habitacionais: A ocupação da Área de Preservação Permanente; a carência de estudos sobre o topografia do terreno implicou na implantação perpendicular ao rio, sem acompanhar as curvas de nível; o padrão de ocupação horizontal resultou na subutilização quanto ao aproveitamento fundiário; e o desmatamento total da área durante a execução de obra.

Apesar do alto percentual de moradias adequadas quanto ao saneamento e habitação (99,53%), a população residente nesse recorte territorial sofre as consequências das falhas no planejamento. Tanto o conjunto habitacional, quanto o condomínio fechado são afetados pelo transbordamento dos efluentes sanitários e das águas pluviais durante os períodos mais chuvosos. Quando o Igarapé São Francisco eleva o seu nível ocorre pontos de alagamento que afetam principalmente os moradores mais próximos de seu leito. A construção desses empreendimentos também impulsionou a formação de pequenas ocupações irregulares que se beneficiam da infraestrutura viária e dos equipamentos públicos implantados.

No Conjunto Edson Cadaxo é observado problemas de infraestrutura relacionados à presença de esgoto a céu aberto, além de lixo jogado em terreno baldio, comprometendo as áreas de preservação ambiental e impactando negativamente na qualidade de vida da população.

O conjunto Edson Cadaxo foi criado há 11 anos, composto por 200 casas, é considerado um sub bairro dentro do São Francisco em Rio Branco, onde fica localizado. Muitas preocupações incomodam os moradores do conjunto, mas três pontos ganham destaque e são unanimidade. A área verde que teria de ser preservada, dá espaço a um verdadeiro entulho de lixo doméstico. É possível encontrar restos de materiais de construção e até pneus no local. Paralelo a isso, o mau cheiro causado pelo esgoto incomoda quem mora pelas redondezas (RIBEIRO, 09 de setembro de 2013).⁴⁷

⁴⁷ RIBEIRO, Débora. Mal cheiro incomoda moradores do Edson Cadaxo, em Rio Branco. **G1 (online)**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/09/mau-cheiro-incomoda-moradores-do-edson-cadaxo-em-rio-branco.html> > Acesso em: 20 de maio de 2017.

No condomínio fechado Green Garden Residence verifica-se as problemáticas decorrentes da estação chuvosa, onde os eventos pluviométricos de maior intensidade comprometem a estrutura física desse empreendimento.

Uma forte correnteza formou-se em um terreno baldio que fica traz do condomínio, a força das águas foi tamanha que derrubou parte do muro e invadiu o residencial. “Nunca vi tanta água, alagou tudo por aqui”, disse Joana Duarte, moradora das proximidades do Green Garden, residencial localizado logo após a ponte do São Francisco, sentido centro para bairro. (ALVES, 29 de novembro de 2011).⁴⁸

8.4.1.4 Setor Censitário 120040105000168

Abrange parte da Vila Ivonete, uma das comunidades mais antigas de Rio Branco que teve sua formação vinculada ao ciclo da borracha em território acreano. Surgiu decorrente da compra de terras no final da década de 1920 para a formação de colônias agrícolas no entorno da capital. Esta localização da cidade foi pioneira na prática religiosa do Santo Daime, iniciada com o Mestre Irineu Serra. Com a venda dessas terras em 1945 começou o processo de loteamento da área e sua formação como bairro.

Irineu soube então que o governo (mandato de Hugo Carneiro) comprara as terras de um certo seringalista, Barros, e estava dando posses para formarem colônia de agricultores, num lugar chamado Vila Ivonete, próximo ao Igarapé Fundo. Assim ele resolveu participar desse novo assentamento junto com outros agricultores e ex-seringueiros. (MOREIRA; MCRAE, 2011, p. 118)

Com o rápido processo de urbanização dessa porção de Rio Branco houve a substituição das práticas agroflorestais por novos loteamentos e conjuntos habitacionais que compõem este bairro, dentre os quais Aruaque, São José, PROCON e Solar, sendo que esses dois últimos construídos em 1980 e fazem parte do setor censitário analisado (Figura 85).

Estas áreas residenciais foram implantadas com acesso à infraestrutura de serviços públicos em um período no qual a cidade passava por um elevado movimento migratório que resultou na formação de bairros

⁴⁸ ALVES, Edmilson. Albuquerque engenharia faz levantamento para auxiliar moradores de condomínio atingido pelas chuvas. **AC24Horas (Online)**. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2011/11/29/albuquerque-engenharia-faz-levantamento-para-auxiliar-moradores-de-condominio-atingido-pelas-chuvas/>> . Acesso em: 20 de maio de 2017.

carentes e loteamentos clandestinos desassistidos pelo poder público. Nesse sentido, os bens de consumo coletivo e a qualidade da moradia refletiram historicamente e geograficamente para que a Vila Ivonete se configurasse como espaço segregado para os grupos sociais de melhor poder aquisitivo.

Figura 85 – Caracterização do setor censitário 120040105000168.



A população do setor em questão é beneficiada pela presença de duas importantes áreas de preservação ambiental e espaços de lazer, representados pelo Horto Florestal e Parque São Francisco. Há ainda a diversificação e concentração de atividades comerciais e de serviços nos seus vetores de desenvolvimento, as avenidas Antônio da Rocha Viana e Getúlio Vargas. Com um rendimento médio nominal mensal dos chefes de família de R\$ 4.744 é o setor censitário de maior faixa salarial na capital acreana. Sobre os aspectos sociais do PROCON/Solar, exibe-se a seguinte passagem:

O perfil dos moradores do conjunto é a classe média e praticamente não têm reclamações a fazer. Sua aparente tranquilidade contrasta com as grades de proteção das casas que demonstra a preocupação dos moradores com a falta de segurança dos dois conjuntos. Construídos em áreas consideradas nobres, o conjunto Procon/Solar, até o próprio perfil do morador deixa claro que ali não há lugar para pobres e flagelados a exemplo dos bairros de periferia. Feito para abrigar pessoas com determinadas faixas de rendas, ali moram juizes, médicos, oficiais do Exército e outros aquinhoados financeiramente (CONJUNTO, 07 de março de 1990)⁴⁹.

8.4.1.5 Setor Censitário 120040105000048

Situado no bairro Morada do Sol (Figura 86), esta unidade censitária possui 332 domicílios e um quantitativo populacional de 1.028 habitantes. Antes de sua construção, já existiam nessa porção da capital acreana comunidade oriundas de ocupações irregulares sem infraestrutura. Estas apropriaram as áreas suscetíveis a alagação, especificamente nas baixadas que compõem os bairros Cadeia Velha e HABITASA. Como exemplo dessa formação de assentamentos precários, têm-se a origem da comunidade Invernada, que no final da década de 1970 evidenciava problemáticas de saneamento e ausência de equipamentos públicos:

Enquanto todos os bairros de Rio Branco brigam por falta de água e energia elétrica, a Invernada está tranquila. Lá não tem nem mesmo os postes da Eletroacre, nem a canalização da Sanacre, mas ninguém reclama. Aliás, no “bairro” da Invernada (os moradores teimam em chamar o local de bairro, tem pouca coisa. Não tem luz, água, esgoto, como também não tem escolas, nem praças e nem ruas). (BAIRRO, 1979, p. 3)⁵⁰.

Na época em que o loteamento Morada do Sol foi inaugurado, os loteadores não construíram as redes de serviços básicos direcionando esta atribuição ao poder público. Esta característica era comum em Rio Branco na

⁴⁹ CONJUNTO Solar/PROCON. **O RIO BRANCO** (online). Rio Branco: Ano 21. Quarta-feira, 07 de Março de 1990 – N° 3.904. Disponível em: <<http://docs14.minhateca.com.br/45950695,BR,0,0,CONJUNTO-SOLAR.doc>> Acesso em: 23 de maio de 2017.

⁵⁰ BAIRRO da Invernada. **O Rio Branco** (online). Rio Branco: Ano 09, Domingo, 11 de Fevereiro de 1979 – N 0512 Ano 09 Disponível em: <<http://docs14.minhateca.com.br/45951120,BR,0,0,BAIRRO-IVERNADA.doc>> Acesso em: 13 de maio de 2017.

formação dos primeiros bairros planejados. Nesse sentido, observa-se o desrespeito à lei federal nº 6.766/79 quando esta afirma que a implantação de infraestruturas é parte obrigatória das empresas construtoras. A passagem a seguir demonstra a situação desse parcelamento fundiário no início de sua ocupação. Posteriormente, o bairro foi beneficiado pelas infraestruturas básicas e se tornou um dos mais valorizados para a implantação de condomínios fechados. Com um rendimento médio nominal mensal familiar de R\$ 4.660,00 (9,13 salários mínimos por domicílio) o setor censitário analisado é o terceiro mais rico do perímetro urbano de Rio Branco.

Figura 86 – Caracterização do setor censitário 120040105000048.



A Morada do Sol possui uma das maiores concentrações de moradias enclausuradas em Rio Branco. Ao longo da Estrada da Usina existem dez empreendimentos das mais diversas tipologias, desde condomínios horizontais de casas, edifícios de pequeno porte até a recente expansão das

torres residenciais, indicando um acelerado processo de verticalização. O setor de comércio e serviços se aglomera na Estrada do Aviário e é constituído por supermercado Araújo, casa lotérica, restaurantes, polo do centro de ensino UNOPAR e diversas lojas de vestuário.

8.4.2 Setores segregados para a população de baixo rendimento

A distribuição espacial dos setores censitários segregados para as famílias de baixo rendimento reflete a condição social de parte expressiva moradores de Rio Branco, tanto nos atributos demográficos, quanto nos econômicos e de infraestrutura. São caracterizados pela alta concentração de famílias carentes que se encontram vulneráveis dadas as condições demográficas, ambientais, educacionais e acesso ao saneamento (Tabela 25).

**Tabela 25 – Indicadores sociodemográficos.
Setores censitários segregados de baixo rendimento em Rio Branco.**

INDICADORES	SETOR CENSITÁRIO					Rio Branco (total)
	120040105000120 Praia do Amapá	120040105000244 Benfica	120040105000129 Sobral	120040105000317 Montanhês	120040105000191 Jorge Lavocat	
Área (ha)	178	222	207	29,8	70,6	14.331*
População	1.900	2.435	2.002	1.792	2.604	308.545*
Densidade demográfica	10,67	10,97	9,67	60,13	36,88	21,53*
Dom. particulares permanentes	549	703	629	471	691	97.250*
Média de Moradores por domicílio	3,46	3,46	3,55	3,80	3,77	3,56
População Jovem – 0-19 anos	47,68	42,79	47,55	49,72	46,81	35,95
População 60 anos ou mais	4,53	4,93	5,04	3,52	3,60	5,85
População branca (%)	15,95	22,76	17,30	9,71	17,05	24,74
Renda total em milhões (R\$)	0,30	0,90	0,71	0,32	0,91	208,1
Rendimento médio familiar (R\$)	353	794	664	293	820	1.265
Famílias (< de 1 SM/sem renda)	88,89	55,01	62,61	89,30	59,62	48,43*
Famílias (mais de 20 SM)	0	0,14	0	0	0,29	0,9*
Chefes de família alfabetizados (%)	83,61	84,07	81,26	83,65	82,34	87,97
População residente em moradias adequadas (%)	1,4	0	18,8	6,3	17,2	33,78

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

*Dados referentes à área, população e domicílios em zona urbana

Socialmente, são localizações destinadas à habitação popular, como visto nos setores que compõem os bairros Jorge Lavocat e Montanhês, oriundos de loteamentos sem urbanização e construídos em regime de mutirão pela COHAB no início da década de 1990. É também representado por disputas existentes entre interesse do Estado e dos grupos privados, como observado na Baixada da Sobral, onde existem pequenos conjuntos habitacionais, loteamentos planejados e condomínios fechados.

Em termos dos indicadores demográficos, verifica-se os contrastes da população jovem e idosa quando comparados com a média de Rio Branco. A presença de famílias numerosas pode ser comprovada pelo quantitativo de população na faixa etária jovem, com idade inferior à 19 anos. Em todos os setores censitários analisados esse grupo de idade é bastante elevado, correspondendo à aproximadamente metade dos moradores e taxas superiores à registradas na capital como um todo. Esse expressivo percentual de crianças e adolescentes requer demandas no acesso à educação básica e investimentos em atividades esportivas.

Na outra extremidade, é verificável o baixo percentual de população idosa em nos cinco setores estudados, todos como taxas inferiores à registrada na totalidade da capital. Esse fator reflete a baixa expectativa de vida das localizações segregadas para as famílias de baixo rendimento. Os percentuais de alfabetização dos chefes de famílias inferiores à média municipal potencializam os impactos sociais decorrentes das disparidades entre os grupos etários.

Ambientalmente, os setores censitários segregados para a população pobre encontram-se mapeados nas extremidades do perímetro urbano da capital acreana ou mesmo situados em áreas com conflitos de terra pela ocupação e parcelamento ilegal de terras sob domínio do INCRA, como no caso do Polo Benfica e em áreas consideradas aglomerados subnormais, exemplificado pela Praia do Amapá, situado nas margens do Rio Acre e sujeito às alagações. A vulnerabilidade ambiental torna-se mais elevada ao observar o baixo percentual de moradias adequadas quanto o saneamento e habitação.

Em termos de ganhos salariais são caracterizados pelo baixo rendimento nominal mensal dos chefes de família. A pior situação é percebida

no setor Montanhês, onde a renda familiar é 4,31 vezes menor que a registrada em Rio Branco.

8.4.2.1 Setor censitário 12004015000120

Corresponde ao Loteamento Praia do Amapá. Este parcelamento fundiário pertencente ao grupo Ipê Empreendimentos, que obteve alvará para sua implantação em 1999. Sua efetivação possuiu restrições iniciais pela carência de infraestruturas básicas como rede de saneamento, drenagem, pavimentação e calçadas⁵¹. Em consequência, a comercialização dos lotes ficou inviabilizada passando a ser ocupado irregularmente por famílias de baixo rendimento.

Nota-se por meio da comparação de imagens de satélite que ocorreu uma rápida apropriação do loteamento entre os anos de 2002 e 2014. Por estar em uma localização de ocupação recente no espaço urbano rio-branquense, a unidade censitária analisada possui grandes vazios urbanos em seu interior e glebas em processo de loteamento (Figura 87). A implantação do Anel Viário da Via Verde impulsiona a inserção de empreendimentos nesse setor.

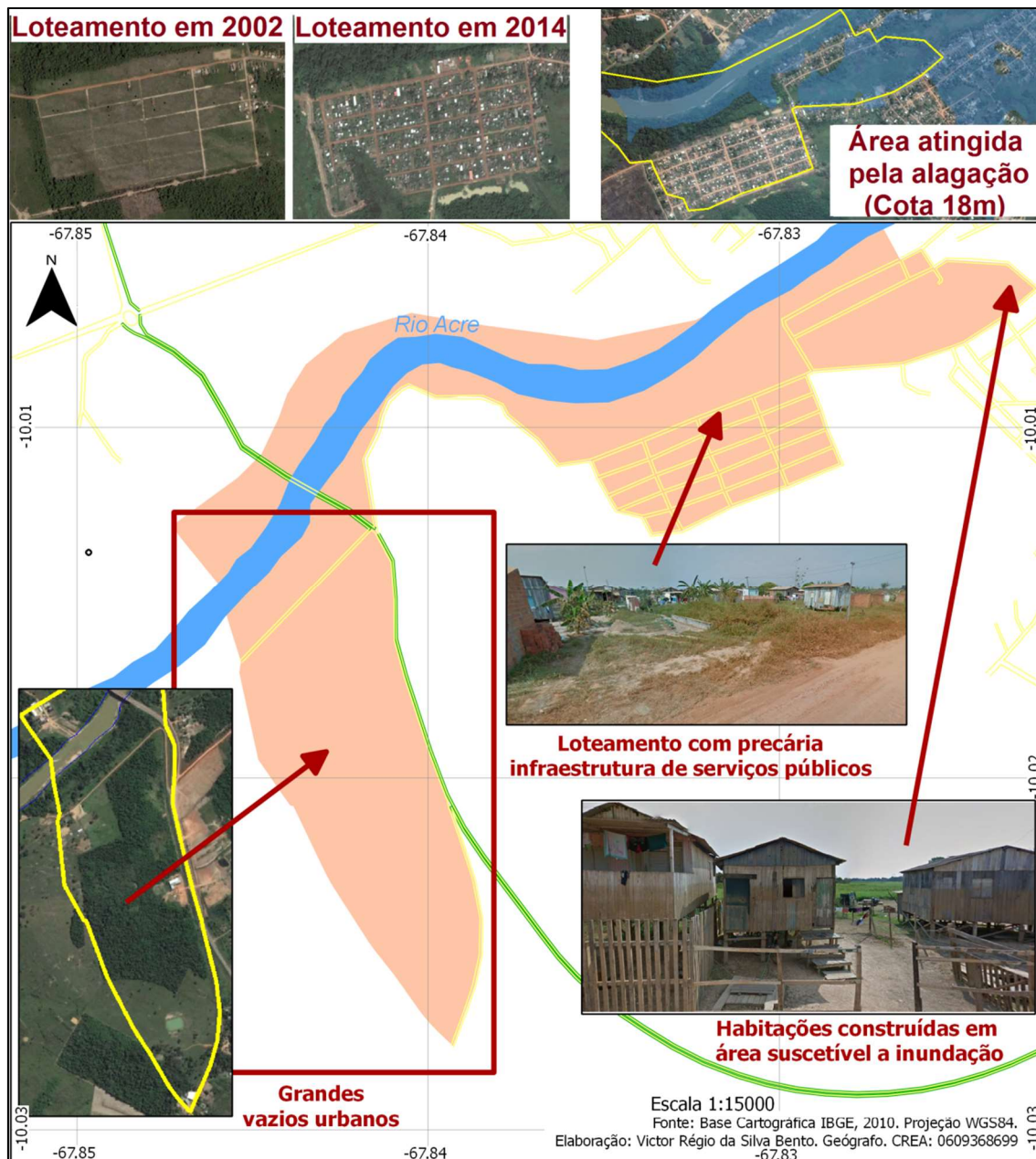
De acordo com as análises de dados agregados do IBGE (2010), o loteamento Praia do Amapá possui 1.900 habitantes, distribuídos em 549 domicílios. O setor censitário que abrange o bairro é considerado um aglomerado subnormal devido o escasso atendimento das redes públicas tanto por parte do Estado quanto da iniciativa privada.

É verificável a vulnerabilidade em que se encontram os habitantes, dada a associação existente entre a falta de infraestrutura e a existência recursos hídricos. Tal assertiva é comprovada quando se visualiza o padrão de autoconstrução de moradias em áreas de planície de inundação, algumas destas suspensas em palafitas. O elevado índice de isolamento da população de baixa renda e a dissimilaridade social são resultantes das assimetrias existentes entre as faixas salariais dos chefes de família dessa unidade

⁵¹ <http://tj-ac.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5705241/apelacao-civel-ac-1521-ac-2009001521-1/inteiro-teor-11865481>

censitária. 89,00% dos domicílios apresentam ganhos inferiores a um salário mínimo ou não possuem renda.

Figura 87 – Caracterização do setor censitário 120040105000120.



Apesar desta comunidade se localizar a apenas 500 metros da estação de tratamento de água, o provimento desse serviço é praticamente inexistente, beneficiando 0,91% dos domicílios. Os moradores têm que recorrer a outras formas de captação hídrica, principalmente com a utilização de poços artesianos que secam no período de estiagem do rio Acre. As deficiências no saneamento também são verificadas na quando mais de 30% dos domicílios

não possuem instalações sanitárias. Apenas 1,64% das moradias estão conectadas a rede de esgoto e 42,08% são atendidas pela coleta direta de lixo por serviço de limpeza. A predominância formas pontuais de saneamento (poços artesianos, fossas sépticas e rudimentares) impactam negativamente o meio ambiente e as condições de vida da população.

8.4.2.2 Setor censitário 120040105000317

Situado no extremo norte da cidade, este setor apresenta uma ocupação recente, 471 residências 1.792 habitantes, 3,8 habitantes por domicílio. É uma área de Baixa Dissimilaridade e alto Isolamento das famílias de menor poder aquisitivo. Localiza-se no extremo norte da cidade e faz parte do Montanhês, bairro que surgiu no começo da década de 1990 em decorrência das intervenções habitacionais da COHAB-AC. Através dessa companhia foram entregues a população 1.398 lotes, os quais abrigam 6.990 famílias⁵²

A implantação dos lotes do conjunto Montanhês não foi acompanhada de urbanização e nem da prestação adequada das redes de infraestrutura e equipamentos comunitários. Consequentemente, essa falta de planejamento resultou em um bairro com o predomínio da autoconstrução residencial e carência de serviços públicos. O panorama da atualidade, 25 anos depois de sua construção demonstra que ainda faltam muitos investimentos públicos para a universalização do acesso ao saneamento e melhorias na qualidade de vida.

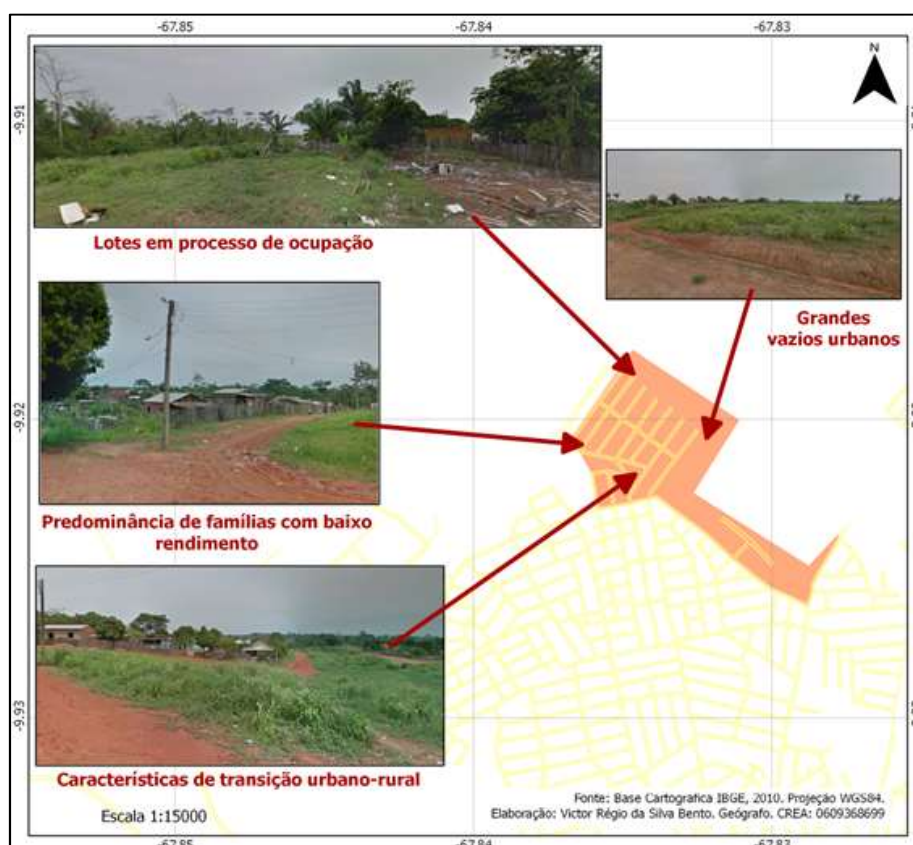
A presença de grandes vazios urbanos propicia a formação de novas ocupações que contribuem para o adensamento populacional nessa comunidade e intensifica as problemáticas existentes (Figura 88) Como exemplo do processo de favelização observa-se a formação do Bairro Caladinho, adjacente ao conjunto habitacional. A seguinte matéria ilustra o cenário dessa nova ocupação:

⁵² Diário Oficial do Acre – DOEAC, 27 de abril de 2015. Ano XLVIII - nº 11.540 168 p. Disponível em: <<http://diario.ac.gov.br/download.php?arquivo=KEQxQHI3lyEpRE8xNDI5OTI0MjU3NDgyNy5wZGY=>> Acesso em: 14 de novembro de 2016.

O bairro Caladinho, criado a partir de uma invasão e localizado na periferia de Rio Branco, próximo ao bairro Montanhês, sofre com ruas intrafegáveis, altos índices de violência e falta de saneamento básico e iluminação pública. O presidente do bairro, Brás Castro, é direto às necessidades na região. "Só de entrar no bairro já se percebe o que precisa. Falta rua asfaltada, água e luz. A segurança é outro ponto importante, porque a gente sofre muitas ondas de assalto, é algo constante", afirma. (LIMA, 17 de outubro de 2013)⁵³.

Sobre a violência urbana é notório o destaque no Montanhês como um dos mais inseguros de Rio Branco. Segundo dados do Observatório de Análise Criminal elaborado pelo núcleo de apoio técnico do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC, 2016) este bairro foi o que registrou o maior número de roubos na Regional Tancredo Neves, no ano de 2015. Outro indicador negativo na segurança pública foi o número de homicídios acumulados entre 2004 e 2015, correspondendo a um total de 23 óbitos, ou seja, o segundo maior da 5ª Regional de Segurança da capital, atrás apenas do bairro Vitória.

Figura 88 – Caracterização do setor censitário 120040105000317.



⁵³ LIMA, Liliam. Bairro Caladinho sofre com a falta de saneamento básico. **G1 (online)**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/10/bairro-caladinho-sofre-com-falta-de-saneamento-basico.html>> acesso em: 27 de maio de 2017.

8.4.2.3 Setor Censitário 120040105000191

Esta unidade censitária está inserida no bairro Jorge Lavocat (Figura 89) e é um conjunto habitacional implantado pela COHAB em 1992, durante os últimos anos de atividade dessa companhia. Os poucos recursos investidos na expansão das redes de serviços básicos propiciaram a formação de um foco de pobreza. “A infraestrutura é precária, e na época os governantes não tiveram o respeito em colocar rede de abastecimento de água no local. Nem cano existe e as pessoas sobrevivem de favores da Prefeitura” (O RIO BRANCO, 19 de outubro de 1997)⁵⁴.

Figura 89 – Caracterização do setor censitário 120040105000191.



⁵⁴ O RIO BRANCO. **Bairro Jorge** Lavocat. Ano 28 – Domingo, 19 de Outubro de 1997 – Nº 5.605. LOCAL: Rio Branco – Ac, p.11 col. 1. Disponível em: < http://minhateca.com.br/eduardocarneiro.ac/HIST*c3*93RIA+DO+ACRE/80.+DPHC/PESQUISA+IISETE/Bairros/CONJUNTO+JORGE+LAVOCAT,45950753.doc > Acesso em: 10 de junho de 2017.

Assim como no vizinho Montanhês, esta unidade territorial padece com a carência da intervenção governamental, especialmente quando se verifica o entorno domiciliar, majoritariamente composto por ruas sem pavimentação, com a presença de esgoto a céu aberto e lixo depositado em terrenos baldios. Por estar localizado nos extremos do perímetro urbano de Rio Branco, este recorte espacial ainda possui características mistas entre as práticas rurais e urbanas, com pequenas propriedades dedicadas ao cultivo de lavouras temporárias e permanentes.

O bairro Jorge Lavocat está situado vizinho a Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra – APARIS, criada pelo Decreto Municipal nº 500, de 07/06/2005. A expansão urbana no entorno dessa unidade de conservação prejudica a sua integridade, especialmente quando se verifica a construção de loteamentos irregulares e clandestinos sem infraestrutura.

8.4.2.4 Setor Censitário 120040105000129

Localiza-se entre a Regional Floresta e Regional Calafate e abrange trechos dos bairros Floresta Sul, Bahia Velha, Bahia Nova e Plácido de Castro. Espacialmente é caracterizado pela extensão territorial de 107 ha, sendo uma das maiores unidades censitárias urbanas de Rio Branco e possui grandes vazios urbanos que perfazem 71,5 ha, ou seja, 66,2% de sua área total.

O isolamento das famílias de menor poder aquisitivo assim como a dissimilaridade social é visível em seu perímetro. Observam-se três áreas habitacionais distintas quanto às classes de rendimento (Figura 90). Na sua porção setentrional, ao longo da Estrada da Floresta são encontrados condomínios fechados implantados e em fase de implantação e vem passando por um rápido processo de valorização fundiária devido a proximidade do Via Verde Shopping. Ao centro desse setor censitário é verificável uma grande extensão fundiária em processo de parcelamento no qual está sendo implantado o Loteamento Parque Bonsucesso I e II. Finalmente, nas direções sudoeste e leste é visível a concentração de famílias com menor rendimento com a presença de conjuntos habitacionais e bairros com predomínio da autoconstrução residencial.

Figura 90 – Caracterização do setor censitário 120040105000129.



De acordo com o PDDU, 2016 é uma Área de Promoção à Habitação – APH, onde foram implantados projetos residenciais para famílias de baixo rendimento como os conjuntos Vale do Carandá e Cabreúva com 234 e 315 unidades residenciais, respectivamente. Apesar da intervenção do Estado na construção da moradia popular, percebe-se nessas áreas habitacionais a existência de problemática nos serviços de saneamento básico, pavimentação, segurança pública.

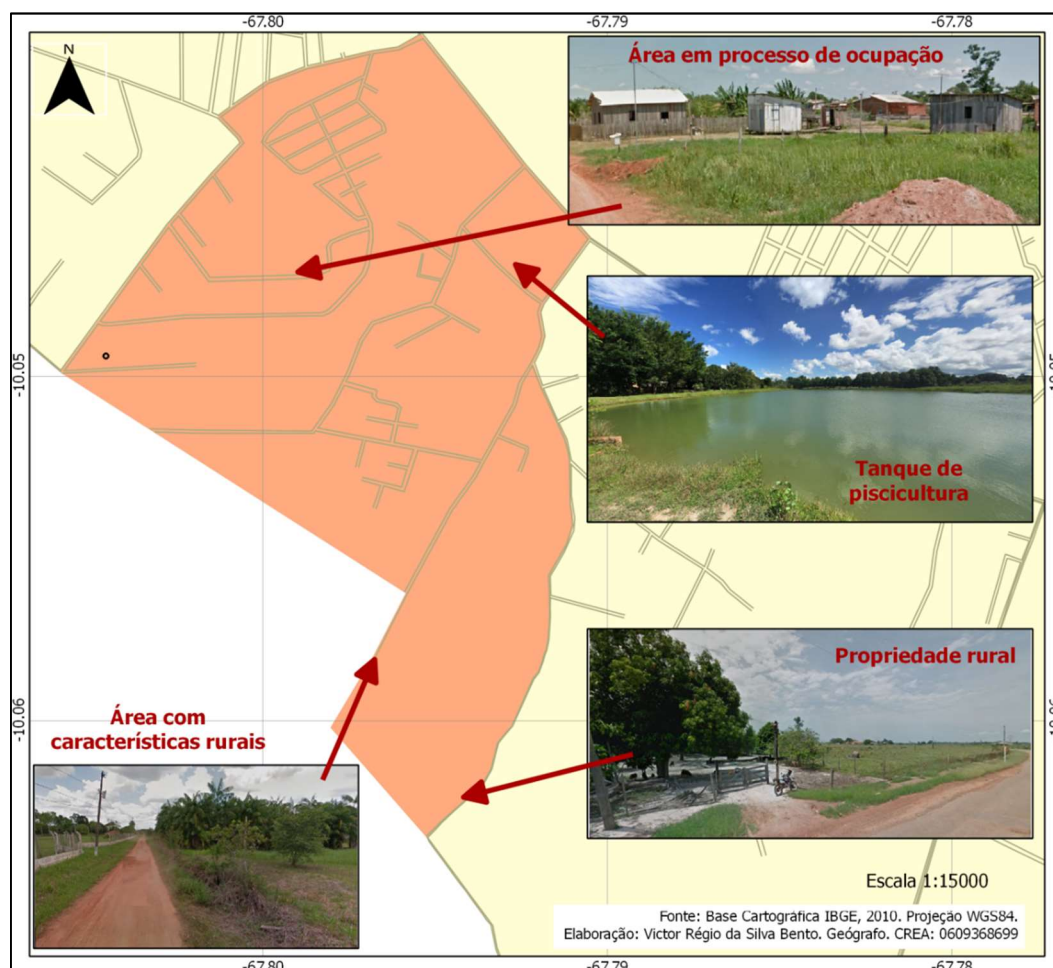
8.4.2.5 Setor Censitário 120040105000244

O Polo Agroflorestal – PA Benfica foi criado em 2002 pelo INCRA e ocupa uma área de 5.127 ha. A proposta inicial de formação desse projeto

decorreu da necessidade de assentar as famílias de seringueiros e agricultores desempregados e que habitavam áreas irregulares na cidade. Logo, foi feita a proposta de reinserção dessa população em áreas rurais desapropriadas e situadas próximas aos eixos rodoviários federais e estaduais, garantido fácil acessibilidade e escoamento da produção (ZEAS, 2008)⁵⁵.

A criação do Polo Benfica propiciou o assentamento de 43 famílias. Porém, com o processo de expansão horizontal de Rio Branco, parte desse território foi incorporado ao perímetro urbano e está passando por um rápido processo de ocupação permeado por conflitos de terra (Figura 91).

Figura 91 – Caracterização do setor censitário 120040105000244.



⁵⁵ ZEAS - Zoneamento Econômico Ambiental Social e Cultural de Rio Branco. Diagnóstico sócio-econômico da produção familiar rural nos pólos agroflorestais. Rio Branco: Junho de 2008. Disponível em: < <http://zeas.riobranco.ac.gov.br/arquivos/117397799-Diagnostico-dos-Polos-Agroflorestais-de-Rio-Branco.pdf> > Acesso em: 12 de maio de 2017.

O bairro Benfica está sobre as Zona de Expansão Urbana e, devido aos impasses existentes na regularização fundiária nessa localização está impedida a formação de loteamentos. Entretanto, a prática de comercialização de terrenos é visível nessa porção da cidade. O PDDU (RIO BRANCO, 2008), classifica esta área periurbana como Macrozona de Expansão Urbana – MZEU e em seu artigo 140 determina que: “não será permitido nenhum processo de parcelamento ou licenciamento de novas edificações por um período de cinco anos até que sobrevenha implementação do plano de regularização da MZEU”.

E termos de atividades econômicas desenvolvidas pela população têm-se a agricultura de subsistência, tendo como principais cultivos: macaxeira, banana e cupuaçu. O zoneamento econômico feito pela prefeitura em 2008 também diagnosticou a criação de aves e peixes. Essas práticas tipicamente rurais se mesclam ao processo de adensamento populacional e surgimento de atividades comerciais e de serviço, caracterizando o Benfica como área de transição rural-urbana.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do desigual espaço urbano de Rio Branco segrega parte significativa da população tanto na apropriação da terra urbana como mercadoria quanto pelas assimetrias existentes na distribuição das redes de serviços públicos em seu território. Verificou-se no decorrer dessa pesquisa o quanto a capital acreana está suscetível ao parcelamento imposto pelos promotores imobiliários e proprietários fundiários, autosegregando os estratos sociais que podem pagar pelos terrenos e edificações em áreas de melhor localização e infraestrutura. Também foi constatada a capacidade que o Estado tem em promover a segregação induzida nos grupos menos favorecidos, expurgando-os em conjuntos habitacionais situados nas extremidades da cidade e em áreas de menor interesse mercadológico.

Essa pesquisa demonstrou a multiplicidade do fenômeno da segregação nos diversos apontamentos teóricos, sejam estes de caráter ecológico, fatorial ou dialético. Conforme observado nas abordagens sobre o fenômeno em questão é notória a ação do Estado e do mercado imobiliário como agentes produtores do espaço intervindo na distribuição da infraestrutura urbana e na valorização diferencial das diversas localizações da cidade.

Observou-se que a segregação está no cerne da formação urbana de Rio Branco, com a diferenciação entre os grupos populacionais presente desde os primeiros bairros que se formaram no seu núcleo inicial. Esta separação se potencializou ainda mais, na medida em que as escassas infraestruturas iam sendo implantadas na cidade, promovendo acessos desiguais aos bens e serviços. Notadamente, o deslocamento da vida urbana e econômica para a margem esquerda do Rio Acre, com a formação do bairro Penápolis evidencia o conflito entres os espaços planejados e as localizações de crescimento espontâneo que irá se agravar nas décadas subsequentes.

Foi visto que proliferação da moradia informal em Rio Branco acentuou-se na década de 1970 devido ao processo de migração campocidade decorrente tanto do declínio da economia extrativa da borracha quanto da expropriação fundiária dos pequenos produtores rurais que habitavam o campo na condição de posseiros. A segregação também é resultado dessa migração campesina contribuído com a estratificação do tecido urbano rio-

branquense onde a elite ocupou as localizações de melhor infraestrutura enquanto a população marginalizada se adensava em condições precárias de provimento dos serviços públicos. Em decorrência do fluxo migratório os vazios urbanos foram sendo substituídos por assentamentos precários e loteamentos clandestinos com pouca ou nenhuma assistência governamental.

Essa carência de intervenção pública é ainda visível em tempos presentes nos aglomerados subnormais, pois estes são predominantemente caracterizados pela informalidade habitacional. Nestes se observa a ocorrência de vulnerabilidades ambientais, pois seus territórios se encontram em sua totalidade ao longo dos principais cursos d'água que cortam a cidade em localizações suscetíveis às inundações e deslizamentos de terra. Visualizam-se também impactos na população devido à carência na distribuição de redes de infraestrutura de saneamento básico, pavimentação e equipamentos comunitários excluindo parte significativa dos moradores dos serviços essenciais para a manutenção da qualidade de vida e das atividades humanas.

É perceptível que as políticas de habitação popular desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1990 não foram eficientes na redução do déficit habitacional, devido à baixa capacidade de absorção da crescente demanda por moradias assim como pelo perfil dos grupos populacionais atendidos pelos programas da COHAB, os quais tiveram pouco impacto nos grupos mais necessitados. Paralelamente, ocorreu a crescente mercantilização do solo para construção personalizada das residências pelos grupos de médio e alto rendimento. A comercialização de loteamentos abertos por empresas privadas originou diversos bairros em Rio Branco, principalmente com a apropriação das glebas de melhor localização e mais beneficiadas pela infraestrutura urbana.

Os governantes do estado e do município agem principalmente nas localizações mais dinâmicas da capital acreana quanto à produção, circulação de mercadorias e consumo de bens e serviços. Neste investimento público, a área central e os bairros com predomínio das famílias de maior rendimento se constituem historicamente como *locus* prioritários da intervenção pública. As infraestruturas implantadas, por sua vez, potencializam ainda mais a concentração e atração de investimentos privados, fluxos populacionais e inserção novas atividades econômicas. Em contrapartida, os paliativos da urbanização das áreas de risco com os projetos das ZAPs, Pró-moradia e

MCMV reforçam a segregação. Os igarapés com as margens urbanizadas impulsionam novas frentes de valorização imobiliária, enquanto os moradores dessas localizações são direcionados para conjuntos habitacionais precários.

A atuação estatal em leis de zoneamento é responsável por alterações nos usos urbanos, modificando o valor do metro quadrado nos bairros da cidade, além de impulsionar a ocupação de certas localizações e barrar o crescimento em outras. Em Rio Branco, as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 2008, apontam o estímulo ao adensamento populacional e a expansão dos empreendimentos residenciais em bairros dotados de infraestrutura, com a elevação do gabarito para as construções verticais e construção de grandes loteamentos fechados. Em contrapartida, os bairros situados nas margens do Rio Acre, partindo para o Segundo Distrito são considerados Zonas de Ocupação Controlada – ZOC, sendo refúgios de exclusão social.

Com a excessiva valorização do metro quadrado dos imóveis e a escassez de terrenos para a edificação de novos empreendimentos residenciais e comerciais em localizações da cidade de alto valor imobiliário nas Zonas de Urbanização Consolidada – ZUC, as construtoras exploram os terrenos situados em outros bairros que foram ou estão sendo dotados de infraestrutura.

Por vezes, os promotores imobiliários antecipam a ação estatal, promovendo o parcelamento do solo urbano em localizações de menor investimento, logo, incentivam o adensamento populacional e de atividades as quais irão pressionar os órgãos governamentais a implantarem as redes de serviços públicos. Como exemplo da antecipação na incorporação de glebas urbanas tem-se a expansão do parcelamento fundiário e construção de empreendimentos destinados à população de médio e alto rendimento para as imediações da Via Verde.

O deslocamento e a construção equipamentos públicos e privados no entorno da Via Verde impulsiona a formação de novos espaços segregados mediante a concentração das infraestruturas, atividades comerciais e serviços modernos (shopping, centro empresarial, supermercados, atacadões) que funcionaram com um chamariz para a o surgimento de novas formas de moradia antes alheias à realidade rio-branquense.

Como exemplo de superfícies residenciais fechadas existentes nos bairros contíguos ao anel viário de Rio Branco nota-se a edificação torres residenciais, condomínios horizontais de casas além da presença de loteamentos fechados. Para atender as necessidades dos consumidores das classes de maior rendimento, o marketing de comercialização da moradia enclausurada utiliza táticas que vão além da construção da habitação, partindo na procura das localizações capazes de satisfazer as demandas por status, segurança, proximidade dos locais de trabalho, compras e entretenimento assim como nas imediações de amenidades naturais e socialmente produzidas.

Em contraposição ao movimento de mercantilização do solo urbano de Rio Branco com incorporação de áreas dotadas de infraestrutura urbana é constatável que a população de menor rendimento vai progressivamente se afastando das localizações mais valorizadas, sendo empurradas para os espaços de menor investimento estatal. A carência de intervenção estatal de infraestruturas em bairros com o adensamento populacional mais recente como Vila Acre, Belo Jardim, Calafate, Alto Alegre associado às elevadas taxas de crescimento demográfico tende a agravar a já precária condição de habitação nessas localizações.

Os bairros mais afastados e de ocupação mais recente, nos quais existe uma menor intervenção estatal demonstram mais claramente uma situação periférica. Entretanto a segregação pode ser observada em localizações mais dotadas de infraestrutura como os bairros situados na Regional Floresta e Regional Cadeia Velha e Regional Estação Experimental que, dentro de seus territórios, abrigam populações de baixo rendimento residindo em comunidades carentes de serviços básicos.

No decorrer dos capítulos 3, 4 e 5 foi realizado um panorama sobre a habitação em Rio Branco que possibilitou a compreensão, a interpretação e o mapeamento dos espaços de moradia dos grupos de alto e baixo rendimento (condomínios fechados e loteamentos fechados versus conjuntos habitacionais e aglomerados subnormais). Entretanto, esta análise das contradições nos espaços de moradia dos grupos antagônicos obteve um maior detalhamento com a aplicação de índices, ou seja, com uma interpretação quantitativa associada à análise dialética. Nesse sentido, pode-se perceber que diferentes métodos podem atuar conjuntamente para o entendimento da segregação.

Os índices de Dissimilaridade e de Isolamento conseguiram captar o fenômeno em Rio Branco, especialmente quando foram observados os valores extremos mediante a análise dos cinco setores de maior correlação entre os dois índices, tanto para a população sob a responsabilidade de chefes de família com ganhos superiores à 20 salários mínimos, quanto com os grupos com ganhos inferiores à um salário mínimo/sem renda.

A análise interna dos cinco setores censitários mais segregados das famílias de alto rendimento consegue mostrar uma maior heterogeneidade entre as faixas salariais, evidenciando um maior contraste entre as classes sociais. Nestes existem enclaves habitacionais de pobreza contíguos aos condomínios e loteamentos fechados. Em contraposição, os setores censitários mais segregados das famílias de baixo rendimento são internamente homogêneos, sendo caracterizados por uma expressiva concentração de população nas faixas salariais mais baixas. Estes formam verdadeiros bolsões de pobreza, com carência de intervenções estatais.

A utilização de setores censitários como base cartográfica para a espacialização dos índices nesta pesquisa demonstra que dentro de uma mesma regional ou bairro podem existir grandes contrastes quanto a dissimilaridade e o isolamento baseados no rendimento nominal mensal dos chefes de família. Assim, comprova-se que, apesar das tendências de isolamento dos grupos abastados e da exclusão da população de menor rendimento para as bordas do perímetro urbano, o processo de segregação não possui uma localização específica, estando entremeada em todas as porções de Rio Branco.

REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do Estado. Lei n. 61, de 17 de dezembro de 1965. Autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista Companhia de Habitação do Acre. **Diário Oficial do Estado do Acre**. Rio Branco, Seção 1, p. 1, 17 dez. 1965. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/08/Lei61.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016

_____. **Minha Morada**. (cartilha). Rio Branco: Secretaria de Habitação – SEHAB, 2007. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/alviana/minha-morada-cartilha>>. Acesso em: 18 jun. 2016

_____. **Loteamento Santa Inês**. Rio Branco: SEHAB, 2010a.

_____. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. ed. Rio Branco: SEMA, 2010b.

_____. **Plano Plurianual PPA – 2012/2015**. Rio Branco: SEPLAN, 2011a.

_____. **Acre em números 2011**. Rio Branco: SEPLAN, 2011b.

_____. **Programa de arborização urbana do Estado do Acre**. Versão para consulta pública. Rio Branco: SEMA, 2012.

ALMEIDA NETO, Domingos José de. **A dinâmica das águas e das gentes: história, políticas públicas e percepção de riscos no Acre**. 2015. 257 f. Tese (Programa de Pós-graduação em saneamento) – Faculdade de Engenharia, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-ABBG5V/tese_vers_o_final_corrigida_domingos_04.02.2016_cfc.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ALVES, Josélia da Silva. **Vulnerabilidade socioambiental em uma Bacia Hidrográfica Urbana: o caso do Igarapé Fundo – Rio Branco/AC** 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Disponível em <<http://www.posgeo.uff.br/teses-e-dissertacoes-defendidas-no-programa-de-pos-graduacao-em-geografia-da-uff>> Acesso em: 13 maio 2016.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporânea**. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

AMORA, Zenilde Baima; LUSTOSA, Clélia Maria Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. cap. 2, p. 31-48.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARTOLI, Estevan. **A floresta como muro: mercantilização da natureza, loteamentos fechados e apropriação da terra urbana na cidade de Manaus.** 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <<http://www.ppgsca.ufam.edu.br/dissertacoes-e-teses/26-dissertacoes-e-teses-em-2009/136-a-floresta-como-muro-mercantilizacao-da-natureza-loteamentos-fechados-e-apropriacao-da-terra-urbana-na-cidade-de-manaus>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

BARBOSA, Camilla Souza. Análise da estruturação urbanística recente da orla de Belém/PA. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4, 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2009/S09-03-BARBOSA,%20C.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2004.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas.** Sinop, MT, v. 6, n. 12, p. 55-139, 2001.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86. 2005.

_____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas.** Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010a.

_____. **Ciência, Tecnologia e Inovação – Condição do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010b.

BELL, Wendell. The Social Areas of the San Francisco Bay Region. **American Sociological Review.** São Francisco, US, v. 18, n. 1, p. 39-48, fev. 1953. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2087847?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 13 out. 2016.

BENTO, Victor Régio da Silva. **Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico.** 2010. 173 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

BLUEMENFELD, H: The Social Areas of Los Angeles. Analysis and Typology by Eshref Shevky, Marilyn Williams Review by: Hans Blumenfeld. **Land Economics**. Los Angeles, US, v. 25, n. 3 (Aug., 1949), p. 324-325, ago, 1949.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho, in Ermínia Maricato (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1982

BRASIL. Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio de edificações e as incorporações imobiliárias. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 7, 21 dez. 1964. Seção 1, p. 472. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4591-16-dezembro-1964-368909-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 18, 11 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 7, 20 dez. 1979. Seção 1, p. 172. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. Política nacional de habitação. **Cadernos MCIDADES** Brasília: Ministério da Habitação, 2004.

_____. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385446/Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf?sequence=1>> Acesso em: 11 jun. 2017.

BRIGGS, Xavier Sousa de; DARDEN, Joe T.; AIDALA, Angela. In the wake of desegregation early impacts of scattered-site public housing on neighborhoods in Yonkers. **American Planning Association**, New York. v. 1, n. 65, p. 27-49, jun./ago. 1999. Disponível em: <<https://www.huduser.gov/publications/pdf/wake.pdf>>. Acesso em: 19 mar.2016.

BRUGNARA, Gisela de Andrade. Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco. Espaços de transição: interfaces da gestão territorial

em Rio Branco. **Relatório Final da Temática**. Rio Branco: Prefeitura municipal de Rio Branco, 2008.

BURGESS. The Growth of the City An Introduction to a Research Project. In: Robert Park; Ernest W. Burgess. **The city**. Chicago: Chicago University, 1925. Disponível em: <http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E_Book/Urban%20Studies/park%20burgess%20the%20city.pdf> Acesso em: 29 nov. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, Editora 34, 2011. p.211-255.

CAIXA Econômica Federal. **Programa Nacional de Habitação Rural: Manual do programa**. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

CALIXTO, Valdir. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação de desenvolvimento de recursos humanos, da cultura e do desporto, 1985.

CARDIA, Laís Maretti. **Cumprindo trajetos, refletindo sobre a memória: colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre - uma abordagem antropológica**. Rio Branco: Edufac, 2010.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007b.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-29.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; MAIA, Doralice Sátiro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. cap.4, p. 53-70

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4 ed. Tradução de Arlene Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte: quais impactos sobre a segregação social? **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**. Curitiba, v. 7, n. 2, p. 195-210, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217533692015000200195&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul. 1987

_____. **Espaço urbano**. Rio de Janeiro, Contexto, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. cap. 1, p. 11-30.

_____. Segregação residencial: classes sociais e o espaço urbano. In: Pedro Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaui (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. cap. 2, p. 24-38.

_____. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 10-33, set. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111752>. DOI:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.111752>. Acesso em: 02 fev. 2017.

COWGILL, Donald; COWGILL, Mary. 1951. An Index of Segregation Based on Block Statistics. **American Sociological Review**. v. 16, n. 2, p. 825-831, maio 1951. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2087511>> Acesso em: 20 nov. 2016.

CUNHA, Euclides. **Peru versus Bolívia**. Rio de Janeiro. Biblioteca digital luso-brasileira, 1909 (arquivo digitalizado). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/peruversusbolivia.pdf> Acesso em: 29 mar. 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Gonçalo, RJ: Projeto Periferia, 2003.

DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade socioambiental das Regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles – IPPUR/FASE, 2009.

DOMINGOS, José de Almeida Neto. **A dinâmica das águas e das gentes: história, políticas públicas e percepção de riscos no Acre**. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DUNCAN, Otis Dudley; DUNCAN, Bervely. A methodological analysis of segregation indexes. **American Social Review**. Chicago, US, v. 20, n 2, p. 2010-2017, abr. 1955. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2088328>> Acesso em: 10 out. 2016.

ECHENIQUE, Frederico; FRYER, Roland. On the measurement of segregation. based on Social Interactions. **Quarterly Journal of Economics**. New York, US, v. 2, n. 122, p. 441-485. 2005. Disponível em: <[https://www.brown.edu/Departments/EconomicsFaculty/Glenn_Loury/louryhomepage/teaching/Ec%20237/Echenique%20and%20Fryer%20\(2005\).pdf](https://www.brown.edu/Departments/EconomicsFaculty/Glenn_Loury/louryhomepage/teaching/Ec%20237/Echenique%20and%20Fryer%20(2005).pdf)> Acesso em: 15 nov. 2016.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1ed. SP: Expressão Popular, 2006d, v. 1, p. 279-303.

ELLIN, Nan. Shelter from the Storm, or Form Follows Fear and Vice Versa, in N. Ellin e E.J.Blakely (orgs.), **Architecture of Fear**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1997.

EUFRASIO, M. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a Escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco, AC: Edufac, 2012.

FEITOSA, Flávia da Fonseca. **Índices espaciais para mensurar a segregação residencial**: o caso de São José dos Campos (SP). 2005. 169 f. Dissertação (mestrado) – Curso de pós-graduação em Sensoriamento Remoto do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2005. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/teses/dissertacao_flavia.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017

FENG, Hou; PICOT, Garnett. Visible minority neighbourhoods in Toronto, Montréal, and Vancouver. In: FENG, Hou (org.). **Canadian Social Trends**. Ottawa: Statistics Canada, 2004.

FLEMING, Ângela Maria Bessa; HADDAD, Assed Naked. Política habitacional no Acre e Inclusão Social: o desafio dos governos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 6, n. 2, p. 2-22, maio/ago. 2010.

FIEAC – Federação das Indústrias do Estado do Acre. Lar doce lar: Financiamentos e juros baixos impulsionam mercado imobiliário e aquecem setor da construção civil. **Revista FIEAC**. Rio Branco, ano 06, n. 20, p. 20-25, set. 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, Recife, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2766>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

FRÚGOLI JÚNIOR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp/FAPESP, 2000.

FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Habitação popular: alternativas para a Amazônia**. Rio Branco, AC: SEHAB, 1998.

_____. **Projeto Habitação**. Rio Branco, AC: SEHAB, 2002.

GALVAO, Roberto. Aspectos da Economia da Borracha no Território do Acre. **Revista Brasileira de Geografia do IBGE**. Rio de Janeiro: ano 18, n. 2, p. 153-173. abr./jun. 1955.

_____. Notas sobre algumas fazendas de criação no município de Rio Branco, Território do Acre. **Boletim Geográfico do IBGE**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 141, p. 727-733, nov./dez., 1957.

GARREFA, Fernando. **Shopping centers: de centro de abastecimento a produto de consumo**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

GERARDI, Lúcia Helena Oliveira de; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL. 1981.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Renata da Rocha. **Políticas habitacionais na federação brasileira: os estados em busca de seu lugar**. 2009. 181 f. Dissertação (mestrado em Economia) – Escola de Administração de empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GUARESCHI, Euzébio André. **Ecoville Rio Branco, convivência com a natureza e autonomia em moradia**. Porto Velho: Welcon, 2013. Disponível em: http://www.welcon.eng.br/wp-content/uploads/revista/revista_well_n.2.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

GUERRA, Antônio Teixeira. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal empresa (Território do Acre). **Revista Brasileira de Geografia do IBGE**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 4 p. 545-576, out./dez. 1951.

_____. Alguns aspectos geográficos do Território Federal do Acre. **Revista Brasileira de Geografia do IBGE**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 2 p. 234-251, abr./jun. 1954.

_____. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Readaptado por Geraldo Mesquita Junior. Ed. Integral. Brasília: Senado Federal, 2004.

GUERRA, Maria Falcone. **Vende-se Qualidade de Vida: Alphaville Barueri - Implantação e Consolidação de uma Cidade Privada**. 2013. 235 f. Tese (Doutorado em arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HOYT, Homer. **The structure and growth of residential neighborhoods in American cities**. 1939. Disponível em: <http://www.sjsu.edu/people/saul.cohn/courses/city/s0/SectorTheory.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 2007. **Rede de Influência das Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2000 – Agregados de setores censitários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010 – Agregados de setores censitários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IWATA, Alexandre Xavier de Carvalho, et al. **Um estudo das metodologias de funcionalidade dos índices de segregação socioespacial**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011.

KAIN, John. Housing Segregation, Negro Employment, and Metropolitan Decentralization. Oxford, Inglaterra: **The quartel journal of economics**, 1968. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/issue/82/2> Acesso em: 02 abr. 2017.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo. Ed. Ática. 1996.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão. **Observatório das Metrópoles**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LECHNER, Gabriele. **Le fleuve dans la ville: la valorisation des berges en milieu urbain**. Paris: Direction générale de l'urbanisme, de l'habitat et de la construction, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Tradução de Mario Gaviria. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Eduardo Farias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Tradução de Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

_____. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.

LE GOIX, Renaud. La dimension territoriale de la séparation sociale dans les 'gated communities' en Californie du Sud", **L'Information Géographique**, Paris, v. 69, n. 2, p. 32-49, dez. 2005.

LEITE, Ary Pinheiro. **Rio Branco: de seringal a capital**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides. **Como Andam Belém e Goiânia?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAIA, Doralice Satyro. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p 18-31

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. The dimensions of Residential segregation. **Social Forces**, Chicago, US, v. 67, n. 2, p. 281-315, dez. 1988. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic98848.files/massey.denton.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2016.

MARCUSE, Peter. The enclave, the citadel and the ghetto: what has changed in the post fordist U.S. city. **Urban Affairs Review**, Boston, US, v.33, n.2, p. 217-225, nov. 1977.

MARICATO, Ermínia. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. **Revista Praga**, São Paulo: Hucitec, v.1, n.6, p.67-78, maio 1998.

_____. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. São Paulo – IEA USP, v.17, n.48, p.151-166, out./dez. 2003

_____. **Metrôpole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São. Paulo: Hucitec, 1996.

MASTERPLAN, Cidade do Povo. **Governo do Acre - Cidade do Povo**. Rio Branco: Terra Urbanismo, 2012.

MATOS, Ralfo. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, IGC/UFMG, v. 1, n. 1, p. 1-51, 2003.

MENEZES, Maria Lucia Pires. A cidade e o rio, o rio e a cidade. Espaços para o público. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. 11, n. 245, p. 137-165, ago, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn24535.htm>> Acesso em: 30 mar. 2017.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira**: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. 2000. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

_____. **Acreanidade**: invenção e re-invenção da identidade acreana. 2008. 302 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense Geografia, Rio de Janeiro, 2008.

MORAIS, Maria de Jesus e VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, p. 89-110, jan-jun. 2013.

MOREIRA, Paulo; MCRAE, Edward. **Eu venho de longe**: mestre Irineu e seus companheiros. Salvador: EDUFBA, 2011.

MORRIS, Fred B. A geografia social no Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 35, n.1, p. 33-148, jan./mar. 1973.

MPAC - Ministério Público do Estado do Acre. **Recomendação conjunta nº 01/2012**. Rio Branco, AC: MPAC, 2012. Disponível em: <http://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Rec_CidadedoPovo.pdf> Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. **Relatório de informações de indicadores prioritários de violência e criminalidade**. Rio Branco, AC: Observatório de análise criminal do MPAC, 2016.

MUSSATO, Osvaldo Brandão. **Urbanização e segregação socioespacial: uma análise da área Monte das Oliveiras em Boa Vista – RR**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NADALIN, Vanessa Gapriotti. Caracterização e evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010): em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras. In: **IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013.

NEPUT - Núcleo de Estudo de Planejamento de Uso da Terra. **Planta Genérica De Valores do município de Rio Branco, estado do Acre, Brasil**. Viçosa – MG: Universidade Federal de Viçosa, 2005.

PARK, Robert. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. **American Journal of Sociology** 20.5. Chicago, 1915. Pag. 577–612. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2763406?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 15 mar. 2016.

PENHA, Raimundo Diniz. **O distrito industrial – DIRB – no contexto sócio-ambiental da cidade de Rio Branco e do Estado do Acre**. 1996. 197 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

PERLMAN, Janice E. **The Myth of Marginality Revisited: The Case of a Favela Rio de Janeiro, 1969-2003**. Washington: World Bank, 2005.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 143-158

PORTAL BRASIL. **Censo 2010 mostra que cerca de 11,4 milhões de brasileiros vivem em aglomerados subnormais**. Publicado em: 21 dez. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/12/censo->

2010-mostra-que-cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-aglomerados-subnormais. Acesso em: 13 de out. 2016.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANZI, Cleuza Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

REARDON, Sean; SULLIVAN, David. Measures of spatial segregation. **Sociological Methodology**. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0081-1750.2004.00150.x/full>>. Acesso em: 12 maio 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. **Reestruturação nas Grandes Cidades Brasileiras: O Modelo Centro/Periferia em Questão**. Rio de Janeiro: IPPUR, 1994.

RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. **Plano diretor da cidade de Rio Branco**. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2006.

_____. **Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco**. Rio Branco, AC: Governo do Estado do Acre, 2008.

_____. Lei nº 1752, de 05 de outubro de 2009. Dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, implantados irregularmente ou clandestinamente no município de Rio Branco e dá outras providências Rio Branco: 05 de outubro de 2009. **Diário Oficial do Município**. Rio Branco, 06 out. 2013. Seção 1, p. 10-19. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ac/r/rio-branco/lei-ordinaria/2009/176/1752/lei-ordinaria-n-1752-2009-dispoe-sobre-a-regularizacao-de-parcelamentos-do-solo-urbano-para-fins-habitacionais-implantados-irregularmente-ou-clandestinamente-no-municipio-de-rio-branco-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Plano municipal de habitação de interesse social de Rio Branco**. Rio Branco, AC: SMGDU, 2011.

_____. **II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável: Programa Cidades Sustentáveis Melhor Mobilidade, Menos Tráfego**. Rio Branco: RBTRANS, 2013.

_____. Lei nº 1993 de 19 de julho de 2013. Dispõe sobre a implantação de loteamentos fechados e de condomínios horizontais de lotes em Rio Branco e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Rio Branco, 23 jun. 2013. Seção 1, p. 73. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56906627/doeac-caderno-unico-23-07-2013-pg-73>> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Reformulação do Plano diretor da cidade de Rio Branco**. Rio Branco, AC: Prefeitura Municipal de Rio Branco 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SABATINI, Francisco. La segregación social del espacio em las ciudades de América Latina. **Documentos do Instituto de Estudios Urbanos e Territoriales**. Santiago: Pontífica Universidad Católica de Chile, 2003.

SABOYA, Renato. **O que é especulação imobiliária?** Florianópolis: Urbanidades, 2008.

SANTOS, Daniel; CELENTANO, Danielle; GARCIA, Jaime. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira**: IPS Amazônia 2014 Belém: Imazon e Social Progress Imperative, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

_____. **O espaço dividido**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Economia espacial**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Direito imobiliário**: teoria e prática. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SCHWIRIAN, Kent. Models of Neighborhood change. **Annual review of sociology**. v. 9, n 27 p. 83,102, jan. 1983. Disponível em: <<http://neighbourhoodchange.ca/wp-content/uploads/2011/07/1983-Schwirian-Models-of-Neighborhood-Change.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2016.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Nilson Euclides da. **Um governo na floresta**: política, mito e história no Acre contemporâneo. São Paulo: Baraúna, 2010.

SILVA, Silvio Simione da. Produção do Espaço agrário acreano. In: SILVA, Silvio Simione (org.), **Acre**: uma visão temática de sua geografia. Rio Branco, AC: Eufac, 2008. p. 60-95.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, v. 3. n. 6, 1999.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; UEDA, Vanda. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. cap. 9, p. 189-202.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORBAZO, Oscar. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para análise dos espaços públicos em cidades médias. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. cap. 6, p. 87-98.

SORENSEN, Annemette et. al. Indexes of racial residential segregation for 109 cities in the United States, 1940 to 1970. **Studies in Racial Segregation**, Madison: University of Wisconsin, v. 10, n. 1, p. 17-28, maio 1974.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Mauricélia Barrozo Alves de, NEVES, Marcos Vinícios, **Catálogo da exposição dez vezes Seis: Imagens de dez décadas da Rua Seis de Agosto**. Rio Branco, AC: FGB/Bobgraf, 1996.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920**. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001. p. 12-23.

_____. Loteamentos Fechados em Cidades Médias Paulistas - Brasil. In: Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (org.). **Cidades médias: Produção do espaço** - São Paulo: Expressão Popular, 2006. cap. 8, p. 175-196.

_____. Novas redes urbanas: Cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**. São Paulo, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, v. 1. n. 12, maio 2005.

TAEUBER, Karl E.; TAEUBER Alma. **Negroes in cities**: residential segregation and neighborhood change. Chicago: A1dine Publishing Company, 1965.

THERY, Henri. Novas paisagens urbanas do programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 16, n.1, p. 90-102, jan./mar. 2010.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 13-42, jan. 2003.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: O caso de Belém. São Paulo: **Revista GEOUSP**. v. 2, ano 4, p. 39-53, jun./jul. 1998.

_____. Cidades na floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico- científico informacional no espaço amazônico. **IEB**, vol. 12, n. 81, p. 113-137, mar/set. 2010.

_____. **Cidades médias na Amazônia Oriental**: das novas centralidades à Fragmentação do território. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. Rio de Janeiro. 1 CD-ROM

_____. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 20, n. 2, p-12-31, abr./jun. 2016.

TRINDADE JÚNIOR., Saint-Clair Cordeiro da.; AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Reabilitação Urbana na Área Central de Belém, Pará**: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. Curitiba: RPD, 2006.

VALLADARES, Mauricio de Brito e Cunha. **Entre a Natureza e o Artifício**: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia. 2007. 229 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VARADOURO, um jornal das selvas. **O bairro que a cidade não quer ver**. Rio Branco, ano 1, n. 1, p-12-14, maio 1977.

_____. **Bahia à margem da cidade**. Rio Branco, Ano 2, n. 11, p. 12-13, ago. 1978

_____. **Posseiros urbanos**. Rio Branco, Ano 2, n. 14, p. 10-11, mar. 1979.

_____. **Bairros lutam para sair da Miséria**. Rio Branco, ano 4, n. 20, p. 8-9, abr.1981.

VASCONCELOS. Contribuição para o debate sobre os processos e formas socioespaciais na cidade. In: Pedro Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa e

Silvana Maria Pintaui (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. cap. 1, p. 10-23.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade:** estudo sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

_____. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, v. 12, n. 23, p. 155-164, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Índice de Dissimilaridade e Índice de Isolamento. Setores Censitários de Rio Branco, 2010.

Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000001	338	131	1	0,0011	0,0000	0,0033
120040105000002	118	57	2	0,0005	0,0001	0,0014
120040105000003	80	51	1	0,0000	0,0000	0,0013
120040105000004	48	20	3	0,0016	0,0005	0,0004
120040105000005	267	81	3	0,0008	0,0001	0,0020
120040105000006	259	132	1	0,0011	0,0000	0,0033
120040105000007	316	192	0	0,0024	0,0000	0,0049
120040105000008	360	241	0	0,0031	0,0000	0,0061
120040105000009	238	189	0	0,0024	0,0000	0,0048
120040105000010	123	109	0	0,0014	0,0000	0,0028
120040105000011	165	48	1	0,0000	0,0000	0,0012
120040105000012	205	72	5	0,0021	0,0004	0,0017
120040105000013	375	283	1	0,0030	0,0000	0,0072
120040105000014	203	123	0	0,0016	0,0000	0,0031
120040105000015	373	260	0	0,0033	0,0000	0,0066
120040105000016	289	138	2	0,0005	0,0000	0,0035
120040105000017	348	153	1	0,0013	0,0000	0,0039
120040105000018	415	259	1	0,0027	0,0000	0,0066
120040105000019	200	132	0	0,0017	0,0000	0,0034
120040105000020	223	95	0	0,0012	0,0000	0,0024
120040105000021	218	152	0	0,0019	0,0000	0,0039
120040105000022	334	137	5	0,0013	0,0002	0,0034
120040105000023	196	51	3	0,0012	0,0002	0,0012
120040105000024	143	20	3	0,0016	0,0005	0,0004
120040105000025	245	38	7	0,0038	0,0013	0,0008
120040105000026	266	52	14	0,0079	0,0036	0,0010
120040105000027	328	37	11	0,0062	0,0031	0,0007
120040105000028	354	118	5	0,0015	0,0002	0,0029
120040105000029	700	291	24	0,0109	0,0022	0,0069
120040105000030	337	177	4	0,0002	0,0001	0,0044
120040105000031	323	177	0	0,0023	0,0000	0,0045
120040105000032	247	115	2	0,0002	0,0000	0,0029
120040105000033	141	88	1	0,0005	0,0000	0,0022
120040105000034	292	183	0	0,0023	0,0000	0,0047
120040105000035	257	64	7	0,0035	0,0008	0,0015
120040105000036	309	37	10	0,0056	0,0026	0,0007
120040105000037	246	27	14	0,0082	0,0058	0,0005
120040105000038	328	176	0	0,0022	0,0000	0,0045

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000039	231	45	6	0,0031	0,0009	0,0010
120040105000040	335	52	32	0,0189	0,0149	0,0008
120040105000041	255	53	5	0,0024	0,0005	0,0012
120040105000042	284	115	1	0,0009	0,0000	0,0029
120040105000043	355	87	14	0,0074	0,0024	0,0019
120040105000044	353	67	12	0,0065	0,0022	0,0014
120040105000045	413	77	12	0,0063	0,0020	0,0017
120040105000046	236	44	3	0,0013	0,0002	0,0011
120040105000047	338	87	5	0,0019	0,0003	0,0021
120040105000048	332	56	26	0,0152	0,0101	0,0010
120040105000049	290	125	1	0,0010	0,0000	0,0032
120040105000050	280	120	2	0,0003	0,0000	0,0030
120040105000051	217	136	0	0,0017	0,0000	0,0035
120040105000052	261	109	2	0,0002	0,0000	0,0027
120040105000053	253	98	8	0,0036	0,0007	0,0023
120040105000054	366	136	2	0,0005	0,0000	0,0034
120040105000055	333	144	2	0,0006	0,0000	0,0036
120040105000056	286	189	0	0,0024	0,0000	0,0048
120040105000057	271	194	0	0,0025	0,0000	0,0049
120040105000058	272	168	1	0,0015	0,0000	0,0043
120040105000059	228	154	0	0,0020	0,0000	0,0039
120040105000060	292	157	1	0,0014	0,0000	0,0040
120040105000061	209	96	0	0,0012	0,0000	0,0024
120040105000062	307	136	0	0,0017	0,0000	0,0035
120040105000063	225	120	0	0,0015	0,0000	0,0031
120040105000064	359	221	0	0,0028	0,0000	0,0056
120040105000065	274	158	0	0,0020	0,0000	0,0040
120040105000066	210	73	2	0,0003	0,0001	0,0018
120040105000067	254	123	0	0,0016	0,0000	0,0031
120040105000068	318	151	0	0,0019	0,0000	0,0039
120040105000069	229	118	0	0,0015	0,0000	0,0030
120040105000070	184	95	1	0,0006	0,0000	0,0024
120040105000071	100	16	0	0,0002	0,0000	0,0004
120040105000072	267	148	0	0,0019	0,0000	0,0038
120040105000073	214	45	6	0,0031	0,0009	0,0010
120040105000074	297	45	6	0,0031	0,0009	0,0010
120040105000075	351	97	0	0,0012	0,0000	0,0025
120040105000076	291	92	12	0,0062	0,0017	0,0021
120040105000077	260	72	4	0,0015	0,0003	0,0017
120040105000078	277	100	11	0,0054	0,0013	0,0023
120040105000079	171	36	7	0,0038	0,0014	0,0008

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000080	299	64	22	0,0126	0,0069	0,0012
120040105000081	273	54	18	0,0103	0,0055	0,0010
120040105000082	298	35	14	0,0081	0,0049	0,0006
120040105000083	270	52	8	0,0042	0,0013	0,0011
120040105000084	252	67	12	0,0065	0,0022	0,0014
120040105000085	428	144	17	0,0085	0,0022	0,0033
120040105000086	342	29	13	0,0076	0,0049	0,0005
120040105000087	305	227	0	0,0029	0,0000	0,0058
120040105000088	257	162	0	0,0021	0,0000	0,0041
120040105000089	379	192	0	0,0024	0,0000	0,0049
120040105000090	259	164	0	0,0021	0,0000	0,0042
120040105000091	235	110	0	0,0014	0,0000	0,0028
120040105000092	192	153	0	0,0020	0,0000	0,0039
120040105000093	224	85	0	0,0011	0,0000	0,0022
120040105000094	180	77	0	0,0010	0,0000	0,0020
120040105000095	272	127	1	0,0010	0,0000	0,0032
120040105000096	328	150	0	0,0019	0,0000	0,0038
120040105000097	271	119	0	0,0015	0,0000	0,0030
120040105000098	287	134	0	0,0017	0,0000	0,0034
120040105000099	243	116	0	0,0015	0,0000	0,0030
120040105000100	268	92	0	0,0012	0,0000	0,0023
120040105000101	423	112	6	0,0022	0,0004	0,0027
120040105000102	318	87	1	0,0005	0,0000	0,0022
120040105000103	297	121	0	0,0015	0,0000	0,0031
120040105000104	249	120	2	0,0003	0,0000	0,0030
120040105000105	336	92	2	0,0000	0,0001	0,0023
120040105000106	293	86	3	0,0007	0,0001	0,0021
120040105000107	287	85	2	0,0001	0,0001	0,0021
120040105000108	151	87	0	0,0011	0,0000	0,0022
120040105000109	119	29	0	0,0004	0,0000	0,0007
120040105000110	254	34	13	0,0075	0,0044	0,0006
120040105000111	287	87	24	0,0135	0,0063	0,0017
120040105000112	387	136	20	0,0105	0,0031	0,0030
120040105000113	497	200	7	0,0017	0,0003	0,0049
120040105000114	254	32	1	0,0002	0,0000	0,0008
120040105000115	282	174	0	0,0022	0,0000	0,0044
120040105000116	254	130	5	0,0014	0,0002	0,0032
120040105000117	230	141	0	0,0018	0,0000	0,0036
120040105000118	396	242	1	0,0025	0,0000	0,0061
120040105000119	382	279	2	0,0023	0,0000	0,0071
120040105000120	549	488	0	0,0062	0,0000	0,0124

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000121	352	200	0	0,0026	0,0000	0,0051
120040105000122	298	173	1	0,0016	0,0000	0,0044
120040105000123	358	173	1	0,0016	0,0000	0,0044
120040105000124	340	217	0	0,0028	0,0000	0,0055
120040105000125	378	267	0	0,0034	0,0000	0,0068
120040105000126	354	165	0	0,0021	0,0000	0,0042
120040105000127	209	97	0	0,0012	0,0000	0,0025
120040105000128	339	207	1	0,0020	0,0000	0,0053
120040105000129	620	382	0	0,0049	0,0000	0,0097
120040105000130	371	223	4	0,0004	0,0001	0,0056
120040105000131	252	142	0	0,0018	0,0000	0,0036
120040105000132	298	172	2	0,0010	0,0000	0,0043
120040105000133	408	259	0	0,0033	0,0000	0,0066
120040105000134	408	194	2	0,0013	0,0000	0,0049
120040105000135	352	181	1	0,0017	0,0000	0,0046
120040105000136	425	170	2	0,0009	0,0000	0,0043
120040105000137	321	141	2	0,0006	0,0000	0,0035
120040105000138	270	91	2	0,0001	0,0001	0,0023
120040105000139	430	155	0	0,0020	0,0000	0,0040
120040105000140	541	190	30	0,0159	0,0050	0,0042
120040105000141	263	90	2	0,0001	0,0001	0,0022
120040105000142	437	159	5	0,0010	0,0002	0,0039
120040105000143	385	271	2	0,0022	0,0000	0,0069
120040105000144	298	117	0	0,0015	0,0000	0,0030
120040105000145	323	60	1	0,0002	0,0000	0,0015
120040105000146	278	69	2	0,0003	0,0001	0,0017
120040105000147	300	77	4	0,0015	0,0002	0,0019
120040105000148	282	61	2	0,0004	0,0001	0,0015
120040105000149	294	40	5	0,0025	0,0007	0,0009
120040105000150	325	128	1	0,0010	0,0000	0,0032
120040105000151	268	32	4	0,0020	0,0005	0,0007
120040105000152	203	32	4	0,0020	0,0005	0,0007
120040105000153	335	74	2	0,0003	0,0001	0,0018
120040105000154	257	54	1	0,0001	0,0000	0,0014
120040105000155	285	54	8	0,0042	0,0013	0,0012
120040105000156	265	112	0	0,0014	0,0000	0,0029
120040105000157	225	133	0	0,0017	0,0000	0,0034
120040105000158	239	37	12	0,0069	0,0036	0,0007
120040105000159	243	54	7	0,0036	0,0010	0,0012
120040105000160	332	93	3	0,0006	0,0001	0,0023
120040105000161	283	61	4	0,0017	0,0003	0,0015

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000162	303	113	1	0,0008	0,0000	0,0029
120040105000163	104	6	1	0,0005	0,0002	0,0001
120040105000164	268	46	3	0,0012	0,0002	0,0011
120040105000165	276	68	1	0,0003	0,0000	0,0017
120040105000166	304	129	3	0,0002	0,0001	0,0032
120040105000167	340	120	3	0,0003	0,0001	0,0030
120040105000168	278	34	22	0,0130	0,0106	0,0005
120040105000169	481	120	6	0,0021	0,0003	0,0029
120040105000170	359	157	0	0,0020	0,0000	0,0040
120040105000171	360	160	0	0,0020	0,0000	0,0041
120040105000172	319	132	0	0,0017	0,0000	0,0034
120040105000173	314	150	0	0,0019	0,0000	0,0038
120040105000174	305	82	0	0,0010	0,0000	0,0021
120040105000175	258	102	0	0,0013	0,0000	0,0026
120040105000176	299	169	0	0,0022	0,0000	0,0043
120040105000177	261	112	1	0,0008	0,0000	0,0028
120040105000178	253	88	1	0,0005	0,0000	0,0022
120040105000179	157	88	0	0,0011	0,0000	0,0022
120040105000180	406	294	0	0,0037	0,0000	0,0075
120040105000181	343	159	4	0,0004	0,0001	0,0040
120040105000182	321	119	0	0,0015	0,0000	0,0030
120040105000183	317	167	1	0,0015	0,0000	0,0042
120040105000184	331	221	0	0,0028	0,0000	0,0056
120040105000185	249	146	0	0,0019	0,0000	0,0037
120040105000186	271	156	0	0,0020	0,0000	0,0040
120040105000187	323	177	0	0,0023	0,0000	0,0045
120040105000188	318	226	0	0,0029	0,0000	0,0058
120040105000189	265	180	0	0,0023	0,0000	0,0046
120040105000190	347	203	0	0,0026	0,0000	0,0052
120040105000191	691	412	2	0,0040	0,0000	0,0105
120040105000192	325	180	0	0,0023	0,0000	0,0046
120040105000193	321	122	0	0,0016	0,0000	0,0031
120040105000194	289	47	0	0,0006	0,0000	0,0012
120040105000195	311	70	0	0,0009	0,0000	0,0018
120040105000196	203	61	1	0,0002	0,0000	0,0015
120040105000197	447	115	5	0,0016	0,0003	0,0028
120040105000198	426	190	0	0,0024	0,0000	0,0048
120040105000199	286	53	4	0,0018	0,0003	0,0013
120040105000200	275	100	0	0,0013	0,0000	0,0026
120040105000201	431	161	1	0,0014	0,0000	0,0041
120040105000202	223	111	0	0,0014	0,0000	0,0028

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000203	431	171	2	0,0010	0,0000	0,0043
120040105000204	275	137	2	0,0005	0,0000	0,0034
120040105000205	483	209	3	0,0008	0,0001	0,0053
120040105000206	337	179	0	0,0023	0,0000	0,0046
120040105000207	200	101	0	0,0013	0,0000	0,0026
120040105000208	219	147	0	0,0019	0,0000	0,0037
120040105000209	255	185	0	0,0024	0,0000	0,0047
120040105000210	255	174	0	0,0022	0,0000	0,0044
120040105000211	334	225	0	0,0029	0,0000	0,0057
120040105000212	312	211	0	0,0027	0,0000	0,0054
120040105000213	288	158	0	0,0020	0,0000	0,0040
120040105000214	313	149	1	0,0013	0,0000	0,0038
120040105000215	387	215	2	0,0015	0,0000	0,0054
120040105000216	441	248	0	0,0032	0,0000	0,0063
120040105000217	339	192	0	0,0024	0,0000	0,0049
120040105000218	179	114	0	0,0015	0,0000	0,0029
120040105000219	198	93	0	0,0012	0,0000	0,0024
120040105000220	259	140	0	0,0018	0,0000	0,0036
120040105000221	213	121	1	0,0009	0,0000	0,0031
120040105000222	352	233	1	0,0024	0,0000	0,0059
120040105000223	313	121	1	0,0009	0,0000	0,0031
120040105000224	261	73	0	0,0009	0,0000	0,0019
120040105000225	281	97	0	0,0012	0,0000	0,0025
120040105000226	244	41	12	0,0068	0,0033	0,0008
120040105000227	251	164	0	0,0021	0,0000	0,0042
120040105000228	226	73	1	0,0003	0,0000	0,0018
120040105000229	135	92	0	0,0012	0,0000	0,0023
120040105000230	306	136	0	0,0017	0,0000	0,0035
120040105000231	117	57	0	0,0007	0,0000	0,0015
120040105000232	420	186	1	0,0018	0,0000	0,0047
120040105000233	249	48	15	0,0085	0,0044	0,0009
120040105000234	378	83	1	0,0004	0,0000	0,0021
120040105000235	193	103	0	0,0013	0,0000	0,0026
120040105000236	264	202	0	0,0026	0,0000	0,0052
120040105000237	200	58	0	0,0007	0,0000	0,0015
120040105000238	298	206	0	0,0026	0,0000	0,0053
120040105000239	335	169	2	0,0009	0,0000	0,0043
120040105000240	211	126	1	0,0010	0,0000	0,0032
120040105000241	277	106	0	0,0014	0,0000	0,0027
120040105000242	171	65	3	0,0010	0,0002	0,0016
120040105000243	385	191	1	0,0018	0,0000	0,0048

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000244	703	390	1	0,0044	0,0000	0,0099
120040105000245	465	209	1	0,0021	0,0000	0,0053
120040105000246	276	113	1	0,0008	0,0000	0,0029
120040105000247	244	151	0	0,0019	0,0000	0,0039
120040105000248	299	100	1	0,0007	0,0000	0,0025
120040105000275	284	117	0	0,0015	0,0000	0,0030
120040105000276	249	150	0	0,0019	0,0000	0,0038
120040105000277	232	108	0	0,0014	0,0000	0,0028
120040105000278	307	184	0	0,0023	0,0000	0,0047
120040105000279	219	90	4	0,0013	0,0002	0,0022
120040105000280	174	144	0	0,0018	0,0000	0,0037
120040105000281	173	93	0	0,0012	0,0000	0,0024
120040105000282	228	134	0	0,0017	0,0000	0,0034
120040105000283	253	113	0	0,0014	0,0000	0,0029
120040105000284	368	179	0	0,0023	0,0000	0,0046
120040105000285	355	237	0	0,0030	0,0000	0,0060
120040105000286	411	254	0	0,0032	0,0000	0,0065
120040105000287	296	104	0	0,0013	0,0000	0,0027
120040105000288	184	70	2	0,0003	0,0001	0,0017
120040105000289	358	176	0	0,0022	0,0000	0,0045
120040105000290	221	42	36	0,0214	0,0203	0,0006
120040105000291	215	150	0	0,0019	0,0000	0,0038
120040105000292	265	172	0	0,0022	0,0000	0,0044
120040105000293	346	124	0	0,0016	0,0000	0,0032
120040105000294	344	172	0	0,0022	0,0000	0,0044
120040105000295	413	250	0	0,0032	0,0000	0,0064
120040105000296	301	122	0	0,0016	0,0000	0,0031
120040105000297	283	180	0	0,0023	0,0000	0,0046
120040105000298	181	127	0	0,0016	0,0000	0,0032
120040105000299	87	54	1	0,0001	0,0000	0,0014
120040105000300	304	107	0	0,0014	0,0000	0,0027
120040105000301	363	234	1	0,0024	0,0000	0,0059
120040105000302	226	145	0	0,0018	0,0000	0,0037
120040105000303	326	194	0	0,0025	0,0000	0,0049
120040105000304	299	220	0	0,0028	0,0000	0,0056
120040105000305	244	18	2	0,0010	0,0002	0,0004
120040105000306	339	179	1	0,0017	0,0000	0,0045
120040105000307	449	294	0	0,0037	0,0000	0,0075
120040105000308	173	104	0	0,0013	0,0000	0,0027
120040105000309	276	134	1	0,0011	0,0000	0,0034
120040105000310	267	127	1	0,0010	0,0000	0,0032

Anexo 1 - Continuação						
Código do Setor Censitário	Chefes de Família (Total)	Chefes de Família (Grupo majoritário)	Chefes de Família (Grupo Minoritário)	(ID)	Índice de Isolamento (Grupo minoritário)	Índice de Isolamento (Grupo majoritário)
120040105000311	348	140	0	0,0018	0,0000	0,0036
120040105000312	482	211	1	0,0021	0,0000	0,0054
120040105000313	445	227	1	0,0023	0,0000	0,0058
120040105000314	280	78	2	0,0002	0,0001	0,0019
120040105000315	454	213	4	0,0003	0,0001	0,0053
120040105000316	409	141	1	0,0012	0,0000	0,0036
120040105000317	471	421	0	0,0054	0,0000	0,0107
120040105000318	282	170	1	0,0016	0,0000	0,0043
120040105000333	65	48	0	0,0006	0,0000	0,0012
120040105000336	48	6	0	0,0001	0,0000	0,0002
120040105000337	63	55	0	0,0007	0,0000	0,0014
120040105000338	113	89	0	0,0011	0,0000	0,0023
120040105000341	211	19	19	0,0114	0,0116	0,0002